

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol 06, No. 12 | Jan./Abr./2018

Dossiê:
A Sociologia Brasileira e suas interfaces contemporâneas (Parte 2)
Carlos Benedito Martins
(org.)

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2017-2019)

Presidente
Carlos Benedito Martins, UNB

1º Vice Presidente
Jacob Carlo Lima, UFSCAR

2º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPR

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Antônio da Silveira Brasil Junior, Unicamp

1º Secretário
Helena Maria Bomeny Garchet, UFRJ

2º Secretário
Hermílio Pereira dos Santos Filho, PUCRS

Diretores
Paulo Roberto Arruda de Menezes, USP
Michel Nicolau Neto, Unicamp
Alex Niche Teixeira, UFRGS
Gabriel Moura Peters, UFPE
Anete Brito Leal Ivo, UFBA

Conselho Fiscal
Claudio Santiago Dias Junior, UFMG
Andrea Borges Leão, UFCE
Maria Aparecida da Cruz Bridi, UFPR

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia

Editores
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia

Editores Adjuntos
Adelia Maria Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo
Jorge Ventura, Universidade Federal de Pernambuco
Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais

Organizador
Dossiê: A Sociologia Brasileira e suas interfaces contemporâneas
Carlos Benedito Martins

Comissão Editorial
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Secretária de Editoria: Deborah Dorenski
Revisão:Girllaynne Marques

Diagramação: Adilma Menezes
Capa e web: Allan Veiga Rafael

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 06, n. 12 (jan./abr. 2018)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Quadrimestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

05 **Que Sociologia fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global**
What sociology do we make ? Interfaces with local, national and global contexts
Carlos Benedito Martins

19 **A institucionalização da pesquisa sobre o ensino superior no Brasil**
The institutionalization of research on higher education in Brazil
Clarissa Eckert Baeta Neves; Helena Sampaio; Rosana Heringer

42 **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas**
Sociology of Work in Brazil: theories, challenges and perspectives
Maria Aparecida Bridi; Ruy Braga; Marco Aurélio Santana

65 **A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais**
Histórical Sociology: current directions and dialogues
Karl Monsma; Fernando Afonso Salla; Alessandra Teixeira

88 **O tema das Migrações Internacionais na Sociologia no Brasil**
The theme of International Migration in Sociology in Brazil
Leonardo Cavalcanti; Márcio de Oliveira

114 **Fronteiras e deslocamentos**
Borders and displacements
Eric Gustavo Cardin; José Lindomar Coelho Albuquerque

132 **Sociologia Digital: balanço provisório e desafios**
Digital sociology: provisory overview and challenges
Richard Miskolci; Fernando de Figueiredo Balieiro

157 **O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil**
The state of the art and the research agenda in solidarity economy in Brazil
Adriane Vieira Ferrarini; Luiz Inácio Gaiger; Valmor Schiochet

181 **A Sociologia Clínica no Brasil**
Clinical sociology in Brazil
Christiane Girard Ferreira Nunes; Pedro Henrique Isaac Silva

200 **Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana**
Between Urban Studies and Urban Sociology
Iracema Brandão Guimarães; Lúcia Maria Machado Bógus; Inaiá Maria Moreira de Carvalho

222 **Sociologia da Literatura: tradições e tendências contemporâneas**
Sociology of Literature: tradition and contemporary trends.
Paulo Cesar Alves; Andréa Borges Leão; Ana Lúcia Teixeira

242 **Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas**
Government, administration of populations and subjectivities: assessment and analytical perspectives
Edson Miagusko; Fabiana A. A. Jardim; Mariana Côrtes

266 **Sociologia da Arte: breve histórico da construção de uma disciplina**
Sociology of Art: notes on the construction of a discipline
Maria Lucia Bueno; Sabrina Parracho Sant'Anna; Ligia Dabul

290 **Saúde e Sociedade em debate: temas perenes e emergentes nos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia**
Health and Society in debate: lasting and emerging themes in the meetings of the Brazilian Society of Sociology
Marcia Grisotti; Luiz Antonio de Castro Santos

311 **Diretrizes para submissão de artigos**
Guidelines for submission of articles

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018

Editorial

Que Sociologia fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global

Carlos Benedito Martins
Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS

O presente dossiê constitui um dos resultados do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Brasília no mês de julho de 2017, que teve como temática principal a indagação, *Que sociologias fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global*.

O tema escolhido – sem abrir mão de questões candentes da sociedade contemporânea e especialmente do contexto nacional - visou incentivar a reflexão a propósito da multiplicidade de configurações temáticas e teóricas que perpassam a produção sociológica contemporânea, realizada tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo. Nesta direção o Congresso procurou explorar a variedade de problemas sociológicos privilegiados por diferentes localidades, regiões e países, assim como, apresentar uma pluralidade de orientações teóricas e metodológicas, presentes na condução do trabalho sociológico no interior dos diversos contextos locais e nacionais. De certa forma, a temática do Congresso inspirou-se na esteira de uma sociologia reflexiva, ou seja, de uma sociologia da sociologia, que postula uma constante reflexão sobre as condições históricas, sociais, institucionais e acadêmicas que se encontram presentes a pratica sociológica. Nesta direção, o imperativo da reflexividade pressupõe assumir a própria sociologia como um objeto específico, que deve servir-se de seus próprios recursos (teóricos e metodológicos) para compreender sua atividade durante o processo de construção do conhecimento. Na esteira de uma sociologia da sociologia, fazer da refle-

xividade uma disposição pressupõe controlar a relação do investigador com seu objeto de pesquisa e ao mesmo tempo, refletir constantemente sobre os condicionantes dos contextos local, regional, nacional e global que se exercem sobre a prática da sociologia.

Apesar de sérias dificuldades financeiras encontradas durante a programação e realização do Congresso, a SBS levou adiante – de forma obstinada - o propósito de concretizar um Congresso com elevado padrão intelectual direcionado para a exploração da temática selecionada. Neste sentido, contou com a presença de acadêmicos internacionais que têm fornecido contribuições relevantes para o campo da sociologia, provenientes de diferentes regiões do mundo, tais como, África do Sul, Austrália, França, Alemanha, Inglaterra, Síria, China, Estados Unidos, América do Sul, que participaram em diversas atividades no Congresso, tanto nas Conferências quanto nos Grupos de Trabalho, nos Fóruns e/ou nas Mesas Redondas. A presença destes participantes internacionais propiciou informações relevantes sobre os contextos históricos, sociais, institucionais e acadêmicos nos quais estão ancorados suas produções acadêmicas, bem como, apontou para presença de uma diversidade de recortes temáticos e teóricos existentes no campo da sociologia contemporânea.

Simultaneamente, a presença no 18º Congresso da SBS de destacados sociólogos *seniors* nacionais e também a participação de uma nova e promissora geração de sociólogos que atuam profissionalmente em diversas regiões do país, inseridos em 40 Grupos de Trabalho, 45 Mesas redondas, em uma dezena de Minicursos, forneceram informações pertinentes sobre a variedade de temas de pesquisa que vêm sendo explorados atualmente pela sociologia realizada no Brasil e também colocaram em evidência o papel público que ela vem exercendo diante dos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais do país. Ao mesmo tempo, a atividade "sociólogos do futuro" que congrega alunos de graduação e de mestrado, propiciou a observação dos temas e recortes teóricos e metodológicos que vêm despertando o interesse intelectual de uma nova geração de sociólogos, em processo de formação intelectual.

Na medida em que ao longo dos Congressos da SBS, os Grupos de Trabalho adquiriram uma centralidade no processo de apresentação e discussão de pesquisas realizadas e/ou em processo de andamento, o 18º Congresso da SBS considerou oportuno eleger os GTs como *locus* estratégico para realizar

uma reflexão sobre a sociologia que vem sendo realizada no Brasil. Neste sentido, a SBS solicitou da Coordenação de todos os GTs a realização de um trabalho reflexivo que contemplasse determinados aspectos da área temática de sua atuação, tais como: (i) um balanço da produção da área acadêmica afeta ao GT nos últimos anos; (ii) identificar os avanços teóricos e metodológicos da área acadêmica correspondente ao GT. (iii) apontar as debilidades teóricas e metodológicas da área temática explorada pelo GT; (iv) destacar a contribuição da área de investigação do GT para a sociologia que se realiza no Brasil (v) avaliar inserção da área temática do GT no contexto da sociologia internacional; e (vi) a formular uma agenda de pesquisa para fortalecimento da área de investigação do GT.

A partir destas diretrizes a SBS demandou a cada Coordenação do GT, a elaboração de um *paper*, em torno de 20 páginas, eventualmente em parceria com outros pesquisadores, sobre o estado da arte da área de pesquisa congruente com os respectivos GT.. Os textos produzidos foram enviados para o Comitê Editorial da *Revista Brasileira de Sociologia* (RBS) e em seguida, submetidos à apreciação de pareceres *ad hoc*. Os trabalhos reunidos neste número fornecem informações relevantes sobre a configuração da sociologia que vem sendo realizada no Brasil, através dos diferentes campos temáticos que integram sua atividade e ao mesmo tempo, lançam luz a respeito da presença de heterogeneidade de vertentes teóricas e de uma profusão de autores mobilizados para analisar os dados empíricos que alicerçam as pesquisas realizadas em seus respectivos campos de investigação. Os trabalhos apresentados neste número contribuem de diferentes formas e em distintas direções analíticas para oferecer informações pertinentes para fundamentar uma reflexão sociológica sobre a sociologia que se pratica no Brasil nas últimas décadas. Em larga medida, estes trabalhos podem proporcionar uma atitude de autoquestionamento por parte dos pesquisadores que atuam nas diversas áreas que estruturam a sociologia no país, sobre suas eventuais fragilidades e ao mesmo tempo suas potencialidades diante do competitivo espaço transnacional da disciplina que vem se formando nas últimas décadas.

Seria oportuno destacar que os trabalhos apresentados nesta edição da *RBS* constituem um produto da agenda de trabalho da Diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS-2015-2017), a qual elegeu como uma de suas prioridades acadêmicas incentivar uma reflexão a respeito das transformações que estão ocorrendo na sociologia tanto no plano internacional,

quanto a realizada no Brasil. Para a Diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS-2015-2017), esta postura reflexiva constitui uma condição essencial para preservar a posição pertinente da sociologia na esfera cognitiva da sociedade brasileira e sua inserção no cenário internacional, diante das complexas transformações que estão ocorrendo no interior da própria disciplina. O ritmo veloz e a amplitude de mudanças sociais, politicas, e culturais, que estão ocorrendo em diversas sociedades contemporâneas vêm apresentando desafios para o universo empírico, ou seja, o terreno de análise no qual a sociologia concentrou suas análises, ao longo do tempo.

A este propósito, deve-se assinalar que durante um extenso período, o terreno predominante de investigação da sociologia tem sido a análise das diversas sociedades nacionais, seja no continente europeu, seja na América do Norte, Ásia, África, seja na América Latina. A própria noção de sociedade, particularmente entre os pensadores do século XIX, estava de certa forma, relacionada com existência de estado-nação. Não se pode esquecer que a institucionalização da sociologia, no final do século XIX, ocorreu num momento em que o princípio de nacionalidade se afirmava com toda a força. Enquanto tendência predominante no interior da sociologia, as sociedades nacionais têm sido analisadas como unidades autônomas, fechadas em si mesmas, separadas umas das outras pela delimitação de seus territórios. Tanto assim que se fala de uma sociologia francesa, alemã, norte-americana, brasileira etc. O ponto focal das investigações centradas nas sociedades nacionais visou compreender o interior de cada uma delas, procurando captar sua estrutura social, a articulação de suas instituições, seus padrões de desigualdade e modos de conflito e o processo de mudanças sociais (HEILBRON, 2015; LEVINE, 1985).

Certamente, as diversas sociedades nacionais continuam a existir manifestando-se por meio da defesa de seus territórios, tradições culturais, acadêmicas etc. Nas sociedades nacionais, tendem a perdurar sentimentos nacionalistas, regionalistas, reivindicações de pertencimentos étnicos etc (TURNER, 2007). No entanto, as profundas transformações que estão ocorrendo, em nível global nas sociedades contemporâneas, tendem a indicar que existência das sociedades nacionais não esgota a complexidade da realidade contemporânea. Gradativamente, nas últimas décadas do século XX, surgiu um conjunto de fenômenos econômicos, políticos, culturais, militares, acadêmicos, entre outros, que operam em uma escala que transcende as fronte-

ras das diversas sociedades nacionais. Neste contexto, ocorre o incremento de conexões econômicas, políticas, culturais, acadêmicas etc., entre diferentes localidades, países, empresas, finanças, indivíduos, movimentos sociais. Nesse sentido, forma-se uma densa rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e acadêmicas que operam num nível supranacional. A presença destes fenômenos – ora analisados como expressão da globalização e/ou mundialização – alargou de forma considerável o terreno empírico da análise da sociologia, até então, concentrado predominante nas sociedades nacionais, conforme assinalado anteriormente, estendendo-o para um plano transnacional e/ou global (HSU, 2010; TURNER e KHONDKER, 2010; TOURAINE, 2004; ROBERTSON, 2000). Ao mesmo tempo, a presença destes fenômenos transnacionais tende a demandar novos instrumentos de análise da sociologia visando captar as complexas relações entre as articulações dos níveis locais, regionais, nacionais e globais que se encontram entrelaçados de modos singulares em várias sociedades contemporâneas (DELANTY, 2009; BECK 2005 e 2006)

Uma constelação de fenômenos ocorridos em distintos planos da sociedade contemporânea se entrelaçou de tal modo que contribuirá para a constituição progressiva de um espaço transnacional a sociologia. Isso levará as relações acadêmicas entre as diversas sociologias nacionais a outro patamar, quando comparadas a épocas anteriores. Nesse sentido, vale destacar o papel desempenhado pela *Internacional Sociological Association* (ISA) que ampliou o recrutamento de participantes no seu interior. Seguindo o modelo de organização da ONU, de privilegiar as representações nacionais, a ISA -, tal como outras associações cientificas internacionais – foi constituída a partir de um pequeno número de associações nacionais que estavam concentradas em alguns países europeus e na América do Norte. A partir do final dos anos 1960, A ISA e outras associações permitiram a entrada e a participação de indivíduos em suas atividades, aumentando seu escopo de recrutamento. Com o processo de descolonização que ocorreu nesta época, as nações pós-coloniais e seus pesquisadores também passaram a integrar a ISA. Ao mesmo tempo, ocorreu a entrada de países comunistas do leste europeu no seu interior. Ou seja, a partir dos anos 1970, verificou-se uma ampliação significativa da base geográfica da ISA que pouco a pouco, traria repercussões nas discussões teóricas e metodológicas em seu interior (HEILBRON, 2014; HEILBRON; COLLS, 2009; PLATT, 1998).

Na dinâmica do processo de formação de um espaço transnacional da sociologia, vale destacar o surgimento de novos centros econômicos e acadêmicos dinâmicos na Ásia e em outras regiões do hemisfério sul e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, que impulsionou o incremento do intercâmbio de uma diversidade de orientações teóricas e metodológicas no interior da sociologia provenientes de vários países. Também contribuíram para a formação deste novo espaço a forte expansão do ensino superior pelo mundo, o incremento da mobilidade acadêmica internacional, a intensificação de debates sobre a disciplina – que atravessam as fronteiras nacionais em ritmo veloz –, a implementação de políticas de ciência e tecnologia empreendidas por diversos países que ocupam posições dominadas no universo acadêmico, visando a alavancar suas respectivas comunidades de pesquisadores. Algumas análises têm destacado que, no contexto da globalização que perpassa as sociedades contemporâneas, aflorou um *ethos* cultural que incentiva e valoriza os indivíduos a se movimentarem avidamente em suas vidas privadas e profissionais, incentivando-os a ter novas e desafiadoras experiências em seus distintos campos de atuação. (ELLIOT; LEMERT, 2006; RAY, 2007; ELLIOT; URRY, 2010). Ao mesmo tempo, deve-se destacar que os governos de vários países têm criado políticas específicas para intensificar a circulação internacional de seus professores, uma vez que a internacionalização do corpo docente passou a ser considerado um aspecto positivo nas avaliações dos *rankings* mundiais sobre as universidades. O resultado tem sido o incremento das relações acadêmicas entre sociólogos de diferentes países (CANTWELL, 2011, MARINGE; FOSKETT, 2010).

O documento *World Social Science Report*, (2010), traz informações relevantes sobre a constituição do espaço mundial da sociologia. Este trabalho, que contou com a participação de cientistas sociais destacados, como Craig Calhoun, Saskia Sassen, Peter Wagner e Syed Alatas, e outros, indica que as ciências sociais nos dias atuais, ao contrário de seu início, estão presentes em todas as regiões do mundo nas quais existem sistemas de ensino superior. Neste processo de ampliação mundial, formaram-se associações nacionais de sociologia em uma parte expressiva de países e também organismos regionais, visando a estimular as ciências sociais que ocupam posições periféricas neste espaço transnacional. como *Arab Council for the Social Sciences* (ACSS), *Association of Asian Social Science Research Councils* (AASSREC), *Council for the Development of Social Science Research in*

Africa (CODESRIA) e *Latin America Council of Social Sciences* (CLACSO). Simultaneamente, passou a ocorrer um maior afluxo de sociólogos em congressos internacionais, como os da ISA, e também em encontros temáticos, como os da *Latin American Studies Association* (LASA), atualmente uma das maiores associações científicas transnacionais do mundo, composta por mais de 12 mil sócios e de instituições provenientes de uma multiplicidade de países, dedicadas ao estudo da América Latina. Cada vez mais se observa a formação de redes de investigações integradas por pesquisadores oriundos de diferentes países, que trabalham conjuntamente, por um determinado período, em um mesmo objeto, compartilhando fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos que tendem a extravasar suas tradições culturais e acadêmicas nacionais. Nesta direção, compartilham ideias comuns, tendem a se reportar às mesmas obras, consultam revistas científicas similares, de tal forma que as diversas sociologias nacionais vêm ultrapassando as fronteiras e atuado, progressivamente, em outro patamar, numa prática já rotineira no contexto da *global sociological community*, segundo expressão de Piotr Sztompka (2010).

No entanto, o surgimento deste espaço transnacional de sociologia apresenta uma estrutura de poder assimétrica, em função da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos entre os diferentes países. A disparidade decorre das diferentes condições de infraestrutura acadêmica disponível em seus países, vale dizer, da qualidade e reputação acadêmica de suas universidades, da capacidade instalada de investigação científica, disponibilidade de financiamento material, recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas e também do reconhecimento social e simbólico dos pesquisadores. Nesse sentido, ocorre uma nítida dominação da produção do conhecimento, de autores, das editoreas e das revistas internacionais localizadas em determinados países do ocidente (GAREAU, 1988).

Tomando como referência duas base de dados, a Ulrich e a Thomson, o trabalho *World Social Science Report* mostra que existe densa concentração da publicação de artigos em revistas internacionais na área da sociologia na Europa e América do Norte. Essas duas regiões concentram aproximadamente 90% da produção mundial na área A base de dados da Ulrich abrange um número maior de revistas internacionais. Do total de 6.640 revistas, eles selecionaram 3.046 cujos artigos passam pela revisão de pares. Nesta base de dados, tem-se a seguinte distribuição em termos de participação mundial

na publicação de artigos: Europa, 44%; América do Norte, 37%; Ásia, 9%; América Latina, 5%; Oceania, 4%; África, 2,2%; Commonwealth e Estados Independentes, 0,6%. Quando se utiliza a base de dados da Thomson, que trabalha com um número menor de revistas internacionais, a disparidade nos índices se acentua. Nesta base de dados, a Europa responde por 46,1%; América do Norte, 46,5%; Ásia 3,7%; América Latina, 1,3%; Oceania, 1,9%; África, 0,4%%; Commonwealth e Estados Independentes, 0,1%.

Os dados mostram o domínio da língua inglesa na circulação das publicações. A base de dados da Ulrich aponta que 85% dos artigos são publicados em inglês, 6% em francês, 5% em alemão, 4% em espanhol, 1,7% em português e o restante em outras línguas. No entanto , quando se utiliza a base de dados da Thomson, verifica-se um crescimento da língua inglesa, com 94,45%;-seguindo o alemão, com 2,14%; francês, com 1,25%; espanhol, com 0,40%; português, com 0,08%; etc. As traduções de trabalhos evidenciam também uma forte desigualdade entre as regiões. Predomina a tradução de livros publicados em inglês para as línguas vernáculas dos diferentes países. No entanto, poucos trabalhos relevantes realizados em vários países não são traduzidos para a língua inglesa. Isso demonstra que a formação de um espaço transnacional da sociologia tem reproduzido a dominação simbólica e material da América do Norte e da Europa.

No entanto, vários países que ocupam posições dominadas no espaço transnacional das ciências sociais implementaram políticas científicas e tecnológicas –por meio de suas agência de financiamento – de modo que tornaram algumas de suas universidades atores estratégicos no processo de institucionalização das ciências sociais. Nesses países, ocorreu a expansão dos cursos de pós-graduação em várias áreas das ciências sociais e particulamente na sociologia. Ao mesmo tempo, criou-se um conjunto de agências regionais que têm desempenhado um papel relevante no processo de desenvolvimento das ciências sociais na América Latina, tais como Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) (VESSURI, 2015; VESURI; LOPEZ, 2010).

O conjunto destas iniciativas situam as ciências sociais destas regiões num nível distinto de qualidade acadêmica quando comparado com décadas anteriores. Indicam também a constituição de um contigente de pesquisadores qualificados, que não apenas estão cada vez mais inseridos no espaço internacional da sociologia, mas que reividicam uma posição de destaque

no seu interior. Em função destas mudanças que estão ocorrendo na configuração da sociologia contemporânea na qual é possível perceber a coexistência de diversas sociologias nacionais e a emergência de um espaço transnacional da disciplina, tem surgido uma série de trabalhos, realizados tanto nos centros hegemônicos quanto em regiões emergentes, visando analisar a produção sociológica que vem sendo praticada nos seus respectivos países, os quais se situam nos termos de uma sociologia reflexiva, ou seja, de uma sociologia da sociologia. Nesta direção vale mencionar entre outros trabalhos o livro de Gurminder Bhambra, *Connected sociologies* (2014), a obra coletiva coordenada por Didier Demazière, *Les sociologies françaises: héritages et perspectives 1960-2010* (2016), a coletânea editada por Sujata Patel denominada *Doing sociology in India: genealogies, locations and practices* (2011), e o volume organizado por Craig Calhoun, *Sociology in America: an introduction* (2007). Um número expressivo de artigos divulgados em revistas emblemáticas da disciplina, como *Current Sociology* e *International Sociology,* situam-se na mesma direção em deslizar a complexa configuração atual da sociologia.

Tudo leva a crer que, ao reverberar na sociologia contemporânea, o processo de globalização – compreendido enquanto fenômeno multidimensional – ou seja, que abarca as dimensões econômicas, políticas e culturais – (O'BYRNE; HENSBY, 2011; TURNER; KHONDKER, 2010) está desafiando determinados fundamentos de seu arcabouço explicativo. A gradativa constituição deste espaço transnacional e/ou global no qual a sociologia passou a atuar, concomitantemente, ao lado das sociologias nacionais, propiciou o aparecimento e disseminação em vários países de novas abordagens teóricas/explicativas. Vários trabalhos ressaltam que determinados conceitos sociológicos usados de forma recorrente – e até então considerados incontroversos – têm se mostrado problemáticos quando são utilizados em contextos não ocidentais. Portanto, as complexas transformações sociais, politicas, culturais e acadêmicas que atravessam diversas sociedades contemporâneas, e o impacto destas mudanças no interior da estrutura cognitiva da disciplina, têm instigado diversas sociologias nacionais incluir em suas pautas de trabalho a necessidade de uma reflexão critica sobre sua produção e os alicerces cognitivos que as sustentam (KNÖBL, 2015; ALATAS, 2006; KEIM, 2016, 2011; CONNELL, 2010, 2007; SAID, 2000).

O conjunto de trabalhos que integram esta edição da RBS insere-se na dinâmica deste processo de autoanálise, ou seja, da pratica de uma sociologia

reflexiva. Apesar da existência de trabalhos significativos a respeito da gênese do campo da sociologia no Brasil, a Diretoria da SBS (2015-2017) considerou relevante academicamente à realização de trabalhos voltados para a análise dos rumos intelectuais da disciplina no país, tendo como pano de fundo as mudanças institucionais ocorridas no sistema universitário, desde as décadas de 1980 até hoje, e cujos efeitos continuam a repercutir sobre a produção sociológica que vem sendo realizada atualmente.

Nesse sentido, cumpre destacar, brevemente a cadeia de fenômenos interligados que têm condicionado em larga medida, a organização da atividade da sociologia no país. A partir de meados da década de 1970, a pós-graduação em sociologia se intensificou seu processo de institucionalização na esteira do sistema nacional de pós-graduação que expandiu em ritmo veloz, abarcando todas as regiões do país, propiciando a constituição de uma vigorosa comunidade de sociólogos profissionais. Neste processo de expansão dos Programas de Pós-graduação na área de sociologia, surgiram novos periódicos, de amplitude regional ou nacional, alguns deles voltados para áreas temáticas específicas e/ou subcampos da disciplina. Nos últimos anos, ocorreu a aposentadoria de um número expressivo de professores *seniors* – que tiveram participação relevante na montagem da pós-graduação de sociologia em diferentes regiões, compensada, em larga medida, pelo recrutamento de uma geração de jovens doutores, a maior parte tendo se qualificado em programas implantados no país.

Na atual configuração da sociologia realizada no Brasil, é possível observar nos últimos anos o deslocamento geográfico dessa coorte de doutores recém-concursados, rumo a diferentes regiões do país, ingressando nos programas de pós-graduação, em busca de oportunidades de trabalho acadêmico, num ritmo de mobilidade até então desconhecido no ambiente universitário nacional. Somam-se a tais fatores o incremento da despronvicianização das novas gerações de sociólogos, através da constante participação em eventos acadêmicos internacionais da disciplina, bem como por meio do envolvimento em redes transnacionais de pesquisa. Tampouco se pode desconsiderar a crescente familiaridade com a língua inglesa por parte das desta nova geração de sociólogos, fato que tem contribuído para o diálogo acadêmico consistente com as práticas sociológicas em outras sociedades nacionais. Através do acelerado trânsito internacional das novas gerações e das trocas acadêmicas que estabelecem com investigadores

atuantes em outras sociologias, tanto em centros hegemônicos, quanto em regiões emergentes no contexto da disciplina, uma parcela expressiva dos sociólogos brasileiros vem imprimindo um horizonte intelectual cosmopolita em suas atividades.

Cada vez mais se observa nos dias correntes uma forte pressão por parte de agências federais e estaduais de financiamento de ciência e tecnologia para promover a internacionalização da atividade científica produzida no país, cujo discurso reverbera no cotidiano das universidades e nos Programas de Pós-graduação em praticamente em todas as áreas de conhecimento e, certamente no âmbito da sociologia.

Para a SBS, o enfrentamento da complexa questão da internacionalização da disciplina, no contexto nacional, implica um duplo e simultâneo trabalho, ou seja, desenvolver uma constante reflexão sobre a constituição do espaço transnacional da sociologia, suas regras de funcionamento e estruturas de poder existente em seu interior e ao mesmo tempo, um olhar crítico sobre a sociologia que vem sendo realizada atualmente no Brasil. Neste sentido, os trabalhos apresentados nesta edição da *RBS* e outros que vem sendo realizados, tal como a edição do livro *Sociologia brasileira hoje*, organizado por Miceli e Martins (2017) situam numa agenda de trabalho voltada para refletir de forma recorrente sobre os recortes temáticos, as referencias teóricas e metodológicas utilizadas, levando em consideração a existência do espaço transnacional da disciplina, diante do qual cumpre indagar suas possibilidades e estratégias possíveis visando ocupar uma posição de destaque neste espaço transnacional.

A gestão da SBS 2017-2019 pretende continuar incentivando uma reflexão sobre a sociologia que vem sendo realizada no Brasil e em outras partes do mundo. Neste sentido, o 19º Congresso possui a intenção de colocar em tela a emergência de uma pluralidade de novos fenômenos sociais, econômicos, políticos, e culturais que estão se manifestando em várias partes do mundo, através de distintos ritmos e configurações Tudo leva a crer, que as profundas transformações sociais que estão ocorrendo em diversas sociedades contemporâneas, possivelmente situa a sociologia diante de uma nova e instigante realidade social que vem provocando contínuos desafios, tanto teóricos quanto metodológicos, para a investigação sociológica incitando em repetidas ocasiões a necessidade dos pesquisadores da área em repensar e/ou reelaborar determinados pressupostos explicativos que em larga medida

estruturou a sociologia ao longo de sua trajetória, tendo em vista compreender determinadas particularidades sociais que se encontram presentes na vida cotidiana em várias sociedades contemporâneas, por meio de diferentes configurações. Desta forma, a gestão da SBS (2017-2019) SBS pretende levar adiante enquanto uma de suas pautas centrais de trabalho a prática de uma sociologia da sociologia, ou seja, a necessidade de incluir na investigação sociológica uma sociologia reflexiva, como uma condição fundamental para rever o arsenal explicativo das categorias que vem sendo utilizadas durante a pesquisa com vista a avaliar a sua pertinência explicativa diante das profundas transformações que estão correndo na sociedade brasileira e em outras partes do mundo.

Referências

ALATAS, Syed. (2006), The autonomus, the universal and the future of sociology. *Current Sociology*. Vol. 54 (1) pp.7-23.

ARJOMAND, Said. (2000), International sociology into the new millennium: the global sociological community and the challenge to the periphery. *International Sociology*. Vol 15 (1) .pp. 5-10.

BECK, Ulrich. (2005), How not to be a museum piece. *The Bristish Journal of Sociology*. 56 (3).

_____. (2006), *Cosmopolitan Vision*. Polity Press. Cambridge.

BHAMBRA, Gurminder. (2014), *Connected Sociologies*. Bloombury. London.

CALHOUN, Craig. (2007). *The Sociology in America*: A History. The Chicago University Press. Chicago.

CANTWELL, Brendan. (2010), Transnational Mobility and International Academic Employment: Gatekeeping in an Academic Competition Arena. *Minerva*. Vol. 49 (4) pp 425-445.

CONNELL, Raewyn. (2010), Learning from each other: sociology on a world scale. In, Patel, Sujata.(org), *The ISA Handbook of Diverse Sociological traditions*. Sage.London.

_____. (2007), *Southern Theory. The global Dynamics of knowledge in Social Science*. Allen &Unwi. Sydney.

DELANTY, Gerard. (2009), *The Cosmopolitan Imagination*: the renewal of Critical Social Theory Cambridge University Press. Cambridge.

DEMAZIÈRE, Didier et colls. (2015), *Les sociologies Françaises*: heritages et perspectives (1960-2010) Presses Universitaires de Rennes. Rennes.

ELLIOT, Anthony; URRY, John. (2010), *Mobile Lives*. Routledge. Oxford.

_____ e LEMERT, Charles. (2006), *The new Individualism*: the emotional costs of globalization. Routledge. London.

GAREAU, Frederick. (1988), Another type of third dependency: the social sciences. *International Sociology* (3) 2. pp 171-178.

HEILBRON, Johan. (2015), *French Sociology*. Cornnell University Press. Ithaca.

_____. (2014), The social sciences as an emerged global field. *Currenv Sociology*. vol 62 (5) pp 685-703.

_____ e (colls). (2009), Internationalisation des sciences sociales: les leçon d'une histoire transnationale. In, *L'espace intellectual en Europe*: de la formation des étas-nations à la mondialisation: XIX–XX siècle. (org) Sapiro, Gisèle. La Découverte. Paris.

Hsu. Eric. (2010), Social Theory and globalization. In, *The Routledge Companion to Social Theory*. (org) Anthony Elliot. Routledge. London.

Keim, Wiebke. (2011), Counterhegemonic currents and internationalization of sociology. *International Sociology*. Vol 26 (1) pp. 123-145.

_____. (org) (2016), *Global knowledge Production in the social sciences*. Routledge. London.

Knöbl.Wolfgang. (2015), Reconfigurações da Teoria Social após a hegemonia ocidental. *Revista de Ciências Sociais*. vol 30. (87) pp.5-17.

LEVINE, Donald. (1985), *Visions of the Sociological Traditions*. The University of Chicago Press. Chicago.

MARINGE, Felix e FOSKETT, Nick. (orgs) (2010), *Globalization and internationalization in higher education*: theoretical, strategic and management perspectives. Continuum Iternational Publishers. London.

MICELI, Sergio e MARTINS, Carlos Benedito. (2017), *Sociologia brasileira hoje*. Atêlie Editorial. São Paulo.

PATEL, Sujata. (2011), *Doing Sociology in India*: genealogies, locations and practices. Oxford University Press. Oxford.

PLATT, Jennifer. (1998), *History of the (ISA) International Sociological Association*. Université de Québec. Montreal.

Ray. Larry. (2007), *Globalization and evereday*. Routledge.

Robertson Roland. (2000), *Globalization*: Social Theory and Global Culture. Sage Publication. London.

SZTOMPKA, Piotr. (2010), One Sociology or Many? In,*The ISA Handboook of Diverse Sociological Traditions*. (org) Sujata Patel. Sage, London.

TOURAINE, Alain. (2004), *Un nouveau Paradigme pour comprendre le mond d'aujourd'hui*. Fayard. Paris.

TURNER, Bryan. (2007), The enclave society: towards a sociology of immobility. *European Journal of Social Theory*. vol 10.n.2 pp. 287-303.

_____ e KHONDKER, Habibul. (2010). *Globalization*: east and west. Sage. Londres.

VESSURI. Hebe. (2015), Global social science discourse: a southern perspective on the world. *Current Sociology* vol. 63 (2) pp 297-313.

_____ e LOPEZ, Maria. (2010), Institutional aspects of the social sciences in Latin America, in, *World Social Science Report*. International Science Council Unesco Publishing. Paris.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 30/09/2017 / Aprovado em 15/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.222
10.20336/rbs.222

A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil

Clarissa Eckert Baeta Neves*
Helena Sampaio**
Rosana Heringer***

RESUMO

O artigo trata da constituição do campo de estudos sobre ensino superior. Vinculado ao reconhecimento da importância do ensino superior nas sociedades contemporâneas, a emergência desse novo campo de estudos é relativamente recente: surge nos anos 1970 nos Estados Unidos e se dissemina nas décadas seguintes para outras partes do mundo. No Brasil, embora já se evidencie, nas décadas 1940 a 1970, uma significativa produção acadêmica sobre a universidade, seus papeis na sociedade e modelos de organização – ressoando períodos de criação e de reforma da universidade no país -, é somente no final dos anos 1980 que o sistema de ensino superior e as instituições que o compõem se tornaram objeto de estudos e as pesquisas passaram a ser realizadas por grupos/núcleos e centros de investigação. Ao chamar a atenção para este novo campo de estudos, o artigo também ressalta a atualidade e pertinência nos debates envolvendo questões como igualdade de oportunidades, desigualdades sociais, estratificação e diversidade, investimentos em políticas sociais, decisões estratégicas em relação à formação de quadros profissionais e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no mundo globalizado.
Palavras-chave: ensino superior; pesquisa; sociologia.

* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade/GEU/UFRGS. Contato: clarissa.neves@yahoo.com.br
** Antropóloga, Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Contato: hssampaio@uol.com.br
*** Doutora em Sociologia, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de graduação da Faculdade de Educação da UFRJ. Contato: rosana.heringer@gmail.com

ABSTRACT

THE INSTITUTIONALIZATION OF RESEARCH ON HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

The article addresses the construction of higher education as a field of study. The emergence of this field of study is relatively new, related to the recognition of the importance of higher education in contemporary societies. It appears in USA in the 1970's and spreads along the following decades to other parts of the world. In Brazil, it can be noticed in the 1940's to the 1970's a relevant academic production about the university, its roles in society and its organizational models, reflecting periods of creation and reform of universities in the country. However, it was only in the 1980's that the higher education system and its institutions became a subject of study and researches developed by research groups and centers. Calling attention to this new field of study, the article also highlights the up to date and relevant debates involving questions such as equal opportunity, social inequalities, stratification and diversity, investment in social policies, strategic decisions in relation to training of professional cadre and to the development of science, technology and innovation in a globalized world.
Keywords: higher education; research; sociology.

Introdução

Em meio ao processo de globalização e do advento da sociedade do conhecimento, o reconhecimento da importância da educação superior desencadeou, a partir da metade do século XX, profundas transformações nos sistemas nacionais. Apoiando-se em dados empíricos que demonstram que uma maior qualificação de recursos humanos aumenta as taxas de retorno em termos de rendimento e empregabilidade, governos de toda parte passam a conceber a educação superior como um fator essencial de competitividade econômica entre os países (OCDE, 2013; MENEZES FILHO; OLIVEIRA, 2014). Ao lado desse argumento, outro, de caráter mais sociológico, passa a considerar o acesso à educação superior como um importante mecanismo para a redução da desigualdade de oportunidades e para a promoção da mobilidade social (DUBET; DURU-BELLAT; VÉRÉTOUT, 2012; NEVES, 2013).

É desse lugar de reconhecimento da importância da educação superior que ocorrem as suas transformações: são mudanças de escala e de desconcentração global do atendimento, mudanças de configuração da oferta e, especialmente, de legitimidade e de reconhecimento nas sociedades contemporâneas. No Brasil, a educação superior, seguindo essas transforma-

ções que ocorrem em âmbito mundial nesse nível de ensino, também emerge e se institucionaliza como um campo de pesquisas, tema deste texto.

Antes de avançar na questão da institucionalização da pesquisa no ensino superior no Brasil, vamos apresentar, em grandes contornos, um quadro das várias dimensões das mudanças ocorridas no ensino superior em âmbito mundial no último meio século.

Transformações do ensino superior no mundo

Mudanças de escala e de desconcentração global das matrículas caminharam juntas. Entre 1970 e 2007, quintuplicou no mundo o número de estudantes de ensino superior, passando de 28,6 milhões para 152,5 milhões. Esse incremento se intensificou neste século, quando foram incorporados 51,7 milhões novos estudantes, boa parte deles de regiões do globo com uma participação, até então, reduzida no total mundial de matrículas de ensino superior. A Ásia Oriental e o Pacífico, que respondiam em 1970 por apenas 14% das matrículas globais no ensino superior, passaram, desde a primeira metade da década de 2000, a deter mais de 30% do alunado desse nível de ensino. Também a América Latina e o Caribe, no mesmo período, dobraram a sua participação, passando de 6% para 12% no total de matrículas de ensino superior[1]. Por sua vez, a América do Norte e a Europa Ocidental que, em 1970, detinham quase dois terços do total mundial de estudantes no ensino superior, respondem hoje, apenas, por um quarto dele (UNESCO, 2012).

Atualmente, a maioria dos estudantes de ensino superior vive em países de média e baixa renda (UNESCO, 2012). China e Índia apresentaram um grande crescimento de matrículas de ensino superior na última década. Ambos os países têm hoje os maiores contingentes de estudantes de ensino superior do mundo, respectivamente 17 milhões e 10 milhões[2] (KISHORE, 2015; YUZHUO; FENGQIAO, 2015).

O Brasil também acompanhou essa expansão mundial das matrículas de ensino superior: de pouco mais de 2,5 milhões de estudantes em 2000, pas-

1 Em termos absolutos, a América Latina e o Caribe contavam em 1970 com apenas 1,9 milhão de estudantes no ensino superior; em 1990, eles eram 8,4 milhões e, em 2011, 25 milhões (IESALC/UNESCO, 2015).

2 Esses números equivalem a respectivamente 20% e a 10% da população chinesa e da população indiana na faixa etária correspondente ao ensino superior (KISHORE, 2015; YUZHUO; FENGQIAO, 2015).

sou para mais de 6.5 milhões em 2011 e ultrapassou a cifra de 8 milhões em 2015 (INEP, 2015)[3]. Com o incremento das matrículas de ensino superior, a população estudantil do país também se diversificou: as mulheres representam atualmente mais de 60% das matrículas nesse nível de ensino e pessoas com mais de 25 anos de idade perfazem quase a metade do estudantado brasileiro de ensino superior (INEP, 2015).

Importante ressaltar que o incremento do número de estudantes de ensino superior foi possível porque também ocorreram mudanças importantes em sua oferta. Em 1970, o número de universidades no mundo ocidental havia quase quadruplicado em relação ao ano de 1900, atingindo quase mil. Desde então, o número de instituições de ensino superior não para de crescer.

Não se trata apenas de mudanças quantitativas. Dois efeitos importantes da expansão do ensino superior são a diversificação da população estudantil e a diferenciação interna dos sistemas nacionais. No que tange ao primeiro aspecto, os estudantes de ensino superior hoje constituem um conjunto muito heterogêneo em termos de idade, gênero, origem socioeconômica, cor, etnia, motivações, expectativas e projetos profissionais. Em muitos países, as mulheres representam a metade da população no ensino superior; também pessoas mais velhas, pressionadas pelas exigências do mercado de trabalho, procuram obter formação superior. No Brasil, as mulheres já representam mais de 60% e pessoas com mais de 25 anos de idade constituem quase a metade das matrículas nesse nível de ensino (INEP, 2015).

Para atender à demanda crescente de ensino superior, governos investem em políticas voltadas para promover a expansão da oferta e a inclusão de grupos sociais até então impossibilitados de cursar esse nível de ensino. Por sua vez, orientadas pelas políticas públicas e também pelo crescimento do mercado de ensino superior, as instituições buscam diversificar a oferta de formação superior, disponibilizando-a em diferentes turnos (integral, vespertinos e noturnos), modalidades de ensino (presencial e a distância) e também ampliando o número de cursos e de carreiras oferecidas. O resultado desses processos é o surgimento de sistemas de ensino superior internamente bastante heterogêneos e complexos, não só constituídos por instituições

3 Não obstante esse crescimento, no Brasil, a taxa líquida de matrícula de ensino superior é de 18% (ou seja, essa é a parcela dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior), o que revela uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina (INEP, 2015).

com missões diferenciadas, voltadas para públicos também diversos e com interesses distintos nesse nível de formação, como também por instituições internamente muito hierarquizadas em função dos tipos de cursos, dos turnos em que são oferecidos e até mesmo em função da localização geográfica dos seus *campi* (SAMPAIO, 2014; ALMEIDA; ÉRNICA, 2015).

As mudanças que ocorrem nos sistemas de ensino superior em termos de escala de atendimento e de maior heterogeneidade das instituições respondem a questionamentos que, desde meados do século passado, sobretudo nos países desenvolvidos, vinham sendo feitos em relação ao relativo isolamento que as universidades mantinham frente às demandas das sociedades. Naquela época e como hoje, distintos atores sociais, burocracias públicas e privadas, movimentos sociais etc. passaram a exigir da universidade uma relação mais dinâmica com a sociedade.

Pressionada, a universidade precisou rever as suas funções e papeis e a sua própria identidade institucional, uma vez que a legitimidade cultural e social dessa instituição estava sendo colocada em xeque. Os movimentos estudantis que eclodiram em várias partes do globo na segunda metade do século XX e o movimento da contracultura abalaram a confiança e o orgulho das universidades tanto internamente como na sua relação com a sociedade. É nesse contexto que surgem vários formatos de ensino superior, notadamente estabelecimentos não universitários voltados para um treinamento mais especializado. O fato é que a emergência de outros tipos de instituições, além da universidade clássica do século XIX, corroeu a equivalência que por muito tempo havia perdurado entre universidade e ensino superior (DOUGHERTY, 1997; SCHOFER; MEYER, 2005; TROW, 1973; RIESMAN; JENKS, 1968; SCHWARTZMAN, 2014)[4].

Ensino superior como objeto de pesquisa

O reconhecimento da importância do ensino superior nas sociedades contemporâneas e as transformações pelas quais os sistemas nacionais passaram nos últimos cinquenta anos têm contribuído para trazê-lo para o centro de um amplo debate público em escala mundial. Este debate mobiliza cien-

4 Um dos problemas decorrentes dessa diversificação institucional é a conversão imediata dos diplomas de ensino superior no mercado de trabalho, a qual, segundo alguns autores, começou a ficar incerta.

tistas, *policy makers*, líderes estudantis, agências de fomento internacionais, para consolidá-lo, na academia, como um objeto privilegiado de pesquisa para sociólogos, educadores, cientistas políticos, economistas etc. Portanto, os estudos voltados especificamente para o ensino superior são relativamente recentes: surgiram nos anos 1970 nos Estados Unidos e se disseminaram nas décadas seguintes para outras partes do mundo (MARTINS, 2012).

No processo de constituição do campo de pesquisa sobre o ensino superior, Brunner (2009) chama atenção para dois aspectos: o primeiro é a complexidade crescente de sua organização à medida que se incorporam novos temas, tópicos e assuntos de pesquisa, resultando em uma multiplicação de linhas de pesquisa e de reflexão; o segundo aspecto refere-se à galopante importância atribuída à abordagem comparativa dos estudos, resultando na internacionalização de temas e de perspectivas de análise.

Pode-se assegurar que o campo do conhecimento sobre o ensino superior está hoje praticamente consolidado. Com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, o ensino superior é investigado em diferentes dimensões na contemporaneidade. Diversos grupos de pesquisa instalados em centenas de universidades espalhadas pelo globo mobilizam ampla rede de pesquisadores que organizam congressos e simpósios intermitentes e produzem conhecimento que circula em periódicos internacionais e nacionais especializados. Em muitas universidades o ensino superior tornou-se assunto de disciplinas de graduação e de pós-graduação, despertando o interesse de pesquisadores provenientes de filiações disciplinares distintas.

Todavia, embora o campo de estudos sobre ensino superior encontre-se em rápida evolução, Brunner (2009) observa que na América Latina, e no Chile em particular, ele ainda se caracteriza por reduzido grau de institucionalização e por oferecer uma ainda pequena contribuição nesse campo do conhecimento.

Ensino superior como campo de estudos na sociologia

Passamos a falar de uma "sociologia do ensino superior" a partir da formação de um campo de estudos específico no interior das ciências sociais (GUMPORT, 2007). De forma pioneira, Burton Clark (1983; 2001) foi o responsável por desenvolver, no contexto norte-americano, uma sociologia do ensino superior. Essa sociologia privilegiava temas como: profissão acadê-

mica, estrutura organizacional das instituições, governo das universidades, desigualdades de classe, raça e gênero no acesso ao ensino superior etc.

Hoje, quando consideramos relativamente tardia – anos 1970 – a emergência, na sociologia, de um campo de estudos sobre ensino superior, não queremos dizer que não houvesse, antes daquela década, reflexão sociológica sobre a universidade nem tampouco que o tema da educação estivesse ausente da reflexão sociológica.

Nos anos 1960, no contexto dos movimentos estudantis, seus líderes, cientistas sociais de diversos países, *policy makers*, organismos internacionais e uma variada gama de intelectuais se mobilizaram em torno da questão da universidade, produzindo obras memoráveis como: *May 68: la brèche vingtans après*, de Morin, Lefort e Castoriades (1968); "The knowledge factory – dismantling the corporate university and creating true Higher Education, de Aronowitz (2000); "*Os usos da universidade*", de Clark Keer (1982); "*Université et societéaux* États-*Unis,* de Alain Touraine (1972), dentre outras. Da mesma forma, o tema da educação também sempre teve lugar de destaque nas obras de autores clássicos da sociologia preocupados com os processos de constituição da modernidade (MARTINS, 2012).

O que procuramos enfatizar é que foi apenas a partir do final da década de 1970 que se deu a constituição de um subcampo de estudos específico – o ensino superior. Acompanhando as transformações ocorridas nos sistemas nacionais, sua crescente complexidade e importância nas sociedades contemporâneas, a sociologia do ensino superior passou a abarcar um amplo leque de temas e questões.

No campo da reflexão sobre o ensino superior, as análises tendem a se dividir em dois grandes quadros interpretativos: i) os que buscam destacar a relação que as instituições de ensino superior mantêm com o processo de reprodução dos grupos dominantes e seus vínculos com poder econômico e político, orientando-se pelo legado de Bourdieu e Passeron (1975) e também o inovando, e/ou ainda aqueles que buscam destacar a corrosão dos valores intrínsecos da vida universitária (SANTOS, 1989); e ii) os que procuram enfatizar o potencial de contribuição das instituições de ensino superior para a democratização das sociedades contemporâneas, para a inovação cultural e para a formação de indivíduos intelectualmente autônomos.

Dentre a multiplicidade de temas abordados na sociologia do ensino superior, destacam-se os referentes: ao funcionamento dos sistemas, como

governança, financiamento, regulação e avaliação de sua qualidade; à sua configuração, com ênfase para a relação entre setor público e privado, as tendências simultâneas de isomorfismo e de diferenciação do sistema, para a ocorrência de estratificação horizontal e hierarquização do ensino superior, considerando-se os diferentes tipos de instituição, os cursos e carreiras oferecidos, o perfil dos estudantes, a posição dos formados no mercado de trabalho etc.; aos processos de privatização e de mercantilização do ensino superior; aos processos de ensino e aprendizagem em contextos de massificação do ensino superior; ao clima institucional no contexto das universidades multiculturais e multiétnicas, dentre outros.

Um tema importante que desponta com força hoje no campo dos estudos sobre ensino superior é o da diferenciação institucional no interior dos sistemas nacionais, entre, de um lado, as universidades de pesquisa e, de outro, as instituições de formação vocacional. Uma questão central em torno do tema da diferenciação institucional é se ela não comprometeria o efeito potencial de democratização que poderia ter sido produzido pela expansão no ensino superior em nível mundial.

Para Martins (2012), um dos riscos da formação de um campo específico do conhecimento sobre ensino superior é a emergência de "sociologias nacionais" voltadas ao tratamento de questões educacionais e à análise dos sistemas educacionais no interior de uma sociologia especializada – a sociologia da educação. Como corolário desse processo de especialização, teríamos a sociologia do ensino superior como um subcampo da sociologia da educação, voltando-se especificamente para a análise dos sistemas de ensino superior das sociedades contemporâneas.

A constituição do campo de estudos sobre ensino superior no Brasil

Em meados dos anos 1970 já se contabilizava no Brasil uma significativa produção acadêmica sobre a universidade, seus papeis na sociedade e seus modelos de organização e governo. Em geral, essas reflexões tinham como matéria os projetos de criação de universidade no país e a discussão suscitada em torno deles ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano, quando se instalaram, nos anos 1930, as primeiras universidades no país (SAMPAIO, 2000).

O texto mais antigo sobre o ensino superior no Brasil é de autoria de Ernesto de Souza Campos intitulado "Educação superior no Brasil", publicado pelo Serviço Gráfico do Ministério da Educação, em 1940. Destacam-se ainda os trabalhos de Fernando de Azevedo, de 1937, e de Anísio Teixeira, de 1968. Outros estudos que se tornaram referência da área são de Darcy Ribeiro (1975), de Vieira Pinto (1962) e de Florestan Fernandes (1975). Todavia, a existência desses trabalhos não indica a emergência, no país, de um campo específico de estudos sobre ensino superior, o que ocorreria um pouco mais tarde, entre meados dos anos 1970 e final da década de 1980. É nesse período que podemos demarcar a primeira fase dos estudos sobre o ensino superior. Ela se caracteriza por estudos realizados individualmente por intelectuais que, ao lado de outros temas de interesse, também se dedicavam a refletir sobre o ensino superior e sobre a ideia de universidade no Brasil.

No final dos anos 1970, dois trabalhos constituem um marco nesse campo de estudo: o livro Educação Superior Brasileira, organizado por Simon Schwartzman et all (1979), e a trilogia escrita por Luiz Antônio Cunha, em que analisa a evolução da educação superior no Brasil em três períodos: da época colonial à era Vargas (Universidade Temporã, 1980); no período da República Populista (Universidade Crítica, 1983); e durante o período da ditadura militar (Universidade Reformada, 1988).

Em resenha publicada em 1981, Cunha registrava que o aumento do interesse na universidade como objeto de estudo se devia à sua importância no contexto das políticas dos governos militares. Posteriormente, assinala o autor, o interesse se manteria ainda como ressonância do destaque que havia tido nos discursos oficiais em torno da universidade e do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, simultaneamente à percepção de uma continuada crise institucional provocada, mais uma vez, pelas políticas (e pela ausência delas) governamentais.

Com efeito, nos anos 1970, o ensino superior apareceu como tema de vários estudos que reagem às iniciativas de reforma da universidade pelos governos militares, às suas concepções, ao impacto delas sobre o sistema de ensino superior e sobre a vida acadêmica. A Reforma Universitária de 1968 foi, por exemplo, analisada sob diferentes perspectivas na época: tratada como "reforma consentida", Vieira (1982) e Fávero (1990) associaram a funcionalidade pretendida pela Reforma à busca de uma maior racionalização, por parte dos governos militares, dos custos da universidade pública. Oliven

(1989) e, mais tarde, Durham (1985) analisaram a Reforma respectivamente da perspectiva do impacto da substituição da cátedra pelos departamentos e da introdução da pós-graduação. Freitag (1977) e Cunha (1975) já haviam apontado os efeitos perversos da Reforma, especialmente quanto à possibilidade de a expansão do sistema de ensino superior se realizar por meio da expansão da oferta privada.

No final dos anos 1980, teve início uma segunda fase dos estudos sobre o ensino superior no Brasil, a qual trouxe duas novidades em relação à anterior: a primeira é que o próprio sistema de ensino superior e as instituições que o compõem tornaram-se objeto de estudos, ampliando e diversificando a produção de conhecimento na área; a segunda novidade é que a pesquisa passou a ser feita por grupos/núcleos e centros de investigação que reúnem pesquisadores com interesses comuns, ou seja, ela não é mais resultado da reflexão individual de um pesquisador trabalhando isoladamente. Essa segunda fase vincula-se tanto ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação na área das Ciências Sociais e na área da Educação como ao surgimento de núcleos e de centros de pesquisa no país[5]. É também nessa segunda fase, no contexto da consolidação dos grupos de pesquisa sobre ensino superior e da consolidação do ensino superior como um campo específico de estudo, que ocorreram duas iniciativas importantes: a criação do GT Educação Superior na Sociedade contemporânea[6] na SBS, em 2011, e a

5 Destacamos alguns desses centros: a) Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior (NUPES), da Universidade de São Paulo, criado em 1989 sob a liderança de Simon Schwartzman e Eunice Durham, atualmente extinto; b) Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 1988; c) Núcleo de Estudos sobre Universidade (NESUB) da Universidade de Brasília; d) o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e) o Observatório Universitário ligado à Universidade Cândido Mendes/RJ; f) o Centro de Estudos sobre Ensino Superior e Políticas Públicas para a Educação (CESPE) da Universidade Federal de Minas Gerais; g) o Laboratório sobre Acesso e Permanência na Universidade (LAP) da Universidade Federal Fluminense; h) o Laboratório de Estudos de Educação Superior (LEES), criado em 2014 e que reúne pesquisadores e professores de várias unidades da Unicamp; i) o Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES) e j) o mais recente Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 Esse GT vem se consolidando como um importante espaço para discutir as relações existentes entre as novas configurações do ensino superior e as mudanças que ocorrem nas sociedades nacionais, notadamente a brasileira. Procura-se destacar a especificidade do ensino superior como campo teórico e empírico de investigação e a sua interface com outros campos consagrados na sociologia, como a sociologia das instituições, da ciência, das profissões, dos estudantes, do trabalho etc. O GT Educação Superior na Sociedade Contemporânea, em suas três edições desde 2011, contou com 72 trabalhos: 13 em 2011; 35 em 2013 e 24 em 2015.

criação do GT Novas configurações do ensino superior na sociedade contemporânea[7] na ANPOCS, em 2014.

Com efeito, a existência de mais de uma dezena de grupos, núcleos ou centros de pesquisas sobre o ensino superior vinculados a diversas universidades brasileiras corrobora a observação de Brunner (2009). Ao analisar o desenvolvimento do campo de estudos sobre o ensino superior, o autor chama a atenção para o fato de ele estar se consolidando no Brasil por meio da constituição de uma rede de pesquisadores e de centros de pesquisa vinculados a programas de pós-graduação.

A existência desses grupos e centros de pesquisas no país reflete também a amplitude dos temas investigados e a pluralidade das perspectivas de análise. A maioria dos centros tem formação multidisciplinar, com a participação de sociólogos, educadores, cientistas políticos, antropólogos, economistas etc.

Temas investigados e breves notas para uma agenda de pesquisa para o fortalecimento da área de estudos sobre o ensino superior no Brasil

Em relação aos temas investigados no campo de estudos sobre ensino superior, constata-se uma progressiva, porém lenta, diversificação. Um levantamento preliminar dos temas recorrentes nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas universidades brasileiras, nos textos resultantes de investigações publicados pelos pesquisadores vinculados aos centros e núcleos, nas propostas de apresentação de trabalhos nos GTs, tanto no da SBS como no da ANPOCS, revela que questões relacionadas às desigualdades de acesso no ensino superior e aos seus efeitos, às condições sociais dos estudantes ou

7 A proposta de criação deste GT ocorreu em 2013 por iniciativa de um grupo de pesquisadores reunidos em seminário na UFRJ sobre Transformações do Ensino Superior no Brasil. O novo GT deveria ser um espaço de sistematização dos debates com foco no ensino superior e viria substituir o GT Educação e Sociedade, criado com a ANPOCS e atuante até 2012. A nova proposta partia da constatação que o campo da educação como tema de GT havia ampliado demasiadamente nos últimos anos, inviabilizando abarcar as inúmeras questões sob estudo. O novo GT, focado no ensino superior, visa discutir as relações recíprocas entre as mudanças que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas e as novas configurações do ensino superior, além de tratar também dos desafios teórico-metodológicos decorrentes dessas mudanças para as ciências sociais no Brasil.A primeira reunião do novo GT ocorreu na ANPOCS em 2014 e contou com uma excelente receptividade por parte do público, com intensos debates nos três dias de reunião.

ainda às hierarquias entre cursos, às instituições no sistema nacional tendem a ser priorizadas por pesquisadores brasileiros.

No Brasil, conforme observamos, os estudos sobre o ensino superior, especialmente os produzidos na segunda fase da trajetória de constituição desse campo, procuram acompanhar as questões que emergem das transformações do sistema nas últimas décadas. Em geral, propõem-se a entender as mudanças ocorridas remetendo-as às características básicas do sistema nacional, como o controle exercido pelo Estado sobre ele, o caráter dual de sua organização - um setor público e um setor privado etc. Esses traços, por assim dizer estruturais, constituem o marco delimitador das condições em que as transformações ocorrem e ganham significado. Dentre as principais características do sistema nacional de ensino superior, destacamos:

- coexistência de um setor público, formado por instituições mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) e que oferece, com algumas exceções no segmento municipal, educação gratuita e de um setor privado, mantido por meio da cobrança de mensalidades dos estudantes;
- heterogeneidade do sistema de ensino superior quanto à sua qualidade acadêmica, que se manifesta tanto entre o setor público e o privado como no interior de cada um deles;
- desequilíbrio na distribuição de matrículas de ensino superior entre o setor público e o privado; este último responde por 75% do total de matrículas e por mais de 80% do total de instituições de ensino superior do sistema nacional;
- presença de novos provedores no setor privado com fins-lucrativos: grupos educacionais com capital aberto em bolsas de valores e que já concentram parte significativa das matrículas no ensino superior privado;
- desequilíbrio, de forma invertida, no nível de pós-graduação, com a predominância da oferta pública de programas de mestrado e de doutorado;
- tímida diferenciação e forte tendência ao isomorfismo institucional no interior do sistema de ensino superior;
- rigoroso controle do Estado sobre o sistema de ensino superior, com as prerrogativas de formulação de políticas, elaboração de instrumentos e execução da regulação e de avaliação do segmento das universidades federais e das instituições privadas;

- modelo único de financiamento do setor público que compromete a sua expansão;
- mecanismos ainda pouco flexíveis de acesso ao ensino superior, especialmente nas instituições públicas mais seletivas;
- existência de um vigoroso sistema de pós-graduação baseado em avaliação trienal por pares e programas contínuos de fomento;
- recente e crescente preocupação com a internacionalização permeando boa parte do sistema nacional.

É nesse quadro complexo de características do sistema de ensino superior no Brasil (NEVES; MARTINS, 2016) que se inscrevem os principais temas de investigação que, por sua vez, traduzem as preocupações e as discussões públicas, notadamente nas universidades públicas, sobre o ensino superior.

Claro exemplo disso são os estudos sobre a reforma universitária, que não chegou a ser implementada, no início deste século. No período entre a segunda metade dos anos 1990 e os primeiros anos do século XXI, quando ocorreu uma nova onda de expansão do sistema, o tema da reforma do ensino superior foi alçado ao primeiro plano da agenda pública de discussões. Questões como autonomia financeira, gestão das instituições públicas, regulação e supervisão da iniciativa privada no ensino superior ganharam o centro dos debates públicos. Todavia, dificuldades de ordem política impediram que as propostas discutidas se transformassem em um projeto de reforma. Em 2004, o governo federal, a partir dos debates envolvendo setores da comunidade acadêmica e da sociedade civil, apresentou um projeto de reforma universitária que não chegou a seguir os trâmites legais para a sua implementação. Na falta de uma reforma ampla e integrada do sistema, o governo federal adotou políticas voltadas para a ampliação do acesso a esse nível de ensino. Essas políticas se traduziram em diferentes programas destinados a segmentos específicos do sistema federal, como o Reuni, voltado para as universidades federais, e o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Financiamento estudantil (Fies), ambos programas de financiamento público para estudantes matriculados em instituições privadas. Os efeitos desses programas federais na expansão e configuração do sistema de ensino superior na última década são incontestes, constituindo-se em objeto de várias pesquisas com diferentes abordagens teóricas e metodológicas

(NEVES, 2013; 2014; NEVES; ANHAIA, 2014; SAMPAIO, 2014; HERINGER, 2015; 2016; BARBOSA, 2016; BALBACHEVSKY; SAMPAIO, 2017).

Em algumas redes de investigação mais consolidadas, os seus pesquisadores têm se mobilizado, sobretudo, em torno de outros eixos temáticos: governança do sistema de ensino superior e de suas instituições; expansão e diversificação institucional do ensino superior; processos de privatização e mercantilização do ensino superior; ensino superior e estratificação social; ensino superior e sua interface com o sistema nacional de inovações e seu papel na competitividade nacional; gestão econômica do ensino superior; internacionalização do ensino superior e comparações internacionais.

Embora tenham havido esforços no sentido de ampliar e de diversificar os temas de estudo, a produção acadêmica no Brasil sobre o ensino superior parece sugerir que ainda estamos sob o impacto de buscar compreender os efeitos da expansão recente do sistema nacional. Não por acaso, predominam estudos sobre desigualdades de acesso, hierarquias de cursos e instituições, políticas de ação afirmativa, políticas de expansão do sistema federal etc., temas cuja chave conceitual remete, direta e indiretamente, à relação entre desigualdade educacional e estratificação social nas sociedades de classe, em particular, na brasileira[8].

Por outro lado, outros temas que se firmam como importantes na agenda internacional de estudos sobre ensino superior passam paulatinamente a ser foco de interesse dos pesquisadores brasileiros. Dentre os temas da agenda nacional e que merecem maior aprofundamento teórico e conceitual, destacamos:

- governança do sistema universitário brasileiro e de suas instituições;
- ensino superior, sistemas de inovação e competitividade nacional;
- internacionalização do ensino superior e comparações internacionais;
- diferenciação e modernização das carreiras e cursos pós-secundários;
- processos de privatização e mercantilização do ensino superior;
- excelência na pesquisa e inovação tecnológica;
- financiamento do ensino superior;
- ampliação das funções e do raio de atuação do ensino superior nas sociedades contemporâneas;

8 Trata-se, em geral, da apresentação de resultados de pesquisas empíricas sobre a implantação do programa PROUNI em instituições privadas, a implantação da política de cotas raciais e do programa REUNI em universidades federais.

- instituições de ensino superior de massa e instituições voltadas para formação de elites nacionais e/ou globais;
- ensino superior e processo de globalização;
- mobilidade acadêmica - estudantes e docentes;
- impacto dos *rankings* internacionais e/ou nacionais na configuração e na dinâmica das instituições de ensino superior;
- formação pós-secundária e mercado de trabalho;
- acesso, permanência e evasão no ensino superior;
- articulação entre universidades e empresas.

O campo da educação superior, todavia, não se limita a uma lista de temas. Ele dialoga com questões centrais e indispensáveis da sociologia brasileira, principalmente com os debates sobre igualdade de oportunidades, desigualdades sociais, estratificação e diversidade. Dialoga também, fortemente, com questões relativas às análises de políticas públicas, às prioridades dos investimentos no campo das políticas sociais e às decisões estratégicas em relação à formação de quadros profissionais e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Essas contribuições se traduzem em debates sobre a qualidade da formação oferecida pelos cursos superiores, sobre o papel do Estado, o do setor privado, o das organizações da sociedade civil e o dos movimentos sociais na educação. Nesse cenário, destaca-se a interface da área com as pesquisas sobre a presença e a visibilidade de diferentes atores políticos no debate educacional - movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBT dentre outros[9].

No período de formação da sociologia, a relação entre modernidade e educação ocupou um lugar privilegiado no pensamento de autores clássicos da disciplina. Entretanto, conforme observa Martins (2012), essa relevância tende a diminuir à medida que avançamos para um período mais recente, especialmente em autores contemporâneos que se dedicam a estudar o processo de constituição e transformação da modernidade[10]. Buscando entender

9 A abertura de um espaço para que novos atores assumam a liderança da formulação do debate público sobre os diferentes níveis de ensino, inclusive o superior, não é uma prerrogativa do contexto brasileiro, fazendo-se presente em diferentes sociedades nacionais na contemporaneidade. Ver, a esse respeito, Poupeau (2003); Coulon e Neves (1990); Carlos Torres (1998).

10 Referimos aqui a autores como Habermas (1929), Giddens (1938), Stuart Hall (1932-1914), Bauman (1925-2017), Castels (1942), dentre outros.

as razões da opacidade da temática educacional nos estudos que tratam a modernidade em sua fase atual, Martins (2012) apresenta uma hipótese. Para ele, embora tenha ocorrido um aumento significativo de trabalhos acadêmicos voltados para o ensino superior, que são divulgados em uma grande gama de periódicos internacionais especializados, a abordagem tende a se concentrar em temas especializados: financiamento da educação; gestão do sistema universitário; acesso etc. A consequência dessa especialização é a diminuição da articulação das análises sociológicas do ensino superior com questões do processo de modernidade em sua fase contemporânea.

Desde o advento da modernidade (HABERMAS, 2002), a esfera cultural tornou-se uma de suas principais dimensões. Diversas instituições – escolas, academias de ciência, universidades – passam a integrar com dinamismo a esfera cultural da modernidade em sua fase inicial. A partir do século XVIII, tornou-se possível seguir uma carreira intelectual como professor, escritor, membro assalariado das academias de ciência. O modelo de universidade, concebido por Humboldt em 1810, que proclamava a sua autonomia institucional frente às demandas da religião e do Estado e, ao mesmo, a sua posição estratégica na pesquisa, no desenvolvimento e na formação de professores de elevado padrão intelectual, difundiu-se por toda parte (MARTINS, 2012).

O surgimento da sociologia no século XIX é, portanto, um produto da modernidade: representa um desdobramento cultural de sua constituição e expressa uma das formas de elaboração de uma autoconsciência intelectual de sua própria emergência. Nesse sentido, ainda seguindo os argumentos de Martins (2012), a sociologia é ela própria projeto intelectual inovador que busca compreender analiticamente as profundas mudanças econômicas culturais e políticas, as novas formas de pensar, sentir e comportar dos atores sociais produzidas pela modernidade.

Em suma, para Martins (2012), o processo de constituição de um campo específico sobre o ensino superior no âmbito da sociologia representa avanços, mas traz riscos. Para ele, o principal é o de gerar uma produção do conhecimento fechada em si mesma, liderada por especialistas que têm como alvo a comunicação entre eles próprios por meio de revistas e fóruns de discussão especializados. Para esse autor, um dos desafios das ciências sociais no presente é a reflexão sobre a relação que existe entre o processo de constituição da modernidade - e a sua posterior trajetória - e os sistemas

de ensino nacionais[11] em virtude da posição relevante que ocupam na esfera cultural da modernidade. Em um sentido complementar, cabe indagar, sugere Martins (2012), acerca das possíveis contribuições desse novo campo para as ciências sociais em sua tarefa de refletir a constituição da modernidade e sua trajetória na contemporaneidade. Em suas palavras:

[*a reflexão sobre o ensino superior] "no interior das diversas sociedades nacionais constitui um desafio crucial para as ciências sociais na atualidade, destacadamente para a sociologia, em função da posição relevante que as instituições de ensino têm ocupado na esfera cultural da modernidade"* (MARTINS, 2012, p. 101).

Considerações finais

Em seu estudo "*As the University in crisis",* Calhoun (2006) observa que desde o final do século XIX o modelo organizacional das universidades foi incorporado em diferentes sociedades nacionais. Com isso, a instituição universitária ganhou centralidade na esfera pública em seus respectivos países à medida que fornecia treinamento especializado e sólida base para a constituição da cidadania.

Atualmente são bastante conhecidas, ou ao menos anunciadas, as complexas e estratégicas relações que o ensino superior mantém com o desenvolvimento econômico, com a produção de conhecimentos técnicos e científicos, com as crescentes exigências socioeconômicas de democratização e de igualdade de oportunidade nas sociedades contemporâneas.

Portanto, não faltam justificativas empíricas para estudar o ensino superior e podemos elencar uma série delas: retorno econômico do diploma para os indivíduos; necessidade de expansão da cobertura do sistema; aumento do custo de financiamento do ensino superior; seu caráter estratégico na inovação e no desenvolvimento do mercado de trabalho; diversificação dos percursos escolares e suas implicações na formação superior, na regulação burocrática e no mercado de trabalho; valorização desigual dos diplomas; relação entre ampliação do acesso e democratização do sistema com a inclusão de setores mais populares; desenvolvimento tecnológico e disputas

11 Partindo de uma formulação de Clark (1983), Martins (2012) concebe sistemas de ensino nacionais como a rede de instituições de educação formalmente existentes no interior das sociedades nacionais.

sociais em torno do sentido e do valor da educação superior (por que quatro anos de estudos tecnológicos valem menos que os mesmos anos em cursos de bacharelado), dentre outras.

Neste texto, procuramos indicar alguns elementos para a reflexão sobre a constituição do campo de estudos sobre o ensino superior, notadamente sobre o caso brasileiro. Houve avanços, mas ainda restam muitos desafios nesse campo.

O primeiro refere-se ao tema geral da internacionalização. Embora a questão tenha ganhado espaço na agenda de preocupações de acadêmicos, gestores universitários e nas arenas de formulação de políticas para o ensino superior sob o impacto da publicação dos rankings internacionais e da disseminação do conceito de "world class universities", não se assiste a um debate sistemático a respeito. Menos ainda temos conhecimento de explicitação de diretrizes e de estratégias que orientam as instituições em relação a essa questão. Ligada ainda ao tema da internacionalização, constatamos também no campo de estudos sobre ensino superior uma presença muito tímida de análises comparativas entre países[12].

Tradicionalmente, as instituições de ensino superior no Brasil têm poucos recursos e instrumentos para desenvolverem planos consistentes e próprios de inserção internacional. Elas são dependentes, na maior parte dos casos, dos programas de apoio mantidos pelas agências de fomento, notadamente Capes e CNPq, as quais não apoiam, por exemplo, planos estratégicos das instituições para a internacionalização. Apoiam, outrossim, projetos específicos de cooperação internacional com universidades estrangeiras por meio do custeio da mobilidade acadêmica.

É recente o movimento das universidades, sobretudo as melhores posicionadas nos rankings internacionais, no sentido de definirem estratégias e perseguirem objetivos institucionais mais abrangentes e complexos no tocante à internacionalização. Esses movimentos implicam a integração da universidade em redes internacionais de ensino de graduação, o aprimoramento da infraestrutura e o estímulo aos grupos de pesquisa em áreas de ponta, de modo a se tornarem polos de atração de doutorandos e pós-doutorandos. Em suma, trata-se de afirmar, crescentemente, a universidade

12 Esse tema esteve presente no Grupo de Trabalho da ANPOCS em suas três edições, inclusive com certa dose de indução por parte de seus organizadores atentos à valorização e à ampliação desta temática no campo de estudos sobre o ensino superior.

como uma referência internacional em áreas do conhecimento e pesquisa consideradas estratégicas, reforçar as parcerias simétricas e abrir o ensino à exposição internacional e à competição global.

O segundo desafio remete ao que vem sendo insistentemente colocado, em diversas ocasiões, pelo professor Carlos Benedito Martins: as Ciências Sociais devem reconduzir para a agenda de suas pesquisas a análise dos sistemas de ensino e, no caso específico, do ensino superior de maneira a preservar a perspectiva macroanalítica delineada pelos clássicos da nossa disciplina.

Por fim, o terceiro desafio é superar uma certa visão academicista de ensino superior, como insistem Simon Schwartzman, Maria Ligia Barbosa, Elizabeth Balbachevsky e Helena Sampaio. Esses pesquisadores têm chamado a atenção para a importância de mantermos a reflexão crítica sobre o viés academicista presente nas análises sobre o ensino superior na contemporaneidade, notadamente as realizadas no Brasil. Se os benefícios da diferenciação e diversificação dos sistemas de ensino superior são tantos, por que o viés academicista insiste em permanecer? Essa questão remete à outra que trata da relação entre ensino superior e desigualdade social. O universalismo do acesso e a permanência no ensino superior devem ser entendidos no contexto das condições desiguais de desempenho acadêmico. Que tipos de conhecimentos estão associados a posições dominantes na sociedade? As estratégias de "alongamento" e de qualificação da escolarização são, em regra, estratégias elitistas (GOLDTHORPE, 1996). Há uma grande tensão entre o conteúdo dos saberes e a força dos títulos. A posição dominante dos títulos tem efeitos de proteção de carreiras e instituições e, inversamente, de desqualificação de outros títulos e da experiência. Os efeitos mais graves do academicismo são o obscurecimento e o enviesamento da análise sociológica, que pode levar a um retrocesso da forma de dominação quando se insiste em reafirmar o bacharelismo e o patrimonialismo em detrimento de outros saberes.

Referências

ALMEIDA, Ana Maria; ÉRNICA, Maurício. (2015), Inclusão e segmentação social no ensino superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). *Educação e Sociedade*, v. 36, n. 130, pp. 63-83.

ARONOWITZ, Stanley. (2000), *The knowledge factory* – dismantleing the corporate university and creating true Higher Education. 1. ed. Boston: Beacon Press.

AZEVEDO, Fernando. (1937), *A educação e seus problemas*. 1. ed. Rio de janeiro: Companhia Editora Nacional.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; SAMPAIO, Helena. (2017), Brazilian Post-secondary Education in the twenty first Century: A Conservative modernization. In: ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; WIT, Hans de (ed.). Responding to Massification. Differenciation in *Post-Secondary Education Wordwide*. Rotterdam/Boston/Taipei: Sense Publishers Books. pp. 155-166. Disponível em: https://www.sensepublishers.com/catalogs/bookseries/global-perspectives-on-higher-education/responding-to-massification/.

BARBOSA, Maria Ligia de O. (Org.). (2016), *Ensino Superior*: expansão e democratização. 1. ed. Rio de janeiro: 7 Letras.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. (1975), *A Reprodução* - elementos para uma teoria dos sistemas de ensino. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRASIL (2015), Censo da Educação Superior – 2014. *Principais Resultados*. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP.

BRUNNER, Joaquin. J. (2009), La Universidad, sus derechos e incierto futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 49, pp. 77-102.

CALHOUN, Craig. (2006), Is the University in crisis? *Society*, v. 43, n. 45, pp. 8-18.

CLARK, Burton. (1983), *El sistema de educación superior* – una visión comparativa de la organización académica. México: Universidade Autónoma Metropolitana; Azacapotzalco: Nueva Imagen.

CLARK, Burton. (2001), *The Entrepreneurial University*: New Foundations for Collegiality, Autonomy, and Achievement. Higher Education Management, v. 13, n. 2, pp. 9-24.

COULON, Alain; NEVES, Angela. (1990), *Sociologie de l'Éducation*: dixans de recherche. Paris: L'Harmatan.

CUNHA, Luís Antônio. (1975), A expansão do ensino superior: causas e consequências. *Debate & Crític*a, n. 5, pp. 27-58.

CUNHA, Luís Antônio. (1980), *Universidade Temporã*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1983), *Universidade Crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1988), *Universidade Reformada* – o golpe de 64 e a modernização do ensino superior. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CUNHA, Luís Antônio. (1981), A organização do campo educacional: as conferências da educação. *Educação & Sociedade*, ano III, n. 9, pp. 3 – 48.

DOUGHERTY, Kevin. (1997), Mass Higher Education: What is it Impetus? What is it Impact? *Teachers College Record*, v. 99, n. 1, pp. 66-72.

DUBET, Francois.; DURU-BELLAT, Marie.; VÉRÉTOUT, Antoine. (2012), As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. *Dossiê Sociedade e Educação*: dilemas contemporâneos.Sociologias, ano 14, n. 29, pp. 22-70.

DURHAM, E. (1985), *O movimento da reforma universitária da década de 60*. 1. ed. São Paulo: USP. Mimeo.

FÁVERO, Maria de Lourdes, A. (1990), *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Matos. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez.

FERNANDES, Florestan. (1975), *Universidade brasileira*: reforma ou revolução? 1. ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

FREITAG, Barbara. (1977), *Escola, Estado e Sociedade*. 1. ed. São Paulo: EDART.

GOLDTHORPE, John H. (1996), "Class Analysis and the Reorientation of Class Theory: The Case of Persisting Differentials in Educational Attainment". *The British Journal of Sociology*, v. 47, n. 3, Special Issue for Lockwood, pp. 481-505.

GUMPORT, Patricia. (2007), Sociology of Higher Education. Contribution and their contexts. 1. ed. *Baltimore*: The Johns Hopkins University Press.

HABERMAS, Jürgen. (2002), *Discurso filosófico da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

HERINGER, Rosana R. (2015), Affirmative Action and the Expansion of Higher Education in Brazil. In: HERINGER, Rosana. R; JOHNSON, Ollie. (Org.). Race, Politics and Education in Brazil: affirmative action in higher education. 1. ed. *New York:* Palgrave Macmillan, v. 1. pp. 111-132.

HERINGER, Rosana R. (2016), Democratização da Educação Superior no Brasil: Novas Dinâmicas, Dilemas e Aprendizados. *Cadernos do GEA*, v. 7, pp. 2-4.

KEER, Clark. (1982), *The uses of University*. 1. ed. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

KISHORE, M. J. (2015), Higher Education, social demand and social equity in India. In: PILLAY, P.; PINHEIRO, R.; SCHAWTZAMAN, S. (ed.). *Higher Education in the Brics Countries*: Investigating the pact between higher education and society. Dordrecht: Springer. pp. 125-148.

MARTINS, Carlos B. (2012), Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro. Dossiê Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos. *Sociologias*, ano 14, n. 29, pp. 100-127.

MENEZES FILHO, Naercio A.; OLIVEIRA, Alinson P. (2014), Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per Capita no Brasil. São Paulo: Centro de políticas Públicas do INSPER, *Policy Papers*. n. 9, pp. 1-29.

MORIN, Edgar; LEFORT, Claude; CASTORIADES, Cornelius. (1968), *May 68*: la brèche vingtans après. 1. ed. Paris: Fayard.

NEVES, Clarissa E. B. (2014), Enseñanza Superior en Brasil y las políticas de inclusión social. *Páginas de Educación*, v. 7, pp. 299-320.

NEVES, Clarissa E. B.; MARTINS, Carlos B. (2016), Ensino superior no brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). J*ovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. 1. ed. Brasília: IPEA; Pequim: Social Science Academic Press/ SSAP, v. 1. pp. 95-124.

NEVES, Clarissa E. B. (2013), Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M.A.; ZAGO, N. (org.). *Família & Escola*: Novas Perspectivas de Análise? 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 1. pp. 278-311.

NEVES, Clarissa E. B.; ANHAIA, Bruna C. (2014), Políticas de Inclusão Social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul.. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. (org.). *Ensino Superior: expansão e democratização*. 1. ed. Rio de janeiro: 7 Letras. pp. 371-401.

OCDE – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2013), *Education at a Glance - OECD Indicators.* http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf.

OLIVEN, Arabela C. (1989), Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira. In: MARTINS, C. B. (org.). *Ensino superior brasileiro: Transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense. pp. 49-66

POUPEAU, Franck. (2003), *Une sociologie d'État*: l'école et ses experts en France. 1. ed. Paris: Raisons d'agir.

RIBEIRO, Darcy. (1975), *A universidade necessária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIESMAN, David; JENCKS, Christopher. (1968), *The Academic Revolution*. 1. ed. Garden City, New York: Doubleday.

SAMPAIO, Helena. (2000), *O ensino superior no Brasil* - o setor privado. São Paulo: Fapesp/Hucitec.

SAMPAIO, Helena. (2014), Privatização do ensino superior no Brasil: Velhas e novas questões. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: EditoraUnicamp. pp. 139-192

SCHOFER, Evan; MEYER, John, W. (2005), The Word wide Expansion of Higher Education in the Twentieth Century. *American Sociology Review*, v. 70, n. 6, pp. 898-920.

SCHWARTZMAN, Simon; BRAGA, Ronald; MAIA, Nelly A. (1979) *Educação Superior Brasileira*. Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Série Estudos e Debates.

SCHWARTZMAN. Simon. (2014), Novos desafios do ensino superior no Século XXI: Uma Introdução. In: SCHWARTZMAN. S. (org.) *A educação superior na América Latina e os desafios do século XX*I. Campinas: Editora Unicamp.

SANTOS, Boaventura. (1989), Da ideia de universidade à universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/18, pp. 11-62.

TEIXEIRA, Anísio. (1968), Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 50, pp. 21-82.

TORRES, Carlos, A. (1998), *Sociology of Higher Education: emerging perspectives*. 1. ed. New York: State University of New York Press.

TOURAINE, Alain. (1972), *Université et societé aux États-Unis*. 1. ed. Paris: Seuil.

TROW, Martin, A.(1973), *Problems in the Transition from Elite to Mass Higher Education*. 1. ed. Berkeley: Carnegie Commission on Higher Education.

UNESCO. (2012), *Institute for Statistics*. Disponível em: http://data.uis.unesco.org/.

VIEIRA PINTO, Álvaro. (1962), *A questão da universidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitrária.

VIEIRA, Sofia, L. (1982), *O (dis)curso da (re)forma Universitária*. 1. ed. Fortaleza: Editora UFC/PROED.

YUZHUO, Cai; FENGQIAO, Yan. (2015), "Demands and Reponses in Chinese Higher Education". In: PILLAY, P.; PINHEIRO, R.; SCHAWTZAMAN, S. (ed.). *Higher Education in the Brics Countries*: Investigating the pact between higher education and society. Dordrecht: Springer. pp. 149 -170.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 15/09/2017 / Aprovado em 05/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.223
10.20336/rbs.223

Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas

Maria Aparecida Bridi*
Ruy Braga**
Marco Aurélio Santana***

RESUMO

O presente artigo busca traçar o panorama sobre as principais discussões e temáticas de investigação do trabalho e da classe trabalhadora no cenário brasileiro das últimas três décadas, organizando-o em três partes. Na primeira, delineamos o debate em torno da crise do trabalho, as transformações no trabalho e suas configurações, bem como o debate sobre o sindicalismo e as implicações para esse campo de investigação. Na segunda parte, destacamos os novos temas abordados pelo campo e algumas de suas temáticas centrais no período recente. Na última parte, salientamos, como um de seus desafios, a necessidade da agenda da Sociologia do Trabalho brasileira aproximar-se da internacional no tocante à relação entre a crise da globalização, o recrudescimento da precariedade do trabalho em escala nacional e internacional e o impacto sobre o movimento dos trabalhadores, em especial, seus setores mais jovens.
Palavras-chave: Sociologia do Trabalho; Trabalho; Trabalhadores.

* Doutora em Sociologia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e professora do Departamento de Sociologia. Foi da diretoria executiva da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho e é atual membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia. É autora de livros, capítulos de livro, artigos em periódicos com foco na Sociologia do Trabalho e Sociologia.

** Professor e chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). É autor de, entre outros livros, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo: Boitempo, 2012) e *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (São Paulo: Boitempo, 2017).

*** Professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), gestão 2015-2017. É coordenador do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). Autor, entre outros, de *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio) e *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: 7 Letras).

ABSTRACT

SOCIOLOGY OF WORK IN BRAZIL: THEORIES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

This article seeks to outline the main discussions and themes on labor and working-class research in the Brazilian scenario of the last three decades in Brazil, organizing it in three parts. In the first part, we outline the debate around the crisis of labor, the changes in work and its configurations, as well as the debate on unionism and the implications for this field of research. In the second part, we highlight the new themes addressed by the field and some of its central themes in the recent period. In the last part, we highlight the need for the Brazilian Labor Sociology agenda to be closer to the international debate regarding the relationship between the crisis of globalization, the increase in terms of the precariousness of work on a national and international scale, and the impact on the movement of workers, especially their younger sectors.
Keywords: Sociology of Work; Job; Workers.

Introdução

A Sociologia do Trabalho e o seu objeto de estudo se configuraram, historicamente, muito vinculados às realidades sociais, políticas e econômicas de cada país[1]. No caso Brasil, a Sociologia do Trabalho se deparou com as peculiaridades de uma nação que teve mão de obra escrava até fins do século XIX, de uma economia dependente, de industrialização tardia e de uma frágil estruturação do mercado de trabalho.

No contexto da profissionalização de sua prática, a Sociologia do Trabalho, praticada na década de 1960, ocupou-se principalmente em compreender a formação de uma "nova" classe operária surgida no contexto da urbanização, industrialização e modernização acelerada da sociedade brasileira. Na virada dos anos 1970/1980, contava, para tanto, com uma literatura sociológica que tinha como horizonte analisar as dinâmicas de vida e trabalho da classe trabalhadora, os problemas da marginalidade

1 No âmbito da América Latina, por exemplo, distinguindo-se da tradição da Sociologia Industrial americana e da francesa, em seu início, esteve muito próxima da Sociologia do Desenvolvimento, dada a sua condição no contexto internacional. Os caminhos teórico-metodológicos das investigações, pautados na mudança social, tinham entre seus eixos o problema da dependência e do subdesenvolvimento, da situação do trabalho e dos paradoxos decorrentes dos processos de industrialização truncada, da modernização selvagem e da flexibilidade perversa, conforme Abramo e Monteiro (1995).

e da questão social, as lutas operárias na esteira do regime militar que imperava no país.

A partir dos anos 1980/1990, no cenário da globalização neoliberal, os esforços interpretativos e desafios metodológicos, em certa medida, se orientaram em distinguir, ainda que de forma articulada e percebendo seus imbricamentos, os fenômenos globais e resultantes das dinâmicas gerais do capitalismo daquilo que seria específico e particular da sociedade brasileira.

As teses que buscavam explicar a transição na economia, as transformações na produção, no trabalho e nas formas de organização coletiva foram então marcadas pelas teorias do "pós-industrialismo", do "pós-fordismo". Tais teses, que, grosso modo, negavam a centralidade do trabalho e a própria teoria do valor-trabalho e propunham sua suposta substituição pelo conhecimento, pela emergência do trabalho imaterial e das novas tecnologias, impactaram o campo de investigação.

Um breve balanço das pesquisas sobre o trabalho, desde então, mostra que se intensificaram os estudos sobre os processos de produção advindos da revolução tecnológica e das inovações organizacionais; das configurações e reconfigurações do trabalho e das organizações dos trabalhadores no mundo globalizado; da regulação do trabalho e das formas flexíveis de contratação; do sentido do trabalho e das crises que repercutem diretamente sobre a classe trabalhadora, das alterações no mercado de trabalho, das estruturas dos empregos em dimensões globais, nacionais e/ou regionais.

Os esforços dos pesquisadores brasileiros da Sociologia do Trabalho se concentraram em compreender as mudanças no capitalismo e as formas de exploração do trabalho que ganharam novos contornos e dimensões, em compreender e analisar as configurações do trabalho, do mercado de trabalho e as formas de organização coletiva face à chamada reestruturação produtiva que visava adaptar ainda mais o Brasil aos novos regimes de acumulação.

Como uma disciplina atenta ao seu tempo e às particularidades históricas de cada contexto, os objetos da Sociologia do Trabalho foram ganhando novos contornos, emergiram novos temas e ênfases de acordo com as correntes teóricas às quais se filiam seus investigadores. Como as demais Sociologias, portanto, os estudos desse campo de pesquisa também são marcados pelo dissenso, pelas contradições e divergências.

A proposta do presente artigo consiste em traçar o panorama sobre as principais discussões e temáticas de investigação do trabalho e da classe trabalhadora no cenário brasileiro das últimas três décadas, organizando-o em três partes. Na primeira, delineamos o debate em torno da crise do trabalho, das transformações no trabalho e suas configurações, bem como o debate sobre o sindicalismo e possíveis implicações para esse campo de investigação.

Na segunda parte do artigo, destacamos os novos temas abordados pela Sociologia do Trabalho e algumas de suas temáticas centrais no período recente. Além dos estudos sobre as diferentes categorias de trabalhadores de setores clássicos da economia, envolvendo indústria e serviços, por exemplo, e suas reconfigurações, cresceram, nesse bojo, as pesquisas sobre as "novas" ocupações, tais como aquelas oriundas do segmento das novas tecnologias, caso dos trabalhadores informacionais, digitais; sobre o trabalho em suas interseccionalidades, como os estudos sobre trabalho e gênero, trabalho e qualificação profissional, trabalho e desigualdade, trabalho e desenvolvimento, entre outros; assim como cresceram também os estudos sobre o trabalho flexível e as formas flexíveis de contratação, a informalidade.

Trata-se, portanto, de um conjunto de estudos marcado pelos esforços dos pesquisadores em explicar as transições em curso, as mudanças no trabalho e as consequências para os trabalhadores e seus sindicatos, refletidas evidentemente pelas crises econômicas e pelas opções políticas e de modelo de Estado.

Finalmente, na terceira parte, salientamos, como um de seus desafios, a necessidade da agenda da Sociologia do Trabalho brasileira aproximar-se da internacional no tocante à relação entre a crise da globalização, o recrudescimento da precariedade do trabalho em escala nacional e internacional e o impacto sobre o movimento dos trabalhadores, em especial, seus setores mais jovens.

Em grande medida, a Sociologia do Trabalho internacional tem destacado a relação entre a financeirização da economia, o avanço das políticas neoliberais, a intensificação das lutas sociais e a desestruturação dos sistemas nacionais de proteção do trabalho. Trata-se de uma ênfase cada vez mais afinada à realidade brasileira contemporânea, devendo, portanto, atrair cada dia mais a atenção dos sociólogos do país.

Evidentemente, apesar de nossos esforços, apenas delineamos a diversidade das temáticas tratadas pelos pesquisadores do campo da Sociologia do Trabalho no Brasil, destacando alguns eixos gerais sobre os quais vêm se debruçando.

O debate sobre a crise e o fim do trabalho

A partir dos anos 1980, as profundas transformações econômicas, políticas, sociais, tecnológicas e culturais impactaram o mundo do trabalho provocando mudanças nos sistemas produtivos e nas configurações do trabalho. As leituras e interpretações sobre tais mudanças foram divergentes e antagônicas, emergindo, desse contexto, as teses de crise terminal do trabalho e das organizações dos trabalhadores (BRIDI, 2009). A partir de análises e perspectivas distintas, Gorz (1982), Offe (1986), Habermas (1987), Touraine (1998), entre outros, colocaram a centralidade do trabalho em xeque, questionando seu papel na criação de valor, de identidade e também como categoria chave explicativa da realidade social[2]. Este conjunto de visões refletiu com intensidade no debate acadêmico brasileiro.

Na literatura sobre o tema no Brasil, ainda que por meio de diferentes posições analíticas, autores como Ianni (l994), Antunes (1999) e Leite (2003), apenas para citar alguns, rebateram as teses do fim da centralidade do trabalho. Na mesma direção, inúmeras pesquisas empíricas realizadas contribuíram para reafirmar a centralidade do trabalho, da teoria do valor trabalho e afirmar os limites das teses da "sociedade pós-industrial", da "sociedade da informação", e/ou da prevalência do trabalho imaterial (BRAGA, 2009; AMORIM, 2009; BRIDI; BRAUNERT, 2017).

Embora as teses em torno do pós-industrialismo tenham colocado em xeque o próprio "trabalho", observamos que esse debate contribuiu para o avanço da própria Sociologia do Trabalho. Nesse sentido, não só instigou novas investigações empíricas como suscitou o aprofundamento sobre a categoria "trabalho", a necessidade de distinção entre as noções de trabalho e emprego, a necessidade de analisar as mudanças, mas também as permanências do "mundo do trabalho". Na esteira desses estudos, a Sociologia do Trabalho ampliou o escopo de observação para além dos setores econômicos clássicos do trabalho urbano-industrial, se direcionando também para outras formas de trabalho e emprego.

2 Entre os autores que cunharam a tese de que transitamos para uma sociedade pós-industrial, encontra-se Daniel Bell, que defendia a tese do conhecimento como fonte de valor e de crescimento. Sobre uma síntese das novas teorias sobre o mundo contemporâneo, ver Kumar (1997).

Na contramão das teses europeias dos anos 1980, a América Latina experimentava um vigor dos estudos do trabalho, renovando os olhares e objetos à medida que a realidade marcada pela internacionalização da economia se transformava e seus objetos se complexificavam ainda mais, no sentido de que se tornam mais diversos, mais heterogêneos, e que por isso exigem multiplicidade de olhares[3].

Esse debate desafiou a Sociologia do Trabalho a discutir o conceito de trabalho, as formas de trabalho e diferentes modalidades de emprego e de outros meios de obtenção de renda, os sentidos e as transformações econômicas, políticas, culturais, jurídicas que impactaram trabalho e trabalhadores, a ação coletiva e o sindicalismo. Nesse compasso, o campo passou a se debruçar sobre novos temas e sobre as (re)configurações do trabalho contemporâneo, como sintetizados a seguir.

As transformações no trabalho e o trabalho reconfigurado

As crises econômicas a partir dos anos 1970 inauguraram um conjunto de transformações marcando a passagem de um regime de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993). Favorecidas pela revolução informacional e políticas neoliberais, as empresas promoveram uma reestruturação produtiva que vai alterar de modo profundo o trabalho.

Naquele contexto dos anos 1990, proliferaram no Brasil os estudos sobre tais mudanças nos mais diversos setores da economia, como o industrial, o de serviços e o financeiro (entre outros, GUIMARÃES, 2006; LEITE, 1994; SALERNO, 1991).

Já nos anos 2000, as pesquisas se orientam para compreensão das novas configurações do trabalho e do emprego, as mudanças no mercado de

3 Expressão disso também foi a própria institucionalização de duas importantes comunidades científicas, cujo "trabalho" se constitui em objeto central: a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), fundada em 1989, congregando pesquisadores de diferentes saberes disciplinares, afirmando o seu caráter interdisciplinar. E quatro anos depois, em 1993, a fundação da Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST), que inicialmente fora concebida como uma sociedade de estudos da "Sociologia do Trabalho", mas em 2011 alterou o seu nome para Associação Latino Americana de Estudos do Trabalho. Essa alteração em sua denominação se deveu, a nosso ver, a uma visão epistemológica de que o objeto "Trabalho", dado a complexidade que se amplia ao sabor das transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais vivenciadas, sobretudo, desde o último quartel do século XX, demanda estudos pelos diferentes saberes disciplinares e perspectivas teóricas e abordagens.

trabalho, na regulamentação do trabalho e nas formas de contratação fundadas no novo paradigma da flexibilidade no e do trabalho (KREIN, 2001; 2013a; 2013b), a velha e a nova informalidade (LIMA, 2009; VERAS DE OLIVEIRA; TARGINO; GOMES, 2011), as relações entre a flexibilização e a precarização do trabalho (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2009) e os efeitos de tais processos (ALVES, 2000; BRAGA; ANTUNES, 2009; ANTUNES, 2013).

As análises dos modos pelos quais o trabalho é reconfigurado nos contextos local e global estão presentes em Leite e Araújo (2009), que apresentam um conjunto de pesquisas empíricas sobre diferentes setores do Brasil e de países latino-americanos. As configurações e reconfigurações do trabalho também são objeto de um estudo organizado por Antunes (2006), que traz diversos estudos sobre os diferentes setores econômicos: bancário, automobilístico, de confecções, artístico, informacional, dentre outros, condensando, assim, as formas diferenciadas da reestruturação do capital no âmbito do trabalho. Nestas obras, o tema do sindicalismo também é abordado, discutindo as dinâmicas da ação coletiva e os desafios que se apresentam aos sindicatos no Brasil.

Os resultados e as consequências das mudanças no tecido produtivo são amplamente investigados nos estudos sobre as novas formas de gestão, os processos de intensificação do trabalho e precarização do trabalho. As formas de trabalho precárias, o fenômeno da precarização do trabalho que também se globaliza, na medida em que se estende para as economias centrais, e a viragem semântica dos conceitos de "informalidade" para as noções de "empreendedorismo" ou "trabalho flexível" são discutidas Lima (2009).

Tanto na literatura estrangeira quanto no Brasil, há um consenso sobre as transformações no tecido produtivo nos diferentes setores da economia e as consequências para os trabalhadores e suas organizações de representação. Essas transformações foram ocasionadas em grande medida pela busca das corporações e de seus agentes pela racionalização do trabalho e pela redução dos custos do trabalho. As empresas se orientaram para a produção enxuta e flexível (BRIDI, 2009), que, consequentemente, implica em enormes contingentes de trabalho subcontratado e terceirizado. A relação dessas modalidades com a precariedade do trabalho é assinalada nos estudos de Druck e Borges (1993); Druck e Franco (2009); Biavaschi (2013) e Marcelino (2008). Na mesma direção, Motta, Rodrigues e Conceição (2009) reúnem diversos

artigos analisando o processo de terceirização tanto no setor público quanto privado, além dos discursos em torno do tema.

O tema da economia solidária (GAIGER, 2003; CATTANI, 2003) e de outras formas de organização dos trabalhadores para obtenção de trabalho e renda resultou em um crescimento substantivo dos estudos sobre as cooperativas de produção (LIMA, 2004; 2007), fábricas recuperadas (PIRES, 2016), além de outras experiências sociais, como clubes de troca e bancos comunitários.

Essa produção indica claramente que a Sociologia do Trabalho ampliou de modo substantivo o leque de setores analisados para além da indústria, dando atenção aos processos de privatização de empresas e suas consequências para os trabalhadores, as dinâmicas do emprego, da informalidade e das práticas cada vez mais ampliadas da terceirização, de subcontratação, da organização das empresas em rede, característicos de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Formas de ação coletiva

O debate acerca do que seria a crise terminal do trabalho também influenciou nas análises sobre o sindicalismo e suas formas de ação. Da produção teórica sobre o tema, destacaram-se duas vertentes antagônicas: uma que apontava para o seu declínio inexorável e outra que apresentava a crise como transição, no sentido de mudança não fundamentalmente das instituições de representação dos trabalhadores, mas de um modelo histórico, isto é, aquele de uma conformação fordista ou de alguns elementos organizativos dos sindicatos (SANTANA; RAMALHO, 2003; BRIDI, 2009).

No Brasil, na esteira das discussões europeias, Rodrigues (1999) sinaliza para o que seria a crise terminal do sindicalismo, tomando como base a avaliação de indicadores de taxas de filiação e número de greves, por exemplo. A contestação sobre as teses analíticas de um suposto fim do sindicalismo, no caso brasileiro, foi enfrentada por Cardoso (1999; 2003), que apresentou os limites de tais teses fundadas em taxas de filiação e número de greves.

O contexto neoliberal e as remodelações das empresas trouxeram, no entanto, dilemas e novos desafios de diversas ordens para o sindicalismo, analisados por Rodrigues (1999) e Santana e Ramalho (2003). Entre os dilemas investigados estão os problemas ligados às elevadas taxas de desemprego no setor industrial, cujas categorias são tradicionalmente mais

propícias à ação sindical; às transformações na estrutura do mercado de trabalho, tanto pelo crescimento do setor de serviços quanto pelo crescimento de formas "atípicas" de contratação (formas de trabalho não reguladas, informais, cooperativadas, "pejotizadas", entre outras); à burocratização excessiva dos sindicatos; à formatação das estruturas sindicais do país; às inovações nas formas de gestão e as consequentes tentativas de cooptação dos empregados e das estratégias que pulverizam e dividem os trabalhadores.

Nos anos 2000, a investigação sobre os paradoxos e perspectivas dos sindicatos no Brasil foi marcada pela ação destas entidades sob o cenário constituído pelo governo Lula. Neste sentido, Oliveira, Bridi e Ferraz (2014) enfeixam um conjunto de estudos, a partir de diferentes olhares, que analisam as dinâmicas das lutas dos trabalhadores no período Lula, seus contornos e ambivalências, o mercado do trabalho, o balanço das negociações coletivas e outras ações, a partir de diversas categorias. É importante ainda destacar os estudos sobre o perfil das centrais sindicais brasileiras (GALVÃO; TRÓPIA, 2014).

Novos temas e percursos

Concebendo novos temas e objetos, como também promovendo novos recortes que permitem a compreensão dos atuais contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, a Sociologia do Trabalho do século XXI vem produzindo uma bibliografia substantiva. A diversidade dos temas tratados está expressa nos diversos eventos científicos do campo de investigação, tais como os eventos da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (ALAST) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), assim como os grupos de trabalho existentes na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Nacional de Pesquisa na Pós-Graduação (ANPOCS), que se mantêm, de forma já bastante longeva, como espaços de discussão qualificada das pesquisas deste campo

Dentre os "novos" objetos, destacam-se, entre outros, os estudos sobre novas ocupações, mercados de trabalho e configurações do trabalho no setor de tecnologia da informação (BRIDI; LIMA, 2017); as discussões em torno do trabalho imaterial e do capitalismo cognitivo (MIGUEZ, 2017), dos trabalhos com cuidado (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011) e do trabalho nas artes (SEGNINI, 2009).

O caráter de "novo", contudo, não significa necessariamente algo inédito no mundo do trabalho, mas enquanto objeto de análise em sua relação com o trabalho, enquanto categoria que remete ao "ganhar a vida", à obtenção de renda, de salário. Os estudos do trabalho são também perpassados por problemas relacionados ao desenvolvimento recente da ciência e dos processos socioeconômicos atuais, como, por exemplo, trabalho e a categoria do risco, trabalho e violência. A temática da imigração e das dinâmicas demográficas (PERALVA; TELLES, 2015) reemerge com certa robustez, e, no caso do Brasil, relacionada ao crescimento econômico do país no período Lula/Dilma (2004/2014), que, entre outras razões, atraíram significativos contingentes de trabalhadores de outros países, sobretudo, latino-americanos.

Essa diversidade de temas (e ou eixos) demonstra o vigor da Sociologia do Trabalho em sua dinâmica, muito marcada pela preocupação em analisar as mudanças e as permanências no cenário do capitalismo contemporâneo. Revela também a plasticidade de um campo de investigação que, ao mesmo tempo em que lança novos olhares para aqueles temas clássicos encerrados no trabalho industrial e urbano e suas organizações sindicais, está atento para as novas ocupações, novos setores e novas questões.

Se, por um lado, como observam alguns pesquisadores, tem havido uma menor presença de estudos sobre temas já clássicos, como o sindicalismo, por exemplo, uma temática palpitante no Brasil nos anos 1980/1990, por outro, é notável a ampliação da diversidade de novas questões e temas sobre o trabalho, refletindo, a nosso ver, um conceito alargado do trabalho e de suas variadas formas.

Esses objetos ganham outros contornos e outras intersecções e dimensões, próprios de uma Sociologia atenta às realidades dos trabalhadores, às mudanças nas estruturas ocupacionais, aos contextos de crises do capitalismo, às diferentes formas de desigualdades que se intercruzam em variáveis de gênero, raça e etnia. Hirata (2009) e Mazzei (2009), por exemplo, atentas para a temática da feminização crescente da força de trabalho, destacam que a "velha" divisão sexual do trabalho permanece, ainda que as mulheres tenham realizado conquistas importantes no âmbito do trabalho e dos direitos do trabalho.

Por sua vez, a busca histórica, articulando a desigualdade social perene com a construção da própria sociedade de trabalho em nosso país, como a de Cardoso (2010), abre veias instigantes de pesquisa e reflexão.

Ao lado de novas questões, olhares e abordagens, o tema do desenvolvimento, que esteve fortemente presente no início da Sociologia do Trabalho no Brasil e que naquele contexto encontrava-se muito ligado à Sociologia do Desenvolvimento, retorna em vista das possibilidades abertas na América Latina e no Brasil no período recente, quando sob os governos do Partido dos Trabalhadores (2004-2014). O tema do desenvolvimento, que se apresentava central na Sociologia desde a primeira metade do século XX, no contexto de modernização, ganha centralidade na agenda de pesquisa de estudos de Oliveira e Ramalho (2013), em particular no tocante às articulações entre os problemas relacionados ao trabalho, tais como, a reestruturação produtiva das empresas, os chamados greenfilds etc., e as questões ligadas ao território, em particular, as desigualdades regionais (OLIVEIRA; SANTANA, 2013).

Se, no período recente, anos 2004-2014, suscitaram inúmeros estudos decorrentes da nova agenda econômica, cunhada de neodesenvovimentista, provocando o debate sobre as mudanças no trabalho, na estrutura ocupacional brasileira, no crescimento regional e nos conflitos decorrentes, é fato que a crise que se instalou no país a partir de 2015, resultado do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e das dinâmicas econômicas que se estabeleceram a partir daí, sinaliza para uma nova agenda de pesquisas no âmbito dos estudos sobre o trabalho.

Como dissemos anteriormente neste artigo, a Sociologia do Trabalho como uma ciência atenta ao seu tempo, no caso do Brasil, experimentou, ao menos até o ano de 2014, o crescimento de investigações em torno da agenda do trabalho e desenvolvimento, bem como das políticas públicas de trabalho e renda no período Lula/Dilma. Após o impeachment de Dilma Rousseff, a agenda do desenvolvimento econômico e social que seguia por um caminho se alterou substancialmente, sofrendo uma guinada recessiva do ponto de vista econômico e dos direitos do trabalho.

Sob o discurso da superação da crise econômica e criação de empregos, re-emergiram com força as bandeiras neoliberais e os ataques aos direitos dos trabalhadores. Esse contexto, com novos atores de velhas políticas, sinaliza para uma nova agenda de pesquisa em torno das crises e seus efeitos sobre o trabalho e trabalhadores. Tratam-se das crises do desemprego, do Direito do Trabalho, da Previdência, da desigualdade.

A incerteza provocada pelas várias reformas em curso, isto é, a trabalhista, a previdenciária e a regulamentação da terceirização – esta última apro-

vada em março de 2017 pelo Congresso Nacional e que permite o avanço da terceirização sobre todas as atividades e não mais apenas aquelas atividades meios –, implicará em estudos sobre os seus efeitos para os trabalhadores do setor público e privado. O movimento sindical, por sua vez, também enfrentará enormes desafios que não apenas o de manter suas bases, mas também para fazer avançar a organização e os direitos. Somado aos problemas da transição, está o desemprego, cujos efeitos são altamente regressivos para os trabalhadores, na medida em que seu poder de barganha se reduz drasticamente. Embora o tema da crise do trabalho, dos movimentos de trabalhadores nunca tenha saído de cena efetivamente, nos parece que ganhará nova centralidade nos estudos da Sociologia do Trabalho, matizadas pelas rupturas em curso.

Desafios contemporâneos

As transformações no mundo do trabalho que envolveram os processos de reestruturação produtiva, das reconfigurações do trabalho como já assinaladas no início deste artigo, as pesquisas empíricas e reflexões teóricas sobre o trabalho e trabalhadores sinalizavam para a necessidade de abordagens capazes de captar as situações híbridas no trabalho, para a coexistência do "velho" e do "novo", do "moderno e do "tradicional", do "formal" e do "informal", do "local e do global" ao mesmo tempo e em um mesmo espaço. Tais transformações desafiaram os investigadores do trabalho a analisar os processos de precarização do trabalho e de precariedade provocados pelas mutações nos tecidos produtivos para diferentes categorias de trabalhadores e setores da economia, cada vez mais marcada pela flexibilidade de processos e de contratos de trabalho. Essas e outras questões, muitas delas assinaladas no artigo, somam-se ao tema da crise que nos parece que retorna com intensidade.

Trata-se de um conjunto de questões que aproximou a Sociologia do Trabalho brasileira daquela praticada em outros países, cujo eixo investigativo também tem sido as múltiplas interconexões entre a crise do emprego, o recrudescimento do processo de terceirização e seus impactos sobre o movimento sindical. Em outras palavras, a crise da globalização inaugurada em 2008 proporcionou uma aproximação das diferentes agendas nacionais da Sociologia do Trabalho ao redor do encontro entre a neolibe-

ralização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho.

Paralelamente, é possível verificar um aumento de interesse por parte dos pesquisadores pelo ciclo atual de intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta. Antes de tudo, trata-se de uma tendência oposta ao declínio verificado entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000: de fato, comparações internacionais de longo prazo têm revelado que, a partir de meados dos anos 2000, os protestos ligados ao mundo do trabalho aceleraram seu ritmo, reconciliando-se com a onda da segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990. Os protestos voltaram a acelerar após o início da crise da globalização, alcançando um pico entre os anos 2011 e 2015 (ver NOWAK; GALLAS, 2014).

Para Marcel van der Linden (2016), a principal característica do atual ciclo é que a maioria esmagadora dos protestos trabalhistas constantes da base de dados do Instituto de Estudos Avançados do Trabalho de Amsterdã (Aias) tem endereçado suas queixas aos governos, exigindo que o Estado nacional, em vez de cuidar dos interesses dos grandes bancos e setores empresariais, desenvolva políticas econômicas e sociais alinhadas aos interesses da maioria dos cidadãos.

Com frequência, os protestos atuais gravitam em torno da oposição à onda de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, traduzida em termos de eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de impostos sobre a circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Trata-se de um conjunto de questões que tende a desafiar cada dia mais a Sociologia do Trabalho brasileira. Além disso, tem se tornado cada vez mais usual a associação dessa agenda à crítica da influência desmedida do poder das finanças e das grandes corporações sobre as decisões tomadas pelos governos nacionais – outra questão claramente identificada com a atual crise política e econômica nacional.

Em suma, o enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos nas empresas tem estimulado uma reorientação dos protestos trabalhistas rumo à interpelação dos governos. Nesse sentido, é possível prever que a pressão das bases, isto é, aquela exercida por meio de formas de ação alternativas ao burocratismo trabalhista, deverá representar uma dimensão cada dia mais importante na reinvenção do sindicalismo. A fim de inter-

pretar os limites e os alcances desse desafio, a Sociologia do Trabalho internacional deslocou seu foco das estratégias sindicais burocráticas balizadas exclusivamente pelo Estado nação para as mudanças na ação coletiva das forças sociais do trabalho em um contexto marcadamente globalizado (ver, por exemplo, EVANS, 2014; 2010; 2008; BIELER; LINDBERG, 2010; AGARWALA, 2013).

Decorre daí a ênfase nos novos parâmetros da organização do trabalho e nos repertórios emergentes de mobilização capazes de esboçar, conforme a expressão consagrada nos estudos internacionais, um "contramovimento polanyiano" à privatização, à mercantilização e à liberalização do trabalho. No entanto, e este é um traço saliente dessa sociologia, ao contrário do que ocorreu logo após o sucesso das manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 30 de novembro de 1999 – quando alguns estudiosos do trabalho passaram a destacar a arena global, em detrimento do contexto nacional, como prioritária para apreender a renovação das dinâmicas da ação coletiva do trabalho –, a Sociologia do Trabalho atual enfatiza a centralidade da relação entre os contextos global e nacional, a fim de compreender as questões emergentes do trabalho na globalização (ver BURAWOY, 2010).

Em certa medida, a etapa contemporânea da Sociologia do Trabalho precisou acertar contas com o entusiasmo que se acendeu entre os pesquisadores com o advento do Fórum Social Mundial (FSM), cuja primeira edição foi realizada em Porto Alegre, em 2001. Na realidade, o fascínio despertado entre os estudiosos do movimento operário pelo livro de Polanyi, *A grande transformação*, deve ser interpretado a partir das afinidades eletivas existentes entre, de um lado, os alcances e os limites heurísticos do pensamento do autor e, de outro, a conjuntura política inaugurada em 2001 na cidade de Porto Alegre (ver SEOANE; TADDEI, 2002).

De Seattle a Porto Alegre, contramovimentos espontâneos estariam emergindo pragmaticamente na esteira da nova onda de mercantilização trazida pela globalização. Assim, somados, o aumento da femininização da força de trabalho, as diferentes formas de flexibilização e o aumento da informalidade verificados em escala global serviriam para aproximar objetivamente os interesses dos trabalhadores do Norte e do Sul globalizados, possibilitando uma retomada do processo de internacionalização das práticas solidárias. Trata-se de um diagnóstico que não apenas afirmou a existência do contra-

movimento à mercantilização como, em acréscimo, associou-o à tradição internacionalista do movimento operário.

Apesar da fragilidade dos indícios empíricos atestando o surgimento desse contramovimento, o argumento atualmente predominante na Sociologia do Trabalho é o de que as próprias contradições do desenvolvimento capitalista produzirão, mais cedo ou mais tarde, as bases para a internacionalização política da classe operária. E, com a retomada das mobilizações dos trabalhadores, o movimento sindical irá progressivamente recuperar seu protagonismo no interior do contramovimento do século XXI. No entanto, a frequência com que a experiência do FSM é citada pela literatura como exemplo bem-sucedido de contramovimento em escala global já indica a fragilidade dessa conjectura.

Daí advém a importância dos novos movimentos sociais protagonizados por jovens trabalhadores desempregados – ou subempregados – impulsionados pelo conflito entre regulação política e acumulação econômica e promovidos, sobretudo, pelo aprofundamento da mercantilização do trabalho (ver OLIVEIRA, 2005). De fato, o desenvolvimento desse processo tem se mostrado tanto uma fonte de precarização da condição proletária como de estímulo ao surgimento de contramovimentos sociais em escala nacional, aumentando o apetite dos sociólogos do trabalho por este setor. Nesses termos, é possível identificar, além de um decidido investimento da Sociologia do Trabalho na análise dos novos repertórios mobilizados pelas forças sociais do trabalho, no sentido de resistir à desconstrução das formas tradicionais de solidariedade fordista, um interesse crescente pelas novas forças sociais que eclodem do processo de precarização do trabalho.

Inegavelmente, a dialética da mercantilização do trabalho transformou-se em um grande objeto investigativo. Afinal, como argumentamos anteriormente neste artigo, a financeirização da economia promoveu o fechamento de fábricas e a redução do número de empregos qualificados, empurrando os jovens rumo a ocupações desprotegidas, ao mesmo tempo em que acelerou a ampliação de uma força de trabalho sub-remunerada e insegura. Assim, as novas forças sociais, em especial os jovens trabalhadores precários, têm tensionado a regulação burocrática criada pelos Estados nacionais e pelo sindicalismo tradicional para absorver os antagonismos classistas nos limites da cidadania salarial, multiplicando conflitos insolúveis no interior do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.

O recrudescimento da precarização do trabalho em escala global tem sido acompanhado por uma violência crescente, cujo sentido consiste em assegurar a reprodução ampliada da exploração econômica e da espoliação social. A exemplo da Sociologia do Trabalho internacional, entendemos que, com a ajuda da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, articulada à teoria da acumulação por espoliação, a Sociologia do Trabalho brasileira deve avançar no sentido de ligar o local e o global, conectando as diferentes forças externas atuantes na globalização neoliberal. Assim, o conjunto heteróclito de processos econômicos e políticos diretamente influenciados pela crise econômica iniciada em 2008 pode ser associado aos processos internos que plasmam a experiência coletiva dos trabalhadores brasileiros (ver BRASS, 2011).

Tudo isso nos traz de volta ao problema de como interpretar a relação entre o ativismo dos trabalhadores precários e a regulação neoliberal. Entre as análises que mais se destacaram recentemente sobre este tema, encontramos a do sociólogo inglês Guy Standing (2014). Em suas análises, ele tem insistido que o "precariado" não faz parte da classe trabalhadora e, consequentemente, seus padrões de ação coletiva divergiriam das formas tradicionais de mobilização trabalhista, alimentando um comportamento hostil dos jovens precários em relação aos sindicatos. Aos olhos do precariado, os sindicatos apenas seriam capazes de reproduzir uma política corporativista distante de suas necessidades.

Sem nos deter pormenorizadamente na fragilidade da caracterização do "precariado" como uma nova classe social, é possível dizer, de modo sumário, que, em vez do surgimento de uma relação social de produção de novo tipo, o aumento dos trabalhadores precários representa, antes de mais nada, um retrocesso civilizacional potencializado pelo longo período de acumulação desacelerada que se arrasta desde, pelo menos, meados dos anos 1970, e cujos desdobramentos em termos da deterioração do padrão de vida dos trabalhadores e assalariados médios tornaram-se mais salientes com a crise da globalização (ver WRIGHT, 2015).

No entanto, Standing tem razão em destacar a trajetória ocupacional dos grupos mais jovens e precários do mercado de trabalho, trajetória esta frustrante e apartada daquela relativamente mais estável vivida pelas gerações anteriores, como uma das características mais salientes do estado de inquietação social que os atinge. Evidentemente, algum tipo de ressentimento em

relação aos sindicatos pode florescer nesse meio social. Trata-se de um diagnóstico parcialmente correto, mas que acaba subestimando a capacidade de auto-organização dos setores mais precários da classe trabalhadora, além de obnubilar uma visão totalizante das formas de representação política associadas a seus interesses coletivos.

A análise da relação entre a experiência política de trabalhadores precários, especialmente, os mais jovens, e as dinâmicas recentes do sindicalismo pode ser útil na tentativa de esboçar respostas a essas questões. De fato, os problemas levantados por Standing definem um conjunto decisivo de questões para a análise da ação coletiva dos subalternos no capitalismo contemporâneo. Além disso, ao apresentar a questão da natureza política da relação entre o sindicalismo e os jovens trabalhadores precários, o sociólogo britânico apontou para a transformação dos compromissos elaborados entre os trabalhadores e o Estado neoliberal.

Trata-se de uma agenda central para a Sociologia do Trabalho brasileira e que deve seduzir um número crescente de investigadores nos próximos anos, demonstrando uma vez mais que a Sociologia do Trabalho permanece um campo investigativo atento às transformações do mundo social. Novos temas, temas emergentes e outras questões, como observados nas pesquisas do trabalho, se devem também a um conceito ampliado de trabalho e de novos e renovados olhares sobre velhos problemas.

Considerações finais

Como buscamos demonstrar ao longo do artigo, o campo da Sociologia do Trabalho no Brasil mostra-se bastante estruturado, lançando mão de pesquisas empíricas lastreadas por métodos qualitativos e quantitativos, orientadas por reflexões e debates teóricos, nucleada por grupos de pesquisa que se estendem por todo país e que mantêm redes nacionais e internacionais de circulação e intercâmbio, e que, embora tenha questões, focos, temas e teorias vertebradoras, de forma constante e regular, acompanhando as demandas da realidade concreta, não se furta de se abrir à incorporação de temas, questões e enfoques, se tornando assim um campo sempre revigorado que não se configura como de caminho único, mas de um campo plural e diverso, com posições em disputa e que escapa das visões polares.

No conjunto das investigações que vêm sendo realizadas ainda se observa uma mescla de temas tradicionais ou "velhos" temas e questões, vertebradores do campo, com aquelas "novas" ou que se redimensionaram no presente.

O campo tem servido também de antena para captação de processos de mudança social e seus impactos sobre os atores sociais. Neste sentido, as pesquisas têm sido sensíveis aos ambientes nos quais se praticam e aos seus cenários e contextos de realização.

Assim, como sinalizamos para os desafios que já têm sido enfrentados pela Sociologia do Trabalho internacional e que têm a ver com a crise e as políticas de austeridade que varrem o globo, é preciso sinalizar para um possível novo contexto de mudanças no mundo do trabalho e de sua regulação, que, por óbvio, terão impactos na Sociologia do Trabalho brasileira.

As políticas de austeridade que vêm se tentando implantar no Brasil a partir de um conjunto de reformas propostas pelo governo de Michel Temer – a saber a adoção da PEC 55/2016, pautada por uma política econômica recessiva e austera, seguida, em 2017, pela aprovação da terceirização irrestrita e das reformas trabalhista e previdenciária – sinalizam para uma nova agenda de pesquisa que terá como desafio analisar os desdobramentos da atual crise econômica e política brasileira para a classe trabalhadora e suas instituições de representação.

Referências

ABRAMO, Laís; MONTERO, Cecília. (1995), A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos. BIB, n. 40, pp. 65-83.

AGARWALA, Rina. (2013), Informal Labor, Formal Politics, and Dignified Discontent in India. 1. ed. Cambridge: Cambridge University.

ALVES, Giovanni. (2000), O novo (e precário) mundo do trabalho e reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

AMORIM, Henrique. (2009), Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp.

ANTUNES, Ricardo. (1999), *Os sentidos do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo. (2006), Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo. (2013), *O continente do labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). (2009), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

BIAVASCHI, Magda Barros. (2013), O capitalismo contemporâneo e as novas formas de contratação da força de trabalho: a terceirização. In: KREIN, José Dari; CARDOSO Jr., José Celso; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilan O.; (org.). Regulação do trabalho e instituições públicas, vol.1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. pp. 127-145.

BIELER, Andreas; LINDBERG, Ingmar. (2010), Global Restructuring, Labour and the Challenges for Transnational Solidarity. 1. ed. London: Routledge.

BRAGA, Ruy. (2009), A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo. pp. 59-88.

BRASS, Tom. (2011), Labour Regime Change in the Twenty-First Century: Unfreedom, Capitalism and Primitive Accumulation. 1. ed. Leiden: Brill.

BRIDI, Maria Aparecida. (2009), Trabalhadores dos anos 2000. O sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração. São Paulo: LTR.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega. (2017), O trabalho na indústria de software: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. *Caderno CRH*, n. 73, pp. 199-213.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob. (2017), Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologias de informação. Curitiba: Editora da UFPR. (no prelo).

BURAWOY, Michael Burawoy. (2010), From Polanyi to Pollyanna: the false optimism of global labor studies. Global Labour Studies, v. 1, n. 2, pp. 301-313.

CARDOSO, Adalberto Moreira. (2010), A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV.

CARDOSO, Adalberto Moreira. (1999), Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou? 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CARDOSO, Adalberto. (2003), A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

CATTANI, Antônio (Org.). (2003), A outra economia. 1. ed. Porto Alegre: Veraz.

DRUCK, Graça; BORGES, (1993), Ângela. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, n. 19, pp. 22-45.

DRUCK, Maria da Graça. ; FRANCO, Tania. . (2009), Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. (Org.). *Retratos do Trabalho no Brasil*, v. 1. 1. ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia - Edufu. pp. 225-254.

EVANS, Peter. (2008), Is an alternative globalization possible? Politics & Society, v. 36, n. 2, pp. 311-346.

EVANS, Peter. (2010), Is it labor's turn to globalize? Twenty-First Century opportunities and strategic responses. Global Labour Journal, v. 1, n. 3, pp. 352-379.

EVANS, Peter. (2014), National movements and transnational connections: global labor's evolving architecture under neoliberalism. Global Labour Journal, v. 5, n. 3, pp. 245-270.

GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia. (2014), A CSP-Conlutas em perspectiva. In: OLIVEIRA, Roberto Véras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço. pp. 135-152.

GEIGER, Inácio. (2003), A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, v. 16, n. 39, pp. 181-211. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/. Acesso em 23 jun. 2017.

GORZ. Andre. (1982), *Adeus ao proletariado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GUIMARÃES, Nadia Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2011), "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil". Sociologia & Antropologia, n. 1, pp. 151-80.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. (2006), *Caminhos cruzados*: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. 1. ed. São Paulo: Editora 34.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. (2009), *Trabalho flexível, empregos precários: uma comparação Brasil, França, Japão.* 1. ed. *São Paulo*: Unesp.

HABERMAS, Jürgen. (1987), A nova intransparência; a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, pp. 103-114.

HARVEY, David. (1993), *Condição pós-moderna*. 1. ed. São Paulo: Loyola.

HIRATA, Helena. (2009), A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias,* n. 21, pp. 239-261.

IANNI, Otávio. (1994), O Mundo do Trabalho. *Revista Perspectiva*, v. 8, n. l, pp. 33-54.

KREIN, Dari. (2001), *O Aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90***.** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

KREIN, Dari. (2013a), As formas de contratação flexível no Brasil. In: KREIN, Dari. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil***.** São Paulo: LTr.

KREIN, Dari. (2013b), O mercado de trabalho e o padrão de regulação do trabalho no Brasil. In: KREIN, Dari.livro. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil***.** São Paulo: LTr.

KUMAR, Krishan. (1997), *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

LEITE, Marcia de Paula. (1994), *O futuro do trabalho*: novas tecnologias e subjetividade operária. 1. ed. São Paulo: Scritta.

LEITE, Márcia de Paula. (2003), *Trabalho e sociedade em transformação*: mudanças produtivas e atores sociais. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela. (2009), *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp.

LIMA, Jacob Carlos (org.). (2009), *Ligações perigosas*: trabalho flexível e trabalho associado. 1. ed. São Paulo: Annablume.

LIMA, Jacob Carlos. (2004), *As artimanhas da flexibilização*: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem.

LIMA, Jacob. (2007), O trabalho em cooperativas. Dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tania. *A perda da razão social do trabalho*: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo. pp. 45-71.

LINDEN, Marcel van der. (2016), Global Labour: A Not-so-grand Finale and Perhaps a New Beginning. *Global Labour Journal*, v. 7, n. 2, pp. 201-210.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. (2008), *Terceirização e Ação Sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

MAZZEI, Cláudia. (2009), As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (org.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo. pp. 135-156.

MIGUEZ, Pablo. (2017), O trabalho e as novas tecnologias: uma abordagem do trabalho informático segundo as teses do Capitalismo Cognitivo. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob (Org.). *Flexíveis, virtuais e precários?* Os trabalhadores em tecnologias de informação. Curitiba: Editora da UFPR. (no prelo).

MOTTA, Denise; RODRIGUES, Iram Jacomé; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (org.). (2009), *Terceirização no Brasil*: Do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas). 1. ed. São Paulo: Annablume; CUT.

NOWAK, Jörg; GALLAS, Alexander. (2014), Mass Srikes against austerity in Western Europe: a strategic assessment. *Global Labour Journal*, v. 5, n. 3, pp. 201-216.

OFFE, Claus. (1986), *O capitalismo desorganizado*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA, Francisco. (2005), Quem canta de novo L'Internationale? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Trabalhar o mundo*: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 235-268.

OLIVEIRA, Roberto Véras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (2014), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço.

OLIVEIRA, Roberto Véras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (2011), *Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

OLIVEIRA, Roberto Véras de; RAMALHO, José Ricardo. (2013), A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, pp. 88-102.

OLIVEIRA, Roberto Véras de; SANTANA, Marco Aurélio. (2013), *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB.

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. (2015), *Ilegalismos na globalização*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da URFJ.

PIRES, Aline Soares. (2016), *As fábricas recuperadas no Brasil*. O desafio da autogestão. 1. ed. São Carlos: EDUFCar.

RODRIGUES, Iram. (1999), *O novo sindicalismo*: vinte anos depois. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

RODRIGUES, Leôncio. (1999), *Destino do sindicalismo*. 1. ed. São Paulo: Edusp.

SALERNO, Mario S. (1991), *Flexibilidade, organização e trabalho operatório:* elementos para análise da produção na indústria. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. São Paulo: Escola Politécnica-Universidade de São Paulo.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.). (2003), *Além da fábrica:* trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

SEGNINI, Liliana. (2009), Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela (org.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Annablume.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. (2002), From Seattle to Porto Alegre: The Anti-Neoliberal Globalization Movement. *Current Sociology*, v. 50, n. 1, pp. 345-358.

STANDING, Guy. (2014), *A Precariat Charter*: From Denizens to Citizens. 1. ed. London: Bloomsbury.

TOURAINE, Alain. (1998), *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

WRIGHT, Erik Olin. (2015), *Understanding Class*. 1. ed. New York: Verso.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 20/09/2017 / Aprovado em 08/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.224
10.20336/rbs.224

A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais

Karl Monsma*
Fernando Afonso Salla**
Alessandra Teixeira***

RESUMO

A sociologia histórica aborda processos de mudança e continuidade sociais e revela a arbitrariedade de muitos arranjos sociais. Os clássicos da sociologia focalizavam processos de mudança social e abordagens históricas predominavam na sociologia alemã entre as guerras, mas só reemergiram com força a partir das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, onde a nova sociologia histórica focalizava estruturas políticas e econômicas. A partir da década de 1980, a área dialoga com abordagens enfatizando a construção social das identidades, as subjetividades e as representações coletivas, como a história oral, o feminismo ou os estudos pós-coloniais. Atualmente, este subcampo resiste ao reducionismo e prioriza a análise processual de atores e eventos, além das interações de processos sociais distintas. Novas fronteiras na área incluem relações entre reprodução e mudança social, relações entre processos individuais e institucionais e o papel da narrativa na representação e interpretação da realidade social desde múltiplos pontos de vista.
Palavras-chave: sociologia histórica; mudança social; sociologia processual.

* Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PhD em Sociologia pela Universidade de Michigan (EUA). Autor do livro *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914* (EdUFSCar, 2016) e de vários artigos sobre questões de escravidão, racismo, imigração e sociologia histórica. Bolsista do CNPq, Produtividade em Pesquisa, Processo 306090/2014-7; Bolsista da Capes, Estágio Sênior no Exterior, Processo 88881.120827/2016-01.

** Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Autor do livro *As Prisões em São Paulo (1822-1940)* e vários trabalhos de natureza histórica em Sociologia da Violência.

*** Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutora e mestre em Sociologia pela USP, e advogada. Autora dos livros *O Crime pelo Avesso* (Alameda editorial, 2016) e *Prisões da Exceção* (Juruá, 2009). Linha de pesquisa: história das práticas de controle e punição.

ABSTRACT

HISTÓRICAL SOCIOLOGY: CURRENT DIRECTIONS AND DIALOGUES

Historical sociology studies processes of social change and continuity, and reveals the arbitrariness of many social arrangements. The classics of sociology focused on processes of social change, and historical approaches predominated in interwar German sociology, but they only reemerged with strength in the 1960's and 1970's in the United States, where the new historical sociology focused on political and economic structures. Starting in the 1980's, the area engaged in dialogue with approaches emphasizing the social construction of identities, subjectivities and collective representations, such as oral history, feminism and post-colonial studies. Today, this subfield resists reductionism and prioritizes the processual analysis of actors and events, as well as interactions among different social processes. New frontiers in the area include relations between social reproduction and change, relations between individual and institutional processes, and the role of narrative in the representation and interpretation of social reality from multiple points of view.
Keywords: historical sociology; social change; processual sociology.

A sociologia histórica tem sido fundamental para a compreensão de processos de mudança social, especialmente em longa duração. Também há vários outros motivos para pesquisas históricas na sociologia. Um dos mais importantes é compreender a continuidade social. Andrew Abbott (2016, pp. 23-24) enfatiza que o mundo social está em movimento constante. Nada do social simplesmente continua por sua própria inércia. Isso implica que sempre há o risco de mudança, e exige a explicação da reprodução social, na vida cotidiana e de geração a geração.

Craig Calhoun (2003) identifica ainda outras justificativas para a sociologia histórica. Uma é o papel dos estudos históricos em desmentir noções falsas de necessidade social. Pesquisas sobre o presente muitas vezes buscam as "funções" de fenômenos sociais ou motivos racionais pela sua existência, assim subestimando a arbitrariedade dos arranjos existentes. Pesquisas históricas mostram que boa parte do mundo social atual se originou de contingências ou das imposições dos poderosos, não das necessidades da vida em sociedade ou do planejamento racional. Depois de emergir, e mesmo quando são arbitrários, os arranjos sociais geralmente criam uma constelação de grupos interessados na sua reprodução e a tendência de os seres humanos naturalizarem o que já existe

também contribui para a continuidade. Um problema teórico parecido surge do olhar retrospectivo dos sociólogos que buscam as "origens" de alguma instituição ou estrutura social do presente, desconsiderando todas as alternativas que realmente existiam ou eram possíveis no passado, o que, novamente, leva a tendências de exagerar a inevitabilidade dos arranjos sociais do presente.

A sociologia histórica também serve para estudar a proveniência de categorias de pensamento, inclusive nossas categorias sociológicas. Tais categorias não somente descrevem e interpretam o mundo, também entram na constituição do mundo social, e maneiras diferentes de recortar, categorizar e conceptualizar o mundo carregam implicações teóricas e políticas distintas. Uma compreensão histórica e contextualizada da construção das categorias alerta o sociólogo contra o uso ingênuo delas.

Finalmente, a sociologia histórica contribui para superar várias dicotomias, da sociologia atual – entre especificidade e generalidade, entre teoria e pesquisa empírica, entre construtivismo e realismo. Muitas das questões teóricas centrais da sociologia dizem respeito a processos e temporalidades, e a pesquisa histórica permite observações empíricas que se aproximam mais à lógica teórica que as pesquisas sobre um momento no tempo. Conceitos como desenvolvimento, formação de Estados, colonização, democratização, racialização, migração, urbanização, carreira, transição para a vida adulta, formação de famílias e envelhecimento, além de noções mais abstratas como construção social, estruturação ou institucionalização, todos implicam processos no tempo e somente a pesquisa histórica, ou processual, permite observações empíricas pertinentes a esses conceitos.

Atualmente, este subcampo se desdobra em várias frentes de pesquisa, que salientam a análise processual de eventos e da formação dos atores, além das interações complexas entre processos sociais distintos.

A velha e a nova sociologia histórica

Os clássicos da sociologia focalizavam principalmente os processos de mudança social que configuraram o mundo moderno. As análises históricas e comparativas de autores como Marx e Weber foram centrais para explicar a emergência do capitalismo, a racionalização e burocratização da vida mo-

derna, as alterações profundas nas formas sociais existentes antes do mundo moderno. No período entre as guerras, a sociologia histórica chegou a ser a abordagem predominante na sociologia alemã, evidente no trabalho de sociólogos como Max Weber e seu irmão Alfred (1951), Franz Oppenheimer (1914), Werner Sombart (1915; 1967), Karl Mannheim (1936; WOLFF org. 1993) e Norbert Elias, que estudou sob a orientação de Alfred Weber e depois Karl Mannheim, antes do seu exílio. O nazismo dispersou os sociólogos históricos alemães, a maior parte fugindo para outros países, e esta abordagem nunca recuperou a mesma importância na sua terra de origem (STEINMETZ, 2009). Aqueles que se refugiaram no exterior, principalmente nos Estados Unidos, não conseguiram reestabelecer uma escola de sociologia histórica e vários abandonaram esse subcampo. Depois da II Grande Guerra, a sociologia histórica sobreviveu na obra de alguns poucos exilados alemães, como Reinhart Bendix (1974; 1976), nos Estados Unidos, e Norbert Elias, na Inglaterra, além de alguns sociólogos norte-americanos, notavelmente Seymour Martin Lipset (1963; LIPSET; RAAB 1978).

A sociologia histórica só reemergiu com força a partir das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Os pesquisadores dessa primeira onda da nova sociologia histórica norte-americana se rebelavam contra as duas tendências pouco históricas que predominavam na sociologia desse país nas décadas de 1950 e 1960: o funcionalismo parsoniano e a pesquisa empírica positivista e empirista. Também se influenciavam pelos conflitos e movimentos sociais dos anos 60, atraíam-se pelo marxismo, enfatizavam o poder, a dominação e os conflitos, dialogavam com a história social inglesa e francesa, e desprezavam como conservadora a sociologia durkheimiana e cultural. O pioneiro dessa escola, inicialmente centrada na Universidade Harvard, foi Barrington Moore Jr. (1983; 1987), cujo estilo de pensamento pode ser caracterizado como eclético, com ênfase central em poder, conflito e relações de classe, mas, ao mesmo tempo, atento aos detalhes de contextos históricos e sequências de eventos. Os alunos mais conhecidos de Moore, Charles Tilly (1986; 1996) e Theda Skocpol (1979; 1992), preocupavam-se mais que Moore com a legitimação da sociologia histórica frente às vertentes dominantes, especialmente à pesquisa positivista focalizada na análise das relações entre variáveis. Tilly usava métodos quantitativos em várias das suas pesquisas e Skocpol (1979), inicialmente, justificava sua pesquisa comparativa sobre revolu-

ções como uma aplicação dos métodos de concordância e de diferença de John Stuart Mill (1882 [1843]).[1]

Com a participação desses pesquisadores, de seus alunos e de outros por eles influenciados, o subcampo da sociologia histórica cresceu e se institucionalizou na América do Norte ao longo das décadas de 1970 e 1980 (CALHOUN, 1996). A ênfase central dessa primeira onda da nova sociologia histórica era estrutural e materialista, focada em um conjunto de questões centrais derivadas, direta ou indiretamente, do trabalho de Marx ou de Weber: as origens do capitalismo, consciência e conflitos de classe, revoluções sociais, a formação do Estado.

A essas contribuições iniciais, acrescentaram-se novos desafios interpretativos a partir dos anos 1970 com os novos movimentos sociais, a importância crescente da política identitária e multicultural, a globalização, o fim da experiência socialista e as mudanças no estado do bem-estar social e nas relações de mercado. A partir da década de 1980, apareceram cada vez mais pesquisas históricas na sociologia que enfatizavam subjetividades, identidades, representações coletivas e outros aspectos simbólicos da vida social, com uma proliferação de objetos empíricos, mas a sociologia histórica nunca perdeu seu foco central em processos de continuidade e mudança. Hoje, o diálogo dessa área está particularmente animado, e às vezes difícil, com abordagens institucionais, feministas e pós-coloniais (ADAMS; CLEMENS; ORLOFF, 2005). A sociologia histórica continua forte nos Estados Unidos, constituindo-se como linha de pesquisa em quase todos os principais departamentos de sociologia daquele país, mas com importantes reflexos em outros países, como a Inglaterra, a Austrália, a Finlândia, a República Tcheca e entre alguns dos alunos de Bourdieu na França (MONSMA, 2016).

No Brasil, abordagens históricas já foram importantes no trabalho de Florestan Fernandes e seus alunos (CARDOSO, 2011; FERNANDES, 1978; IANNI, 1988), mas esse grupo foi dispersado pela ditadura. Na sociologia brasileira que reemergiu a partir do final do regime militar, a ênfase anterior nas mudanças e continuidades sociais em longo prazo parece ter caído no esquecimento. Vários sociólogos pesquisam a história do pensamento social brasileiro, mas este subcampo é muito mais história intelectual que sociologia histórica do Brasil. A área de teoria social continua forte, mas desvin-

1 Para uma discussão maior sobre o trabalho destes autores, ver Monsma (2016).

culada da pesquisa empírica, consistindo principalmente em comentários sobre o trabalho dos grandes teóricos estrangeiros ou teorias derivadas de outras teorias. Enquanto isso, a maior parte da sociologia brasileira hoje se orienta para a análise dos problemas sociais atuais, com a aplicação das teorias internacionais à realidade brasileira contemporânea. Raramente se usa a pesquisa empírica para desenvolver ou apurar a teoria.

Existem até alguns sociólogos brasileiros que afirmam que a sociologia é, ou deve ser, limitada a estudos da sociedade contemporânea. Tal restrição, se levada a sério, constituiria uma proibição à pesquisa sobre a mudança e a reprodução sociais em longo prazo e resultaria na eliminação da sociologia clássica dos nossos cursos, não somente porque os autores clássicos focalizavam a mudança social, mas também porque o mundo que eles tentavam compreender não existe mais. A limitação da sociologia ao mundo atual também implicaria que todas nossas pesquisas se tornariam obsoletas assim que houver alguma mudança no objeto de investigação. Mas hoje, com a evidente fragilidade das instituições democráticas e do modelo de desenvolvimento vigente (e não somente no Brasil!), além da insustentabilidade óbvia das relações humanas atuais com a natureza e da volta da barbárie em várias partes do planeta, fica evidente que as instituições sociais não se mantêm automaticamente e que a direção da mudança social não está predeterminada. Sem uma abordagem histórica e processual, que é a única maneira de apreender a continuidade e mudança social, não temos como entender os fenômenos sociais mais importantes da nossa época.

Apesar da diversidade de temas abordados, a sociologia histórica recente tem se concentrado em questões de complexidade causal e sequências de eventos, ou seja, como processos sociais distintos se combinam e interagem ao longo do tempo e como a ordem dos eventos influencia as possibilidades posteriores. De interesse central são as formas de agência humana e seu papel nos eventos, as mudanças históricas na construção social dos atores individuais e coletivos, as relações mutantes entre conhecimento e poder, a emergência de novos discursos e "regimes de verdade", as repercussões da interação complexa de atores com distintos entendimentos e estratégias, a reprodução e mudança de instituições sociais na sucessão das gerações, o papel da contingência nos eventos e as consequências de combinações variadas de "mecanismos" sociais.

Diálogos com outras áreas

O desenvolvimento e a diversificação da sociologia histórica abrem oportunidades para diálogos frutíferos com outras áreas de conhecimento e experimentações epistemológicas. Uma dessas áreas é a história do presente, que existe atualmente em duas formulações com arranjos teóricos e metodológicos distintos, embora possam ter temáticas e propostas analíticas que coincidam em muitos pontos: uma é a história do tempo presente proveniente da historiografia francesa desde os anos 1970; a outra é a genealogia, na perspectiva de Michel Foucault. Acreditamos que ambas "correntes" estabelecem um amplo espectro de interfaces com o campo da sociologia em geral e particularmente com a sociologia histórica das últimas décadas.

A história do presente e a memória coletiva

No campo da história, um intenso movimento de renovação, sobretudo na França, ocorreu a partir dos anos 1970 e 1980, com a chamada história do tempo presente. Ao se dedicar a questões contemporâneas, esse movimento de renovação deslocava o escopo das pesquisas que então predominava na historiografia tradicional francesa (história antiga e medieval), questionando o estreitamento de vias de comunicação e cooperação com as demais ciências sociais. Embora muitas vezes a chamada história do tempo presente tenha sua legitimidade questionada por sua "relação incestuosa com o jornalismo" (DOSSE, 2012, p. 6), por seu presentismo, é fato que ela recolocou no centro de seus estudos uma agenda de pesquisa que demanda do historiador "trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários" (DOSSE, 2012, p. 14).

Tal aproximação se deve também aos temas que passaram a ser de interesse nessa renovação do campo historiográfico. Segundo Lagrou (2013), naquele período, a história do presente significou um duplo movimento: uma reabilitação da história política, em meio ao predomínio da escola dos *Anais* e seu peso sobre a história social e econômica; e a emergência de uma "historiografia crítica" dos 'anos sombrios', o que significou uma proposta de dedicação da historiografia aos temas do pós-guerra, a perseguição e os

massacres de minorias[2]. Essa preocupação redefiniu também o lugar da memória na narrativa histórica. Deixara de ter relevância a *história* dos heróis nacionais e entrara em cena a *memória* das mulheres, dos migrantes, das minorias, das várias vítimas de perseguições e massacres (armênios, judeus, tutsis). Recolocava-se então o conhecido embate entre história e memória, entre as narrativas elaboradas por intelectuais e o testemunho dos dominados, subalternizados, colonizados e oprimidos.

A memória e as fontes orais ganharam novo estatuto. A relação entre história e memória tornou-se central na "problematização da relação entre verdade e fidelidade" (DOSSE, 2012, p.11). Coloca-se o desafio de ter uma "história social da memória coletiva", quando se considera a análise, por exemplo, do governo colaboracionista da França com o nazismo, ou a presença francesa na Argélia, a condição humana sob os regimes da 'cortina de ferro', as perseguições políticas e extermínio de grupos sociais.

Dosse (2012) faz coincidir os limites da história do tempo presente com a presença dos seus atores, por meio de suas memórias:

> A outra importante singularidade da História do tempo presente é a importância de testemunhas em sua construção, ainda mais se definirmos os limites dessa história como tendo que coincidir com a copresença de seus atores, isto é, com a duração da vida humana. (p. 15).

Recorrer à memória, nesse sentido, significa colocar a história "sob vigilância", na qual as testemunhas podem contestar os documentos, os registros tradicionais que até então fundamentavam as análises.

A memória coletiva serve como grade de inteligibilidade dos conflitos sociais e políticos contemporâneos. A história oral é um método para a recuperação das vozes e das representações de grupos sociais oprimidos e silenciados, como mulheres, negros (as), minorias étnicas, homossexuais, quilombolas, indígenas, camponeses (as) ou presos (as). A memória pode se contrapor à construção seletiva do passado, por versões oficiais, em contextos e períodos de dominação e violência. Temas como o papel da memória na construção das identidades individuais e coletivas (POLLAK, 1992), os usos da narrativa para compreender a realidade social e as lutas políticas sobre

2 A criação do Institut d'histoire du temps présent (IHTP) em 1978 foi fundamental para a consolidação das pesquisas em torno desses temas.

quais narrativas devem predominar na esfera pública também aproximam a sociologia histórica ao campo da memória coletiva e da memória cultural (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995; GIESEN; JUNGE, 2003).

Genealogia

Uma segunda "corrente" de interesse para a sociologia histórica em relação à história do presente foi desenvolvida por Michel Foucault nos seus vários estudos sobre a medicina, a loucura, a punição, a sexualidade, o governo. Sua obra se divide em dois momentos distintos: o primeiro, caracterizado por um método de interpretação da história, que ele designou de *arqueologia* dos saberes (e dos discursos); o segundo, também voltado a uma interpretação crítica da história, porém bastante atento às lutas de poder que marcam o processo de proveniência (e não de origens), que ele designou de *genealogia*.

Nos dois empreendimentos, o que está em jogo é uma forma de acessar o presente através do passado, quer desvendando uma profunda e inconsciente estrutura (episteme) que conforma discursos sobre determinados fenômenos – a loucura, a medicina – em determinadas períodos (arqueologia); quer seguindo o complexo fio da proveniência que desvendará as disputas e os conflitos que influenciaram a emergência e conformação de instituições e práticas contemporâneas, como a prisão, a punição, a sexualidade e a governamentalidade (a genealogia).

Na fase arqueológica de Foucault, obras como *História da loucura* [1961], *O nascimento da clínica* [1963] e *Arqueologia do saber* [1969], ao promoverem a contraposição de diferentes períodos do passado com o presente, permitem denunciar a falsa universalidade e fixidade de conceitos e práticas que se configuram no presente (BAERT; SILVA, 2014). A partir dos anos 70, os estudos genealógicos de Foucault, com especial destaque para *Vigiar e Punir* [1975] e a trilogia *A história da sexualidade*, partem de uma questão disposta no presente e, na busca por sua proveniência, revelam "o processo errático e descontínuo pelo qual o passado se tornou presente: um trajeto descendente, amiúde aleatório, que sugere a contingência do presente e abertura para o futuro" (GARLAND, 2014, p. 84).

É o empreendimento genealógico que propicia a Foucault realizar uma "história do presente", conceito que na sua obra adquire um significado

próprio, que se opera através da delimitação de um *problema* do presente. Tratar um problema é uma operação muito distinta da eleição de um período ou marco histórico, por exemplo, e implica na reconstituição das forças e das lutas de poder que estiveram implicadas em sua emergência e que conformaram regimes de poder-saber ainda fortes no presente (FOUCAULT, 2003; GARLAND, 2014).

A contribuição das abordagens arqueológica, e sobretudo genealógica, de Foucault para as ciências sociais é bastante significativa para a sociologia histórica. Os estudos do sociólogo britânico David Garland acerca da *sociologia da punição* são um dos exemplos mais importantes dessa influência. Garland empreende uma análise do campo da punição e do controle do crime nos últimos cinquenta anos nos EUA e Grã-Bretanha, interpretando suas mudanças a partir das transformações do Estado social nessas duas sociedades e correlacionando o declínio do estado de bem-estar social à emergência do que ele vai designar como a nova *cultura do controle* (GARLAND, 2001).

O sociólogo inglês Nikolas Rose é outro herdeiro da perspectiva genealógica no desenvolvimento analítico e empírico do conceito, também foucaultiano, de *governamentalidade*. Rose identifica uma espécie de ruptura entre o território de governo constituído como o *social,* a partir do início do século XX, e um novo espaço conceitual, a *comunidade*, que implica novas formas de assujeitamento e subjetividades (ROSE, 1996). Judith Butler (2015) também recorre à genealogia de Foucault para introduzir a noção de performatividade ao gênero, denunciando a operação de poder-saber que o definiu desde a modernidade: a produção heteronormativa de sua fixidade e sua binaridade.

Estudos pós-coloniais

Ainda outro diálogo da sociologia histórica se faz com os estudos pós-coloniais. Por muito tempo a sociologia histórica focalizava principalmente a Europa, tratada como o espaço em que o mundo moderno emergiu, sem levar em conta as relações entre a Europa e o resto do mundo. Hoje, muitos pesquisadores reconhecem a importância das relações coloniais e neocoloniais, inclusive para a compreensão da própria Europa. Certamente, uma vez que reconhecemos que o desenvolvimento do capitalismo e a formação dos Estados na Europa coincidiram com a conquista de impérios por estes

mesmos Estados, nunca mais é possível pensar na Europa separada do resto do mundo (COOPER, 2005). O diálogo entre a sociologia histórica e os estudos pós-coloniais já levou a questionamentos importantes a respeito do eurocentrismo da sociologia histórica, por um lado, e, por outro, das tendências generalizantes dos estudos pós-coloniais e sua ênfase central na análise de discurso, especialmente os discursos registrados em textos (GO, 2013; LOOMBA, 2015, pp. 39-111).

A sociologia histórica aproveita vários tipos de métodos e fontes para analisar a interação de múltiplos processos sociais ao longo do tempo e a variedade das trajetórias históricas resultantes, sem privilegiar a priori nenhuma dimensão da vida social. Por isso, os sociólogos históricos tendem a questionar a primazia atribuída por muitos autores pós-coloniais à análise de discursos e textos, além de discordar das tendências de interpretar toda a história moderna a partir de contrastes entre "the West and the Rest", nas palavras de Stuart Hall (1996), e de tratar todo o pensamento ocidental a partir do século XVIII como permutações de um conjunto básico de categorias e oposições mestres, originárias do Iluminismo.

Vários autores pós-coloniais, e do campo aliado de estudos subalternos, prestam atenção à diversidade dos povos colonizados e suas formas de resistência (CHAKRABARTY, 2000), mas, como o sociólogo Vivek Chibber (2013) enfatiza, geralmente contrastam esses povos com uma construção abstrata e homogênea do desenvolvimento europeu, em que a burguesia supostamente liderou a luta pelos direitos civis e pela democracia, assim subestimando radicalmente a diversidade das trajetórias europeias e o papel das lutas populares, muitas vezes anticapitalistas, na conquista dos direitos de cidadania e na democratização. Portanto, segundo Chibber, quando alegam que as ideias europeias não se aplicam ao resto do mundo, os autores pós-coloniais contrastam o mundo colonizado com uma Europa que nunca existiu e reproduzem o orientalismo em nova forma, sublinhando a alteridade radical dos povos colonizados, que supostamente não valorizam conquistas ocidentais como direitos e democracia.[3]

O sociólogo histórico Julian Go (2013) se identifica bem mais que Chibber com os estudos pós-coloniais, mas enfatiza as relações entre colonizado-

3 Com sua análise da colonização do interior da Europa, Miles (1993) também questiona generalizações sobre as relações entre Europa e o resto do mundo.

res e colonizados em vez de os contrastes entre eles, tal como o historiador Frederick Cooper (2005), cujos argumentos e métodos são muito próximos à sociologia histórica. Para ambos os autores, o mundo moderno – inclusive o capitalismo e a democracia liberal – emergiu das relações entre metrópoles e colônias. Por exemplo, noções de direitos universais "do homem" institucionalizados na Revolução Francesa só podem ser compreendidas adequadamente se levarmos em conta a Revolução do Haiti, que forçou a Assembleia Nacional a enfrentar a questão da escravidão nas colônias. Na sua análise da descolonização da África francesa, Cooper salienta que os ativistas e movimentos africanos usaram as noções universalistas de direitos, derivadas do Iluminismo, como armas anticoloniais potentes, assim transformando seus significados. Para Go, a industrialização britânica também tem tudo a ver com o colonialismo, na forma não somente de riqueza e matérias primas extraídas de outras partes do mundo, mas também das contribuições técnicas da indústria têxtil da Índia.

Hoje, a sociologia histórica é um dos subcampos da sociologia que mais dialoga com os estudos pós-coloniais, o que está levando não somente a novas abordagens a respeito de questões antigas, como o desenvolvimento do capitalismo e do Estado, mas também a pesquisas sobre as relações entre o colonialismo e o desenvolvimento da própria sociologia (STEINMETZ, 2013).

Debilidades teóricas e metodológicas e as novas fronteiras da sociologia histórica

Com a proliferação de abordagens e objetos de estudo nas últimas décadas, a sociologia histórica perdeu o núcleo central de questões e abordagens mais ou menos marxistas que norteavam o campo nos anos sessenta e setenta. Uma debilidade central dessa área hoje é a falta de uma teoria clara da sociologia processual, capaz de integrar a grande variedade de objetos de estudo e níveis de análise. Algumas das fronteiras mais interessantes da sociologia histórica hoje abordam justamente como pensar processos, junto com as questões correlatas das relações entre processos cotidianos e institucionais, e entre reprodução e mudança social.

A abordagem dos mecanismos é vista por alguns como uma maneira de dar conta da variabilidade das dinâmicas sociais sem recair no historicis-

mo puro, em que tudo que acontece é produto das condições e sequências de eventos de determinado contexto e nenhuma generalização sociológica é possível. Na formulação de Charles Tilly (1998; 2001; 2005), um dos principais expoentes da abordagem dos mecanismos, existem regularidades sociais, mas estas ocorrem em nível das "transações", ou relações entre atores, sejam indivíduos, coletividades ou organizações. Segundo Tilly, as transações do mesmo tipo produzem as mesmas consequências em uma ampla variedade de contextos, ou até universalmente. É a conjunção de um tipo de transação e suas consequências invariantes que constituem um "mecanismo". Os diferentes mecanismos combinam-se de muitas maneiras ao longo do tempo, em sequências que definem processos sociais amplamente variados. É possível identificar processos típicos de determinada época ou tipo de contexto, mas a natureza dos processos sempre pode se alterar com a mudança no conjunto de mecanismos e seu sequenciamento. Esta abordagem relacional resolve, em nível abstrato, o problema da produção de processos sociais infinitamente variados a partir de regularidades cientificamente definíveis, mas desconsidera o problema da construção social do ator (STEINMETZ, 2010). Se os atores são produtos do contexto social, e suas percepções influenciam suas atividades nas relações sociais, os mecanismos não podem ser tão invariantes assim.

Levando em conta a construção social do ator, Giddens (1984) fornece o início de uma teoria das relações entre processos estruturais e vida cotidiana. Tal como Bourdieu, Giddens enfatiza a internalização das estruturas, na forma de categorias cognitivas e regras generativas da ação, que permitem a instanciação das estruturas sociais nas rotinas cotidianas de interação.

A partir de uma síntese de Giddens, Sahlins e Bourdieu, William H. Sewell Jr. fornece o que provavelmente é a teoria mais completa disponível hoje das relações entre reprodução e mudança social. Em um artigo pioneiro (1992 - republicado em Sewell, 2005), ele sistematiza e critica as noções de estrutura de Giddens, enfatizando as relações entre os aspectos virtuais e materiais de estrutura. Os esquemas internalizados, o que Giddens denomina "regras" e Bourdieu chama de "habitus", definem os objetos, pessoas ou instituições no mundo que servem como recursos, ao mesmo tempo em que a natureza dos recursos reforça os esquemas da ação, e mudanças na quantidade e qualidade dos recursos disponíveis podem levar a mudanças nos esquemas que as pessoas usam para mobilizar tais recursos.

Sewell também desenvolve o argumento de que as transposições dos esquemas, ou do habitus, entre situações específicas implicam muito mais possibilidades para mudança social do que Bourdieu reconhece, principalmente porque o mesmo indivíduo internaliza esquemas distintos, e parcialmente contraditórios, em âmbitos institucionais diferentes, e qual esquema será acionado em uma situação nova sempre é um tanto incerto e envolve a criatividade humana[4]. As transposições dos esquemas a situações novas trazem consequências parcialmente imprevisíveis para os recursos, que por sua vez reforçam ou não aspectos distintos dos esquemas internalizados. Usos novos dos esquemas são particularmente prováveis nas interseções ou fronteiras entre esferas institucionais, onde pode acontecer a transposição de esquemas entre circunstâncias estruturais distintas. Os esquemas de ação de uma mãe, por exemplo, podem ter um conjunto de consequências no âmbito da família, e outras consequências quando acionados por mulheres ativistas que pressionam o governo por mudanças nas políticas públicas (SKOCPOL, 1992). Nas interseções das esferas de família e política, vários esquemas, parcialmente contraditórios – ideológicos, de gênero, de maternidade, de coligações políticas e de cálculos econômicos - podem ser acionados, e as consequências dessa interação complexa entre vários esquemas e vários tipos de atores nunca são totalmente previsíveis.

Sewell desenvolve mais essas ideias e suas implicações para o entendimento da mudança social no livro Logics of history (2005). Boa parte de sua análise parte de uma reelaboração dos escritos do antropólogo Marshall Sahlins, que Sewell critica por sua noção monolítica de estrutura, a qual só muda em resposta a acontecimentos excepcionais, originários de fora da cultura focalizada, como a chegada ao Havaí do Capitão Cook, analisada em detalhe em vários escritos de Sahlins (1981; 1985). Além das interações parcialmente imprevisíveis de estruturas - parcialmente sobrepostas, mas diferenciadas, consistindo de esquemas e recursos, que se reforçam mutuamente – as trajetórias únicas das pessoas entre múltiplas estruturas formam esquemas de percepção e ação que nunca são idênticos aos de outras pessoas do mesmo grupo social, o que cria muito mais possibilidades para a mudança no processo de reprodução das estruturas que Sahlins reconhece.

4 Lahire (2005, orig. 1998) desenvolveu ideias semelhantes sobre a segmentação e as contradições do habitus em, mais ou menos, mesma época.

Um evento, neste esquema de pensamento, é um acontecimento que resulta em mudanças estruturais. Para Sewell, sempre acontecem "rupturas" na ordem social vigente, como ideias dissidentes ou atos de não conformidade, mas estas geralmente são contidas, pela autocensura, pelo descaso dos outros, pelo controle informal ou por autoridades. Um evento é particularmente provável quando uma ruptura ressoa entre várias esferas institucionais, criando uma série de rupturas em estruturas distintas que se reforçam mutuamente, o que é mais provável para rupturas nas fronteiras ou interseções entre âmbitos institucionais distintos. Quando novos tipos de relações entre estruturas emergem, as consequências da ação humana para os recursos disponíveis se tornam mais imprevisíveis, o que por sua vez resulta em mudanças nas estratégias de ação. O clima de incerteza suscita fortes emoções e facilita a experimentação, cujas consequências podem levar a novas definições coletivas da situação e novos esquemas de ação. Mudanças conjuntas nos esquemas e nos recursos são transformações das estruturas.

O que conta como uma mudança estrutural significativa é sempre relativo aos interesses teóricos ou práticos do observador. Eventos podem ocorrer em vários níveis, eventos de diferentes tipos e durações podem se sobrepor e sempre pode haver eventos menores dentro dos grandes eventos. Uma mudança estrutural em um nível pode até contribuir para a reprodução de uma estrutura em outro nível. Entretanto, no seu exemplo central da tomada da Bastilha e da emergência da categoria "revolução popular" na França, Sewell acaba aceitando a delimitação de um evento reconhecido pelos atores envolvidos, que é outra maneira de definir os eventos. Poucos dias depois do fato, a importância simbólica da tomada da Bastilha foi reconhecida pela Assembleia Nacional, que reconheceu e legitimou o novo conceito de revolução popular legítima (SEWELL, 2005, pp. 232-244).

Embora Sewell forneça a mais completa teoria de mudança social disponível hoje, ainda há muito para fazer. Esta abordagem funciona melhor para a análise de mudanças sociais relativamente rápidas; também se aplica melhor a mudanças em estruturas centralizadas, como o Estado. É menos óbvio como usar este aparato teórico para elucidar as mudanças estruturais em instituições descentralizadas e dispersas, como a família, ou transformações sociais graduais, durando talvez séculos, que só posteriormente são reconhecidas como mudanças significativas por historiadores ou outros.

Elias (1991; 1996) focaliza o problema da mudança social em longo prazo, salientando a contribuição do habitus individual e coletivo à estabilidade e continuidade social. O habitus, cujas camadas mais fundamentais são moldadas pelas primeiras experiências, é relativamente resistente a mudanças e tende a reproduzir aspectos importantes de arranjos sociais mesmo em períodos de mudança rápida. As mudanças maiores do habitus, portanto, tendem a acontecer na sucessão das gerações e não dentro do indivíduo.

Abbott (2016) complementa esta abordagem, observando que o passado vive no presente de duas formas gerais. Uma é o passado "codificado" nos arranjos institucionais, nas rotinas e no ambiente físico. Embora não use o termo habitus, Abbott enfatiza que o passado também se codifica no indivíduo, na forma do conhecimento, das habilidades, dos gostos, das disposições e estratégias de ação, e até na conformação física do corpo, influenciado pelo passado de nutrição, atividade e doenças. A outra maneira em que o passado continua no presente é na forma de memórias, que integram as identidades e influenciam as estratégias de ação. A memória institucional é dispersa nas mentes de todos os participantes, cada um com fragmentos diferentes, moldados por sua experiência e pontos de vista específicos. A memória também está materializada na forma de escritos e outros registros do passado, mas estes só conservam alguns aspectos da memória institucional ou individual. De maneira geral, as rotinas e memórias institucionais se renovam a um ritmo mais rápido que o tempo de vida dos indivíduos. Portanto, as instituições tendem a mudar mais rapidamente que o habitus individual. O descompasso entre mudança do habitus e mudança institucional aumenta com o aumento de expectativa de vida da população.

Em vários artigos, Abbott (2001; 2016), cujas pesquisas têm focalizado principalmente as carreiras e os campos profissionais, também aprofunda a discussão da identificação e duração dos eventos, seu sequenciamento e suas sobreposições. Muitas das sequências consistem em trajetórias ou etapas previsíveis por natureza ou previamente definidas por regras institucionais, como o processo biológico de envelhecimento, as etapas de uma carreira profissional ou, para um Estado, a sequência de eventos políticos envolvidos nas eleições e nas trocas de governo. Entretanto, também há "pontos de virada", em que as possibilidades são muito mais abertas, que tipicamente são momentos de transição entre uma trajetória e outra: para um indivíduo, pode ser a transição entre escola e mercado de trabalho, uma mudança de carreira

depois de perder o emprego ou a transição entre parceiros conjugais. Para um Estado, pode ser a transição entre regimes políticos, como um processo de democratização ou um golpe de Estado. Em nível coletivo, os pontos de virada correspondem aproximadamente ao que Sewell chama de "eventos".

Questões emergentes

Novas questões e frentes de pesquisa emergem dos debates recentes, inclusive com respeito aos fundamentos das ciências sociais. A sociologia histórica hoje está bem posicionada para mediar as disputas entre abordagens realistas e construtivistas. Isso é, em boa parte, porque tende a resistir a todas as formas de reducionismo, orientando-se para a compreensão de situações históricas específicas, decorrentes de combinações complexas de vários processos sociais. Muitos sociólogos históricos hoje se engajam seriamente com o construtivismo, especialmente aqueles que pesquisam questões de gênero ou pós-coloniais, mas sem perder de vista a agência humana, a vida material e os processos sociais que funcionam independentemente das representações coletivas e das percepções dos atores. Esses pesquisadores tentam elucidar as interpenetrações e as relações cambiáveis entre, por um lado, os processos de construção histórica das categorias cognitivas e identitárias, e, por outro lado, fenômenos relacionais, demográficos, econômicos, ecológicos e biológicos, tais como redes sociais, violência física, mercados, taxas de fertilidade, desastres naturais e doenças. Se existir uma postura epistemológica predominante na área, seria próxima ao realismo crítico de Bhaskar (COLLIER, 1994; STEINMETZ, 1998; 2010). Um exemplo dessa resistência ao reducionismo é a crítica de Sewell, um especialista na análise simbólica, aos pesquisadores influenciados pelo estruturalismo antropológico, como Sahlins, por desconsiderar as consequências culturais dos recursos materiais, que são definidos por esquemas culturais, mas não são redutíveis a eles (SEWELL, 2005, pp. 145-151).

Acreditamos que também é importante aprofundar o diálogo com o campo de Letras sobre a representação narrativa de sequências de eventos. Uma narrativa não é somente uma cronologia, mas mostra como os eventos se relacionam entre si. Nas narrativas históricas, teorias distintas implicam enredos diferentes para a mesma sequência de eventos, enfatizando pontos de virada, ou eventos decisivos, diferentes, e processos causais distintos relacionando os eventos. As teorias distintas também podem apontar atores

chaves diferentes, sejam eles individuais ou coletivos, e diferenças nas circunstâncias que condicionam ou motivam determinada sequência de eventos. Com a identificação dos elementos decisivos nas narrativas elaboradas a partir de cada abordagem teórica, teremos subsídios para comparar essas narrativas sistematicamente e investigar até que ponto cada teoria é coerente com a evidência disponível. [5]

Teorias de narrativa também explicitam como contar a história desde vários pontos de vista simultaneamente, o que é importante para a análise da interação de grupos e atores distintos ao longo do tempo. Com o declínio, a partir da década de 1980, de abordagens estruturais na sociologia histórica, em que os interesses e as disposições dos atores eram simplesmente inferidos da sua posição estrutural, há cada vez mais pesquisas focalizando como os atores entendem sua situação, definem seus interesses e elaboram estratégias de ação. Com isso, entender e relatar de maneira inteligível os pontos de vista de atores com identidades e posições sociais distintas se torna uma tarefa central para as pesquisas nessa área.

Finalmente, Hayden White (1973) nos alerta sobre as convenções culturais que influenciam a percepção de narrativas como convincentes e satisfatórias e que podem variar ao longo do tempo e entre disciplinas acadêmicas. Precisamos ficar atentos para não aceitar sem avaliação crítica as narrativas que se conformem às expectativas de nossa disciplina ou de nossa época. As narrativas da mudança social predominantes na sociologia geralmente se propulsionam por alguma força central, tal como conflito de classes, racionalização, civilização ou secularização. Por outro lado, os historiadores tendem a enfatizar as conjunções únicas de várias forças em situações específicas. A sociologia histórica recente tende a sintetizar as formas narrativas da sociologia e da historiografia, enfatizando a interação complexa de vários processos sociais, mas sem abrir mão da teoria e da generalização circunscrita.

Com é um subcampo ainda incipiente no Brasil, ainda há muito que a sociologia histórica e processual poderia contribuir para a compreensão da realidade social do país. Além disso, pesquisas históricas sobre a realidade brasileira podem oferecer subsídios importantes ao esforço internacional para o desenvolvimento de teorias sociais menos eurocêntricas.

5 A referência fundamental sobre a análise da narrativa é Barthes 1985. Phelan e Rabinowitz (org.) (2005) incluem discussões de várias abordagens na área.

Referências

ABBOTT, Andrew. (2001), *Time matters*: on theory and method. Chicago: University of Chicago Press.

ABBOTT, Andrew. (2016), *Processual sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth S.; ORLOFF, Ann Shola. (2005), Introduction: Social theory, modernity, and the three waves of historical sociology. In: ADAMS, J.; CLEMENS, E. S.; ORLOFF, A. S. (org.). *Remaking modernity*: politics, history and sociology. Durham, NC: Duke University Press. pp. 1-72.

ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. (1995), "Collective memory and cultural identity". *New German Critique*, n. 65, Spring – Summer, pp. 125-133.

BAERT, Patrick; SILVA, Filipe Carreira da. (2014), *Teoria Social Contemporânea*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

BARTHES, Roland. (1985), Introduction à l'analyse structurale des récits. In: BARTHES, *R. L'aventure sémiologique*. Paris: Éditions du Seuil. pp. 167–206.

BENDIX, Reinhard. (1974), *Work and authority in industry*: ideologies of management in the course of industrialization. Berkeley: University of California Press.

BENDIX, Reinhard. (1976), *Nation building and citizenship*. 2. ed. Berkeley: University of California Press.

BUTLER, Judith. (2015), *Problemas no gênero*. Feminismo e Subversão da Identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALHOUN, Craig. (1996), "The rise and domestication of historical sociology". In: MCDONALD, Terrence J. (org.). *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press. pp. 305 – 338.

CALHOUN, Craig. (2003), Afterword: why historical sociology? In: DELANTY, G.; ISIN, G. F. (org.). *Handbook of historical sociology*. Londres: Sage. pp. 383-394.

CARDOSO, Fernando Henrique. (2011), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 6. ed. São Paulo: Civilização Brasileira.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe*: Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press.

CHIBBER, Vivek. (2013), *Postcolonial theory and the specter of capital*. London: Verso.

COLLIER, Andrew. (1994), *Critical realism*: An introduction to Roy Bhaskar's philosophy. London: Verso.

COOPER, Frederick. (2005), *Colonialism in question*: theory, knowledge, history. Berkeley: University of California Press.

DOSSE, François. (2012), "História do tempo presente e historiografia". *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, pp. 5-23.

ELIAS, Norbert. (1991), *The society of individuals*. New York: Continuum.

ELIAS, Norbert. (1996), *The Germans*: power struggles and the development of habitus in the nineteenth and twentieth centuries. New York: Columbia Univ. Press.

FERNANDES, Florestan. (1978), *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. 3. ed. São Paulo: Ática.

FOUCAULT, Michel. (1993 [1961]), *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.

FOUCAULT, Michel. (2006 [1963]), *O Nascimento Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. (1987 [1969]), *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. (1985 [1975]), *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. (1988 [1976]), *História da Sexualidade – I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (1988b [1984]), *História da Sexualidade – II*: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (1985 [1984]), *História da Sexualidade – III*: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (2003), *Ditos e Escritos, vol. IV*. São Paulo: Editora Forense Universitária.

GARLAND, David. (2001), *The Culture of Control. Crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press.

GARLAND, David. (2014), **"**O que Significa Escrever uma 'História do Presente'? A abordagem Genealógica de Foucault Explicada". *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, pp. 73-96.

GIDDENS, Anthony. (1984), *The constitution of society. Berkeley*: University of California Press.

GIESEN, Bernhard; JUNGE, Kay. (2003), "Historical memory". In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (org.). *Handbook of Historical Sociology*. Londres: Sage. pp. 326-336.

GO, Julian. (2013), "For a postcolonial sociology". *Theory and Society*, v. 42, n. 1, pp. 25–55.

HALL, Stuart. (1996), The West and the Rest: discourse and power. In: HALL, Stuart et al. (org.). *Modernity*: an introduction to modern societies. Oxford: Blackwell. pp 185-227.

IANNI, Octavio. (1988), *As metamorfoses do escravo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor.

LAGROU, Pieter. (2013), «De l'histoire du temps présent à l'histoire des autres. Comment une discipline critique devint complaisante». Vingtième Siècle. *Revue d'histoire,* v. 118, n. 2, pp. 101-119.

LAHIRE, Bernard. (2005), *L'homme pluriel*: les resorts de l'action. Paris: Armando Colin.

LIPSET, Seymour Martin. (1963), *The first new nation: the United States in historical and comparative perspective*. New York: Basic Books.

LIPSET, Seymour Martin; RAAB, Earl. (1978), *The politics of unreason*: right wing extremism in America, 1790-1977. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.

LOOMBA, Ania. (2015), *Colonialism/postcolonialism*. 3. ed. London: Routledge.

MILL, John Stuart. (1882 [1843]), *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper and Brothers.

MANNHEIM, Karl. (1936), *Ideology and utopia*. London: Routledge.

MILES, Robert. (1993), *Racism after 'race relations*'. London; New York: Routledge

MONSMA, Karl. (2016), "A nova sociologia histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social". In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Dimensão histórica da sociologia*: dilemas e complexidade. Curitiba: Appris. pp. 55-99.

MOORE Jr., Barrington. (1983 [1966]), *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. trad. Maria Ludovina Figueiredo Couto. São Paulo: Martins Fontes.

MOOREJr., Barrington. (1987 [1978]), *Injustiça*: As bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense.

OPPENHEIMER, Franz. (1914), *The State*: its history and development viewed sociologically. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

PHELAN, James; RABINOWITZ, Peter J. (org.). (2005), *A companion to narrative theory*. Malden, MA: Blackwell.

POLLAK, Michael. (1992), "Memória e identidade social". Estudos Históricos, v. 5, n. 10, pp. 200-212.

ROSE, Nikolas. (1996), "The death of the social: Re-configuration the territory of government". *Economy and Society*, v. 25, n. 3, August, pp. 327-356.

SAHLINS, Marshall. (1981), *Historical metaphors and mythical realities*: early history of the Sandwich Islands Kingdom. Ann Arbor: University of Michigan Press.

SAHLINS, Marshall. (1985), *Islands of history*. Chicago: University of Chicago Press.

SKOCPOL, Theda. (1979), *States and social revolutions*: a comparative analysis of France, Russia and China. Cambridge: Cambridge University Press.

SKOCPOL, Theda. (1992), *Protecting soldiers and mothers*: the political origins of social policy in the United States**.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

STEINMETZ, George. (1998), "Critical realism and historical sociology: A review article". *Comparative Studies in Society and History*, v. 40, n. 1, pp, 170-186.

STEINMETZ, George. (2009), "Ideas in exile: refugees from Nazi Germany and the failure to transplant historical sociology into the United States". *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 23, n. 1, pp. 1-27.

STEINMETZ, George. (2010), "Charles Tilly, historicism, and the critical realist philosophy of science". *American Sociologist*, v. 41, n. 4, pp. 312-336.

STEINMETZ, George (org.). (2013), *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham, NC: Duke University Press.

SEWELL Jr., William H. (1992), A theory of structure: duality, agency and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, 1-29.

SEWELL Jr., William H. (2005), *Logics of history*: social theory and social transformation. Chicago: University of Chicago Press.

SOMBART, Werner. (1915), *The Jews and modern capitalism.* New York: E. P. Dutton.

SOMBART, Werner. (1967), *Luxury and capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

TILLY, Charles. (1986), *The contentious French*: four centuries of popular struggle. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

TILLY, Charles. (1996 [1992]), *Coerção, capital e Estados europeus*, 1990-1992.Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP.

TILLY, Charles. (1998), *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press.

TILLY, Charles. (2001), Mechanisms in political processes. *Annual Review of Political Science*, v. 4, pp. 21-41.

TILLY, Charles. (2005), *Identities, boundaries and social ties*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.

WEBER, Alfred. (1951), *Kulturgeschichte als Kultursoziologie*. Munique: Piper Verlag.

WHITE, Hayden. (1973), *Metahistory*: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

WOLFF, Kurt H. (org.). (1993), *From Karl Mannheim*. 2. ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 15/09/2017 / Aprovado em 05/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.225
10.20336/rbs.225

O tema das migrações internacionais na Sociologia no Brasil

Leonardo Cavalcanti *
Márcio de Oliveira **

RESUMO

Este artigo discute o fenômeno das migrações internacionais no Brasil a partir de uma perspectiva sócio-histórica e sua relação com a sociologia no país. Para isso, dividimos o presente trabalho em duas grandes partes.Na primeira dela, retornamos à origem da própria história da sociologia no Brasil. Mostramos como o subcampo da sociologia da imigração teve grande importância nos debates nacionais e entre os principais cientistas sociais do século XX, tais como Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso ou Octavio Ianni. Na segunda parte, mostramos como o tema voltou ao primeiro plano do cenário nacional com a emigração de brasileiros para o exterior e com a chegada, nos últimos anos, de imigrantes do sul global. O texto termina apresentando os desafios do subcampo para a sociologia no Brasil na atualidade.
Palavras-chave: migrações internacionais; sociologia; Brasil.

* Professor da Universidade de Brasília (UnB) – Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Estudos Latino-Americanos, coordenador do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).
** Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ABSTRACT

THE THEME OF INTERNATIONAL MIGRATION IN SOCIOLOGY IN BRAZIL

This paper discusses the phenomena of international migrations in Brazil from a socio-historical perspective and its relation with sociology in the country. For this, we divide the present work into two large parts. In the first one, we return to the origin of the history of sociology in Brazil. We show how the subfield of the sociology of immigration had great importance in national debates and among the main social scientists of the twentieth century, such as Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso or Octavio Ianni. In the second part, we show how the theme returned to the foreground of the national scenario with an emigration of Brazilians abroad and with recent immigrants from the south. The paper finishes presenting the challenges of the subfield to a sociology not Brazil today.
Keywords: International migrations; Sociology; Brazil.

Introdução

O fenômeno da imigração para o Brasil (ou das migrações internacionais) não figurou em nenhum título dos grupos de trabalho em atividade nos últimos congressos da *Sociedade Brasileira de Sociologia*, desde a reorganização da entidade em 1987. Pela primeira vez, portanto, o Grupo de Trabalho *Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas*, com foco nas migrações internacionais, trata do tema, nesse Congresso de 2017. Deve-se concluir assim que, nos últimos 30 anos, o tema das migrações internacionais não foi importante para a sociologia no Brasil?

Para responder a essa pergunta, aparentemente paradoxal em um país imigrantista e com forte tradição sociológica, investigamos a história específica desse subcampo e sua contribuição para o atual desenvolvimento da sociologia no Brasil. Para isso, dividimos o presente trabalho em duas grandes partes. Na primeira delas, retornamos à origem da própria história da sociologia no Brasil. Mostramos aí como o subcampo da sociologia da imigração, criado no continente americano (OLIVEIRA, 2014), surgiu no Brasil nos anos 1940, alcançando grande importância nos debates nacionais e entre os principais cientistas sociais do século XX, tais como Florestan Fernandes, Eunice Durham, Ruth Cardoso ou Otávio Ianni. Na segunda parte, com a novidade das correntes emigratórias, mostramos como o tema voltou ao primeiro pla-

no do cenário nacional a partir dos anos 1980 e consolidou-se nos anos 2000 em compasso com as novas levas de imigrantes sul-americanos e caribenhos que chegaram ao Brasil nos últimos 10 anos. Mostramos finalmente como o tema das migrações internacionais, por definição, é trabalhado em várias disciplinas e ultrapassa as fronteiras nacionais, indicando a interconexão das questões nacionais e internacionais. Finalmente, à guisa de conclusão, apresentamos os desafios do subcampo para a sociologia no Brasil.

O tema da imigração na sociologia brasileira

Entre 1877 e 1914, a Argentina acolheu em torno de 4,2 milhões de imigrantes e o Brasil apenas 3 milhões (LEVY, 1974; KLEIN, 2000). Em 1914, enquanto a Argentina contava com 29,9% de estrangeiros em sua população, os estrangeiros representavam apenas 4,94% do total de residentes no país (Recenseamento Geral do Brazil, 1920, p. LXIV). Segundo Nugent (1995,p. 122), se considerarmos o tamanho do território, o Brasil deveria ter acolhido muito mais imigrantes do que de fato acolheu, em especial em comparação com o grande país vizinho. Em termos históricos, a imigração foi efetivamente mais estudada lá (ARMUS, 1986 ; DEVOTO,1992; 2004) do que no Brasil, onde, até o presente momento, não há livros de referência seja no campo da história, seja no campo da sociologia ou mesmo da antropologia (SEYFERTH, 2004). A questão demográfica parece explicar assim o impacto central que o fenômeno teve na sociologia argentina, como demonstram os estudos de Gino Germani, enquanto seria apenas periférico na sociologia brasileira e na obra de Florestan Fernandes (BRASIL Jr., 2010 ; BLANCO; JACKSON, 2014).

A questão demográficamerece ser nuançada. Primeiro, deve-se ter em mente que o volume total de imigrantes na Argentina e no Brasil é comparável para o período compreendido entre 1820 e 1972. São 6,5 milhões na Argentina contra 5,6 millhões no Brasil (DEVOTO, 2004; LEVY, 1974). Contudo, se tomarmos o Brasil que efetivamente mais acolheu imigrantes, o então chamado *Brasil Meridional*, ou seja, os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encontramos uma situação bastante diferente da nacional.

Entre 1900 e 1920, aproximadamente 70% de todos os estrangeiros residentes no Brasil concentravam-se em algum dos estados do *Brasil Meridional*, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 1 – Número de estrangeiros no Brasil Meridional e no Brasil entre 1872 e 1920.

Brasil/ Brasil Meridional Ano	1872	1890	1900	1920
Pop Estrangeira Brasil Pop estr Brasil Meridional Pop EstBM/ Pop Est Brasil (%)	382.041 90.948 **23,80**	351.312[1]121.146 **34,46**	1.074.511[1] 747.321 **69,54**	1.513.635 1.083.580 **71,58**
Brasil (pop total) Pop estrangeira/ Pop total (%)	9.930.478 **3,84**	14.333.915 **2,45**	17.318.556 **6,16**	30.635.605 **4,94**

FONTE : Quadro realizado pelo autor a partir de dados do IBGE. Directoria Geral de Estatística, [187?] -1930, Recenseamento do Brazil 1872-1920; IBGE, Censo Demográfico 1940-2010. Até 1980, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, 1995. IBGE, Censo Demográfico 1972/2010[1].

O percentual de estrangeiros na população brasileira total, como acima indicado, oscilou entre 2% e 6%, concentrando-se fortemente nos estados do *Brasil Meridional*. Se levarmos em consideração os filhos e netos dos estrangeiros, considerados brasileiros por terem nascido no Brasil, pode-se supor o forte impacto das comunidades imigrantes e as consequências disso sobre a sociedade dessa região. Não causa estranheza, portanto, que análises, tanto no campo da história quanto no campo da sociologia, assim como os grandes debates nacionais sobre a questão migratória, tiveram por *lócus* a realidade social do sul do país.

Ações públicas sobre o tema da imigração podem ser encontradas desde a Constituinte de 1891 ou ainda durante a década de 1900 com a criação do *Serviço de Povoamento do Solo Nacional* (RAMOS, 2006). O final da década de 1930 parece inaugurar o último período de políticas governamentais sobre a matéria, com os atos legais inscritos no interior da chamada *Campanha de Nacionalização* (SEYFERTH, 1997; RIBEIRO, 2012) e a agenda de trabalho do *Conselho de Imigração e Colonização*[2], cujo impacto político e intelectual foi expresso por seu órgão oficial de divulgação, a *Revista de Imigração e Colonização*[3].

1 Esse dado inclui os estrangeiros que adquiriram a nacionalidade brasileira, o que não é o caso nos censos de 1872 e 1920. IBGE, Série Nacional, vol. I, Rio de Janeiro, 1956, p. 1.

2 O *Conselho de Imigração e Colonização* criado pelo Decreto-Lei nº 406 de 1938, subordinado diretamente à Presidência da República, com a função de controlar (inclusive estabelecendo quotas de imigrantes) e coordenar a política migratória brasileira do governo federal. Para maiores detalhes, ver Peres (1997) e Siqueira (2006).

3 A Revista circulou ininterruptamente entre1940 e 1952. Nenhum número foi publicado nos anos de 1953 e 1954. O último número apareceu em 1955 quando a *Revista* foi extinta.

Seyferth (2004) afirma que é possível localizar estudos sobre imigrantes e sobre a imigração desde a primeira década do século XX, em paralelo ao final do período conhecido como da grande migração (1870-1914). Contudo, são os trabalhos de Oliveira Viana nos anos 1930, de Alberto Guerreiro Ramos (1948), do sociólogo alemão radicado no Brasil Emílio Willems (1940; 1946; 1948) e mesmo de Freyre (1940; 1943) que marcam efetivamente o nascimento do interesse das ciências sociais brasileiras sobre o tema. Iniciam-se efetivamente na região sul e no período em tela, os estudos (sobre grupos migrantes) que conquistariam legitimidade e importância acadêmica tanto nas revistas de ciências sociais quanto na agenda formativa das nascentes universidades paulistas. Os estudos imigrantes consagraram-se posteriormente nas décadas de 1950 e 1960. Constituíram-se então vários subcampos de estudos, com pesquisas sobre os mais variados grupos de imigrantes, de árabes a japoneses, e em diversos estados do país, dos quais cabe destacar: Fernandes (1949; 1956; 1967); Izumi e Saito (1953); Martins (1955); Schaden (1956); Diegues Jr. e Neiva (1956); Safady (1956); Cecchi (1957); Rios (1958); Saito (1958; 1960; 1961); Cardoso (1959; 1963); Pacheco (1964); Durham (1966) e Ianni (1960; 1961; 1966); e os livros, em forma de sínteses, da história da imigração no Brasil, a saber: Carneiro (1950); Cortes (1954); Ávila (1956) e Diegues Jr. (1964).

Desde o início nos anos 1940, o referencial teórico dos estudos imigrantes não variou grandemente, tendo oscilado sempre entre os conceitos de assimilação e aculturação. Esse referencial foi partilhado com outras áreas de estudo, como os estudos raciais, indígenas, de comunidade e de folclore, como mostramos abaixo. A origem geral desses estudos está nos trabalhos da chamada *tradição* de Chicago (CHAPOULIE, 2001). Com efeito, em seu primeiro grande livro, Willems (1940) vale-se criticamente tanto do conceito de assimilação, proposto por Fairchild (1913)[4], quanto do conceito de *marginal man*, proposto por Park (1928), intitulando seu trabalho "assimilação e populações marginais no Brasil". Nesse primeiro trabalho, Willems (1940) analisou os contatos entre populações imigrantes e locais, ressaltando, porém, que não haveria necessariamente miscigenação entre elas nem perda de identidade cultural do grupo migrante. Em seu trabalho seguinte, Willems (1944) avançou ao descrever a "aculturação" de descendentes alemães e referiu-se a eles como uma nova

4 Nesse trabalho, Willems critica o processo assimilação de imigrantes, tal como proposto por Fairchild (1913), ou seja, como processo de abandono da nacionalidade anterior e adoção da nova da sociedade de destino.

comunidade nem alemã, nem brasileira, mas teuto-brasileira. Tomando como indicador o valor que aqueles descendentes passaram a acordar aos "cavalos selados", Willems mostrou então que estes grupos começavam a incorporar valores oriundos da cultura gaúcha, marcando com isso seu duplo processo de ascensão e distinção e sua nova identidade social. No segundo livro publicado, Willems (1946) trata especificamente da "aculturação dos alemães". Fazendo referência ao parcial insulamento dessas comunidades, reforçou a tese do artigo de 1944. Segundo ele, verificava-se realmente naquelas comunidades a formação de novos arranjos sócio-culturais: família teuto-brasileira, escola teuto-brasileira, literatura teuto-brasileira, língua teuto-brasileira, entre outros. Embora definindo a cultura teuto-brasileira como "cultura marginal", Willems (1946) entendeu ali abandonar definitivamente conceito de assimilação em favor do conceito de aculturação, que ele também empregaria quando do estudo sobre os japoneses (WILLEMS, 1948)[5]. Em resumo, naqueles três trabalhos iniciais a mudança cultural tornou-se a chave analítica para compreender a trajetória das comunidades imigrantes alemãs, indicando assim, muito antes do estabelecimento da temática, a presença de áreas multiculturais no interior do Brasil[6].

Em termos teóricos, porém, não havia ainda nada de analiticamente específico à temática imigrante nos estudos acima citados. Em todos eles, ao contrário, encontramos de fato uma perspectiva próxima àquelas presentes nos estudos raciais, rurais, de folclore ou indígenas que se faziam então. No caso dos estudos de comunidades rurais, por exemplo, encontramos o mesmo Emílio Willems investigando a "comunidade de Cunha" (WILLEMS, 1947). Outro estudioso da imigração, Egon Schaden (1956; 1959), analisa a aculturação de alemães e japoneses, dando especial atenção aos "aspectos folclóricos de comunidades teuto-brasileiras". Nos estudos raciais, o conhecido especialista em estudos sobre negros, Alberto Guerreiro Ramos, abordou também a questão imigrante em dois trabalhos (RAMOS, 1947; 1948). No primeiro deles, Ramos (1947) afirma que o tipo brasileiro é fruto de "amalgação" e "aculturação". Nos estudos indígenas de Eduardo Galvão (1953) ou de Roberto Cardoso de Oliveira (1960), trata-se também de analisar processos

5 Como ele próprio explica no prefácio (WILLEMS, 1946), a eclosão da Segunda Guerra impediu a continuidade da pesquisa.
6 Para uma discussão sobre o termo, ver Parsanoglou (2004), Doytcheva (2011) e Macagno (2014).

de assimilação ou de aculturação. Em Galvão (1953), por exemplo, a análise tinha por foco a transmissão cultural entre os grupos indígenas e outros da sociedade nacional:

> O índio deixou de ser o foco exclusivo de interêsse e o que se procura é o conhecimento histórico e funcional da transmissão de traços culturais do indígena aos demais contingentes de nossa população em outros têrmos, a resultante do fenômeno de ''aculturação'' que resultou do contacto entre índios, europeus e africanos. A caracterização da cultura dessas sociedades rurais constitui elemento indispensável para se aferirem com a necessária precisão os fenômenos de mudanças e transição que sofrem os grupos indígenas em suas relações com nossa frente pioneira (GALVÃO, 1953, p. 67).

Em resumo, nos estudos raciais, de comunidade ou de folclore, os aspectos culturais ou comunitários foram analisados, em larga medida, a partir de referencial próximo àquele utilizado para os estudos de comunidades imigrantes. Como um todo, o objetivo era compreender, analisando interações sociais cruzadas, os fenômenos de mudança cultural e o processo de integração das comunidades (rurais, imigrantes, etc.) à sociedade nacional.

Nas décadas de 1950 e 1960, a questão imigrante foi ainda mais central na Sociologia praticada no Brasil. Com exceção do trabalho inédito do crítico literário e professor de literatura Wilson Martins (1955), onde a presença imigrante foi considerada tão fundamental que o autor chegou a propor a noção de "Brasil diferente" para falar das sociedades que se formaram no sul do Brasil[7], em todos os outros a problemática central oscilou entre os termos de assimilação e aculturação, embora com vantagem para o segundo. Indistintamente, os processos de assimilação ou de aculturação eram pensados em função do tamanho demográfico dos grupos, de sua antiguidade e insularidade e, finalmente, de sua inserção nos espaços urbanos. A problemática da mudança cultural era ainda marcada geracional e profissionalmente no interior das comunidades de imigrantes. A título de exemplo, Cardoso (1959) mostra como o processo de assimilação dos jovens nissei – em especial graças à frequentação de associações juvenis e ao sucesso profissional – era incentivado

7 Como mostramos alhures (OLIVEIRA, 2005), o "Brasil diferente" seria fruto de um processo de fusão de diversos grupos imigrantes e não necessariamente da assimilação à sociedade nacional.

pela família. Em outro trabalho, Cardoso (1963) mostrou também que esse processo de aculturação poderia ser lido através da passagem da atividade de agricultor à de profissional liberal. Balhana e Boruszenko (1963), em pesquisa sobre holandeses em Carambeí (Pr), Durhan (1966), sobre italianos em Descalvado (SP), ou ainda Pacheco (1964), analisando grupos de alemães em Santa Leopoldina (ES), chegaram a resultados muito similares: grupos de imigrantes assimilaram-se às diversas sociedades em compasso com circunstâncias locais, tais como o perfil e tamanho da comunidade e o grau de inserção na economia regional.

Entre meados das décadas de 1960 e início dos anos 1970, o tema da imigração e os estudos sobre imigrantes tiveram também papel de destaque. Ao final dos anos 1970, porém, a perspectiva assimilacionista muito havia perdido de seu espaço. Isso porque, em tese, considerou-se aí que o processo de aculturação das comunidades imigrantes teria chegado a seu fim, muito embora temas como a história das políticas migratórias estaduais, a formação de núcleos coloniais, o desenvolvimento econômico-industrial, as novas formações culturais, entre outros, ainda não tivessem sido pesquisados, como se pode deduzir dos primeiros fóruns de estudos ítalo-brasileiros[8]. Em síntese, contudo, os estudos migratórios passam a se fazer mais raros. Ao final daqueles anos 1970, a questão imigrante era apresentada desprovida de suas características particulares e definitivamente balizada pelo contexto do "Brasil moderno e industrial". Como explicar essa mudança empírica e conceitual em período tão curto de tempo?

A obra de Florestan Fernandes talvez seja aquela que melhor espelha tanto as escolhas empírico-teóricas que pautaram estudos imigrantistas e de comunidades rurais (e, em certa medida, os estudos indígenas) quanto seu lento abandono. É difícil saber as razões que levaram Florestan a interessar-se pela imigração sírio-libanesa. Evidências indicam que a realidade dos imigrantes foi descoberta quando das pesquisas sobre jogos infantis na cidade de São Paulo (FERNANDES, 1947). Porém, os trabalhos que Florestan publicou a respeito dos sírio-libaneses teriam contado com a amizade do imigrante libanês Jamil Safady (1908-

8 Os fóruns foram organizados pela Universidade de Caxias do Sul em 1975 e 1976, e publicados em 1979 pelo Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas. Vide referências.

1950)[9], que muito lhe teria ajudado na leitura de obras escritas em árabe, além de ter atuado como intérprete nas entrevistas realizadas com membros da comunidade.

Sobre o tema da imigração, Florestan publicou uma resenha sobre o livro de Willems de 1946, dois pequenos artigos sobre a imigração sírio-libanesa no Brasil e um último sobre relações raciais e imigração (FERNANDES, 1949; 1956; 1966; 1967). Segundo Florestan, os processos de aculturação ("abrasileiração") de sírio-libaneses em São Paulo deveriam servir para entender

> [...] os mesmos processos de mudança por que passaram as comunidades europeias ou por que vêm passando a sociedade brasileira, graças ao crescimento das cidades, à formação de um sistema capitalista de produção e de troca, e, ao desenvolvimento do regime de classes sociais. (FERNANDES, 2010, pp. 228-229)[10].

Fernandes (1967, p. 35) preocupava-se então com as consequências da imigração, tendo afirmado assim que o imigrante sírio e libanês muito havia contribuído para a transformação do "cenário econômico" e para a "consolidação de uma economia de mercado capitalista". Colocado nesses termos, o aparelho conceitual presente tanto em "Brancos e negros em São Paulo" (1955[11]) quanto em "A integração do negro na sociedade de classes" (1965) parece estar mais próximo dos estudos migratórios do que se supõe. Se, ao final dos anos 1960, parece ter havido uma ruptura teórica em relação aos estudos folcloristas, de comunidade e indígenas, é possível pensar que negros e imigrantes foram analisados enquanto grupos em vias de assimilação ou integração à sociedade nacional (ou "de classes"). Isso, porém, de forma desigual e conflitiva. Com efeito, o racismo herdado do período abolicionista os classificava antes como negros e brancos do que como brasileiros (livres ou recém-libertos) e estrangeiros.

9 Safady chegou ao Brasil em 1924. Ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1943 e graduou-se em História (USP) em 1947. No grêmio estudantil, dirigiu o Departamento de Estudos Árabes, embrião do Departamento de Estudos Orientais (USP). Faleceu prematuramente em 1950, não sem antes ter contribuído para a criação de núcleos coloniais no estado de Goiás, um deles hoje a cidade Professor Jamil Safady. Seu irmão mais novo, Jorge Safady, publicou em 1956 o livro "O Líbano no Brasil" e, em 1972, defendeu, no Departamento de História da USP, a tese "Imigração Árabe no Brasil (1880-1971)".

10 Publicado em 1956, nos servimos aqui da edição de Fernandes (2010).

11 Importa assinalar que os capítulos desse livro foram publicados originalmente entre os meses de maio a setembro de 1953, na Revista Anhembi. Portanto, em período exatamente anterior aos artigos sobre sírio-libaneses e logo após a resenha do livro de Willems.

Nesse meio tempo Florestan coordenou ainda o grande projeto sobre relações raciais no sul do Brasil (MAIO, 1999). Nesse, destacam-se tanto as descobertas de Octavio Ianni sobre o preconceito de que eram objeto descendentes de imigrantes poloneses residentes na cidade de Curitiba (IANNI, 1960; 1961a; 1966), quanto a tese sobre as "metamorfoses" e a consolidação das relações raciais desiguais em regiões do *Brasil Meridional*, consideradas como comercialmente competitivas e socialmente estratificadas (CARDOSO, 1962; IANNI, 1962). O texto "Imigração e relações raciais", de 1966[12], consolida a visão que Florestan guardou de parte daquelas pesquisas: o fenômeno da imigração não alterou "[...] a estrutura preexistente do sistema de relações raciais." (FERNANDES, 1966, p. 89). Ao contrário, indiretamente, os imigrantes teriam se beneficiado daquela estrutura preexistente de relações raciais. Os estrangeiros [leia-se, os imigrantes] desalojaram negros e mulatos recém-libertos do nascente mercado de trabalho. Em função de sua importância numérica em alguns estados, a figura do imigrante perdeu seu valor intrínseco e não mais teria sido pensado no interior da temática da aculturação. Seu papel passou a ser o de prefigurar a formação de uma ordem capitalista no Brasil, tese apresentada nas obras que se seguiram (FERNANDES, 1968; 1975)[13]. Toda a problemática envolvendo a assimilação, a aculturação ou a absorção dos imigrantes, que havia atraído esforços de pesquisa na sociologia e na antropologia desde os anos 1940, parecia, naquele final dos anos 1970, exausta ou ultrapassada quando colocada face aos desafios políticos e nacionais lançados pela sociedade de classes, pela perspectiva desenvolvimentista, pelos estudos da dependência e, enfim, pela luta em prol da redemocratização do país.

As análises sócio-antropológicas, realizadas a partir do quadro da sociedade nacional, pautaram a discussão sobre os grupos imigrantes (e seus descendentes), e sobre a imigração em geral, até o final dos anos 1960. Porém, quanto mais a sociologia brasileira avançou em direção aos anos 1970 e 1980, mais o grupo social imigrantes perde espaço analítico para as classes sociais. A particularidade, a suposta identidade social diferenciada ou

12 Apresentado originalmente no ano de 1965 durante *The Conference on Race and Class in Latin America*, realizada na cidade de Nova York, como afirmado em nota de rodapé da publicação de 1966.

13 No mesmo registro, em Martins (1973), a assimilação do colono italiano não ocorria no seio da sociedade nacional, mas nas entranhas de um capitalismo periférico.

ainda a trajetória dos grupos imigrantes nos diversos estados foram sendo lentamente consideradas como simples etapas do supostamente inexorável processo de integração à sociedade de classes[14]. Nesse contexto, assimilar, aculturar ou integrar tornaram-se verbos sociológicos intercambiáveis, com clara vantagem para o último, na esteira dos estudos dukheimianos sobre processos integrativos. Todos esses verbos descreviam processos sociais cujo resultado final era o cidadão brasileiro, citadino ou rural, cuja ação social deveria ser explicada por sua classe. O fim das perspectivas assimilacionista e aculturativa, nas pesquisas sobre imigrantes, pode ter sido selado lateralmente quando da crítica i) aos estudos de comunidades, considerados descritivos e incapazes de ensejar generalizações científicas (WORTMANN, 1972; KOFFES, 1996) e ii) aos estudos folclóricos, que, como se dizia então, naturalizando as manifestações culturais particulares, afastavam-se da cientificidade sociológica em expansão (FERNANDES, 1977[15]; MICELI, 1999). Por fim, os fluxos de imigrantes haviam diminuído tão consideravelmente que o tema da imigração parecia restrito à pesquisa histórica (PETRONE, 1978; BEIGUELMAN, 1981). Paralelo a isso, novo campo de estudo se impunha com as primeiras levas de emigrantes que o Brasil produziria pela primeira vez em sua história. Finalmente, nos anos 2010, sugiram alguns estudos teóricos sobre o tema da imigração (TRUZZI, 2012; OLIVEIRA, 2014). Sem ser exaustivo, podemos citar ainda um conjunto de trabalhos, na interface entre história e sociologia, sobre práticas discriminatórias contra imigrantes e descendentes de imigrantes alemães (GERTZ, 1991; OLIVEIRA, 2012), italianos (SANTOS, 2008), poloneses (OLIVEIRA, 2009), japoneses (DENZEM, 2005; TAKEUCHI, 2008;), árabes (TRUZZI, 1997;), portugueses (MENDES, 2011), bolivianos, haitianos e outros imigrantes africanos (BAENINGER, 2012; ASSIS et all., 2016), que mostram claramente que na maior parte das situações os imigrantes não foram tão bem-vindos quanto imagina-se vulgarmente.

14 A crença na integração total das comunidades imigrantes pode ser medida pela surpresa causada no momento em que Lesser (2001) propõe a noção de identidade hifenizada.

15 Publicado originalmente em 1958.

As últimas décadas do século XX: memória de imigração, processos de emigração e a complexidade do fenômeno migratório

No Brasil, as migrações internacionais passaram por diferentes etapas, idades, gerações e modos de geração, no sentido do movimento sincrônico e diacrônico das migrações, proposto por Sayad (2001). Falar em etapas ou idades pressupõe pensar em termos de crescimento, mudanças contínuas e graduais e desenvolvimento de novos ciclos. Dessa forma, é possível fazer uma análise sócio-histórica dos chamados lugares difíceis, na expressão de Bourdieu (1997), da heterogênea migração brasileira.

Se até os anos 1950 o Brasil havia sido marcado pela imigração internacional, houve uma inversão nesse processo nas três últimas décadas do século XX (REIS; SALES, 1999)[16]. Parte considerável da população começou a protagonizar uma nova realidade migratória, levando o Brasil a ingressar no quadro dos países exportadores de mão de obra[17] (MARGOLIS, 1994; FELDMAN-BIANCO, 1997; SALES, 1999). Póvoa Neto (2006) afirma que a emigração representou uma descontinuidade histórica em um país acostumado a imaginar-se como uma terra de oportunidades para estrangeiros. Especificamente, a emigração foi imaginada como uma alternativa para manter os recursos de classe e garantir alguns capitais ameaçados pela contínua crise econômica dos anos 1980, a chamada década perdida[18]. Margolis (1994) insiste que os efeitos estruturais daquela década foram cruciais para que a classe média brasileira, então bastante enfraquecida, criasse expectativas de vida no exterior, especialmente nos Estados Unidos, país que efetivamente tornar-se-ia o principal destino dos brasileiros. Contudo, o fenômeno migratório surpreendeu pela constância e duração. Em consequência, ao final dos

16 Além dos EUA, outro caso importante foi o dos brasileiros descendentes de japoneses, os chamados *decasséguis*, que migraram para o Japão.

17 O Brasil continuou recebendo imigrantes, especialmente de países vizinhos, como é o caso dos bolivianos, como observado por Silva (1997). No entanto, em números absolutos, o saldo passou a ser negativo.

18 Expressão frequentemente usada por economistas latino-americanos para caracterizar a década de 1980, época em que houve um grande declínio nos indicadores econômicos devido às sucessivas crises econômicas e políticas que afetaram não apenas o Brasil, saliente-se, mas quase todos os países da América Latina, gerando um aumento significativo na pobreza. Para maiores detalhes, ver Sales (1999).

anos 2000, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores[19], quase três milhões de brasileiros estavam residindo no exterior.

Não obstante esse importante fluxo, após os eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos adotaram controles mais restritivos, encarecendo e dificultando a migração. Com as crescentes dificuldades para emigrar para os Estados Unidos e a então desvalorização do dólar frente ao euro e à libra, alguns países europeus tornaram-se novos destinos para migrantes brasileiros. Alguns anos mais tarde, a crise econômica iniciada no ano de 2007 nos Estados Unidos, que também afetou de forma substancial a Europa e o Japão, introduziu uma maior complexidade nos eixos de deslocamentos das migrações sul-americanas, especialmente no Brasil. Finalmente, o desenvolvimento econômico e social do país e o seu reposicionamento geopolítico nos últimos anos da década passada, tem tornado a migração muito mais diversa. Em síntese, estima-se hoje que os imigrantes brasileiros estão espalhados mundo afora, mas em especial nos seguintes destinos: Estados Unidos, concentrados principalmente nas cidades de Boston, Miami e Nova York; Japão, em sua maioria filhos e netos de antigos imigrantes japoneses; Europa, especialmente na Itália, Portugal, Inglaterra e Espanha; e, em menor medida, em outros países, como Suíça, França, Alemanha, Bélgica e Holanda. Enfim, além do Canadá e da Austrália, há brasileiros nos vizinhos sul-americanos, como o Paraguai ou a Argentina (SOLÉ; CAVALCANTI; PARELLA, 2011).

O aumento de brasileiros em outros países atraiu a atenção de um grande número de cientistas sociais, radicados no Brasil ou no exterior, além de trabalhos emergentes de pós-graduandos brasileiros e estrangeiros vinculados a universidades situadas nos lugares de destino da emigração brasileira. Em seu conjunto, essa produção vai de ensaios a pesquisas multimétodos, a partir de diferentes disciplinas. De maneira geral, é possível categorizá-la em dois grandes grupos. De um lado, temos os estudos sobre a vida cotidiana dos brasileiros nos lugares de destino, incluindo aspectos religiosos, econômicos, culturais, políticos, demográficos e sociais, entre outros temas, (BICALHO, 1989; MARGOLIS, 1992; SALES, 1999; GOZA, 1992; SASAKI, 1995; BOGUS, 1995; FELDMAN-BIANCO, 1997; SASAKI, 1998; KAWAMURA, 2001; ISHI, 2001; BESERRA, 2005). De outro, temos os

19 Dados do MRE. Para maiores detalhes, consultar o sítio: http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/.

estudos sobre o vínculo desses brasileiros com o país de origem, incluindo o retorno como elemento estruturante do projeto migratório (ASSIS, 2003; SIQUEIRA, 2004; SIQUEIRA, 2006; SOUSA, 2009; PISCITELLI, 2009; CAVALCANTI; PARELLA, 2012).

Como dito, nas últimas décadas, o país voltou a receber fluxos migratórios diversificados. Se alguns coletivos latinos, como os bolivianos, constituem uma presença constante no cenário imigratório brasileiro (SILVA, 1997), outros fluxos mais recentes, como os imigrantes haitianos, começam a ter uma presença aparentemente permanente na imigração contemporânea no Brasil. De fato, os imigrantes haitianos passaram a ser, no curto espaço de três anos, entre 2011 e 2013, a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal no Brasil, superando os portugueses (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015). Mas, além desse grupo, vieram outros imigrantes do sul global (senegaleses, sírios, bengalis, ganeses) e, mais recentemente, venezuelanos que adentram o país pela fronteira. Todos esses grupos de imigrantes têm contribuído a compor os chamados novos fluxos migratórios,formados majoritariamente por pessoas do sul global,que emergiram no Brasil a partir de 2010.

Estudos recentes, realizados sobre os novos imigrantes, conseguiram revelar a composição dessa população imigrante. Basicamente, caracterizam-se pela diversidade das procedências, têm perfis socioeconômicos e graus de educação variados, o que se reflete na disposição de seus projetos migratórios. Essa heterogeneidade se estende também aos tipos de imigração, rotas e modalidades de entrada (PACÍFICO, 2010; FERNANDES et al., 2011; BAENINGER, 2012; GEDIEL; GODOY, 2016; CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI., 2015; OLIVEIRA, 2015).

Os novos fluxos migratórios no país também geraram desafios na hora de reformular políticas migratórias. A título de exemplo, a chegada de haitianos pela fronteira norte exigiu a formulação de políticas específicas e a redefinição da antiquada legislação, forjada durante a ditadura militar, que percebia o imigrante como uma ameaça a segurança nacional. Esse paradoxo entre a chegada dos novos fluxos a partir de 2010 com uma legislação de 1980 fomentou debates acadêmicos em torno da política migratória brasileira (PÓVOA NETO, 2010; SPRANDEL, 2012; OLIVEIRA, 2015; VENTURA, 2014).

Por último, é preciso assinalar que a emigração dos brasileiros e a chegada dos novos fluxos para o Brasil, possuem elementos que podem ser rela-

cionados. Por um lado, segundo Feldman-Bianco (2011), a mobilização e a luta dos emigrantes brasileiros, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, têm uma relação intrínseca com as atuais mobilizações por parte da sociedade civil, associações de imigrantes, e mesmo no interior do próprio governo brasileiro, no sentido de reivindicar uma reformulação das políticas migratórias que incorpore de forma transversal a dimensão dos direitos humanos. Por outro, muitos dos autores que atualmente produzem sobre a temática dos novos fluxos no Brasil são os mesmos pesquisadores que estudavam os brasileiros no exterior. Assim essas duas etapas (emigração de brasileiros x chegada de novos fluxos migratórios), ainda que sejam caracterizadas como fenômenos diferentes, possuem uma relação que merece ser assinalada.

De acordo com Vilela e Lopes (2011), ainda temos a importante questão do retorno nos estudos sobre a migração no Brasil. Segundo as autoras, ainda que a migração de retorno não venha recebendo a mesma atenção dispensada à emigração de brasileiros, trata-se de um objeto de estudo que vem ganhando espaço dentro da sociologia brasileira.

Segundo o Censo de 2010, 65,6% (ou 174.597 mil indivíduos) dos imigrantes internacionais no Brasil são nacionais, ou seja, imigrantes de retorno, sendo estes, majoritariamente, provenientes dos Estados Unidos (43,72%), Japão (36,88%) e Paraguai (13,74%). Mais do que a presença numérica dos retornados nos fluxos de imigrantes internacionais que adentram no Brasil, as implicações sociais, econômicas, psicológicas, familiares e laborais da reinserção desses migrantes na sociedade de origem se colocam como desafios que vêm despertando o interesse da sociologia no Brasil (VILELA; LOPES, 2011; SIQUEIRA, 2009; BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015; SIQUEIRA; BRANDES, 2015).

O caráter complexo e dinâmico do retorno revela que este não é o fim do processo migratório, mas sim uma parte dele. Em outras palavras, o retorno não é necessariamente definitivo e permanente, mas uma fase do processo migratório, que tem efeitos sobre as pessoas e os lugares, tal como a emigração. Neste sentido, tendo em vista a diversidade dos fluxos migratórios internacionais e dos tipos de migrantes, a diminuição dos custos de transporte e as facilidades dos meios de comunicação, o retorno se torna um processo de múltiplas fases. Todos esses fatores apontam que, em termos de experiências migratórias, sair ou permanecer, os padrões de mobilização de recursos, status legal, motivações e projetos e impactos nos países de origem, os retornados constituem, hoje, um

grupo de atores extremamente heterogêneo e que ocupa e deve ocupar os interesses da sociologia no Brasil nos próximos anos (SAYAD, 2000; JIMÉNEZ; CALMAESTRA; BAUTISTA 2002; CASSARINO, 2004; DURAND 2006; DEBIAGGI; UENO; LEIFERT; SUGUIURA, 2010; RIVERA-SÁNCHEZ, 2013).

Em resumo, o Brasil conjuga hoje diferentes cenários migratórios: continua havendo emigração ao mesmo tempo em que o país passa a receber novos e diversificados fluxos de imigrantes, além de projetos migratórios de retorno por parte de muitos emigrados (SOLÉ; CAVALCANTI; PARELLA, 2011).

Conclusão

Os estudos sobre imigrantes e sobre emigrantes renasceram em meados dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, sobretudo na história e na Antropologia, mas também na sociologia, agora marcada pelo novo contexto migratório, sendo quase impossível estabelecer claras divisões entre essas disciplinas. O número de trabalhos e perspectivas adotadas e a variedade das temáticas nos impedem de resumir, em tão pouco espaço, a imensa gama de estudos de excelente nível, produzidos nos muitos centros de pós-graduação e pesquisa no Brasil e no exterior.

De maneira esquemática, é possível classificar a produção analisada e atual em quatro grandes grupos, a saber: 1) Estudos históricos e sócio-antropológicos (assimilação e aculturação) com foco em comunidades e/ou grupos de descendentes de imigrantes; 2) Estudos históricos e atuais sobre preconceitos e outras formas de discriminação e políticas de controle e seleção de imigrantes; 3) Estudos sobre emigrantes brasileiros e imigrantes/refugiados africanos e latino-americanos, em especial sobre bolivianos e haitianos, e sobre políticas migratórias; 4) Pesquisas sobre os imigrantes retornados.

Do primeiro grupo, uma excelente fornada de estudos históricos trouxe à luz grupos de imigrantes ainda pouco estudados como sírio-libaneses, poloneses, ucranianos, chineses, entre outros. A preocupação central nesses estudos foi apresentar aspectos sociais da história de grupos secundarizados frente aos tradicionais estudos sobre imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses[20]. No segundo grupo, temos estudos sobre a

20 Contudo, em muitos casos, os grupos tradicionais são objeto de novas abordagens, como ocorreu com a imigração alemã (DIETRICH, 2007).

chamada política migratória seletiva, sobre a *Campanha de Nacionalização,* sobre o *imigrante ideal*, mas também estudos sobre práticas de discriminação pouco conhecidas, como as sofridas por poloneses e seus descendentes ou por japoneses e seus descendentes. Finalmente, no terceiro grupo e quarto grupo, temos, por um lado, os estudos que continuam analisando a presença dos brasileiros no exterior, sua inserção na sociedade de destino, suas práticas transnacionais e o papel do retorno. Por outro lado, temos as recentes pesquisas, acima elencadas, sobre novos fluxos migratórios de latino-americanos e africanos (quando não de europeus) e os diversos estudos sobre suas trajetórias, políticas de acolhimento, redes etc., o que mostra a vitalidade de um campo que se consolidou plenamente. Com efeito, os diferentes discursos acadêmicos e políticos, juntamente com as informações da mídia e das estatísticas oficiais, atestam que, desde o ano 2010, a migração Sul-Sul vem se incrementando, se diversificando no país e ocupando uma presença importante na nossa sociedade.

As pesquisas atuais problematizam a questão migratória sob novas perspectivas teóricas e a partir de novos estudos empíricos. As migrações são analisadas em perspectivas cruzadas, questionando os limites do Estado-Nação enquanto variável analítica. Os grupos de imigrantes são vistos como plurais e distintos socialmente. Manifestações culturais e tradições não são mais variáveis necessariamente étnicas ou nacionais, nem mesmo nos países de origem, nem nas sociedades de destino. O migrante é agora pensado como ponte, relação, rede. Migrar não é mais processo definitivo e o modelo de integração republicana parece não responder aos anseios dos atuais migrantes. O Estado e as políticas migratórias se autorreferenciam. Objetos de estudo pouco abordados, como preconceito e racismo (inclusive de Estado), perseguições (campos de concentração, campanha de nacionalização etc.), políticas de seleção, controle e expulsão, são partilhados indiferenciadamente pelas ciências sociais, história, relações internacionais, geografia, demografia, direito, entre outros campos de saber.

Não surpreende, portanto, que a sociologia no Brasil, no marco do seu 18º Congresso de Sociologia de 2017, acolheu de forma inédita o Grupo de Trabalho "Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas" e a Mesa Redonda sobre o mesmo tema, abrindo um espaço decisivo sobre a temática. O Grupo de Trabalho que se organiza nesse ano de 2017 pretende abrir definitivamente o debate sobre a temática das

migrações, com um olhar sociológico, mas em diálogo com outras disciplinas, uma vez que o tema é essencialmente interdisciplinar e o fenômeno complexo e dinâmico

A conclusão desse artigo representa, assim, um ponto de partida para outras indagações. Mister faz-se atualizar as lentes e ferramentas de análise. Estudos comparativos ou realizados a partir de uma agenda de pesquisa que vá além das fronteiras nacionais, especialmente em consonância com os países vizinhos, podem ser um espaço onde a sociologia no Brasil tem muito a contribuir.

Referências

ARMUS, Daniel. (1986), Diez anos de historiografía sobre la inmigración masiva a la Argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n. 2, v. 4, pp. 341-460.

ASSIS, Gláucia de O. (2003), De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. Campos- Revista de Antropologia Social, n. 3, pp.31-50.

ASSIS, Gláucia de O. *et al*. (2016), Haitianos em Santa Catarina: trabalho, inclusão social e acolhimento. In: BAENINGER, Rosana et al. (org.). *Imigração haitiana no Brasil.* Jundiaí: Paco Editorial. pp. 505-524

AVILA, Fernando B. de (1956), *L´immigration au Brésil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.

BAENINGER, Rosana. (2012), *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.

BALHANA, Altiva P.; BORUSZENKO, Oksana. (1963), "Alguns problemas de aculturação nos Campos Gerais". *Revista do Museu Paulista*, v. XIV, pp. 321-331.

BEIGUELMAN, Paula. (1981), *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense.

BESERRA, Bernadete. (2005), "From Brazilians to Latinos? Racialization and Latinidad in the Making of Brazilian Carnival in Los Angeles." *Latino Studies* 3, n. 1, pp. 53-75.

BICALHO, José V. (1989), "*Yes, Eu Sou Brazuca"*. Governador Valadares, MG: Funsec.

BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luís C. (2014), *Sociologia no espelho.* Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: Editora 34.

BÓGUS, Lúcia M. M. (1995), "Brasileiros em Portugal: Novos Movimentos Migratórios ou Volta às Origens?"*Travessia – Revista do Migrante*, pp. 16-19.

BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (org.). (2015), *Migrações Internacionais de Retorno no Brasil*. Brasília: Relatório. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

BOURDIEU, Pierre. (1997), *Compreender a miséria do mundo.* Petrópolis: Vozes.

BRASIL Jr., Antônio. (2010), "O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani". *Revista Lua Nova*, n. 81, pp. 175-213.

CARDOSO, Fernando H. (1962), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

CARDOSO, Ruth C. L. (1959), "O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses". *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1-2, pp. 101-122.

CARDOSO, Ruth C. L. (1963), "O agricultor e o profissional liberal entre os Japoneses no Brasil". *Revista de Antropologia*, v. 11, n. 1-2, pp. 53-60.

CARNEIRO, José F. (1950), *Imigração e colonização*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Publicações avulsas n. 2.

CASSARINO, Jean-Pierre. (2004), *Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants Revisited*. IJMS: International Journal on Multicultural Societies -UNESCO, v. 6, n.2, pp. 253-279.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio; TONHATI, Tânia. (2015), A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, v. 1, n. 1.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sônia. (2012), "Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños. Re-pensando el retorno desde una perspectiva transnacional". *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, v.2, pp.109-124.

CECCHI, Camilo. (1957),"Estudo comparativo da assimilação e marginalidade do imigrante italiano". *Sociologia*, v. XIX, n. 2, pp. 105-117.

CHAPOULIE, Jean-Michel. (2001), *La tradition sociologique de Chicago*.Paris: Seuil.

CORTES, Geraldo de M. (1954), Migração e colonização no Brasil. *Revista do Serviço Público*, separata. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República – DASP.

DEBIAGGI, S. D. Dantas; UENO, L.; LEIFERT, Maria Gabriela; SUGUIURA, M. H. (2010), *Identidade, migração e suas dimensões psicossociais*. REMHU (Brasília), v. 34, p. 45-60.

DENZEM. Rogério. (2005), *Matizes do "Amarelo". A gênese dos discursos sobre orientais no Brasil (1878-1908).* São Paulo: Humanitas/FAPESP.

DEVOTO, Fernando. (1992). Movimientos migratorios: historiografía y problemas. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.

DEVOTO, Fernando. (2004), *Historia de la inmigración en la Argentina*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

DIEGUES Jr., Manuel. (1964), *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: INEP.

DIEGUES Jr., Manuel; NEIVA, Arthur H. (1956), "The cultural assimilation of immigrants in Brazil". In: BORRIE, Wilfred D. (ed.), *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and procedings of the UNESCO conference held in Havana*. Paris: UNESCO. pp. 181-233.

DIETRICH, Ana M. (2007), *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do SP/FAPESP.

DOYTCHEVA, Milena (2011), *Le Multiculturalisme*. Paris: Ed. La Découverte; Coll. Repères.

DURAND, Jorge. (2006), *Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como Corolário del processo*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Ano XIV, n. 26-27, pp. 167-189.

DURHAM, Eunice R. (1966), *Assimilação e mobilidade. A história do imigrante italiano num município paulista*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 3.

FAIRCHILD, Henry P. (1913), *Immigration. A world mouvement and its american significance*. New York: The Macmillan Company.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (1997), "Globalização, nação e diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas". In: Simpósio Internacional sobre Emigração Brasileira, CEMI-UNICAMP, Casa do Brasil de Lisboa, 1997, Campinas.Trabalho apresentado.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (2011), *Caminos de ciudadanía: emigración, movilizaciones sociales y políticas del Estado brasileño*. Ecuador: FLACSO.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. (2011), "Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório". Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR, *Cadernos de Debates,* n. 6, pp. 73- 97.

FERNANDES, Florestan. (1947), "As 'trocinhas' do Bom Retiro". *Revista do Arquivo Público Municipal*, v. 113, pp. 7-124.

FERNANDES, Florestan. (1949),"Resenha de 'A aculturação dos alemães no Brasil' de Emilio Willems". *Revista do Arquivo Municipal*, ano XV, v. CXXII, n. 02, pp. 205-218.

FERNANDES, Florestan. (1966), "Imigração e relações raciais". *Revista de Civilização Brasileira*, ano 1, n. 8, pp. 75-95.

FERNANDES, Florestan. (1967), "O Brasil e o mundo árabe". *Revista Etapas*, ano XII, n. 131, pp. 33-37.

FERNANDES, Florestan. (1968), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, Florestan. (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERNANDES, Florestan. (1977), "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros". In: FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes. pp. 50-76.

FERNANDES, Florestan. (2010 [1956]), "A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo". *Revista Etapas*, ano I, n. 11. In: FERNANDES, Florestan. (2010), *Florestan Fernandes: leituras e legados.* São Paulo: Global. pp. 225-234.

FREYRE, Gilberto. (1940), *O mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

FREYRE, Gilberto. (1943), *Continente e Ilha*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil.

GALVÃO, Eduardo. (1953),"Estudo sobre aculturação de grupos indígenas". *Trabalho apresentado na Associação Brasileira de Antropologia*. Disponível em www.periodicos.usp.br/ra/article/viewFile/110360/108927. Acesso em 14 abr. 2017.

GEDIEL José; GODOY Gabriel. (Org.), (2016), *Refúgio e hospitalidade*. 1. ed. Curitiba: Kairós. pp. 231-248.

GERTZ, René E. (1991), *O perigo alemão.* Porto Alegre: Ed da UFRGS.

GOZA, Franklin. (1992), "A Imigração Brasileira na América do Norte". *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 9, n.1, pp. 65-82.

IANNI, Otávio. (1960), "Do polonês ao polaco". *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, v. XII, pp. 315- 338.

IANNI, Otávio. (1961), "Estudo de comunidade e conhecimento científico". *Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1-2, pp. 109-119.

IANNI, Otávio. (1961a), "A situação social do polonês em Curitiba". *Sociologia*, v. XXXIII, n. 4, pp. 375- 388.

IANNI, Otávio. (1962), *As Metamorfoses do Escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

IANNI, Otávio. (1966), "Do polonês ao polaco". In: IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. pp. 117-146.

INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS. (1979), *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: Escola Superior de

Teologia São Lourenço de Brindes; Caixas do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

ISHI, Ângelo. (2001), "Media, Art and Literature by/for Japanese Brazilians in the 'Dekasegi Ageí". In: YAMADA, Mutsuo (ed.). Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón. JCAS Symposium Series. Osaka: Japan Center for Área Studies. pp. 50-74.

IZUMI, Seiichi; SAITO, Hiroshi. (1953), "Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil". *Sociologia*, v. XV, n. 3, pp. 195-209.

JIMÉNEZ, Carmen E.; CALMAESTRA, José A. N.; BAUTISTA, Francisco Jiménez. (2002), *El Estudio del retorno. Aproximación bibliográfica*. Migraciones y Exilios, n. 3, pp. 141-168.

KAWAMURA, Lilli K. (2001), "A Questão Cultural e a Discriminação Social na Migração de Brasileiros ao Japão". In: Migrações Internacionais: Contribuições Para Políticas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, pp. 395-408.

KLEIN, Herbert. S. (2000), "Migração internacional na história das Américas". In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América.* São Paulo: EdUSP. pp. 13-31.

KOFFES, Suely. (1996), "As pedras e o arco: os estudos de comunidade e a atualidade de antigas questões". In: CRESPO, Regina A; FALEIROS, Maria I. L. (org.). *Humanismo e compromisso. Ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo: Editora da UNESP. pp. 41-50.

LESSER, Jeffrey. (2001), *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

LEVY, Maria S. F. (1974), "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *Revista de Saúde Pública*, n. 8, pp. 49-90.

MACAGNO, Lorenzo. (2014), *O Dilema Multicultural.* Curitiba: Editora UFPR; Rio de Janeiro: Graphia.

MAIO, Marcos C. (1999), "O projeto da UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, pp. 141-158.

MARGOLIS, M. (1994), *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press.

MARGOLIS, M. (1992), *From mistress to servant: Downward mobility among Brazilians in New York City*. Urban Anthropology, v. 19, n. 3, pp. 215-231.

MARTINS, José de S. (1973), *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira.

MARTINS, Wilson. (1955), *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi.

MENDES, José S. R. (2011), *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EdUSP/FAPESP.

MICELI, Sérgio. (1999), "Intelectuais brasileiros". In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).* São Paulo: Ed Sumaré. pp. 109-145.

NUGENT, Walter. (1995), *Crossings: The Great Transatlantic Migrations, 1870–1914*. Bloomington: Indiana University Press.

OLIVEIRA, Antônio T. (2015), "*Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil*". Cadernos OBMigra, v. 1, n. 3, pp. 252-277.

OLIVEIRA, M. de. (2012), A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a Primeira Guerra Mundial, uma análise da imprense local. *Cadernos do CERU*, v. 23, n. 2, pp. 175-202.

OLIVEIRA, Márcio de. (2005), "O "Brasil Diferente" de Wilson Martins". *Cadernos CRH*, v. 18, n. 44, pp. 215-221.

OLIVEIRA, Márcio de. (2009), "De la Double colonisation au prejugé". *Revue Migrances*, v. 21, n. 123-124, pp. 289-304.

OLIVEIRA, Márcio de. (2014), "O tema da Imigração da Teoria Sociológica Clássica". *Dados*, v. 57, n. 1, pp. 73-100.

OLIVEIRA, Márcio de. (2015), "A inesperada descoberta de Octavio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba". *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, pp. 799-817.

OLIVEIRA, Roberto C. de (1960), *O Processo de Assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Edição Museu Nacional.

PACHECO, Renato J. C. (1964), "Assimilação de alemães no Espírito Santo-Brasil". *Sociologia*, v. XXVI, n. 2, pp. 183-201.

PACÍFICO, Andrea M. C. P. (2010), *O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas*. Maceió: EDUFAL.

PARK, Robert. E. (1928), "Human Migration and the Marginal Man". *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, pp. 881-893.

PARSANOGLOU, Dimitris. (2004),"Multiculturalisme(s)". *Socio-anthropologie*, n. 15, Online. Disponível em: http://socio-anthropologie.revues.org/416. Acesso 22 maio. 2017.

PERES, Elena P. (1997), "'Proverbial Hospitalidade'? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)". *Acer*vo, v. 10, n. 2, pp. 85-98.

PETRONE, Maria T. S. (1978), *O imigrante e a pequena propriedade.* São Paulo: Brasiliense.

PISCITELLI, Adriana. (2009), "Actuando la "brasileñidad". Tránsitos entre circuitos de turismo sexual y los mercados del sexo y matrimonial europeos". In: Latin American Studies Association/LASA, 2009, Rio de Janeiro. Trabalho apresentado.

PÓVOA-NETO, Helion. (2006), "A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira". *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: IEA-USP, v. 20, n. 57, online.

PÓVOA-NETO, Helion. (2010), Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: FERREIRA, Ademir (org.). A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 491-520.

RAMOS, Alberto G. (1947), *Introdução à Antropologia do Brasil,* 3 vols. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.

RAMOS, Alberto G. (1948), "Imigração e preconceito". *Revista do Conselho de Imigração e Colonização*, n. 3, pp. 131-132.

RAMOS, Jair de S. (2006), *O poder de domar dos fracos: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional.* Niterói: EdUFF.

REIS, Elisa; SALES, Teresa. (1999), *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial.

RIBEIRO, Mariana C. (2012), *Venha o decreto da expulsão. A legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas.* São Paulo: FAPESP/Humanitas.

RIOS, José A. (1958), "Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil". *Sociologia*, v. 20, pp. 295-339.

RIVERA-SÁNCHEZ, Liliana. (2013), *Migración de retorno y experiencias de reinserciónen la zona metropolitana de la Ciudad de México*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XXI, n. 41, p. 55-76.

SAFADY, Jamil. (1956), *O Líbano no Brasil*. São Paulo: Ed. Safady.

SAITO, Hiroshi. (1958), "Alguns aspectos da adaptação de imigrantes japoneses no Brasil". *Sociologia.* Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 20, n. 4, pp. 451-462.

SAITO, Hiroshi. (1960), "Mobilidade de ocupação e de status de um grupo de imigrantes". *Sociologia.* Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 22, n. 3, pp. 241-253.

SAITO, Hiroshi. (1961), *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Ed. Sociologia e Política.

SALES, Teresa. (1999), *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez Editora.

SANTOS, Viviane T. dos. (2008), *Italianos sob a mira da polícia política. Vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945).* São Paulo: Humanitas/FAPESP.

SASAKI, Elisa M. (1995), "Dekasseguis: Trabalhadores Nipo-Brasileiros no Japão." *Travessia - Revista do Migrante*, Janeiro-abril, pp. 20-22.

SASAKI, Elisa M. (1998), *O Jogo da Diferença: A Experiência Identitária no Movimento Dekassegui*. M. A. thesis, Department of Sociology, UNICAMP, Campinas.

SAYAD, Abdelmaleck. (2000), *O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante*. Travessia, número especial, pp.02-25

SAYAD, Abdelmaleck. (2001), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.

SCHADEN, Egon. (1956), "Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil". *Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1, pp. 41-46.

SCHADEN, Egon. (1959), "Alguns problemas e aspectos do folclore teuto-brasileiro". *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1-2, pp. 123-135.

SEYFERTH, Giralda. (2004), "A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais". *BIB,* n. 57, pp. 7-47.

SEYFERTH, Giralda. (1997), A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 95-131.

SILVA, Sidnei. (1997), *Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas.

SIQUEIRA, Carlos. (2004), *Work Environment Justice Partnership (WEJP) for Brazilian Immigrant Workers in Massachusetts*. In: JOUËT-PASTRÉ, C.; LOVELESS, M; BRAGA, Leticia. *Giving Voice to a Nascent Community: Exploring Brazilian Immigration to the U.S. through Research and Practice*. Working Paper No. 04/05-2. Boston: David Rockefeller Center for Latin American Studies.

SIQUEIRA, Osvaldo N. (2006), *Biotipologia do imigrante no discurso da Revista de Imigração e Colonização (1940-1955)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SIQUEIRA, Sueli. (2006), *Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno*. Tese de Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte: UFMG.

SIQUEIRA, Sueli. (2009), *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno.* Brasil/EUA, vol. 1. 1. ed. Belo Horizonte: ARGVMENTVM.

SIQUEIRA, Sueli; BRANDES, Lídia A. (2015), "*Migração e Retorno: implicações psicólogicas da experiência migratória*". In: DIAS, Luciana de; LUCENA, Andréa de. (org.). *Migrações internacionais e políticas públicas: goianos(as) no mundo*. 1. ed. Goiânia: Espaço Acadêmico. pp. 173-190.

SOLÉ, Carlota; CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia, (2011), *La incorporación socioeconómica de la inmigración brasileña en España*. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración.

SOUZA, Maria B. (2009), "La construcción del imaginario social de las mujeres inmigrantes: un análisis de las televisiones españolas". In: XIV Seminario Académico Apec - Compartiendo conocimiento, 2009, Barcelona. Barcelona: Apec. pp. 329-338.

SPRANDEL, Marcia A. (2012), "Políticas migratórias no Brasil do século XXI". In: Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Diretos Humanos, 2012, São Paulo. Trabalho apresentado.

TAKEUCHI, Márcia Y. (2008), *O perigo amarelo. Imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: FAPESP/Humanitas.

TRUZZI, Oswaldo M. S. (1997), *Patrícios. Sírio e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec.

TRUZZI, Oswaldo M. S. (2012), Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *Dados*, v. 55, n. 2, pp. 517-553.

VENTURA, Deisy. (2014), Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros. UOL Notícias. 03 maio 2014. Online. Disponível em:http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm. Acesso em 16 jul. 2017.

VIANA, Francisco J. O. (1934), *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VILELA, Elaine M.; LOPES, Lívia B. F. (2011), *Balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil.* BIB, n. 72, pp. 55-88.

WILLEMS, Emílio. (1940), *Assimilação de populações marginais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WILLEMS, Emílio. (1944), "Acculturation and the Horse Complex among German-Brazilians". *American Anthropologist*, New Series, v. 46, n. 2, pp. 153-161.

WILLEMS, Emílio. (1946), *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

WILLEMS, Emílio. (1948), *Aspectos da aculturação dos japoneses no estado de São Paulo*. São Paulo: Editora da USP.

WILLEMS, Emlio. (1947), *Cunha. Tradição e transformação em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura.

WOORTMAN, Klaas. (1972), "A Antropologia e os estudos de comunidade". *Revista Universitas*, n. 11, pp.103-140.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 20/09/2017 / Aprovado em 08/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.226
10.20336/rbs.226

Fronteiras e deslocamentos

Eric Gustavo Cardin*
José Lindomar Coelho Albuquerque**

RESUMO

O objetivo do artigo é primeiramente contextualizar e sistematizar algumas referências relevantes da tradição dos estudos de fronteira nas ciências sociais. Além disso, procuramos refletir sobre a singularidade das regiões de fronteira em termos de lugares, fluxos, controles e representações. Por último, apresentamos alguns deslocamentos da agenda de pesquisa em fronteiras, apontando para a importância de pensar a fronteira como conceito sociológico em profunda articulação com outras áreas de conhecimento.
Palavras-chave: fronteira; deslocamento; sociologia.

ABSTRACT

BORDERS AND DISPLACEMENTS

The purpose of the article is to contextualize and systematize some relevant references of the tradition of border studies in the social sciences. In addition, we sought to reflect on the uniqueness of frontier regions in terms of places, flows, controls and representations. Finally, we present some shifts in the research agenda about border, pointing to the importance of thinking of the frontier as a sociological concept in deep articulation with other areas of knowledge.
Keywords: frontier; displacement; sociology.

* Professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), onde coordena o Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). Realizou estágio de pós-doutorado na Univesidad Nacional de Misiones (2016). Sua área de atuação envolve as relações de trabalho e os ilegalismos em regiões de fronteiras.

** Professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde coordena o Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Fronteira (LIMINAR). Realizou estágios de pós-doutorado na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (2011) e Universidad Complutense de Madrid (2016). Investiga sobre fronteiras, migrações e identidades.

Introdução

O percurso histórico dos estudos sobre fronteiras nas ciências sociais está marcado por momentos distintos e por mudanças relevantes na forma de compreensão das frentes, limites e regiões de fronteira. Os clássicos da sociologia, entre o final do século XIX e início do século XX, não abordaram a fronteira como um problema teórico, mas somente com um tema secundário nas abordagens sobre o espaço social, sobre os processos de expansão capitalista e sobre as reconfigurações do Estado nacional. Ainda que de maneira breve, Georg Simmel e Max Weber teceram considerações relevantes sobre fronteiras e limites espaciais. Simmel questionou a noção de fronteiras naturais e observou que os limites geográficos não estão objetivados na paisagem. Eles são produzidos por processos históricos de ocupação, dominação e interação entre os grupos sociais e imaginados subjetivamente pelos indivíduos. Nesse sentido, "o limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico que assume sua forma espacialmente" (SIMMEL, 2013, p. 81).

Já Max Weber refletiu mais diretamente sobre situações específicas nas fronteiras do império alemão. Em relação à fronteira com a Polônia, o autor viu a ocupação camponesa dos polacos no leste da Alemanha como um problema geopolítico que o império alemão deveria combater. Sobre a histórica região fronteiriça de Alsácia e Lorena, na fronteira com a França, Weber abordou os sentimentos nacionais, as memórias históricas e a disjunção entre língua e identidade nacional daqueles moradores das regiões em disputa que falam em alemão e se identificam com a história francesa. Entretanto, trata-se mais de um exemplo específico para pensar a complexidade da nação do que uma tentativa de elaboração mais abrangente de um conceito de região de fronteira (WEBER, 2004; 2003).

As reflexões mais relevantes sobre o conceito de fronteira, nesse contexto histórico dos clássicos da sociologia, estavam sendo formuladas nas áreas de geografia e história. Na geografia, a ideia de fronteira estava diretamente vinculada aos processos de expansão territorial dos impérios na Europa e nas regiões de colonização em outros continentes. A fronteira estatal era compreendida como "fronteira viva" ou "isóbara política", campos de pressão e expansão que somente estabeleciam limites provisórios diante de uma força contrária capaz de deter este movimento de conquista territorial (RATZEL,

1987 [1897]; ANCEL, 1938). Na história, a referência clássica é o trabalho de Fredrick Turner, *The significante of frontier in American History* (1893). Aqui a fronteira foi entendida como frente pioneira de expansão econômica em direção ao Oeste dos Estados Unidos e principal chave de interpretação da "excepcionalidade" do individualismo e democracia estadunidense (TURNER, 2001[1893]).

A compreensão da fronteira como frente pioneira de deslocamento populacional e ocupação territorial no processo de formação da nação alcançou notoriedade a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Há uma retomada crítica do trabalho de Turner para pensar a fronteira em movimento em outros contextos nacionais, incluindo algumas experiências latino-americanas. No caso brasileiro, autores com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo e Viana Moog, influenciados pela leitura de Turner e pelo exercício comparativo entre Brasil e Estados Unidos, analisaram a formação do Brasil tendo como referência a ideia de fronteira, especialmente como movimento histórico de ocupação e domínio do território nacional, com destaque para o papel dos bandeirantes na constituição das fronteiras móveis de conquista e povoamento no período colonial (RICARDO, 1940; FREIRE, 2001 [1947]; HOLANDA, 1957; MOOG, 1981 [1955]).

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os desdobramentos das políticas governamentais da "Marcha para o Oeste" e as formas de acumulação e expansão capitalistas em direção ao Sul, Centro Oeste e Amazônia provocaram profundas transformações e conflitos sociais nas regiões de expansão econômica. Nesse mesmo contexto, a especialização da pesquisa sociológica e antropológica em centros acadêmicos brasileiros possibilitou o desenvolvimento de trabalhos empíricos específicos a partir do ponto de vista de grupos sociais que estavam em tensão com estes processos de expansão e modernização capitalistas, particularmente os grupos indígenas e camponeses (MARTINS, 1997). Estas pesquisas empíricas também inovaram em termos teóricos, ampliando o entendimento das fronteiras como fricções interétnicas, frentes de expansão e fronteiras da civilização (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964; VELHO, 1979; RIBEIRO, 1977).

Nesse contexto, a abordagem da fronteira como relação política e cultural entre grupos étnicos adquiriu visibilidade teórica e metodológica, especialmente após a publicação e circulação do trabalho "*Os grupos étnicos e suas fronteiras"*, de Friedrik Barth (1969). Essa formulação questiona a ideia de

assimilação dos grupos étnicos no interior do Estado nacional, presente nas pesquisas vinculadas à Escola de Chicago, e reforça a concepção de que é justamente na zona de fronteira que a diferença é enfatizada e não diluída (BARTH, 1976 [1969]). Dessa forma, os grupos indígenas, imigrantes, ciganos, entre outros, não são assimilados, mas se articulam politicamente e produzem e acionam diferenças culturais nas zonas de contato, ou seja, esses grupos mobilizam os sinais diacríticos em relação aos grupos circundantes como mecanismos de mobilização identitária. Essa concepção processual e relacional da fronteira teve significativa importância nos estudos dos grupos indígenas, afrodescendentes e migratórios nas últimas décadas no campo da sociologia e antropologia (ARRUTI, 1997; SEYFERTH, 2000).

Em linhas gerais, até meados da década de 1980, as fronteiras foram pensadas pelas ciências sociais predominantemente como frentes de expansão/colonização, zonas de contato/conflito, relações entre identidade e diferença ocorridas em determinadas regiões dos territórios nacionais e com grupos étnicos específicos. No caso brasileiro, muitos dos estudos consagrados sobre os grupos indígenas na Amazônia nas últimas décadas têm pensado a relação entre fronteira como frente de expansão e como relação interétnica (OLIVEIRA, 2016).

A partir da década de 1990, se intensificou um deslocamento nos estudos dos cientistas sociais sobre as fronteiras, enfocando agora os territórios fronteiriços internacionais. Isso não significa que os estudos anteriores das frentes de expansão e fronteiras étnicas tenham desaparecidos, inclusive, podem ser vistos articulados com estas novas abordagens (CARDOSO DE OLIVEIRA; BAINES, 2005).

As ciências sociais chegam às regiões de fronteira internacional.

A preocupação acadêmica com os territórios de fronteira internacionais têm se ampliado nas três últimas décadas, tendo como base um conjunto de fenômenos interligados: a) a discussão sobre globalização e o lugar do Estado nacional no processo de redefinição de suas fronteiras em contextos de integração regional, como aqueles ocorridos na União Europeia, Nafta, Mercosul etc; b) as políticas e os financiamentos por parte de organismos internacionais, ONGs, órgãos do Estado nacional e das organizações regio-

nais para os estudos das regiões fronteiriças, visando o desenvolvimento de políticas públicas de cooperação transfronteiriça; c) a intensificação dos fluxos migratórios e as políticas de controle de fronteiras, especialmente os vários muros erguidos depois da queda do Muro de Berlim em 1989; d) as dimensões dos circuitos das mercadorias ilícitas, das ameaças terroristas e das preocupações dos Estados nacionais com as políticas de segurança e fiscalização das fronteiras, particularmente depois dos ataques às torres gêmeas nos Estados Unidos em 2001.

Neste contexto histórico em transformação, ampliaram os estudos sociológicos e antropológicos sobre os diversos cenários políticos, econômicos e socioculturais das fronteiras internacionais do Brasil com os países vizinhos (GRIMSON, 2000; 2003; MARTINS, 2002). As pesquisas sobre os temas de identidade, mobilidade, cooperação e integração nas zonas fronteiriças estavam em sintonia, sobretudo, com as discussões acadêmicas realizadas em outros países da América Latina, como as investigações sobre a fronteira México/Estados Unidos, e entre os países europeus (VILA, 2000; SAHLINS, 1989; WILSON; DONNAN, 1998).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o tema de segurança regional e nacional nas áreas de fronteira passou a ocupar considerável espaço nas agendas de financiamento e de pesquisa. Os estudos hegemônicos na área têm focado nas discussões sobre as políticas de securitização das fronteiras externas dos Estados nacionais ou das comunidades regionais (AMANTE, 2014). No Brasil, as pesquisas realizadas recentemente sobre o tráfico de pessoas nas fronteiras e os crimes transfronteiriços apontam para esta visibilização do problema da segurança das fronteiras (BRASIL, 2015; 2016; HIRATA, 2015).

Entretanto, apesar dessa agenda de pesquisa hegemônica, nesse mesmo contexto foram realizados vários trabalhos sobre mercados de fronteira, grupos étnicos, diásporas religiosas, migração, mobilidades transfronteiriças e identidades situacionais nas zonas fronteiriças (RABOSSI, 2009; MONTENEGRO; GIMENEZ BEVILEAU, 2006; CAIRO; GODINHO; PEREIRO, 2009). A fronteira tem sido, portanto, um espaço fértil de articulação e intersecção que congrega múltiplos temas de pesquisa.

Apesar dessa diversidade de temas e pesquisas, o campo dos estudos sociológicos de fronteira ainda é uma área de investigação a ser consolidada. Nossa perspectiva é pensar em uma sociologia dos espaços fronteiriços

que seja a um só tempo disciplinar e profundamente interdisciplinar, ou seja, que busque abordar a fronteira como um conceito sociológico, mas que esteja, sobretudo, aberta para um diálogo com a antropologia, geografia e história. Trata-se de questionar permanentemente as perspectivas de "redução da fronteira" a limites político-jurídicos, a controles migratórios ou a um problema de segurança nacional ou regional associado ao tráfico ou/e ao terrorismo. Embora sejam dimensões importantes dessas realidades entre os Estados nacionais que merecem serem estudadas, as fronteiras são mais que isso, podem ser compreendidas também como territórios de oportunidades, de trânsitos, de intercâmbio cultural e de expressões identitárias que permitem construir uma mirada específica e situada dos diversos fenômenos contemporâneos.

Nesse sentido, um ponto de partida relevante é abordarmos as regiões de fronteira como espaços singulares construídos a partir de múltiplas relações de trânsitos e pertencimentos. As regiões de fronteiras entre Estados nacionais podem ser vistas, então, como lugares específicos de produção de sentidos, relações e representações. Esses lugares, especialmente os espaços urbanos, são territórios de poder, experiências sociais e circulações atravessadas por pequenas distâncias entre países e por limites jurídicos entre soberanias territoriais. Não se trata de lugares isolados e comunidades fronteiriças fechadas, mas de espaços de vivências e memórias articulados com diversas escalas de interações regionais, nacionais e globais. Há, portanto, sentidos globais nos lugares fronteiriços, sem fronteiras claras que delimitem a abrangência desses espaços (MASSEY, 2000), mas, por outro lado, a ideia de limite internacional que atravessa internamente as regiões fronteiriças entre países é constitutiva desses lugares e é um dispositivo relevante de funcionamento da própria dinâmica transfronteiriça.

As pessoas que vivem nesses lugares singulares desenvolvem suas vidas cotidianas a partir de múltiplas relações de diferenças e desigualdades com os "outros" vizinhos, com os estrangeiros que vivem "do lado de cá da fronteira" e com aqueles que transitam por estes territórios. A fronteira como lugar é um espaço intercultural de produção de identidades, alteridades, estereótipos e formas de discriminação, mas também de convivências, relações de parentescos, trocas culturais e simbólicas variadas com os vizinhos imediatos e com outros grupos étnicos e nacionais que vivem nessas cidades fronteiriças. Associados a essa dimensão de identidade e alteridade, estes lu-

gares são repletos de memórias, narrativas e sentimentos de seus habitantes marcados pelos tempos heterogêneos da experiência fronteiriça.

Os trânsitos transfronteiriços, circulações de pequenas distâncias entre países, marcam a região de fronteira. Quem vive nessas cidades fronteiriças muitas vezes mora em um país e trabalha no outro, compra na cidade vizinha por um preço mais barato ou ainda busca serviços de saúde, educação e outros benefícios sociais do outro lado da fronteira, conforme a disponibilidade, acesso, preço ou qualidade desses serviços. Nesse sentido, os moradores da região fronteiriça desenvolvem toda uma economia transfronteiriça, graças às diferenças e às assimetrias presentes nesses territórios juridicamente descontínuos. Quem vive na fronteira vive também da fronteira e de suas múltiplas oportunidades de negócios, cidadanias múltiplas, benefícios sociais etc. Nessas cidades de fronteira há ainda outras mobilidades e deslocamentos: sejam os trânsitos diários de pessoas das cidades vizinhas pertencentes a um mesmo território nacional, sejam os processos de migração interno e internacional em direção a essas cidades fronteiriças como zonas de atração comercial e estatal, sejam os trânsitos de turistas, sacoleiros, traficantes, comerciantes em diferentes escalas de deslocamentos.

As cidades de fronteira geralmente são lugares com diferentes instituições estatais. O Estado se faz presente na região fronteiriça como um agente de instituição, proteção, controle e fiscalização da fronteira (DAS; POOLE, 2008). Mas o Estado não é um bloco monolítico, fixo e consolidado. De fato, são pessoas investidas de poder, prestígio, força e norma estatal que também participam das múltiplas dinâmicas transfronteiriças. Esses agentes estatais às vezes são moradores locais de longa data, mas muitas vezes são migrantes que chegaram nessas cidades para ocuparem durante um determinado período funções de fiscalização da fronteira. Toda essa dinâmica de controle está permeada por formas de rigidez, tolerâncias, flexibilidades, ausências ou pouca presença de agentes de controle e por temporalidades e performances específicas de maior ou menor controle da região fronteiriça, como aquelas derivadas de grandes operações militares nas áreas de fronteiras em determinados períodos.

Por outro lado, desde a perspectiva dos moradores e atravessadores das fronteiras, todo controle gera formas de contornos, válvulas de escape e fugas à fiscalização fronteiriça. O fenômeno do contrabando e do tráfico transfronteiriço se configura justamente como o outro lado da moeda da fron-

teira estatal. Nesse sentido, entre estes territórios com legislações e formas distintas de fiscalização se estruturam variados arranjos sociais e práticas culturais que ultrapassam a dicotomia entre o legal e o ilegal. Além disso, os criminosos que matam de um lado do limite e se escondem do outro também usam da fronteira territorial entre dois países como dispositivo de fuga. O limite estatal entre soberanias territoriais pode simbolizar ainda um mecanismo de proteção às arbitrariedades do Estado autoritário, particularmente nas situações de regimes ditatoriais em que os perseguidos pelo regime conseguem ultrapassar a fronteira política e se refugiar nos países vizinhos.

Por serem representadas como lugares de passagem de mercadorias ilícitas e de migrantes irregulares, diversas regiões de fronteiras se tornaram em "fronteiras-espetáculos" nas constantes produções midiáticas e passam a ser vistas sobretudo como lugares violentos e perigosos. As narrativas dos moradores são geralmente discursos de contrapoder às representações negativas construídas pela grande mídia. Os habitantes locais tendem a acentuar o caráter tranquilo e seguro da vida nas cidades de fronteira para todos aqueles que não se envolvem com o crime. A fronteira é produzida aqui como representação e valor por meio das narrativas locais, ou seja, há maneiras de contar a fronteira para todos aqueles que vêm de fora e buscam informação sobre estes lugares. A premissa dominante é se contrapor a determinadas imagens negativas e acentuar o que "tem de bom" nesses lugares. Essas narrativas estão atravessadas de noções da fronteira como mito de integração e harmonia cultural entre os povos transfronteiriços. A fronteira como problema e espetáculo se contrapõe à imagem da fronteira como mito e terra de oportunidades (SERJE, 2011).

Estas dimensões aqui acentuadas não esgotam as múltiplas determinações desses espaços sociais entre soberanias estatais. Mas apontam para a importância de pensarmos para além das idéias de "espaços marginais", "terras sem lei" e "lugares de passagem". Essas concepções são produzidas, sobretudo, por meio da imprensa, dos agentes de fiscalização do Estado e por discursos políticos. Entretanto, os próprios estudos acadêmicos que abordam a problemática do desenvolvimento econômico, da segurança nacional e das migrações internacionais de longa distância reforçam, muitas vezes, esses imaginários sobre as regiões de fronteira. Não significam que sejam representações falsas, mas que são realidades seletivas que constroem um senso comum sobre as fronteiras, especialmente para aqueles que não

vivem nesses lugares. As regiões fronteiriças são também espaços de oportunidades econômicas, sociais e simbólicas, de produção de diferenças, estereótipos e desigualdades nacionais e de trocas culturais entre diferentes nacionalidades e grupos étnicos. Estes territórios singulares são espaços vividos, semelhantes a outros contextos sociais, mas marcados pelas descontinuidades constitutivas e construídas por meio dos limites jurídicos entre soberanias estatais.

A fronteira como um conceito sociológico em construção

Nessa perspectiva de interpretação, as fronteiras internacionais não se restringem a uma definição jurídica ou geográfica, ou seja, não correspondem simplesmente a tratados de limites ou a demarcações físicas. Elas não são estáticas ou cristalizadas, mas eminentemente sócio-históricas e relacionais. Neste momento, a produção acadêmica é marcada por uma mudança epistemológica do lugar das fronteiras nas investigações e, principalmente, nas análises realizadas. Se no passado elas eram visualizadas como consequência do contato de civilizações ou como derivadas dos processos de povoamento, as pesquisas recentes explicitam que as fronteiras não são apenas um produto das relações sociais, mas também produtoras. Desta forma, a fronteira passa a ser considerada como uma categoria sociológica dotada de poder explicativo. Em outras palavras, a fronteira deixou de ser o lugar onde as relações ocorrem, ou até mesmo o resultado destas relações, para efetivamente ser considerada variável influente e até mesmo determinante na explicação de inúmeros fenômenos sociais contemporâneos. Assim, as regiões de fronteira não são simplesmente cenários de contextualização de pesquisas realizadas na confluência de dois ou mais países, mas o centro do problema reflexivo sobre o conceito de fronteira, abrindo novas possibilidades metodológicas de investigação transfronteiriça. A fronteira é mais do que um lugar, uma frente ou um limite, é principalmente uma perspectiva teórica e metodológica de reflexão sobre distintos processos e situações sociais localizados entre espaços políticos, culturais, econômicos e jurídicos diferenciados (OLIVEIRA, 2016), isto é, tanto em lugares específicos entre países, mas também nos portos, aeroportos e outros contextos de trânsitos, controles e confinamentos de estrangeiros.

A pergunta fundamental é onde estão as fronteiras em um contexto contemporâneo de intensificação de fluxos de pessoas e mercadorias, de reconfiguração das políticas nacionais e regionais de fronteiras e de múltiplos e diversos postos de controle em diferentes lugares. Os estudos de fronteira não podem ficar restritos aos espaços específicos entre nações, mas devem ser articulados com os processos de fronteirização que atravessam e ultrapassam esses territórios de fronteiras. Estes deslocamentos podem ser compreendidos como: a) processos migratórios e outras mobilidades em direção às regiões fronteiriças ao longo do tempo; b) as transformações econômicas, políticas, militares, urbanas e sociais nas escalas nacionais, regionais e globais que modificam profundamente as relações transfronteiriças; c) o movimento de externalização dos controles de fronteiras para além dos limites nacionais ou regionais; d) o processo de internalização da fiscalização de estrangeiros e de mercadorias ilícitas em diferentes pontos dos territórios nacionais ou regionais (LOIS, 2017; LOIS; CAIRO, 2011; GONZÁLEZ, 2015).

Nessa perspectiva, visualiza-se uma utilização muito ampla e até mesmo polissêmica do conceito, aspecto que denuncia a abrangência do termo, mas que, ao mesmo tempo, exige dos investigadores o apuramento das reflexões teóricas no intuito de refinar sua definição. Assim, constata-se a sua apropriação e uso nas reflexões tanto a respeito das linhas e zonas de fronteiras internacionais e das políticas de segurança e controle fronteiriços, quanto em relação às migrações transnacionais e às identidades situacionais. A categoria ainda é usada em relação a questões mais amplas que perpassam os estudos sociais e culturais, como hibridação e assimetrias de poder, multiterritorialidades, heterotopias e fronteiras dos ilegalismos (HAESBAERT, 2011; TELLES, 2010).

Diante dessa expansão do significado do termo 'fronteira' para tantos objetos distintos, procuramos circunscrever o seu uso a uma dimensão territorial, compreendendo o movimento das frentes de expansão, as regiões de fronteira e os processos de fronteirização. Nesse movimento, a categoria 'espaço' e vários conceitos relacionados (lugar, região, território, entre outros), de forte tradição geográfica (HAESBAERT, 2011; RAFFESTIN, 1993), podem ser problematizados a partir de uma perspectiva sociológica atenta à relação entre sociedade e espaço (SIMMEL, 2013; LEFEBVRE, 2000).

Nesse sentido, pensar a fronteira como categoria sociológica relevante para o estudo das sociedades contemporâneas pressupõe alguns caminhos trilhados e algumas perspectivas de desenvolvimento dessa área de pesqui-

sa. Assim, imaginamos os seguintes pontos como agenda de investigação: a) sistematizar e elaborar as tradições de estudos de fronteira na área de Ciências Sociais e incorporar criticamente as reflexões de áreas afins, tais como aquelas desenvolvidas pela geografia, relações internacionais, história, entre outras; b) problematizar diversos conceitos de tradição sociológica, tais como Estado, sociedade, poder, soberania, identidade, migração, capitalismo, a partir de pesquisas empíricas e de abordagens teóricas clássicas, contemporâneas e pós-coloniais sobre os espaços fronteiriços; e c) ver os problemas específicos que os subcampos da sociologia lançam ao investigarem as regiões fronteiriças na atualidade.

Em relação ao trabalho de sistematização e elaboração teórica, é importante que esse novo campo de pesquisa no Brasil se aproprie, em diálogo com a geografia e a história, das discussões sobre espaço geográfico e tempo histórico heterogêneos em conexão com as múltiplas interações sociais contextualizadas. A fronteira pode, portanto, ser interpretada como um conjunto de relações sociais simétricas e assimétricas permeadas por práticas, representações e marcadores espaciais e temporais. A fronteira é processo, relação e posição social e pode ser pensada a partir de diferentes dimensões interligadas: as ações e vivências (inter) subjetivas dos sujeitos fronteiriços; as práticas sociais e trocas materiais e simbólicas; as hierarquias de poder e as diferenças das instituições políticas, sociais e militares entre territórios; as normas e legislações jurídicas diferenciadas e as representações sociais na produção da fronteira etc. (GARCÍA, 2006).

Investigar as fronteiras é também problematizar os limites heurísticos do conhecimento hegemônico e eurocentrado das Ciências Sociais clássicas e contemporâneas e dialogar com o pensamento fronteiriço dos estudos decoloniais (MIGNOLO, 2003). Nessa perspectiva, as fronteiras de expansão, os limites entre territórios nacionais e os atuais processos de fronteirização são marcados pelas experiências históricas de colonização e dominação nos diversos continentes, sendo relevante pensar a diferença colonial e as assimetrias de poder entre grupos e países nessas zonas de contato e de conflito. Nessa perspectiva, o conceito de fronteira é uma forma de compreender o (des)encontro colonial (CONNEL, 2012), as trocas e mesclas culturais assimétricas, as coexistências de mundos heterogêneos e, assim, repensar diversos conceitos das Ciências Sociais a partir desse horizonte fronteiriço das sociedades como passados e presentes coloniais.

No que diz respeito aos subcampos da sociologia, vale uma menção ao deslocamento de áreas específicas da sociologia no Brasil em direção às fronteiras internacionais, tais como a sociologia da violência, a sociologia econômica, a sociologia das migrações e a sociologia e a antropologia do gênero. Em sintonia, em parte, com determinadas agendas políticas e de financiamento de pesquisa, estas áreas lançam novas perguntas e desafios às regiões fronteiriças e ampliam a compreensão do próprio conceito de fronteira.

Nessa perspectiva, a atual agenda de segurança nas fronteiras brasileiras envolve alguns pesquisadores da área de violência e conflito e tem possibilitado pensar os crimes transfronteiriços, a fronteira como mecanismo de fuga e proteção e os próprios limites do Estado como monopólio legítimo da violência sobre um determinado território (PAIVA, 2016). As reflexões de uma sociologia econômica também têm contribuído para refletir sobre as particularidades dos mercados transfronteiriços, a circulação do dinheiro nas zonas de fronteira e o problema da fiscalidade do Estado e do monopólio dos tributos nas margens dos territórios nacionais (LEITE, 2017). Nesse sentido, os estudos de fronteira podem contribuir para repensar o próprio conceito de Estado como processo de reivindicação do monopólio da violência e da arrecadação de impostos sobre um determinado território a partir da experiência dos agentes estatais e das transgressões e contornos dos agentes sociais nas zonas de fronteiras entre países (WEBER, 2013; ELIAS, 1993).

A tradição dos estudos migratórios no Brasil esteve centrada especialmente nos processos de deslocamentos transoceânicos dos imigrantes europeus, asiáticos e africanos para o território brasileiro e nas mobilidades mais recentes de brasileiros no exterior, sobretudo para os Estados Unidos, países europeus e asiáticos. O aumento dos imigrantes vindos dos países vizinhos tem ampliado a reflexão sobre os territórios de fronteira no próprio campo dos estudos migratórios na atualidade. Nestas pesquisas, a fronteira terrestre aparece como um problema de reflexão e como o lugar de entrada de imigrantes no território nacional (SILVA, 2012). Embora nesses estudos migratórios a fronteira não seja uma categoria central de análise, o termo é utilizado como barreira ou filtro seletivo, como categoria de articulação e intersecção entre nação, classe, cor da pele e gênero ou ainda como marca de diferenciação cultural e simbólica das políticas de identidade destas comunidades de imigrantes (MARTES; FISCHER, 2003).

A agenda de pesquisa sobre gênero também chegou às regiões de fronteira no Brasil. A tradição dos estudos fronteiriços pouco problematizou as relações de gênero na produção da fronteira. Questões que envolviam as redes familiares, relações de parentescos e processos distintos de trabalhos de homens e mulheres nas regiões de fronteira não eram abordadas tendo em vista essas diferenciações e intersecções de gênero. As perguntas e inquietações postas pelos pesquisadores da área de gênero têm possibilitado inovações teóricas relevantes, pensando as diferenças e articulações de gênero, sexualidades e governo da fronteira como dispositivos de produção do espaço social das regiões fronteiriças (OLIVAR, 2015).

Considerações finais

Pesquisar as fronteiras é abordar o mundo por meio da janela fronteiriça do conhecimento, ou seja, abrir um horizonte de investigação onde possamos construir outros caminhos teóricos e metodológicos e pensar os grandes temas das Ciências Sociais – Estado-Nação, nacionalismo, soberania, alteridade, território, sociedade e cultura, entre outros, a partir de situações fronteiriças específicas.

Os estudos nas regiões de fronteiras entre nações podem se constituir em um campo de investigação empírica e teórica privilegiado para problematizar os limites do nacionalismo metodológico. A sociologia contemporânea, especialmente os trabalhos sobre cosmopolitismo de Ulrich Beck e as reflexões antropológicas de Andreas Wimmer e Nina Schiller, tem apontado vários limites da tradição teórica das Ciências Sociais, em que nossos conceitos básicos de sociedade, comunidade, povo, entre outros, foram pensados geralmente na chave do Estado-Nação. Para estes autores, as experiências políticas transnacionais da União Europeia e os processos migratórios servem como espaços privilegiados para problematizar essa tradição acadêmica e apontam caminhos para pensar conceitos e perspectivas metodológicas transnacionais e transfronteiriças (BECK, 2004; WIMMER; SCHILLER, 2002).

Nesse sentido, a reflexão sobre as regiões transfronteiriças pode incorporar essas análises críticas ao denominado nacionalismo metodológico a partir das experiências cotidianas dos moradores que vivem em regiões situadas entre Estados nacionais. As ideias de translocalidades (APPADURAI, 1997),

comunidades e mobilidades transfronteiriças, cultura de fronteira, identidades híbridas, entre outros, ajudam a imaginar esses lugares para além do "aqui começa" ou "aqui termina" a pátria. Apesar da força do nacionalismo em determinadas fronteiras e da identidade nacional como ferramenta de contraste cotidiano com o "outro nacionalizado", as regiões de fronteira apresentam trocas culturais, redes de parentesco, vínculos de amizades que escapam à lógica dos Estados nacionais e possibilitam construir novos conceitos sociológicos para compreender a singularidade dessas regiões.

Entretanto, as lógicas da identidade nacional podem não ser problematizadas nesse esforço teórico e muitas vezes acompanham o próprio processo metodológico da pesquisa. Os pesquisadores fronteiriços frequentemente se identificam e são reconhecidos como pertencentes a um dos Estados nacionais em confluência nas áreas de pesquisa e assumem determinada posicionalidade nacional na realização do trabalho de campo. Há geralmente relações de confiança e de cumplicidade mais acentuadas entre pesquisador e entrevistados nas cidades fronteiriças pertencentes ao país do pesquisador do que nas cidades vizinhas pertencentes a outras nacionalidades. Ultrapassar este nacionalismo metodológico operacional envolve principalmente uma postura metodológica transfronteiriça e um diálogo com investigadores dos países fronteiriços interessados em pensar a singularidade da fronteira para além da perspectiva nacional.

Nessa perspectiva, destacamos a presença cada vez mais relevante de pesquisas multissituadas, onde se busca a análise simultânea dos vários lados das fronteiras internacionais, como também o acompanhamento dos deslocamentos que envolvem as relações transfronteiriças. Esta situação contribui de maneira significativa para a construção de redes internacionais de pesquisa, fato que pode ser constatado pela existência de inúmeros grupos de trabalho em diferentes eventos nacionais e internacionais, assim como pelo surgimento de associações de pesquisadores que visam o fortalecimento da área, tais como a *Asociation for Borderlands Studies* (ABS), *Border Regions in Transition* (BRIT), *Red Latinoamericana de Estudios Fronterizos (*RELATEF), entre outras

No caso brasileiro, as transformações na maneira como as fronteiras são analisadas - que envolvem um reposicionamento da categoria, uma ampliação das pesquisas de campo e uma necessidade de novos estudos comparados – têm sido fortalecidas pelo processo de interiorização do ensino supe-

rior no Brasil e pela criação de programas de pós-graduação especializados em fronteiras nos estados e cidades fronteiriças, assim como por pesquisas financiadas pelo Ministério da Justiça no intuito de mapear as relações entre fronteiras e segurança pública. Assim, os estudos fronteiriços se encontram em um momento frutífero, visualizado na ampliação das pesquisas, das publicações, dos eventos e dos grupos de trabalhos sobre o tema. Agora cabe aos investigadores interessados trabalhar no intuito de garantir a institucionalização da área e o amadurecimento de seu corpo teórico e metodológico.

Referências

AMANTE, Maria de Fátima. (2014), "Das fronteiras como espaço de construção e contestação identitária às questões da segurança". *Etnográfica*, v. 18, n. 2, pp. 415-424.

ANCEL, Jaques. (1938), *Géographie des Frontières*. 1. ed. Paris: Gallimard.

APPADURAI, Arjun. (1997), "Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional". *Revista Novos Estudos-CEBRAP*, n. 49, pp. 33-46.

ARRUTI, José Maurício (1997), "A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas". Mana, v. 3, n. 2, pp.7-38.

BARTH, Friedrik. (org.). (1976 [1969]), *Los grupos étnicos y sus fronteras.* 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica.

BECK, Ulrich. (2004), *Poder y contrapoder en la era global*. La nueva economía política mundial. 1. ed. Barcelona: Paidós.

BRASIL. Ministério da Justiça. (2015), *Pesquisa ENAFRON*: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e International Centre for Migration Policy Development (ICMPD). Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/320. Acesso em 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. (2016), *Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira:* interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/mapeamento-das-politicas-federais-na-ff.pdf. Acesso em 15 jun. 2017.

CAIRO, Heriberto; GODINHO, Paula; PEREIRO, Xerardo (coord.). (2009), *Portugal e Espanha*: discursos de centro e práticas de fronteira. 1 ed. Lisboa: Colibri.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1964), *O índio e o mundo dos brancos*. 1. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (org.). (2005), *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. 1. ed. Brasília: Editora UnB.

CONNELL, Raewyn. (2012), "A iminente revolução na teoria social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 8, pp. 9-20.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (2008), "El Estado y sus márgenes". *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, pp. 19-52.

ELIAS, Norbert. (1993), *O Processo Civilizador*: a formação do Estado e a civilização, Vol. II. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FREYRE, Gilberto. (2001[1947]), *Interpretação do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

GARCIA, Eusebio Medina. (2006), "Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales", *Estudios fronterizos*, v. 7, n. 13, pp. 9-27.

GONZÁLEZ, Keina Espiñeira. (2015), *Paisajes migrantes en la frontera estirada. La condición postcolonial de la frontera hispano-marroquí*. Tesis doctoral. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Ciencia Política y Administración II.

GRIMSOM, Alejandro. (2003), *La nación en sus límites*. Contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil. 1. ed. Barcelona: Gedisa.

GRIMSON, Alejandro. (comp.). (2000), *Fronteiras, naciones e identidades*: la periferia como centro. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía.

HAESBAERT, Rogério. (2011), *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

HIRATA, Daniel. (2015), "Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do ´Arco Norte´". *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, pp. 30-34.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1957), *Caminhos e fronteiras*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

LEFEBVRE, Henri. (2000), *La production de l´espace*. 4. ed. Paris*:* Editions Anthropos*.*

LEITE, Elaine da Silveira. (2017), "Entre tributação e consumo: os agentes da fiscalidade na fronteira Brasil-Uruguai". In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2017, Brasília. Anais... Online. Disponível em: http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0636-2.pdf. Acesso em 23 jul. 2017.

LOIS, María. (2017), "As fronteiras estatais em um mundo globalizado". In: Palestra Quartas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 24 de maio de 2017.

LOIS, María; CAIRO, Heriberto. (2011), "Desfronteirización y refronteirización en la Península Ibérica". *Geopolítica (s)*. Revista sobre estudios de espacio e poder, v. 2, n. 1, pp. 11-22.

MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya. (orgs.). (2003), *Fronteiras cruzadas*: etnicidade, gênero e redes sociais. 1. ed. São Paulo, Paz e Terra.

MARTINS, José de Souza. (1997), *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, Maria Helena (org.) (2002), *Fronteiras Culturais*. Brasil-Uruguai-Argentina. 1 ed. São Paulo: Ateliê Editorial/Prefeitura de Porto Alegre/Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins.

MASSEY, Doreen. (2000), "O sentido global do lugar". In: ARANTES, Antonio. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus. pp. 177-185.

MIGNOLO, Walter. (2003), *Historias locales/disenos globales*: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. 1. ed. Madrid: Akal.

MONTENEGRO, Silvia; GIMÉNEZ BELIVEAU, Verónica. (2006), *La Triple Frontera:* Globalización y construcción social del espacio. 1 ed. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.

MOOG, Viana. (1981 [1955]), *Bandeirantes e pioneiros*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

OLIVAR, José Miguel. (2015), "Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira por meio de políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira". *Revista Ambivalências,* v. 3, n. 5, pp.149-182.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (2016), "A conquista do vale amazônico. Fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório". In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra capa. pp. 117-160.

PAIVA, Luiz Fábio. (2016), "As dinâmicas do monopólio da violência e do controle em um território transfronteiriço e amazônico". *Revista Tempo da Ciência*, v. 23, pp. 56-75.

RABOSSI, Fernando. (2009), *En las calles de Ciudad del Este*: una etnografía del comercio de frontera. 1 ed. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica/Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 68.

RAFFESTIN, Claude. (1993), *Por uma Geografia do Poder*. 1. ed. São Paulo: Ática.

RATZEL, Friedrich. (1987[1897]), *La Géographie Politique*. 2. ed. Paris: Fayard.

RIBEIRO, Darcy. (1977), *Os índios e a civilização:* a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

RICARDO, Cassiano. (1940), *Marcha Para Oeste*: a influência da bandeira na formação social política do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

SAHLINS, Peter. (1989), *Boundaries*: the making of France and Spain in the Pyrenees. 1. ed. United States of America: University of California Press.

SERJE, Margarita. (2011), *El revés de la nación*: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. 1 ed. Colombia: Universidad de los Andes.

SEYFERTH, Giralda. (2000), "As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional"**,** *Horizontes Antropológicos***,** ano 6, n. 14, pp. 143-176.

SILVA, Sidney Antônio da. (org.). (2012), Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. 1. ed. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fepeam.

SIMMEL, Georg. (2013), "Sociologia do espaço". *Estudos Avançados***,** v. 27, n. 79, pp. 75-112.

TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm.

TURNER, Frederick Jackson. (2001 [1893]), "O significado da fronteira na história americana". In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano:* quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. 1. ed. Niterói: Ed UFF. pp. 23-54.

VELHO, Octávio. (2009 [1979]), *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

VILA, Pablo. (2000), *Crossing borders, reinforcing borders*. 1. ed. USA: University of Texas Press.

WEBER, Max. (2013), "A política como vocação". In: WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 20. ed. São Paulo: Cultrix. pp. 55-124.

WEBER, Max. (2003), "O estado nacional e a política econômica". In: COHN, Gabriel. (org.). *Weber*. 1. ed. São Paulo: Ática (Coleção grandes cientistas sociais). pp. 58-78.

WEBER, Max. (2004), *Economia e sociedade:* fundamentos da sociologia compreensiva, vol. 2. 2. ed. Brasília: Editora UnB.

WILSON, Thomas M.; DONNAN, Hastings. (1998), "Nation, state and identity at international borders". In: WILSON, Thomas M.; DONNAN, Hastings. (ed.). *Border Identities*: Nation and State at International Frontiers. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-30.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina. (2002), "Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and social sciences". *Global networks*, v. 2, n. 4, pp. 301-334.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 22/09/2017 / Aprovado em 12/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.227
10.20336/rbs.227

Sociologia Digital: balanço provisório e desafios

Richard Miskolci*
Fernando de Figueiredo Balieiro**

RESUMO

Este artigo apresenta uma cronologia provisória da formação da Sociologia Digital no Brasil como um campo de pesquisa em consolidação. Em uma sociedade em que a conexão mediada em rede se tornou parte do cotidiano passando a reconfigurar as relações sociais, busca refletir sobre a importância de um campo de pesquisas com reflexão teórica e conceitual especializada. Inicia apresentando um balanço da área nos últimos anos, depois aborda debilidades teóricas e metodológicas que marcaram sua formação recente assim como seus avanços teóricos e metodológicos. Por fim, discute algumas de suas contribuições para a sociologia brasileira, sua inserção internacional, assim como uma possível agenda de pesquisa para seu desenvolvimento.
Palavras-chave: Sociologia Digital; sociedade digital; relações sociais mediadas em rede; desafios teórico-metodológicos.

* Richard Miskolci é Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisador do CNPq e Coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. Lançou recentemente *Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca de parceiros online* (Autêntica, 2017).

** Fernando de Figueiredo Balieiro é Professor Adjunto do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É pesquisador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade, do Núcleo de Estudos em Emoções e Realidades Digitais (NEERD/UFSM) e do Laboratório de Investigação Sociológica (LabIS/UFSM) e autor de diversos artigos na área de gênero, diferenças e mídias.

ABSTRACT

DIGITAL SOCIOLOGY: PROVISORY OVERVIEW AND CHALLENGES

This paper presents a provisory chronology for the formation of Digital Sociology in Brazil as a fieldof research in process of consolidation. In a society in which network mediated connection became part of everyday life reshaping social relations, it reflects upon the importance of a specialized field of research. Therefore, it begins presenting a provisory analysis of the area in recent years, later discusses theoretical and methodological fragilities that marked its creation as its recent advances. At last, it discusses some of digital sociology contributions for Brazilian sociology, its international insertion as well as a possible research agenda to its development.
Keywords: Digital Sociology; digital society; network mediated social relations; theoretical-methodological challenges.

A Sociologia Digital é uma área de pesquisa em construção e tem articulado um conjunto vasto e diverso da produção sociológica que, há aproximadamente duas décadas, investiga a emergência e a disseminação das tecnologias de comunicação em rede. A despeito de a Internet ter sido criada em 1969, foi apenas a partir de 1995 que ela foi transferida para a iniciativa privada disseminando-se socialmente, à época nas classes médias profissionais que detinham computadores de mesa conectados à rede telefônica até se popularizar na década de 2010 por meio dos *smartphones* (telefones inteligentes), equipamentos móveis cada vez mais baratos e simples de usar.

A principal característica da Internet é a de permitir comunicação a distância – e em rede – por meio da digitalização de conteúdos e mensagens, ou seja, sua transformação em sequências numéricas. Manuel Castells (2011 [1996]) foi pioneiro ao mostrar como o advento da revolução tecnológica foi fundamental na reconfiguração da economia capitalista permitindo a organização global de atividades, altamente complexas, de forma descentralizada. Alguns autores mais recentes (LUPTON, 2015; MISKOLCI, 2016) afirmam que vivemos a consolidação de um processo de transformação sociotécnica que fez com que passássemos de uma sociedade baseada em relações face a face para uma era em que as relações mediadas digitalmente e em rede tornam-se hegemônicas[1].

1 Segundo Richard Miskolci, ao nos referirmos a uma sociedade digital, o adjetivo "[...] não é uma definição técnica e, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado

Na virada do milênio, o alcance social da Internet se ampliou por meio da expansão da conexão por banda larga e a popularização dos computadores móveis e, na década de 2010, por meio da já mencionada disseminação dos telefones inteligentes[2]. Desde então, a conexão mediada em rede se tornou componente do cotidiano de boa parte das pessoas não apenas facilitando a comunicação entre elas, mas – fato central para a sociologia – passando a moldar suas relações sociais. Não por acaso, é justamente neste contexto que alguns pesquisadores, especialmente no contexto anglo-saxão, começam a usar o termo Sociologia Digital para se referir a um conjunto heterogêneo de investigações que abordavam de questões metodológicas a novas problemáticas teórico-conceituais.

Ainda que haja registro do uso do termo Sociologia Digital desde ao menos 2009, é possível afirmar que ele ganha maior reconhecimento na disciplina a partir de 2013, ano da publicação por Kate Orton-Johnson e Nick Prior da primeira coletânea que reconhece a existência de uma área com objeto próprio de investigação assim como com problemáticas teórico-conceituais específicas. No Brasil, em 2016, é publicado o primeiro dossiê e artigos sobre Sociologia Digital escritos por brasileiros.

Este artigo intenta estabelecer uma cronologia provisória da formação da Sociologia Digital no Brasil como um campo de pesquisa em consolidação. Com este objetivo, inicia apresentando um balanço provisório da área nos últimos anos, depois aborda debilidades teóricas e metodológicas que marcaram sua formação recente assim como seus avanços teóricos e metodológicos. Por fim, discute de forma preliminar algumas de suas contribuições para a sociologia brasileira como disciplina científica, sua inserção internacional, assim como uma possível agenda de pesquisa para fortalecimento da sociologia digital.

---

pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como notebooks, tablets e smartphones), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas online (como Facebook, Twitter, YouTube)" (2016, p. 282-283).

2 O consumo e uso dos smartphones têm se expandido de forma exponencial, conforme revelam pesquisas diversas, a exemplo da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares elabora desde 2005, como forma de suplemento, da pesquisa *Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Segundo a PNAD/IBGE de 2014, atestou-se que o acesso à internet via telefones inteligentes ultrapassou o uso por meio do microcomputador.

Balanço da área de Sociologia Digital

Um balanço da Sociologia Digital no Brasil se confunde com a pesquisa sobre sua formação em nosso país já que, como comentado anteriormente, trata-se de área recente e em processo de consolidação. Também decorre disso que tal balanço só pode ser provisório, pois retraçar as origens de uma área em formação e consolidação envolve buscar vínculos plausíveis entre seus objetos de investigação atuais e os anteriores, deixando em aberto a hipótese de que não apenas continuidades, mas também rupturas entre as pesquisas atuais com as anteriores tenham contribuído para reconfigurar os antigos estudos sobre Internet, mídias digitais, sociedade da informação e capitalismo informacional no que hoje chamamos de Sociologia Digital.

Antes de avaliar as rupturas e reconfigurações no próximo item, neste faremos um breve balanço dos estudos prévios. Reconhecendo a importância de pesquisas já realizadas de caráter quantitativo e sistemático a respeito das publicações sobre internet e mídias digitais no Brasil (Cf. BRAGATO; NICOLÁS; SAMPAIO, 2012; AMARAL; MONTARDO, 2011) e reflexões mais voltadas às transformações na abordagem da sociabilidade possibilitada pelas tecnologias de informação (Cf. CARNEIRO; DWYER, 2012), realizamos um levantamento preliminar e qualitativo das publicações das temáticas que compõem algumas das questões centrais da Sociologia Digital a partir de três frentes:

1. um levantamento da produção sociológica brasileira desde 2003 feito a partir de bases como Scielo, do portal de periódicos CAPES, além de consulta a algumas das principais revistas de Sociologia e das Ciências Sociais. O início da pesquisa em 2003 se justifica pela abordagem centrada na generalização da conexão mediada em rede, fenômeno que começa a se consolidar por volta desta data no Brasil com a disseminação do acesso por meio de provedores gratuitos, da banda-larga a preço acessível e a chegada das redes sociais. Por não ser o foco central deste artigo e não se encontrar na delimitação temporal estipulada, não incorporarmos a rica e inovadora produção sociológica brasileira sobre capitalismo informacional que data, ao menos, desde "Um salto no escuro" (1989), artigo pioneiro de Tom Dwyer. Pela mesma razão, outras produções que versam sobre a adoção das tecnologias no fazer sociológico ou

sobre "metodologias informacionais", como o dossiê organizado por José Vicente Tavares na revista *Sociologias* (2001), foram incorporadas apenas de forma tópica;

2. a consulta aos anais dos congressos anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) desde 2003, congressos de caráter nacional e representativos das associações das áreas das Ciências Sociais e da Sociologia e;

3. a comparação entre o que vem sendo desenvolvido no Brasil e a consolidação internacional de um novo campo de investigação da chamada Sociologia Digital. O foco nos artigos se deu pela ausência de livros especializados em nosso país enquanto, desde 2013, coletâneas marcam a produção na área no exterior;

A realização da pesquisa se deu a partir da busca por meio de palavras-chave nos sistemas da Scielo e dos Periódicos CAPES, e o levantamento teve como foco as publicações em periódicos de Sociologia, não abordando, portanto, as publicações em outras áreas, como Comunicação Social, Educação, Computação, dentre outras, embora tenha levado em consideração alguns dossiês importantes realizados na área das Ciências Sociais compreendidas de forma mais abrangente, ou seja, englobando a Ciência Política e a Antropologia. Acompanhamos a publicação número a número de algumas revistas da área de Sociologia e outras mais abrangentes dentro das Ciências Sociais, dentre as quais se destacam Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Sociologias, Cadernos CRH, Estudos Avançados, Cadernos Pagu, no intuito de encontrar artigos não apreendidos pela busca inicial.

Também foram consultados os anais dos Simpósios Temáticos (STs) e Grupos de Trabalho (GTs) dos congressos anuais e bienais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), observando a concentração das pesquisas sobre mídias digitais e internet em alguns grupos específicos. A análise se pautou pela observação das mudanças recentes nas abordagens, temáticas e metodologias em relação à própria consolidação do ecossistema

de plataformas online correlato ao desenvolvimento da chamada web 2.0[3], considerando diferenças de abordagem de acordo com o período da publicação, além da sofisticação do debate no decorrer do tempo. Nos encontros da ANPOCS, verificou-se em 2003 a condensação dos temas relativos à Sociologia Digital no GT denominado *Sociedade da informação: redes sociais, fundamentos da sociabilidade e transformações dos processos políticos*, cujos organizadores foram Tom Dwyer (Sociologia/Unicamp), Francisco Coelho dos Santos (Sociologia/UFMG) e Theophilos Rifiotis (Antropologia/UFSC). O mesmo GT deixou de existir após 2005 e, a partir do ano de 2010, as temáticas passaram a ser condensadas no GT *Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura*, organizado por Sérgio Amadeu da Silveira (Sociologia/UFABC) e Sergio Soares Braga (Ciência Política/UFPR) e, posteriormente, por Rafael Cardoso Sampaio (Ciência Política/UFPR), direcionando a ênfase das discussões sobre tecnologias digitais para as questões de como elas foram peça-chave de uma reconfiguração da participação política e da democracia na sociedade contemporânea.

Nos congressos organizados pela SBS, é possível verificar a relativa condensação dos temas relativos ao digital no ST *Sociedade da informação e Sociedade do Conhecimento* ocorrido em 2007 e 2009, o qual deixou de ocorrer em 2011, quando se formou o *GT Sociologia do Conhecimento e Metodologias Qualitativas*, menos voltado ao estudo das mídias digitais e internet. Anteriormente, em 2005, ocorreu o GT *Sociedade da informação* e, em 2003, o GT se chamava *Sociedade da Informação e Metodologias Informacionais*[4], ambos aglutinando pesquisas voltadas às temáticas da cibercultura, das mídias digitais, das novas metodologias de pesquisa que fazem uso das tecnologias digitais, dentre outras questões.

Em ambos os congressos, apresentações em torno da temática também se fizeram presentes nos demais GTs ou STs na medida em que os objetos

3 Web 2.0 pode ser compreendida como a emergência de um conjunto pequeno e articulado de plataformas de interface simples, voltado à intensificação da sociabilidade e concentrando os usos da Internet. Ela abriu caminho para pesquisas, mesmo que focadas em aspectos diversos, sobre a mudança nas formas de uso da internet de um modo instrumental para outro relacional, no qual os seus usuários seriam mais interativos, participativos e colaborativos (SANTOS; CYPRIANO, 2014). Para uma visão crítica a essa definição de Web 2.0, consulte Van Dijck (2016).

4 No mesmo congresso, uma mesa redonda intitulada "Metodologias Informacionais e o futuro das Ciências Sociais" foi realizada com a participação de Nelson do Valle Silva (IUPERJ), João Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), Claudio Beato (UFMG) e Tom Dwyer (UNICAMP).

de pesquisa aproximados de outras temáticas se encontravam em interface com o uso da internet. Os títulos dos Grupos de Trabalho gravitavam em torno da problemática da chamada *Sociedade da Informação* ou *Sociedade do Conhecimento*, abordando a internet e/ou mídias digitais como parte das transformações contemporâneas do capitalismo e seus vínculos com o advento das tecnologias de informação e comunicação, tratando-se, portanto, de uma reflexão teórica de ênfase predominantemente econômica.

Assim, é possível afirmar que no contexto brasileiro se deu processo similar ao observado por Deborah Lupton na esfera acadêmica anglo-saxã, ou seja, nos estudos culturais (o que no caso brasileiro equivale, aproximadamente, à produção na área de comunicação e, em parte, na antropologia), predominou por cerca de uma década o interesse em cibercultura, enquanto, na sociologia, predominaram objetos mais próximos da "sociedade da informação" ou de uma "sociologia das tecnologias da informação". Segundo a socióloga australiana: "o foco 'ciber' dos estudos culturais enfatiza as dimensões futurísticas, de ficção científica das tecnologias computadorizadas enquanto termos referindo-se a 'tecnologias da informação' dirigem a atenção ao uso real, factual e utilitário de tais equipamentos para acessar informação" (LUPTON, 2015, p. 13).

A problemática dos grupos de trabalho e simpósios temáticos da ANPOCS e da SBS estava sintonizada com uma obra cuja referência era fundamental em vários dos trabalhos apresentados, a do espanhol Manuel Castells que, em sua trilogia *A Sociedade em Rede,* aborda a formação do que chama de capitalismo informacional. A despeito disso, os mesmos GTs abriram espaço para pesquisas com perspectivas teóricas distintas e com objetos variados. Teoricamente, entre meados da década de 1990 e início da década seguinte, além das obras de Castells, também foram referência do campo em construção as contribuições do filósofo canadense Pierre Lévy (1999) e da teoria ator-rede desenvolvida por Bruno Latour (2005) e Michel Callon (1987).

A partir do levantamento dos artigos de periódicos e dos *papers* dos congressos, é possível elencar alguns eixos de pesquisa predominantes: (1) *movimentos sociais, formas de ação coletiva e "ciberativismo"*, eixo em que se destacava a reflexão sobre o surgimento de novas dinâmicas de ação coletiva possibilitadas pela incorporação da Internet pelos antigos e novos movimentos sociais; (2) *mídias digitais, afetividades, gênero e sexualidade*, eixo que explorou as transformações no que diz respeito aos agenciamentos e formas

de controle que marcam as novas configurações subjetivas que incidem sobre as relações afetivas e sexuais, bem como no que diz respeito aos processos dinâmicos e complexos de identificação no que tange a gênero e sexualidade; (3) *cibercultura e ciberespaço*, área que focou principalmente em usos segmentados e/ou grupais das novas tecnologias e plataformas configurando subculturas como a dos adeptos do *Second Life*[5], os aficionados por jogos online etc., frequentemente em uma perspectiva antropológica; (4) *práticas e instituições sociais,* focado na abordagem das transformações no âmbito do trabalho, das organizações e das práticas educativas; (5) *desigualdades e inclusão digital,* focalizando as formas de acesso e do uso da internet de acordo com a estratificação social e as possibilidades de democratização do acesso; e (6) *reflexões metodológicas*, eixo que priorizou as mudanças e desafios do fazer pesquisa em Sociologia com e em um mundo mediado pelas tecnologias digitais.

Antes de entrar propriamente nos dados trazidos por nosso levantamento, cumpre salientar que outras análises já apontaram mudanças de tendências na análise da Internet e das mídias digitais. Bragato, Nicolas e Sampaio (2012), respaldados em Coleman (2009), argumentam que, se inicialmente as pesquisas eram voltadas às temáticas da internet e política e se davam em termos vagos, mais abrangentes sobre ciberespaço, sobre as mudanças potenciais ou efetivas da sociedade com o advento das mídias digitais e da cibercultura, progressivamente elas deram lugar a estudos empíricos voltados a objetos mais específicos, articulados à compreensão de que a internet agrupa uma série de práticas, plataformas, usos e relações sociais específicos. De forma geral, essa é também a tendência expressa nos artigos e *papers* que encontramos, dentro do período por nós estudado, já voltados a estudos cada vez mais específicos de plataformas, aplicativos, games assim como voltados a usos situados da rede por diversos grupos sociais, autoridades políticas e instituições.

Em parte, tal foco voltado a objetos específicos relacionados ao digital se desenvolveu como uma contrapartida da exigência do campo de pesquisa que, mesmo que não intencionalmente, passava a tangenciar as mídias digitais. É perceptível que tal desdobramento ocorreu na área de Antropolo-

5 O *Second Life* é um ambiente virtual tridimensional, criado em 1999, que simula uma vida paralela para seus usuários por meio da construção de avatares personalizados. Para uma análise teórico-metodológica dos usos do *Second Life*, consulte Gomes e Leitão (2013).

gia, suscitando reflexões metodológicas. Observa-se, desde meados dos anos 2000, um esforço de legitimar as ferramentas de pesquisa voltadas às realidades digitais. Dada a centralidade que a etnografia possui na Antropologia e como os usos das plataformas de comunicação mediada em rede começaram a aparecer no desenvolvimento de pesquisas as mais diversas, antropólogos/as se depararam com a necessidade de reflexão metodológica, a começar pela de legitimar uma abordagem etnográfica em uma realidade digital/virtual. Uma série de reflexões sobre o tema foi publicada em importante dossiê da revista Horizontes Antropológicos (v. 10, n. 21, 2004), organizado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, o qual trouxe de forma pioneira o debate sobre a internet como campo de investigação antropológica[6]. Partindo de pesquisas voltadas ao chamado ciberespaço e suas formas de interação específica, já que os objetos/sujeitos de pesquisa transpassavam o online e o off-line, passa-se cada vez mais a questionar a divisão entre essas duas esferas, abordando as interações e interfaces entre elas.

Na Sociologia, movimento similar ocorreu em termos internacionais. Ana Maria Carneiro e Tom Dwyer (2012) definem três gerações de estudo da sociabilidade on-line, marcadas por: em um primeiro momento, quando o uso da rede era restrito e feito basicamente por especialistas entre os anos 1970 e início dos 1990, predominaram estudos sobre os impactos tecnológicos na vida social que tenderam a diagnósticos distópicos; em um segundo momento, a partir da disseminação comercial da Internet em meados da década de 1990, novas pesquisas buscaram analisar a sociabilidade online de forma contextualizada e centrada nos usos das tecnologias e plataformas on-line; e, em um terceiro momento, centrando-se no fenômeno das redes sociais e da ubiquidade da internet, questionando certas dicotomias que fizeram parte do repertório analítico anterior, como, por exemplo, na distinção entre real e virtual, reconhecendo que vivemos em um contínuo *online-off-line*.

Na década de 2010, ganha força a percepção de que as relações face a face deixam de ser o centro incontestável da vida contemporânea, o que obrigaria a sociologia, cujas metodologias, teorias e conceitos criados a partir de uma realidade sem (ou com pouca) mediação tecnocomunicacional, a encarar o desafio de investigar objetos que envolvem relações sociais media-

6 Agradecemos a Larissa Pelúcio pelas informações passadas sobre a questão da inserção das temáticas das mídias digitais no debate antropológico.

das digitalmente. Criam-se as condições para que os estudos sobre Internet, mídias digitais, sociedade da informação e afins se reconfigurem como uma área emergente dentro da disciplina, voltada a sanar as deficiências teóricas, metodológicas e conceituais anteriores assim como tornar a sociologia mais afeita à investigação das relações sociais mediadas no presente. Em suma, começa a emergir a Sociologia Digital.

Histórico das deficiências teórico-metodológicas e avanços recentes

Hoje, temos condições de reconhecer como deficiência teórica dos estudos sobre as relações sociais mediadas digitalmente – e que teve consequências metodológicas e de pesquisa – a separação conceitual entre online e off-line que, nas décadas de 1990 e 2000, era expressa na oposição real--virtual. Tal equívoco derivou da compreensão de que a Internet constituiria um espaço relacional distinto do qual vivíamos nosso cotidiano. O chamado "ciberespaço" teria regras próprias e as relações vividas nele seriam moldadas por suas características. Segundo Nancy Baym, "a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada" (2010, p. 152).

O mito do ciberespaço gerou expectativas de descorporificação e desterritorialização que marcaram as primeiras pesquisas e análises sobre a rede na década de 1990. Muitas pesquisas do período referido discutiam a criação de um outro self online (TURKLE, 1995), do desenvolvimento de relações amorosas não pautadas na aparência física dos envolvidos, da superação dos limites da localização no estabelecimento de laços e sua manutenção. Não tardou para que fosse revelado o aspecto equivocado ou limitado dessa interpretação que tende a sobre-enfatizar as tecnologias em relação aos enquadramentos socioculturais dos relacionamentos que também influenciam decisivamente nos usos das tecnologias digitais.

O desenvolvimento de uma sociabilidade digital se deu, acentuando a convergência de tecnologias e intensificando as interpenetrações entre online e off-line, pelo entrelaçamento de suportes materiais diversos, como os *scanners* na década de 1990 e, no novo milênio, o acoplamento de câmeras

digitais nos equipamentos de conexão, consolidando o caráter imagético das relações em rede assim como a centralidade do corpo – especialmente em versões modelares inspiradas na mídia de massa – nas relações, o que, aos poucos, impactou os estudos sobre amor, sexualidade e afetos criados online (BELELI, 2015; PELÚCIO, 2015; MOWLABOCUS, 2010; SCHAEFFER, 2013).

A questão da territorialidade e de seus vínculos com as tecnologias digitais ainda está em processo de amadurecimento. Ainda que a rede efetivamente aproxime as pessoas criando experiências de relações a distância mais contínuas e intensas, ela não se desprende completamente do territorial. Nossa própria vivência do espaço tem sido alterada por meio do uso cotidiano de aplicativos que associam mapas ao GPS. Na visão de pesquisadores como Scott McQuire (2015), a convergência entre vida urbana e tecnologias mediadas em rede tem criado cidades-mídia. Os sociólogos Roger Burrows e David Beer (2013), na mesma linha, afirmam que não é mais possível separar um espaço de lugares de um espaço de fluxos, de forma que é necessário repensar a prática sociológica no contexto em que a informação e os sistemas urbanos se mesclam[7]. Miriam Adelman et al (2015), voltados à reflexão sobre as formas de identificação dos jovens "campeiros" do sul do Brasil, apresentam reflexões sobre como o advento das mídias digitais teceu uma malha discursiva mais ampla reconfigurando as identidades entre o rural e o urbano, tornando problemática a distinção estanque entre essas duas categorias, bem como entre tradição e modernidade.

Em relação ao engajamento político, até recentemente predominaram expectativas sobre o possível aprofundamento da democratização das relações sociais e da sociedade com suas instituições. Assim, predominaram estudos sobre o papel da internet nas organizações de antigos e novos movimentos sociais, de maneira que as novas mídias foram analisadas em seu potencial de alinhamento de estratégias e formação de coalizões e alianças de alcance global (MACHADO, 2007), nas possibilidades de luta contra-hegemônica pelo uso extensivo e intensivo das referidas mídias (GAJANIGO; SOUZA,

7 As zonas urbanas passam a ser marcadas como vivas (mais conectadas) ou mortas (com menor ou até mesmo sem conexão) definindo espaços interativos e moldando relações regidas por códigos que desconhecemos. Na esfera dos estudos sobre as buscas amorosas, por exemplo, é patente como o território molda as interações e define as possibilidades de maneira que o uso de aplicativos de paquera não desterritorializam a busca, antes incentivam a circulação pelas áreas com maior prestígio no perímetro urbano e concentração dos parceiros socialmente mais valorizados (cf. MISKOLCI, 2017).

2014), nas novas formas de ação coletiva com o advento das tecnologias, práticas e contextos trazidos pela internet (CASTAÑEDA, 2014) etc. Em um âmbito internacional, Castells (2013) analisou uma série de mobilizações de massa que se deram a partir de 2010 em vários contextos nacionais, marcados pelo uso intensivo da internet e das redes sociais.

Pesquisas que poderiam ser consideradas otimistas ou utópicas sobre os potenciais da Internet para a organização política e a ação coletiva passariam a ser problematizadas a partir de fenômenos da década de 2010, como as Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, as eleições de 2014, as manifestações pró e contra o Impeachment de Dilma Rousseff, o BREXIT no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Tais evidências empíricas demandam a revisão das expectativas do uso estratégico das novas tecnologias pelos movimentos sociais de maneira a fortalecer demandas políticas voltadas à democratização das relações sociais e ao combate a diferentes formas de desigualdade, já que nos deparamos atualmente com fenômenos opostos aos esperados, como a organização política de setores conservadores e defensores de interesses corporativos.

Recentemente, vimos a emergência de críticas que problematizam como a internet não pode ser pensada como algo instrumental nas mobilizações sociais e como a horizontalidade das redes não apaga as relações de poder (ALCÂNTARA, 2016). Na visão de alguns sociólogos como Debra Ferreday (2013), as tecnologias digitais podem ser vistas como criando sujeitos neoliberais mesmo porque se baseiam no acesso individual que prioriza os interesses pessoais em relação aos coletivos ou comunitários. Tal fato é reconhecível na forma como lutas políticas de reconhecimento das diferenças de gênero, sexualidade e raça têm transformado a asserção feminista de que o pessoal é político em uma versão utilitária e individualista que faz do político algo pessoal, uma forma de empreendedorismo de si cada vez mais disseminada nas redes sociais. Nelas, questões políticas também tendem a ser reduzidas a discussões morais.

Ao invés da construção de consensos, as redes sociais têm criado conflitos reconhecidos analiticamente como "bolhas de opinião" que se formam/expressam nas plataformas online por meio da automatização das formas de comunicação direcionadas por algoritmos, o que reforça a troca entre pessoas e grupos com opiniões semelhantes e desencoraja a divergência de opinião. Além disso, as interações sociais em rede também têm se revelado

um meio para a disseminação de discursos de ódio (BELELI, 2016) e formas diversas de perseguição, assédio e linchamento online.

Análises sociológicas apontam que os sujeitos digitais contemporâneos passam a ter sua agência moldada por um inconsciente tecnológico (THRIFT, 2004; BURROWS; BEER, 2013), formado não apenas por algoritmos, códigos e padrões cibernéticos, mas especialmente por transformações culturais catalisadas por eles. Hoje sabemos que redes online também são desiguais e moldadas por nódulos que detêm mais poder e articulam mais pessoas. Buscando desenvolver um arsenal teórico para dar conta das relações de poder nas sociedades informacionais, Sérgio Amadeu da Silveira sugere uma perspectiva profícua de incorporação das reflexões de Castells, Foucault e Deleuze para a abordagem das sociedades em rede caracterizadas por uma "crescente interatividade entre os indivíduos [que] se dá a partir de intermediários tecnológicos baseados em arquiteturas de controle" (2014, p. 18 – colchetes nossos).

No que envolve as pesquisas sobre desigualdade de acesso à Internet e que alguns chamam de exclusão digital, uma de suas consequências – esperadas ou não – foi a de reforçar resistências contra a importância dos estudos sobre as relações mediadas, já que elas não teriam se tornado ubíquas, especialmente em um país altamente desigual como o Brasil. Atualmente, as reflexões sobre limites ao acesso não permitem mais imaginar que as relações sociais mediadas por tecnologias informacionais têm impacto restrito e/ou circunscrito a certos estratos sociais privilegiados, já que mesmo os sem acesso têm suas vidas transpassadas por essas tecnologias, quer de forma indireta, por se relacionarem com aqueles que estão online, quer de forma direta, por estarem nos bancos de dados estatais e comerciais. Ainda há que se considerar que as tecnologias de informação, em especial os telefones inteligentes, são crescentemente objetos de consumo das classes populares, desafiando novas pesquisas sobre os usos das mídias relacionados à estratificação social.

Tal vertente de investigação passa por uma reconfiguração em um contexto de expansão do número de pessoas conectadas tendo que abordar desde as habilidades digitais dos usuários, suas formas de apropriação e uso até outras formas de desigualdade que vão muito além do binário conectado ou excluído digital, relacionando não apenas os critérios de classe, mas também os de geração, gênero, dentre outros. Jan A. G. M. van Dijk (2013) sublinha a

necessidade de investigar o individualismo de uma sociedade moldada predominante ou hegemonicamente por redes online, o que apresenta o desafio de reconhecer e analisar as novas características de seleção e competição definidas por competências e habilidades desiguais assim como reforçadas por posições diferenciais em redes sociais diversas que definem o acesso desigual aos recursos culturais e materiais em nossos dias.

Uma importante deficiência encontrada nos estudos feitos até hoje sobre os usos das mídias digitais envolve a insuficiente teorização sobre a continuidade e convergência midiáticas nas relações em rede. O tema da convergência remete às reflexões de Henry Jenkins sobre a chamada "cultura da convergência", "onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis" (JENKINS, 2009, p. 27). O autor aborda a convergência dos meios de comunicação a partir de um foco que valoriza o(s) usuário(s), a partir das noções de cultura participativa e inteligência coletiva.

Castells (2013) lida com a mesma temática por meio da reflexão de como as mídias convencionais em vez de desaparecerem passam a tomar outras configurações com as tecnologias digitais. Ainda que o autor também reforce as mudanças nas relações entre produtor e receptor, ele apresenta um quadro mais complexo das novas formas de reconfiguração das mídias, reiterando tendências à oligopolização, segmentação e diversificação, formação de grupos empresariais multimídia e convergência crescente entre empresas de comunicação, de computadores e de internet.

Corroborando com as leituras dos autores supracitados, as plataformas de socialização online não substituíram as antigas mídias (jornais, revistas, canais de tevê, cinema etc.), antes aprofundaram a exposição aos usuários dos seus conteúdos, os quais são os mais consumidos e compartilhados nas redes sociais. Assim, ao invés das novas mídias destruírem as antigas, aquelas tendem a incorporar estas e, algumas vezes, até reforçar seu poder de influência cultural e política.

Chegamos à importância dada aos megadados como fonte de pesquisa assim como ao pouco reconhecimento dos "dados pequenos" (*small-data*) como fonte empírica inestimável para a pesquisa social em nossos dias. A temática dos megadados envolve o fato de que os cliques mais prosaicos de nossas navegações passam a ser passíveis de apreensão por organizações

empresariais e governamentais. Nossas transações, compras, ligações e uso do GPS nos fazem sujeitos que deixam rastros digitais, permitindo que nossas ações sejam registradas servindo de base para a criação de megadados que servirão a objetivos diversos e difusos, sejam eles comerciais, governamentais ou até mesmo fonte para o aprimoramento – leia-se sucesso comercial - das próprias plataformas online.

Preocupações sociológicas voltaram-se mais às consequências da extração comercial e estatal de megadados e à possibilidade de também fazer uso deles, por meio do uso de softwares de análises de dados, para o fazer sociológico. Foi nesse contexto que o termo Sociologia Digital apareceu pela primeira vez no Brasil no artigo de James Witte (2012) sobre questões metodológicas, publicado no periódico *Sociologias* (UFRGS). Para o autor, a Sociologia Digital surgiu como consequência das profundas mudanças sociais trazidas pela Revolução Tecnológica, impactando no fazer ciência, ao assumir que o mundo após a revolução da informática criou novas ferramentas analíticas para garimpar, extrair e codificar estes dados.

Embora o termo Sociologia Digital tenha sido empregado pela primeira vez em produções nacionais apenas recentemente, a discussão a respeito das "metodologias informacionais ou computacionais" não é nova, tendo sido conduzida de forma crítica por pesquisadores como José Vicente Tavares dos Santos (2001) e Tom Dwyer (2001; 2004). Tais reflexões se estendem ao presente. Leonardo Nascimento (2016) reflete sobre como o advento das TIC impactam no próprio ofício da Sociologia. De maneira abrangente, o autor aborda os desafios colocados desde a produção massiva de dados, cujos efeitos socioculturais incidem cotidianamente sobre a vida social, gerando novas questões sociológicas, até as novas possibilidades de acessar, analisar e cruzar variáveis com velocidade em computadores pessoais e softwares acessíveis, em especial com o advento e difusão de softwares de análise qualitativa, configurando novas exigências à pesquisa sociológica.

Os megadados trouxeram discussões sobre as novas formas de controle social e exploração midiático-comercial das relações sociais no presente assim como originaram reflexões metodológicas para lidar com essa nova realidade. Por sua vez, tal perspectiva deixou de explorar outras novidades, como o fato de que nas relações mediadas digitalmente tudo passa a ser documentado criando um arquivo crescente e rico para a pesquisa social qualitativa (o que alguns tratam como *small-data*). Frequentemente os ar-

quivos gerados pelas interações mediadas abrem aos investigadores um domínio inexplorado até recentemente, já que as plataformas de socialização permitiram a circulação de formas de comunicação cujo conteúdo antes era relegado à privacidade[8].

A histórica incorporação das ferramentas computacionais para a pesquisa social ganhou novo impulso com as possibilidades abertas pelas novas tecnologias como: a de recompor digitalmente arquivos históricos tornados ilegíveis pelo tempo; a de reconstituir geolocalizadamente a história dos grandes centros urbanos; e a possibilidade, talvez mais questionável, de interrogar o social a partir dos dados disponíveis nas redes sociais e plataformas afins. A garimpagem de dados desenvolvida com fins de pesquisa de opinião pública, por exemplo, conflita com a perspectiva sociológica que, a partir dos dados, busca reconstituir processos sociais dos quais eles fazem parte ou são apenas uma de suas formas de expressão.

Análises sociológicas não se tornarão melhores apenas por incorporarem mais dados em termos numéricos, assim como não se tornarão necessariamente mais precisas pelo uso de ferramentas tecnológicas. Há uma efetiva explosão na oferta de dados, os quais – pelo seu caráter digital – favorecem sua quantificação e tratamento por meio de softwares, mas tal criação de dados e arquivos exige análise como resultado de transformações sociais recentes. Em outros termos, nas reflexões metodológicas originadas no contexto digital, há ainda uma tendência a priorizar os dados confundindo-os com a sociedade que os produz (ATHIQUE, 2013, p. 262). A emergência de uma variedade cada vez maior de programas de análises de dados quantitativos deve ser acompanhada de crítica, de forma a evitar a um fetichismo tecnológico/computacional que vê no desenvolvimento tecnológico uma superação absoluta dos métodos e técnicas de análise prévios, bem como desconsidera a importância da pesquisa qualitativa baseada na capacidade sinóptica do analista.

Trata-se de uma preocupação já ressalvada por pesquisadores que trouxeram na década passada ao debate nacional as possibilidades e as reconfigu-

8 Entre os exemplos de dados inéditos aos quais tivemos acesso desde o advento da internet, estão os que envolvem as relações íntimas daqueles e daquelas que buscam parceiros amorosos e sexuais por meio de bate-papos, sites de anúncios e aplicativos de paquera assim como os bilhetes de suicidas deixados online. Além das vinganças sexuais com exposição de fotos íntimas, atingindo, sobretudo, mulheres jovens, mas também celebridades.

rações do fazer sociológico com o advento das tecnologias digitais. Considerando a possibilidade e extensão do uso combinado e aplicado de diversos métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa com os recursos digitais e computacionais, assim podendo reforçar o exercício de vigilância epistemológica, José Vicente Tavares dos Santos propõe uma sociologia informacional na qual "a utilização de uma série de metodologias informacionais, quantitativas ou qualitativas, exige, como condição do rigor, que se proceda à crítica reflexiva das técnicas e dos procedimentos, orientados pelos princípios da *incerteza multiramificada* e da *interrogação permanente* (Morin, 1991, p. 243)" (TAVARES DOS SANTOS, 2001, p. 139).

Por fim, mas não por menos, para além da ênfase nos aspectos de uma economia política da comunicação e de forma mais complexa e matizada do que uma leitura instrumental da tecnologia que pressuporia a preponderância dos desejos, escolhas e estratégias dos consumidores nas formas de recepção midiática, coloca-se o desafio de se pensar nas dimensões subjetivas presentes na sociabilidade mediada. A passagem da tela grande do cinema para a pequena da televisão até às menores dos smartphones marcou não apenas a passagem do entretenimento público para o doméstico até o individual, mas sobretudo a crescente exposição à mídia, da eventual visita ao cinema, passando pela audiência diária à TV até chegarmos às atualizações constantes nos celulares conectados em rede.

Talvez o grande atrativo das relações mediadas, especialmente as desenvolvidas nos serviços de rede social como Facebook, Instagram, dentre outros, esteja em sua funcionalidade de conversão dos antigos espectadores das mídias de massa em uma espécie de protagonistas em rede. Ao passar a viver para uma audiência particular nas plataformas de socialização, os usuários aprendem a se apresentar, adotar estratégias de marketing pessoal assim como a competir entre si por reconhecimento, popularidade e protagonismo criando um self midiático que extrapola o online para o off-line, modificando os sujeitos em termos subjetivos, corporais e até morais.

Nenhuma prática cultural sintetiza melhor isso do que a *selfie,* o ato de fotografar a si próprio para exposição a um público, o que só foi possível após a incorporação das câmeras digitais nos celulares, os mesmos equipamentos usados para postar em redes sociais. As redes sociais e demais plataformas de socialização, portanto, não são uma ferramenta neutra tampouco mera facilitadora de contatos, já que passam a modificar as relações sociais

de seus usuários. Vivemos no presente a expansão, e, em alguns casos, o aprofundamento, do fenômeno social teorizado, na década de 1950, pelo sociólogo David Riesman (1967) como a passagem de um self interiorizado para outro criado para a aprovação dos outros[9] .

Na perspectiva de investigadoras como Sherry Turkle (2011), as relações mediadas estariam criando subjetividades com dificuldades relacionais devido ao predomínio de relações editadas, sem espontaneidade e com menor exposição emocional dos envolvidos. Sob outro ângulo, Van Dijck (2016, p. 40) relaciona a emergência de uma nova infraestrutura tecnológica, centrada nas novas plataformas online, com o advento de formas sofisticadas de normalização que operam a modificação de hábitos do usuário.

Em termos sociológicos, a hegemonia das relações mediadas impõe o desafio de refletir sobre suas características que incidem diretamente sobre os laços sociais, sua formação, expansão, manutenção ou rompimento. A relação indivíduo-sociedade tem sido transformada por meio de sua organização mediada em rede, sobretudo pela criação de novos eixos de identificação e afinidade que – até o presente momento – parecem passar dos macrorreferentes, como a nação, para os microrreferentes, como os envolvendo experiências pessoais referentes ao gênero, a sexualidade e a raça, por exemplo[10]. O caráter densamente emocional das tecnologias comunicacionais em rede pode ser um dos responsáveis por tendências individualistas que se revelam também anti-institucionais (PATTON, 2015) ou, ao menos, um de seus principais catalizadores nos anos mais recentes.

9 No Brasil, Paula Sibilia (2008) publicou estudo sobre o tema intitulado *O show do eu: a intimidade como espetáculo.*

10 Benedict Anderson (1991) argumenta que os romances e a mídia impressa foram fundamentais em uma das formas de identificação predominantes na modernidade: a identidade nacional, permitindo a sensação de simultaneidade em relação aos demais membros da nação, algo que se expandiu de fato a partir do advento dos meios de comunicação de massa, em especial o rádio. Enquanto a identidade nacional se caracterizava pela homogeneidade e sendo uma identidade atribuída, as formas de identificação contemporâneas se baseiam no que Castells, dentre outros autores, chama de individualismo em rede, caracterizado não pelo suposto isolamento, mas pela disposição seletiva a certas redes de comunicação, em busca de construção de um mundo cultural baseado em preferências e projetos, estes, mais instáveis e mutantes, moldados em interesses e valores pessoais (CASTELLS, 2015, p. 174).

Sociologia Digital: inserção internacional e uma possível agenda de pesquisa

A ascensão da Sociologia Digital como área de análise crítica sobre o uso das tecnologias de comunicação em rede coincide com o reconhecimento de muitas das debilidades teóricas, conceituais e metodológicas que marcaram os estudos prévios, os quais foram, em sua grande maioria, desenvolvidos em outras áreas da disciplina e não reconheciam ainda o processo em andamento que tornaria as relações mediadas centrais no presente, no qual a conectividade perpétua (CASTELLS, 2011) já é uma realidade.

O desenvolvimento de tais pesquisas que envolvem o aprofundamento das investigações sobre as relações sociais mediadas digitalmente faz com que emirjam análises mais críticas e realistas sobre as potencialidades das mídias digitais, que levem em consideração, entre outros fatores, seu crescente domínio corporativo, a existência de formas de vigilância estatal, de controle algorítmico da sociabilidade mediada por plataformas e as transformações nas relações sociais advindas de sua mediação "perpétua" em rede e envolvendo maior exposição a conteúdos midiáticos e comerciais.

O determinismo tecnológico que, em suas versões utópicas ou distópicas, marcou boa parte das abordagens de pesquisa até a primeira década do segundo milênio começa a arrefecer graças à experiência histórica acumulada. Segundo Raymond Williams, em seu estudo clássico sobre a televisão, "o determinismo tecnológico é uma noção insustentável, porque substitui as intenções econômicas, sociais e políticas pela autonomia aleatória da invenção ou por uma essência humana abstrata" (2016, p. 139). Esta é ressalva pouco lembrada, mas coerente com o atual estado de desenvolvimento da área que reconhece a necessidade da superação de perspectivas deterministas ou amparadas em uma percepção instrumental das tecnologias digitais em direção à percepção de que analisar uma sociedade digital é compreender seus aspectos sociotécnicos profícuos em suas dimensões culturais e envoltas em relações de poder.

Em outros termos, torna-se mais clara a necessidade de recuperar a perspectiva da moldagem social da tecnologia, a qual reconhece sua historicidade e o caráter criativo e aberto de seus usos, usos que variam socialmente e só podem ser aferidos por meio da investigação e análise de como eles se inserem nas práticas cotidianas. Nesse sentido, há visões confluentes que

apontam para uma possível agenda de pesquisa para a Sociologia Digital. No recente *Digital Sociologies* (2017), Saskia Sassen considera que é necessário refletir sobre as lógicas sociais dirigindo os usuários e as diferenças culturais do uso que dão sentido às relações mediadas digitalmente, assim como os editores do citado volume – Daniels, Gregory e Cottom – afirmam que "análises que centram apenas na capacidade técnica de comunicar ou conectar de novas maneiras deixam de fora precisamente o que as ciências sociais podem adicionar para a análise" (2017, s. p.).

Deborah Lupton (2015), por sua vez, reconhece a emergência de um subcampo digital em nossa disciplina com, ao menos, quatro frentes: (1) a consideração da prática profissional digital, ou seja, do uso de ferramentas digitais para a prática sociológica; (2) a análise dos usos da tecnologia digital nas relações sociais; (3) a emergência de dados digitais para a análise qualitativa e quantitativa; e (4) a necessidade de uma sociologia crítica digital que dê conta de uma análise reflexiva das tecnologias digitais informadas pela teoria social e cultural.

Em comum, tais fatos apontam para a problematização da chamada Web 2.0, a internet mais social, colaborativa ou baseada na suposta criação de conteúdo pelos próprios usuários. Na perspectiva de Jose Van Dijck (2016, p.93), na década de 2010 deixamos a era das conexões centradas nos interesses dos usuários compreendidos como sujeitos digitais conscientes de seus interesses e objetivos na rede e entramos na era da conectividade, na qual as relações mediadas tendem a servir aos interesses dos proprietários das plataformas de socialização.

Associar as discussões tecnológicas e de comunicação em rede ao aumento exponencial da exposição aos conteúdos da mídia de massa apresenta-se como um desafio para uma agenda de pesquisa. As relações sociais foram profundamente transformadas pelas mídias em rede impondo o desafio de reconhecer as consequências da intensificação da exposição às mídias de massa por meio das em rede, consequências íntimas e públicas que se estendem de um espectro que vai das relações amorosas, familiares até as econômicas e políticas.

Até o momento, as vertentes investigativas que atualmente podem ser compreendidas como unificáveis sob o termo Sociologia Digital trouxeram contribuições metodológicas pontuais viabilizando a incorporação das tecnologias comunicacionais em rede em diversas vertentes investigativas. Seu impacto po-

lítico e econômico tem sido explorado na última década, mas o desenvolvimento de reflexões teóricas e de um novo vocabulário conceitual encontra-se em andamento. O GT Sociologia Digital do Congresso da SBS em 2017 se inseriu nesse movimento internacional que tem originado cada vez mais pesquisas e publicações, em especial nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália.

A Sociologia Digital brasileira se desenvolve em paralelo e em diálogo com a produção internacional mais recente. No entanto, seguindo uma conhecida geopolítica do conhecimento (MISKOLCI et al, 2016), não há reconhecimento da produção brasileira em pé de igualdade pela produção anglo-saxã. O desenvolvimento e internacionalização da área poderiam contribuir não apenas no sentido de alargar as reflexões promovidas pelos pesquisadores do Norte Global, mas, considerando que a produção internacional é predominantemente marcada pelas reflexões sobre suas sociedades de origem, a Sociologia Digital brasileira pode contribuir para matizar tal disparidade.

Estudos sociológicos brasileiros recentes que lidam com a análise comparativa de usos das mídias digitais em distintos contextos nacionais (DWYER, 2015; MISKOLCI, 2017) podem servir de subsídios para o desenvolvimento de uma reflexão necessária sobre como as tecnologias digitais são pensadas e construídas a partir da experiência de determinados países, mas como são difundidas e consumidas em outros contextos que revelam usos distintos, abrindo espaço para as reflexões das relações de poder em âmbito internacional na criação das tecnologias, em sua difusão internacional, elevando em conta as tensões entre as tecnologias e os enquadramentos culturais que delineiam seus usos[11].

Uma agenda de pesquisa de Sociologia Digital contribuiria para a consolidação da área em nosso país em sintonia com o cenário disciplinar internacional. Tal agenda envolve, principalmente, o reconhecimento de que a criação e disseminação das tecnologias comunicacionais em rede constituíram um eixo de investigação central para a maioria das áreas da disciplina com características que exigem repensar não apenas metodologias, mas também teorias e conceitos.

11 Tom Dwyer (2015) desenvolveu pesquisa comparativa sobre usos da Internet no eixo Sul-Sul, por meio de survey sobre os valores, estilos de vida e horizontes de estudantes de graduação brasileiros e chineses. Outro exemplo de pesquisa comparativa internacional, desta vez a partir de dois campos etnográficos, pode ser encontradO na produção de Miskolci (2017), abordando o uso de aplicativos para busca de parceiros online em São Paulo e em San Francisco, nos Estados Unidos.

Referências

ADELMAN, Miriam et alli. (2015), Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o(s) Outro(s) nas redes sociais. *Cadernos Pagu*,n. 44, pp. 141-170.

ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. (2016), Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*,v. 15,n. 34, pp.315-338.

AMARAL, Adriana; MONTARDO, Sandra. (2011), Pesquisa em Cibercultura: análise da produção científica brasileira na Intercom. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, Recife. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, v. 1.pp.1-15

ANDERSON, Benedict. (1991), *Comunidades Imaginadas*. 1. ed. Lisboa: Edições 70.

ATIQUE, Adrian. (2013), *Digital Media and Society*: an introduction. 1. ed. Cambridge: Polity Press.

BAYM, Nancy K. (2010), *Personal connections in the digital age*. 1. ed. Cambridge: Polity Press.

BELELI, Iara. (2015), O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), n. 44, pp. 91-114.

BELELI, Iara. (2016), Novos cenários: entre o "estupro coletivo" e a "farsa do estupro" na sociedade em rede. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 47, online.

BRAGATTO, Rachel Callai; NICOLÁS, Maria Alejandra; SAMPAIO, Rafael Cardoso. (2012), Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. In: *XXXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2012, Caxambu-MG. Anais... Online.

BURROWS, Roger; BEER, David. (2013), Rethinking space: urban informatics and the sociological imagination In: ORTON-JOHSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology*: critical perspectives. London: Palgrave Macmillan. E-book.

CALLON, Michel. (1987), Society in the making: the study of technology as a tool for social analysis. In: NIJKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. *The social construction of technological systems*: new directions in the sociology and history of technology. London: MIT Press. pp.

CARNEIRO, Ana Maria; DWYER, Tom. (2012), A pesquisa da sociabilidade online: três gerações de estudos. *Revista USP*, v. 92, p. 100-113.

CASTAÑEDA, Marcelo. (2014), *Ação coletiva com a internet: reflexões a partir da Avaaz*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

CASTELLS, Manuel. (2011), *A sociedade em rede.* 6. ed. São Paulo: Paz & Terra.

CASTELLS, Manuel. (2015), *O poder da comunicação.* 1. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. (2013), *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan (ed.). (2017), *Digital Sociologies.* Bristol: Policy Press.

DIJK, Jan A. G. M. van. (2013), Inequalities in the network society. In: ORTON-JOHSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives.* London: Palgrave Macmillan. E-book.

DWYER, Tom. (1989), Um Salto No Escuro: Um Ensaio Interpretativo Sobre As Mudanças Técnicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 29, n. 4, pp. 29-44.

DWYER, Tom. (2004), As tecnologias de informação: morte ou vida para as Ciências Humanas. *Sociologias* (UFRGS), v. 6, n. 12, pp. 328-346.

DWYER, Tom. (2001), Inteligência Artificial. Tecnologias Informacionais e seus impactos sobre as Ciências Sociais. *Sociologias* (UFRGS), n. 5, pp. 58-79.

DWYER, Tom. (2015), Lifestyles, Media Use, Horizons and International Student Mobility: A Survey of Chinese and Brazilian University Students. *Sociologies in Dialogue*, v. 1, pp. 32-48.

FERREDAY, Debra. (2013), Afterword: digital relationships and feminist hope In: ORTON-JOHSON, Kate; PRIOR, Nick. *Digital Sociology: critical perspectives.* London: Palgrave Macmillan. E-book.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira. (2014), Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, pp. 577-592.

GOMES, Laura Graziela; LEITÃO, Débora Krischke. (2013), Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life. *Cronos* (Natal / Impresso), v. 12, pp. 23-38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2014), Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf.

JENKINS, Henry. (2009), *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph.

LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the Social* - An Introduction to Actor-Network-Theory. ed. New York: Oxford University Press.

LÉVY, Pierre. (1999), *Cibercultura.* 1. ed. São Paulo: Ed. 34.

LUPTON, Deborah. (2015), *Digital Sociology.* 1. ed. London/New York: Routledge.

MACHADO, Jorge Alberto S. (2007), Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, n. 18, pp. 248-285.

MCQUIRE, Scott. (2015), O direito à cidade em rede: redes digitais e espaço público urbano In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloisa; SABATINE, Thiago. *No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos do presente.* São Paulo: Annablume/FAPESP. pp. 201-224.

MISKOLCI, Richard. (2017), *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online.* 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

MISKOLCI, Richard. (2016), Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 6, pp. 275-297.

MISKOLCI, Richard; CORTÊS, Soraya; SCALON, Celi; SALATA, André. (2016), Sociologies in Dialogue. *Sociologies in Dialogue,* v. 1, n. 2, pp. 1-15.

MOWLABOCUS, Sharif. (2010), *Gaydar culture: gay men, technology and embodiment in the digital age.* ed. Farnham: Ashgate.

NASCIMENTO, Leonardo. (2016), A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. Sociologias (UFRGS), v. 18, pp. 216-241.

ORTON-JOHSON, Kate; PRIOR, Nick. (2013), *Digital Sociology: critical perspectives.*1. ed. London: Palgrave Macmillan.

PATTON, Natalie. (2015), *School shooting: la violence a l'ére de You Tube.* 1. ed. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme.

PELÚCIO, Larissa. (2015), Narrativas infiéis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), n. 44, pp. 31-60.

RIESMAN, David. (1967), *The Lonely Crowd: a study of changing American character.* 1. ed. New Haven/London: Yale University Press.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. (2004), Dossiê Antropologi@Web. *Horizontes Antropológicos,* v. 10, n. 21, pp. 15-319.

SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. (2014), Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 29, pp. 63-78.

SASSEN, Saskia. (2017), Preface. In: DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan (ed.). *Digital Sociologies.* Bristol: Policy Press. E-book.

SCHAEFFER, Felicity Amaya. (2013), *Love and Empire.* 1. ed. New York: New York University Press.

SIBILIA, Paula. (2008), *O show do eu: a intimidade como espetáculo.* 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (2014), Para analisar o poder tecnológico como poder político. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio. (org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*, v. 1. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. pp. 15-29.

TAVARES DOS SANTOS, José-Vicente. (2001), *As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas*: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do Século XXI. Porto Alegre, s/v., pp. 114-146.

THRIFT, Nigel. (2004), Remembering the technological unconscious by foregrounding the knowledges of position. *Environment & Planning D: Society and Space*, v. 22, n. 1, pp. 175-190.

TURKLE, Sherry. (2011), *Alone together: why we expect more from technology and less from each other.*1. ed. New York: Basic Books.

TURKLE, Sherry. (1995), *Life on screen: identity in the age of the internet.* ed. New York: Simon & Schuster.

VAN DIJCK, José. (2016), *La Cultura de la Conectividad: una história crítica de las redes sociales.*1. ed. Buenos Aries: Siglo Veintiuno.

WILLIAMS, Raymond. (2016), *Televisão: tecnologia e forma cultural.* 1. ed. São Paulo/Belo Horizonte: Editora PUC-Minas/Boitempo.

WITTE, James C. (2012), A ciência social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios. *Sociologias,* n. 31, pp. 52-92.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 30/09/2017 / Aprovado em 15/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.228
10.20336/rbs.228

O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil

Adriane Vieira Ferrarini*
Luiz Inácio Gaiger**
Valmor Schiochet***

RESUMO

A profusão de empreendimentos econômicos solidários no Brasil ensejou expressivos debates acadêmicos e justificou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) intitulado *Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva* no Congresso Brasileiro de Sociologia. O presente texto visa apresentar o estado da arte da economia solidária e prospectar a agenda de pesquisa sobre o tema. Para tanto, inicialmente se situará a emergência e as características da economia solidária. Posteriormente, será discutida a integração da economia solidária ao campo acadêmico e sua constituição como objeto científico. Por fim, serão abordados os trabalhos do GT e sua contribuição ao tema e à sociologia brasileira, concluindo com a agenda de pesquisa que se delineia para os estudos sobre a economia solidária e práticas sociais emergentes.
Palavras-chave: economia solidária; estado da arte; pesquisa

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS (2008), com doutorado sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2005). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa / diretório CNPq.

** Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (1986-1991), docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. Com o prof. José Luis Coraggio (UNGS/Argentina), coordena a Rede de Investigadores Latino-Americanos de Sociologia Social e Solidária – RILESS, sendo co-diretor da revista Otra Economía.

*** Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (1997-1998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007).

ABSTRACT

THE STATE OF THE ART AND THE RESEARCH AGENDA IN SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL

The profusion of solidarity-based economic enterprises in Brazil led to significant academic debates and justified the creation of a Working Group entitled *Social and Solidarity Economy: alternatives for work, participation and collective mobilization* at the Brazilian Congress of Sociology. The present text aims to present the state of the art of solidarity economy and to prospect the research agenda on the theme. For this, the emergence and characteristics of the solidarity economy will initially be situated. Subsequently, the integration of solidarity economy into the academic field and its constitution as a scientific object will be discussed. Finally, the work of the Working Group and its contribution to the theme and Brazilian sociology will be approached, concluding with the research agenda that is outlined for studies on solidarity economy and on emerging social practices.
Keywords: solidarity economy, state of art; research

Introdução

Ao longo dos anos 1990, uma série de eventos reuniu ativistas e estudiosos interessados em um novo campo de práticas sociais, de contornos ainda indefinidos e, não obstante, considerado promissor. Tratava-se, em linhas gerais, de um conjunto diverso de iniciativas econômicas de trabalhadores, consumidores e usuários, assentes no estreitamento de vínculos, na partilha de interesses e valores e, sobretudo, em uma aposta por vezes intimorata no agir coletivo, com base na adesão voluntária, em processos participativos e em critério de equidade. Nesses encontros, que se multiplicaram naquela década e ganharam irradiação internacional por ocasião das primeiras edições do Fórum Social Mundial[1], o termo *economia solidária* - inicialmente impreciso, mas a seguir convertido em objeto de discussões políticas e de tratamento teórico e conceitual - foi adotado paulatinamente para designar aquelas experiências e demarcar sua principal característica: a conjunção da economia com a solidariedade. Desse processo o campo sociológico não es-

1 As três primeiras edições do Fórum Social Mundial ocorreram em Porto Alegre, respectivamente em 2001, 2002, 2003, assim como a quinta, em 2005. O Fórum retornou ao Brasil em 2009, em Belém do Pará.

teve alheio, pois as ditas práticas foram, entre outros, tema de mesa-redonda e de trabalhos no VII Congresso Brasileiro de Sociologia (2005, Rio de Janeiro), destacando-se também em encontros subsequentes, entre os quais o X Congresso da SBS (2001, Fortaleza), cujo eixo principal foi, sugestivamente, *Sociedade e Cidadania: Novas Utopias*.

A produção científica sobre o tema expandiu-se gradativamente em várias disciplinas e áreas de conhecimento. A notória multiplicação de experiências associadas à economia solidária bem como o interesse progressivo em investigar os fatores de sua emergência, as suas características peculiares e as suas condições de desenvolvimento despertaram a atenção de acadêmicos em formação e de pesquisadores experientes. Conformou-se um novo campo de pesquisas, comportando desde o início enfoques distintos (LECHAT, 2004), passíveis de análise quanto às suas orientações temáticas e metodológicas (GAIGER, 2012; 2013a) e igualmente quanto aos desafios postos a seu desenvolvimento (GAIGER, 2014). Na sociologia, um dos seus reflexos institucionais foi a criação de um grupo de trabalho nos congressos bianuais da Sociedade Brasileira de Sociologia, atuante em cinco edições desde 2009 com o título *Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva*, de cuja coordenação tomam (ou tomaram) parte os autores desse artigo.

O volume de trabalhos sociológicos e de áreas afins sobre a economia solidária ultrapassa em grande medida o que se poderia cotejar e avaliar em um esforço de síntese e avaliação como esse, fato que nos obriga a priorizar algumas tarefas e questões. Em primeiro lugar, parece-nos indispensável situar brevemente o processo de emergência da economia solidária e sublinhar algumas de suas características. A seguir, nosso objetivo será delinear a integração da economia solidária ao campo acadêmico e sua constituição como objeto científico. Destacaremos algumas contendas que se estabeleceram inicialmente, mais por força de apriorismos do que por revelações de estudos empíricos, então incipientes, com o propósito de ressaltar determinados aspectos do campo, sem a pretensão de estabelecer balanços do estado da arte ou resolver controvérsias e impasses. Na terceira seção, trataremos dos trabalhos veiculados no Grupo de Trabalho da SBS e de sua contribuição ao tema e à sociologia brasileira. Antecedendo breves considerações finais, essa seção será também dedicada à agenda de pesquisa, a questões de natureza teórica e metodológica pertinentes aos estudos sobre a economia solidária e às práticas sociais emergentes.

A gênese da economia solidária

As práticas sociais vinculadas à economia solidária desde os anos 1990 originaram-se em larga medida de experiências já encontradas na década anterior, constituindo-se como suas vertentes mais próximas. Entre elas, destacamos um rol incontável de associações vinculadas à agricultura familiar e de projetos comunitários estimulados por pastorais sociais (CÁRITAS, 1995), sindicatos, ONGs e projetosde educação popular (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993). Ao mesmo tempo, em periferias urbanas observou-se um estilo análogo de organização comunitária, com a promoção de pequenos projetos econômicos de acesso ao crédito, a exemplo dos bancos da mulher, ou de geração de renda, através de atividades produtivas e da prestação de serviços. Em paralelo, ganharam projeção os modelos de organização induzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em assentamentos da reforma agrária, enquanto multiplicavam-se processos de recuperação pelos trabalhadores de plantas industriais de empresas falidas, ocasionando o fenômeno das empresas recuperadas. O suporte oferecido por universidades, ONGs e órgãos públicos, por sua vez, contribuiu para uma nova geração de cooperativas, populares e solidárias (RECH, 1995) que, somadas à ampla gama de associações e de empreendimentos informais, formaram os três pilares principais da economia solidária. Suas expressões concretas permanecem bastante variadas, compreendendo pequenas unidades produtivas, associações de beneficiamento ou apoio à produção familiar, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, cooperativas de trabalho, de comercialização e de consumidores ou usuários de serviços de saúde, educação etc., iniciativas de comércio justo, finanças solidárias, clubes de troca etc.[2].

Dessa história, há inúmeros relatos, estudos e publicações, além dos anais dos principais eventos e, a partir da organização e oficialização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003, das atas de grandes conferências nacionais. Ressalte-se que a colaboração entre o FBES, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, instituída em 2003) e inúmeras entidades propiciou o lançamento de dezenas de programas de fomento à

2 Para uma visão panorâmica, ampla e relativamente atual, ver Gaiger et al., 2014.

economia solidária, assim como de estudos e pesquisas[3]. Isto viabilizou a realização de dois grandes levantamentos nacionais dos empreendimentos solidários, ou *mapeamentos*, gerando dados cuja análise permitiu inquirir os fatores e circunstâncias favoráveis à sua emergência bem como caracterizar tais experiências.

Assim, conclusões da primeira pesquisa nacional sobre a economia solidária (GAIGER, 2004) foram rediscutidas à luz dos dados dos mapeamentos (GAIGER et al., 2014), enquanto estudos sucessivos dedicaram-se a aprofundar aspectos centrais e controversos, como a natureza do ato associativo (PINTO, 2006), a prática da autogestão (FARIA, 2001), a viabilidade de redes e cadeias solidárias (PARREIRAS, 2007), o papel do Estado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006; CUNHA, 2011) e, por fim, o caráter transformador da economia solidária (SCHMIDT; NOVAES, 2013). No mesmo compasso, estudiosos do tema passaram a organizar obras coletivas (SINGER; SOUZA, 2000) ou a colaborar com coletâneas internacionais (SANTOS, 2002), em que se procuravam inventariar tais experiências e discutir seu sentido e possibilidades históricas.

Já o *conceito* de economia solidária - embora o termo seja nativo da realidade latino-americana e, nesse contexto, provenha dos atores sociais engajados em tais práticas (GAIGER, FERRARINI; VERONESE, 2015) - nasceu da confluência entre estudiosos de diferentes países, dado que fenômenos similares eram observados ao Sul e ao Norte, com apreensões e desenvolvimentos teóricos convergentes[4]. Esse diálogo propiciou inúmeros eventos acadêmicos, relevantes estudos comparativos e trabalhos em coautoria, cujo maior emblema é o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (CATTANI et al., 2009), editado em vários países e idiomas. À luz da empiria em análise e conforme os enfoques interpretativos adotados, a economia solidária

3 Inclusive com o concurso das agências nacionais de fomento à pesquisa, cujo último exemplo é a Chamada CNPq-MTE/SENAES 27/2017, direcionada a estudos e ao aprimoramento da incubação de empreendimentos econômicos solidários. O fato da SENAES se haver estruturado desde o início com um Departamento de Estudos e Divulgação foi decisivo para manter uma sinergia constante com o mundo acadêmico e com as principais instituições de amparo à pesquisa (SCHIOCHET, 2009).

4 Não dispomos de espaço aqui para abordar adequadamente as diferenças e similaridades entre designações vizinhas, como *economia social* ou *economia social e solidária*, usuais ao Norte e em alguns países do Sul. Sobre o uso de tais denominações na experiência europeia, ver Nyssens e Defourny, 2017; uma discussão a partir do caso brasileiro é feita em Gaiger, Ferrarini e Veronese, 2015; a pertinência do conceito de economia social em nosso país é assunto de trabalhos de Serva e Andion (2004; 2006); as relações entre a economia solidária e o cooperativismo no Brasil são discutidas em Gaiger, 2013b.

passou a englobar conceitualmente aquelas atividades que apresentam uma primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, fato expresso na dinâmica interna dos empreendimentos na presença de critérios equitativos, por uma índole participativa e com base na socialização dos recursos produtivos e no trabalho cooperativo:

> A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo. Graças à sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental. A solidariedade é ainda estimulada por meio do engajamento cidadão em questões de interesse comum (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 162).

Com respeito à origem dessas iniciativas, lê-se no mesmo trabalho:

> Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital. Desde então, mesmo sob formas mitigadas, a cooperação permaneceu um elemento estruturante da vida econômica de parcelas expressivas da população. Na Europa, a extensão alcançada pela Economia Social reflete a importância atribuída ao primado das pessoas e de suas coletividades em face dos objetivos de acumulação econômica, do que resultou a constituição dos direitos cidadãos e o aprofundamento da democracia. Ao Sul e ao Norte, esse legado explica a amplitude da Economia Solidária e sua força de convergência entre experiências, demandas e expectativas de inúmeros segmentos sociais, com suas tradições de luta e de organização (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 163).

Por certo, os processos constitutivos da economia solidária não podem ser compreendidos fora do contexto em que emergem e se desenvolvem. No

Brasil, esse panorama social esteve caracterizado pela resistência ao modelo econômico e político concentrador de riqueza e pela proposição de formas alternativas de produção da vida material e social. A década de 1980 foi marcante com relação ao aumento do desemprego e à precarização das condições de vida e de trabalho de grande contingente da população, mas também por lutas pela redemocratização do país (SCHIOCHET, 2014). No campo econômico, setores populares começaram a se organizar em torno de experiências coletivas de geração de trabalho e renda, como forma de subsistência e de nova sociabilidade. Por outro lado, estudos constataram que, contrariamente a visões correntes, carências materiais eram insuficientes para a emergência de empreendimentos econômicos solidários; esses surgiam e, sobretudo, tendiam a sustentar-se quando dispunham de predisposições culturais prévias, vincadas em padrões de mutualidade e, do ponto de vista das lideranças, da partilha de valores alternativos e de ideais de transformação social (GAIGER, 2004).

Há, portanto, um substrato cultural e referências a formas de sociabilidade que impulsionam o protagonismo popular em questão. Identidades forjadas na trajetória de agricultores familiares, na solidariedade de classe ou na própria saga da recuperação falimentar de empresas por via da ação coletiva entraram em cena. Ademais, os empreendimentos econômicos solidários - ou EES, sigla usual - podem metabolizar de forma inovadora racionalidades diferentes, ancestrais, como no caso dos povos e comunidades tradicionais, em particular as cosmovisões indígenas e africanas ou aquelas de pescadores, extrativistas e outras categorias sociais identificadas gradativamente *com* e *pela* economia solidária[5].

Pode-se acrescentar que os EES são criados com o amparo ou graças à iniciativa de agentes e organizações externas, mas somente persistem na medida do protagonismo de seus membros natos, movidos de certo modo por um empreendedorismo de necessidade (CIMADON, 2008), entendendo-se esse conceito não como uma ação individual, mas coletiva e socialmente enraizada (THORNTON, 1999). Seus ganhos não se restringem à dimensão econômica, pois a provisão da subsistência é inseparável de efeitos virtuosos, ex-

5 Conforme dados do segundo mapeamento nacional da economia solidária, integrantes de 11% dos EES pertenceriam majoritariamente a *povos e comunidades tradicionais*: povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, caboclos e comunidades quilombolas ou de terreiro (GAIGER et al., 2014, pp. 63-64).

traeconômicos e sistêmicos da cooperação. Sob esse prisma, as experiências da economia solidária demonstram que o empreendedorismo depende de fatores contextuais cuja natureza é não somente econômica, mas igualmente política e ideológica. Empreender significa ter consciência de tais externalidades e lidar com elas, tirando proveito no sentido de afastar os elementos de risco e de carrear recursos para a organização (GAIGER; CORREA, 2010). Assim, conforme a literatura, políticas de apoio ao empreendedorismo dos pobres apresentam impacto muito mais rápido e sustentável quando articuladas a formas de organização social dos próprios empreendedores, nas quais esses atuam como sujeitos políticos. Isto implica a formação de uma identidade aglutinadora e a superação das estruturas sociais de dominação que pesam sobre os pobres (ABRAMOVAY et al., 2003). Desse ponto de vista, é necessário politizar o empreendedorismo, vendo-o como elemento de luta social que comporta dimensões emancipatórias.

A autonomia vislumbrada na economia solidária - valor que se relaciona fortemente ao da emancipação - pode ser compreendida em múltiplas dimensões da vida dos trabalhadores e na sociedade em geral, tais como: (1) econômica: pela possibilidade de o trabalhador prover sua própria renda e deter a propriedade coletiva do meio de produção; (2) sociopolítica: através da autogestão no interior dos empreendimentos e da articulação política em fóruns, movimentos e redes; (3) individual: devido aos vínculos sociais e afetivos que se criam entre os trabalhadores e que reconstroem redes de proteção primária capazes de reduzir situações de vulnerabilidade e mesmo de risco social dos indivíduos e suas famílias, propiciando o acesso a serviços e direitos, resgatando a autoestima e melhorando a qualidade de vida. Como exemplo, não raras vezes pesquisas qualitativas revelaram a realidade das mulheres que nos EES superaram a violência doméstica e de indivíduos que buscaram tratamentos de saúde, mitigaram ou venceram o sofrimento psíquico e recuperaram certa normalidade em sua vida cotidiana, dentre outros benefícios conquistados a partir do apoio coletivo. Tais evidências são expressões de modos de produzir e viver em que economia e relações sociais se integram (FERRARINI, 2016).

Por tais razões, além de despertar entusiasmo, a economia solidária foi sendo reconhecida como uma alternativa à canônica racionalidade econômica mercantil por seus fundamentos éticos e epistemológicos e pelo *modus operandi* pautado na autogestão e na busca por autonomia dos trabalhado-

res. Do ponto de vista das perspectivas de análise, apesar de ancorado na tradicional luta decorrente da divisão de classes sociais, o movimento social da economia solidária se distingue da luta operária por direitos no âmbito das relações entre capital e trabalho, propondo adicionalmente uma luta pelo trabalho autogestionário e emancipado e inserindo-o no debate dos novos movimentos sociais (GOHN, 2011). Em contrapartida, no contexto de emergência e fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil nos anos 1990, a economia solidária acrescentou a dimensão produtiva à luta social, visto que a condição de pobreza a que estão submetidas significativas parcelas da população torna a subsistência parte das práticas emancipatórias e dos processos educativos das classes populares.

A evolução desse campo de práticas, com suas singularidades, condicionou os olhares a seu respeito, sua avaliação e seus prognósticos. Deve-se a esse respeito considerar que a propulsão e a multiplicação de experiências ocorreram *pari passu* com a estruturação política do campo e de vários circuitos de emulação e intercâmbio de ideias. De modo progressivamente unificado, constituíram-se instâncias de debate, de mobilização social e de organização através de fóruns apoiados por entidades de fomento e entes públicos, do que redundou o movimento social de economia solidária, com seu ideário e sua plataforma de lutas[6]. Ao lado disso e de ampla articulação de organizações da sociedade civil, a economia solidária converteu-se em foco de políticas governamentais encetadas em estados e municípios, com propostas incorporadas em boa medida ao programa do Partido dos Trabalhadores e implementadas logo no início do primeiro governo Lula, em 2002 (DUBEUX, 2011).

A política pública de economia solidária buscou incorporar uma estrutura democrática semelhante àquela das políticas universais: representantes da economia solidária atuaram como decisores políticos através de espaços participativos geridos dos municípios até o plano federal. Com esse arranjo institucional lograram-se avanços consideráveis, tanto econômicos (recursos destinados) quanto políticos (participação cidadã e disputa, em alguma medida, por projeto de desenvolvimento no interior do governo). Apesar disso, não se conseguiu até o momento a constituição de um marco legal específico para a economia solidária, o que traz um conjunto de implicações

6 Conforme aludimos, o primeiro Fórum Social Mundial foi um importante marco para o encontro de lideranças. Nele, se deu a criação do GT Brasileiro de Economia Solidária, embrião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, constituído em 2003.

para sua viabilidade econômica e sua legitimidade (KRUPPA et al., 2012; DA SILVA; SILVA, 2015). Ao reconhecer que nas últimas duas décadas foram implementadas políticas de economia solidária por administrações locais, estaduais e federal, é necessário também reconhecer que estas ações ainda não se institucionalizam como direitos (da sociedade) e deveres (do Estado), sendo políticas de governo e não políticas de Estado (SCHIOCHET, 2009)[7].

Desta forma, a economia solidária no Brasil foi se constituindo, simultaneamente, como um conjunto de organizações econômicas referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um movimento social comprometido com a transformação social e articulado nacionalmente, e uma esfera de atuação do Estado, por meio de políticas públicas em diferentes escalas e níveis de abrangência. Por conseguinte, ela se mostra atualmente composta por uma miríade de atores socialmente distintos e politicamente interdependentes: trabalhadores, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais, lideranças comunitárias, gestores públicos, ativistas da sociedade civil, universidades, simpatizantes e consumidores, dentre outros. O que se julga ou se vaticina a seu respeito depende da posição exercida por quem se pronuncia, sendo assim indispensável distinguir os discursos de afirmação política, ou francamente exortativos, dos balanços, avaliações e eventuais prognósticos com fins analíticos e compreensivos, antes do que preditivos. Como demonstraremos adiante, parcela das polêmicas teóricas em torno da economia solidária decorre dessas indistinções, senão de uma certa inconsciência quanto ao fato sociologicamente explicável de que os atores sociais empenhados na construção ideológica e política da economia solidária se valham seletivamente das elaborações intelectuais a seu ver de maior crédito para respaldarem suas tomadas de posição.

Um novo campo de estudos

Até fins dos anos 1990, as iniciativas de economia solidária passaram ao largo da produção acadêmica e dos temas centrais discutidos no âmbito das políticas públicas, seja devido a seu caráter presumivelmente circunstancial

7 Em agosto de 2017, após longa tramitação, o Projeto de Lei 4.685/2012, dispondo sobre a política nacional de economia solidária e os EES, além de criar o Sistema Nacional de Economia Solidária, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal.

e efêmero, seja devido a sua presença aparentemente alheia aos embates centrais dos movimentos populares, por conseguinte sem expressão na ótica de interpretação teórica e de atuação política preponderante. A persistência e a grande eclosão das experiências na década seguinte, de par com seu crescente reconhecimento pela esfera pública, modificaram esse quadro, chamando gradativamente a atenção de pesquisadores e acadêmicos. Em poucos anos, a produção científica cresceu e foi contemplada em instituições de referência nas ciências sociais, adquirindo maior densidade teórica e analítica.

Em 2009, no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao lado de 91 grupos voltados ao cooperativismo, encontravam-se 92 grupos declinando atividades relacionadas à economia solidária, integrados por um volume expressivo de pesquisadores com produção qualificada, além de mestrandos e doutorandos. O gradativo e ainda crescente interesse pelo tema reflete-se em indicadores do mesmo diretório quando se acrescentam dados de 2010 (Tabela 1): o incremento da relação temática entre os grupos de pesquisa e a economia solidária, consideradas todas as áreas científicas, as ciências humanas e a sociologia, supera proporcionalmente o avanço de temas atinentes a cooperativas e ao cooperativismo, mais antigos na agenda de pesquisa:

Tabela 1 – Evolução do perfil temático dos Grupos de Pesquisa

Temas de indexação	2002	2006	2010
Economia Solidária	14	57	101
Grupos com Bolsistas de Produtividade	3	14	35
Grupos de Ciências Humanas	7	23	45
Grupos de Sociologia	2	10	18
Cooperativas / Cooperativismo	77	113	123
Com Bolsistas de Produtividade	22	47	59
Em Ciências Humanas	21	34	34
Em Sociologia	11	14	13

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, pesquisa em 09/08/2017)

Devido às suas múltiplas expressões, a economia solidária tem estimulado um diálogo profícuo em diversas áreas da sociologia (sociologia econômica, desenvolvimento, movimentos sociais, políticas públicas etc.), configurando atualmente um campo interdisciplinar de estudos que abrange a administração, psicologia social, serviço social e filosofia, dentre outras

disciplinas[8]. Um exemplo disso são as informações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que no período 1987-2016 registram 45.132 trabalhos com referências à economia solidária, dos quais apenas 7.010 situam-se nas ciências humanas e 1.199 na área de avaliação da sociologia. As cifras globais correspondentes cresceram ano a ano no período mais recente: 2.865 trabalhos em 2012; 2.953, em 2013; 3.123, em 2014; 3.383, em 2015; e 3.601, em 2016[9].

Ao mesmo tempo, a economia solidária suscitou polêmicas entre atores sociais e controvérsias entre estudiosos, uns e outros atentos aos traços singulares e ao potencial transformador de tais práticas; os primeiros, buscando uma visão fundamentada, mas sobretudo convincente e unificada para granjear apoio a essa frente de mobilização ou, pelo contrário, para demover os espíritos diante do irrealismo e do erro político que significaria insistir nessa via; os segundos, ocupados em entender a gênese e as condições de desenvolvimento da economia solidária, suas forças e fraquezas, suas diferenças internas e seus possíveis desdobramentos. Somando-se ao contexto altamente politizado dos debates acadêmicos nas últimas décadas e à inevitável carga valorativa das escolhas teóricas (BOURDIEU, 1989), o intenso trânsito entre os diversos atores no interior do campo esmaeceu a distinção entre tarefas de análise e conhecimento e tarefas de defesa e intervenção. Como em ambos os planos o arcabouço de referência tem sido predominantemente o materialismo histórico e dialético, foram inicialmente questões de interpretação e de utilização desse marco teórico que motivaram críticas ora à idealização, ora ao ceticismo em relação à economia solidária. A defesa da economia solidária como uma alternativa ao capitalismo, para a qual concorreram críticas ao marxismo-leninismo, o descrédito das estratégias socialistas de ruptura revolucionária e um compreensível voluntarismo na busca de novas saídas concentraram os debates. Teses díspares conviveram lado a lado[10] até que o próprio desenvolvimento da economia solidária, su-

8 Uma análise quantitativa a respeito, focalizando a produção brasileira em periódicos qualificados pelo sistema *Scielo*, destaca os principais autores, áreas de conhecimento e temáticas. Ver Araújo et al., 2017.

9 A indexação temática da CAPES abrange referências constantes no título, resumo, palavras-chave e resumo das teses e dissertações. Acesso via http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164, em 24/10/2017.

10 Do que encontramos exemplos em algumas publicações conjuntas, como Santos, 2002. Um dossiê temático publicado na Revista *Katálysis* (2008) ilustra algumas das posições litigantes. O empenho em reafirmar posições a partir de uma dada apreensão teórica do

cessivas pesquisas e gradativas revisões de pontos de vista, propiciadas por um diálogo político em boa medida favorecido pela equidistância do campo acadêmico, mitigaram as posições iniciais e permitiram o tratamento do tema a partir de questões de pesquisa, isto é, como mais um objeto científico.

Por conseguinte, se a empolgação inicial foi propícia a análises politicamente engajadas e com certo cariz teleológico frente aos vazios deixados pelo fim do socialismo real, o avanço dos estudos conduziu à percepção de implicações teórico-epistemológicas que ultrapassam as próprias perspectivas emancipatórias da modernidade e deixam visíveis tanto virtudes quanto limites das experiências da economia solidária. É visível atualmente o amadurecimento nos debates, fundamental para amparar uma visão partilhada das principais questões e perspectivas que envolvem o tema. Isto se torna particularmente significativo na medida em que a universidade teve papel impulsionador na legitimação desse campo empírico e por sua proximidade com instâncias do movimento social, da política pública e de formação, ensejando processos de retroalimentação entre teoria e prática.

O conhecimento da economia solidária passou a beneficiar-se de sua consideração também por círculos acadêmicos dedicados a temáticas preexistentes, como as relações de trabalho (LIMA, 2007; GEORGES; LEITE, 2012; LEITE; ARAÚJO; LIMA, 2015), a subjetividade (VERONESE, 2007; 2008), as tecnologias sociais (LIANZA; ADDOR, 2005) ou as políticas públicas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006), entre vários outras. Ao mesmo tempo, foram produzindo-se revisões do estado da arte, seja para delinear correntes teóricas presentes no campo (LEITE, 2009; DOURADO, 2016), seja para identificar seu entrelaçamento com temas afins, seus conflitos e contradições internas (LIMA, 2012), seja ainda para esgrimir perspectivas conceituais e visões políticas conexas (PINHEIRO, 2013). A questão do potencial alternativo da economia solidária, por sua vez, tem motivado um retorno a questões teóricas fundamentais (CORAGGIO, 2009; GAIGER, 2016) e sucessivas elaborações, reconhecedoras, via de regra, do caráter aberto dos processos so-

marxismo, à revelia de referências empíricas apropriadas sobre a economia solidária, conduziu autores como Wellen (2008) e Souza (2008) a enveredar pela crítica genérica da economia solidária a partir de contraposições a apenas um dos seus defensores teóricos (e com base em alguns poucos textos seus). Não se reconhece o pensamento plural a respeito e aceita-se a premissa, idealista, de que as ideias, na sua correção ou torpeza, criam a realidade e, no caso, produzem a economia solidária em prejuízo das verdadeiras frentes de luta transformadora.

ciais contraditórios que se desenrolam sob as determinações dialeticamente totalizantes da acumulação capitalista (SCHMIDT; NOVAES, 2013)[11].

A economia solidária transita em eventos de referência de várias áreas científicas, além da SBS e da ANPOCS; entre eles, os congressos da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Em caráter interdisciplinar, foi criada em 2005 a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), enquanto um ano antes se formava a Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS), numa colaboração entre universidades do Brasil, Argentina, Equador e México, em cuja alçada realizaram-se diversos eventos e manteve-se a revista eletrônica *Otra Economía* desde 2006. A inserção internacional dos pesquisadores brasileiros vinculados ao tema tem se dado principalmente nas conferências periódicas da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILP), da *International Society for Third-Sector Research* (ISTR) da *EMES Research Network* e do *International Centre of Research and Informationon the Public, Social and Cooperative Economy* (CIRIEC), além da colaboração permanente com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que fomenta o intercâmbio entre pós-graduandos e pesquisadores dessa área temática (Rede EcoSol/CES).

Algumas contribuições da sociologia brasileira

O interesse pelo tema foi retratado pela considerável afluência de trabalhos no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia em 2007, o que motivou a formação de um GT próprio direcionado à economia solidária a partir

11 Uma questão eminentemente interdisciplinar e conduzida em vários níveis: um balanço do estado da arte na área de administração, além de contabilizar uma produção bibliográfica considerável, registra a ênfase dada, especialmente por autores latino-americanos, à necessidade de abandonar uma concepção funcionalista e "neutra" da gestão e de desenvolvê-la, no caso da economia solidária, supondo "uma racionalidade capaz de considerar o mundo da vida e suas múltiplas inter-relações, os quais exigem uma ética própria". Para o autor, "isso implica considerar o caráter multidimensional dos objetivos perseguidos por esses empreendimentos, compreendendo a própria eficiência baseada na primazia do trabalho sobre o capital" (PINHEIRO, 2016, p. 96).

de 2009[12]. Vejamos sucintamente alguns tópicos em destaque no GT, assim como alguns dos seus desdobramentos para nossa agenda de pesquisa[13].

Nas edições do Congresso - mais fortemente nas primeiras - predominaram trabalhos que discutiam a economia solidária não apenas como mais um tipo de organização econômica, mas como *outra* economia, não tanto no sentido de uma via substitutiva da lógica econômica capitalista, mas como elemento fulcral de novo paradigma de desenvolvimento. Em boa parte dos trabalhos decorrentes de pesquisa empírica, tratava-se de entender como os EES sobreviveriam em mercados competitivos, porém sob uma lógica distinta da mercantil. Embora contribuições teórico-epistemológicas não tenham sido muito frequentes na trajetória do GT, a questão da alternatividade a partir do terreno econômico alcançou outras esferas e dimensões, gerando interesse por aportes sobre a pluralidade econômica (HILLENKAMP; LAVILLE, 2016) e as relações entre a economia e as estruturas sociais (GRANOVETTER, 1985). Karl Polanyi sustenta que a economia foi tomada como sinônimo de economia de mercado na modernidade, reduzindo-se a mesma ao princípio do intercâmbio. Contudo, os sistemas sociais historicamente se singularizam pelo modo como instituíram outras formas de produção e de circulação material, com base na instituição de outros princípios, como a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade (POLANYI, 2012). Sucintamente, essa é a perspectiva de base em que alguns trabalhos têm sido apresentados, com alto potencial de crescimento à medida que a aplicação de tais pressupostos à economia solidária (GAIGER, 2016) e a temas conexos (VINHA, 2003) seja demonstrada.

Noutra senda, os temas da descolonialidade (QUIJANO, 2005) e das epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2009) começaram a perpassar os debates, em especial em sua articulação com maior reconhecimento das raízes ancestrais da economia solidária na América Latina, para além da sua percepção como fenômeno social nas décadas de 1980 e 1990. Estudos com esse enfoque também são pertinentes diante das especificidades que as alternativas econômicas solidárias e associativas latino-americanas aportam ao debate global propiciado por pesquisas comparativas e publicações

12 Cujo título "Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva" contempla a forma como esse campo é compreendido internacionalmente e indica questões e áreas temáticas conexas.

13 Um balanço anterior da agenda de pesquisa encontra-se em Gaiger, 2012.

internacionais. Ademais, cabe ressaltar a importância de o Sul falar por si mesmo, de si mesmo e para si mesmo, dotando-se de referências teóricas e metodológicas próprias.

Em virtude da dinâmica da economia solidária, temáticas transversais têm sido recorrentes. É o caso das questões de gênero, dada a forte presença de mulheres na maior parte dos EES e movimentos sociais correlatos. Evidencia-se um protagonismo político e um empoderamento das mulheres através da obtenção da renda e da participação política, interna e externa aos empreendimentos[14]. Outro campo de análise é a articulação entre política social e alternativas econômicas visando à superação da pobreza. Nesse eixo, há uma evolução da concepção tradicional da política social como subordinada à econômica, à primazia das políticas sociais por seus efeitos sobre o crescimento econômico e a distribuição da riqueza, ou ainda a perspectivas de desenvolvimento social centrado nas pessoas (MKANDAWIRE, 2001 DRAIBE; RIESCO, 2011; FERRARINI, 2016).

A sustentabilidade é outro exemplo, questão cada vez mais cara à ciência em geral em razão do agravamento dos problemas socioambientais em âmbito global. Segundo trabalhos trazidos ao GT, os EES não apenas tendem a interiorizar custos sociais e ambientais, como também geram benefícios externos. Não sem razão, trabalhos sobre agricultura orgânica e sobre os EES de catadores de resíduos sólidos têm sido frequentes na SBS e em congressos similares, como os da ABET. Já o tema da formação, igualmente onipresente e com acento particular na incubação dos EES, tem dado ênfase às intervenções político-pedagógicas orientadas por princípios e métodos da educação popular. A disseminação da economia solidária trouxe novos desafios de formação, tais como: a) crescentes e complexas demandas dos trabalhadores por qualificação do ponto de vista técnico-gerencial e educativo; b) necessidade de reflexão e de produção teórico-metodológica sobre a formação e a assistência técnica; c) articulação com outras políticas setoriais (BRASIL, 2006).

Discussões sobre o marco legal e as formas jurídicas assumidas pela economia solidária são também constantes. Num extremo, têm-se as cooperativas e o cooperativismo, um fenômeno histórico que encontra espaço na so-

14 Um estudo recente demonstrou que um aumento maior da renda percebida nos EES ocorre naqueles segmentos com maior desvantagem social, como mulheres com baixa escolaridade, não brancas e do meio rural (KUYVEN, 2016).

ciologia e no diálogo com ideias e experiências da economia solidária. Noutro extremo, dada a informalidade reinante na maior parte dos EES (GAIGER et al., 2014), a questão legal conduz problematização do desencontro entre as situações *de jure* e *de facto*. Essa peculiaridade da economia solidária em países latino-americanos é tema recorrente também em congressos internacionais e envolve controvérsias importantes. Ela não pode ser reduzida à perda ou ausência de direitos, pois em contextos de desigualdade torna-se por via tortuosa uma condição do empreendedorismo associativo e do acesso a recursos e serviços, como o acionamento de redes primárias de proteção social diante da flagrante ausência de serviços e de assistência pública (CARDOSO, 2016; HILLENKAMP et al., 2013).

A conversão da economia solidária em foco da ação pública tem motivado uma agenda de pesquisa permanente. No âmbito do GT, a ênfase tem sido dada aos arranjos participativos que diferenciaram as políticas desde sua implementação e à análise de políticas municipais. Debates em torno da autonomia do movimento, de processos de cooptação de lideranças ou de processos participativos encontram nas políticas de economia solidária um terreno fértil (SILVA; OLIVEIRA, 2011)[15]. Destacam-se ainda as experiências ligadas ao desenvolvimento local e à organização comunitária, dada a forte articulação dos EES com seu entorno. Outras questões dizem respeito ao processo de institucionalização das políticas de economia solidária e sua articulação com outras políticas setoriais, em particular com as políticas sociais e de promoção do desenvolvimento (territorial, agrário, sustentável etc.)[16].

Neste período de indiscutível fragilização das políticas sociais e de direitos, análises dos avanços, vulnerabilidades e desafios mostram-se fundamentais para a construção de melhores cenários futuros. Por um lado, a permanência da economia solidária, mesmo com seus rebaixamentos políti-

15 Uma Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, composta por gestores militantes e vários acadêmicos que assumiram funções de direção e coordenação de políticas, tem constituído um espaço importante de reflexão e sistematização da experiência brasileira.

16 De outra parte, a luta por reconhecimento político e por recursos públicos capazes de atender demandas historicamente reprimidas pode ter levado a economia solidária a certo fechamento em si mesma, com vistas à priorização de suas pautas e pelo receio de perder a legitimidade institucional duramente conquistada. Talvez, se articulações intersetoriais propostas, por exemplo, por parte da assistência social, saúde mental e trabalho, tivessem recebido maior acolhimento por parte dos fóruns paritários, a política de economia solidária teria tido maior sustentação frente aos recentes abalos sofridos por ocasião do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e da abrupta mudança de orientação do governo.

cos e institucionais, desafia a reflexão sobre a relação da economia solidária com governos e políticas de corte mais liberal e conservador. Por outro lado, em que pese a importância histórica da SENAES, a relação da economia solidária com o Estado é mais ampla e complexa, pois também diz respeito a experiências presentes em muitas unidades da federação, municípios, parlamentos e conselhos. Fica assim aberto mais um campo de investigação próprio à sociologia do desenvolvimento, procurando articular a economia solidária e suas formas alternativas de organização com processos de desenvolvimento locais, territoriais e comunitários (GODOY, 2014; SOUZA, 2012; CUNHA, 2011).

De modo mais geral, o GT recebeu historicamente uma afluência de trabalhos que buscavam desvendar uma série de fenômenos, muitos deles ligados à dinâmica dos EES. Entre eles, o processo de subjetivação das relações solidárias, o processo de liderança autogestionária, a eficiência multidimensional ou sistêmica dos empreendimentos e os métodos de gestão. Quais são as possibilidades e limites de ruptura com o *modus operandi* e, principalmente, com a racionalidade econômica dominante? Faz sentido crescer e disputar recursos com as empresas mercantis, ou isso descaracterizaria o próprio *ethos* da economia solidária e comprometeria seu caráter diferencial?

Metodologicamente, a predominância inicial de estudos qualitativos - fundamentais para a exploração de uma realidade empírica emergente - coadunou-se progressivamente com a oferta de bases estatísticas sobre a economia solidária, por via dos mapeamentos nacionais. Tais bases, em conjunto com outras estatísticas, retiram limitações próprias aos estudos de caso, permitindo avaliar o peso e a significância das iniciativas solidárias através de abordagens complementares (GAIGER et al., 2014; KUYVEN, 2016). A combinação de métodos e técnicas favoreceria o exame de questões insuficientemente exploradas, como a eficiência dos EES e o seu perfil de desempenho, a partir de indicadores apropriados. A proposição de tipologias constitui outra tarefa importante, como meio de diferenciar situações e subsidiar políticas de apoio e fomento compatíveis com as necessidades dos trabalhadores que empreendem, a despeito das condições adversas.

Por fim, seria oportuno considerar a introdução de novos temas e objetos de investigação, pertinentes à problemática das alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva. Neste sentido, observam-se novidades

que merecem atenção, como experiências de inovação social (casas colaborativas, *living labs*), novas concepções e práticas de economia não capitalista (economia criativa, compartilhada etc.) ou perspectivas que põem em xeque a própria ideia de desenvolvimento (decrescimento, *buenvivir* etc.).

Considerações finais

No Brasil, a produção científica sobre a economia solidária cresceu e ensejou a criação de grupos de pesquisa e espaços de debate, compartilhamento e articulação do conhecimento produzido. Neste sentido, o papel da SBS tem sido relevante para a troca e difusão de experiências e conhecimentos, mas também como um espaço de encontro de pesquisadores e de formação de redes. Estudos descoloniais, racionalidades econômicas, sustentabilidade, articulação entre conceitos e práticas ao Norte e ao Sul, dentre outros tópicos da atualidade, bem como experiências emergentes que integram o campo das alternativas sociais no Brasil e no mundo, compõem futuras perspectivas de investigação e teorização.

Seria justo dizer que a autonomia alcançada pela esfera econômica na modernidade está na raiz dos problemas sociais e ambientais de nosso tempo, amplamente discutidos pela sociologia. Também as alternativas de superação desses problemas requerem concepções e práticas novas e plurais, capazes de reintegrar economia e sociedade. A economia solidária congrega temas relevantes para dilemas contemporâneos já inquiridos pela sociologia, como o aumento da desigualdade global, a degradação ambiental, a crescente desregulamentação do trabalho, as novas pautas de emancipação social, as questões de gênero, os novos movimentos sociais e as políticas públicas.

De mais a mais, a atual conjuntura brasileira requer que a sociologia se debruce sobre a riqueza de iniciativas empreendidas nos mais variados contextos, para que não se perca a riqueza da experiência das últimas décadas sob o véu da razão indolente (SANTOS, 2000). Cabe indagar suas possibilidades emancipatórias e de integração a agendas acadêmicas e sociais comuns, com vistas à redução das desigualdades e à construção de novas possibilidades de desenvolvimento, com justiça e democracia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo et al. (2003), *Mercados do empreendedorismo de pequeno porte*. 1. ed. Brasília: CEPAL.

ARAÚJO, Alcione et al. (2017), A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy. *Scientometrics*, v. 112, n. 1, online.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. 7. ed. Lisboa: DIFEL.

BRASIL. (2006), *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: SENAES/MTE.

CARDOSO, Adalberto. (2016), "Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil". *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 2, pp. 321-349.

CÁRITAS. (1995), *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira*. 1. ed. Brasília: UnB.

CATTANI, Antonio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2009), *Dicionário internacional da outra economia*. 1. ed. Coimbra: Almedina.

CIMADON, José. (2008), *Empreendedorismo em empresas criadas por necessidade*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

CORAGGIO, José (Org.). (2009), *¿Que és lo económico?* Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. 1. ed. Buenos Aires: Ciccus.

CUNHA, Gabriela. (2011), *Outras políticas para outras economias*. Contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: UnB.

DA SILVA, Regilane; SILVA, Sandro. (2015), Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL 4.685/2012. *Mercado de Trabalho (IPEA)*, n. 58, pp. 91-100.

DOURADO, Ivan. (2016), *Economia solidária e antropologia econômica*. Etnografias da solidariedade brasileira. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi.

DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. (2011), Estado de Bem-Estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*, v. 13, n. 27, pp. 220-254.

DUBEUX, Ana et al. (2011), Estudio de casos brasileños. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: *Foro Internacional sobre la Economía Social y Solidaria – FIESS*, 2011, . Montréal, Chantier de l'Économie Sociale. pp. 39-58.

FARIA, Mauricio. (2001), *Autogestão, cooperativa, economia solidária*. Avatares do trabalho e do capital. 1. ed. Florianópolis: Editora em Debate.

FERRARINI, Adriane. (2016), Inclusão produtiva na política de assistência social: *workfare* à brasileira ou ampliação de direitos? In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2016, Caxambu. *Anais...* online. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st24-5/10388--inclusao-produtiva-na-politica-de-assistencia-social-workfare-a-brasileira--ou-ampliacao-de-direitos/file. Acesso em: 23 dez. 2017.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2006), *Ação Pública e economia solidária*: uma perspectiva internacional. 1. ed. Salvador: UFBA; Porto Alegre: UFRGS.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). (1993), *Educação comunitária e economia popular* (Coleção Questões da Nossa Época, nº 25). 4. ed. São Paulo: Cortez.

GAIGER, Luiz (Org.). (2004), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

GAIGER, Luiz. (2012), "Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária", *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, pp. 313-335.

GAIGER, Luiz. (2013a), Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 73, pp. 5-20.

GAIGER, Luiz. (2013b), A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, pp. 211-228.

GAIGER, Luiz. (2014), "Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária". *Otra Economía*, v. 8, n. 14, pp. 99-111.

GAIGER, Luiz. (2016), *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade.* Coleção Ecosol. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos.

GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis. (2009), "Economia solidária". In: CATTANI, Antonio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina. pp. 162-168.

GAIGER, Luiz; CORREA, Andressa. (2010), O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, pp. 205-230.

GAIGER, Luiz et al. (2014), *A economia solidária no Brasil*. Uma análise de dados nacionais. 1. ed. São Leopoldo: Oikos.

GAIGER, Luiz; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. (2015), Social enterprises in Brazil: an overview of solidarity economy enterprises. *ICSEM Working Papers*, n. 10, online. Disponível em: https://www.iap-socent.be/si-

tes/default/files/Brazil%20-%20Gaiger%20et%20al.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (Org.). (2012), *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

GODOY, Tatiane. (2014), "Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos". *Otra Economía*, v. 8, n. 15, pp. 260-267.

GOHN, Maria da Glória. (2011), "Movimentos sociais na contemporaneidade". *Revista Brasileira de Educaçã*o, v. 16, n. 47, pp. 333-361.

GRANOVETTER, Mark. (1985), "Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness". *The American Journal of Sociology,* v. 91, n. 3, pp. 481-510.

HILLENKAMP, Isabelle; LAPEYRE, Frédéric; LEMAITRE, Andreia (Ed.). (2013), Securing Livelihoods. *Informal Economy Practices and Institutions.* 1. ed. Oxford: University of Oxford.

HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis. (2016), *Socioeconomia e democracia: a atualidade de Karl Polanyi*. 1. ed. Porto Alegre: Escritos.

REVISTA KATÁLYSIS. (2008), *Economia solidária e autogestão* (Número Temático), v. 11, n. 1.

KRUPPA, Sonia et al. (2012), "Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária" (Série Pensando o Direito, n. 46). 1. ed. Brasília: Ministério da Justiça.

KUYVEN, Patrícia. (2016), *Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza*: um estudo de dados nacionais. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Leopoldo: Unisinos.

LECHAT, Nöelle. (2004), *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

LEITE, Márcia. (2009), "A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, pp. 31-51.

LEITE, Marcia; ARAÚJO, Ângela; LIMA, Jacob (Org.). (2015), *O trabalho na economia solidária*: entre a precariedade e a emancipação. 1. ed. São Paulo: Annablume.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Org.). (2005), *Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

LIMA, Jacob. (Org.) (2007), *Ligações perigosas*: trabalho flexível e trabalho associado. 1. ed. São Paulo: Annablume.

LIMA, Jacob. (2012), "Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil". In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia. (Org.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. pp. 195-221.

MKANDAWIRE, Tandika. (2001), Social policy in a development context. Programme on Social Policy and Development, *Paper* n. 7. Geneva: UNRISD.

NYSSENS, Marthe; DEFOURNY, Jacques (Org.). (2017), *Économie sociale et solidaire. Socioéconomie du 3e secteur.* 1. ed. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur.

PARREIRAS, Luiz. (2007), *Negócios solidários em cadeias produtivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA/ANPEC.

PINTO, João. (2006), *Economia solidária; de volta à arte da associação*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

PINHEIRO, Daniel. (2013), "Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus 'múltiplos' conceitos". *Revista NAU Social*, v. 3, n. 5, pp. 85-105.

PINHEIRO, Daniel. (2016), "O estado da arte da produção científica em economia solidária". *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, n. 2, pp. 95-103.

POLANYI, Karl. (2012), *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

QUIJANO, Anibal. (2005), "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO. pp. 227-278.

RECH, Daniel. (1995), *Cooperativas:* uma alternativa de organização popular. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE.

SANTOS, Boaventura. (2000), *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (v. 1). 1. ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura. (Org.) (2002), *Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). (2009), *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Almedina.

SCHIOCHET, Valmor. (2009), "Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios". *Boletim Mercado de Trabalho do IPEA*, n. 40, pp. 55-59.

SCHIOCHET, Valmor. (2014), "Perfil económico y contribuciones a la economía, de los emprendimientos cooperativos y de la economía solidaria en

Brasil". In: *La economía popular y solidaria el ser humano sobre el capital 2007 – 2013*. Quito: IEPS. pp. 175 -190. Disponível em: http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/La%20economia%20Popular%20y%20Solidaria%20El%20Ser%20Humano%20Sobre%20el%20Capital-1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique (Org.). (2013), *Economia solidária e transformação social.* Rumo a uma sociedade para além do capital? 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. (2004), "Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil". CAYAPA - *Revista Venezolana de Economía Social,* v. 4, n. 7, pp. 7-24.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina. (2006), Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores. In: 30º ENCONTRO DA ANPAD, 2006, Salvador. *Anais...* Online. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3521_pt.html. Acesso em: 22 dez. 2017.

SILVA, Marcelo; OLIVEIRA, Gerson. (2011), "A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul". *Sociologias*, v. 28, n. 13, pp. 86-124.

SINGER, Paul; SOUZA, André (Org.). (2000), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* 1. ed. São Paulo: Contexto.

SOUZA, Armando. (2012), "Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial". *Boletim Mercado de Trabalho do IPEA*, n. 52, pp. 53-60.

SOUZA, Daniela. (2008), "Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária". *Katálysis*, v. 11, n. 1, pp. 53-60.

THORNTON, Patricia. (1999), The Sociology of Entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, n. 25, pp. 19-46.

VERONESE, Marília (Org.). (2007), *Economía solidaria y subjectividad*. 1. ed. Buenos Aires: Altamira.

VERONESE, Marília. (2008), *Psicologia social e economia solidária.* 1. ed. Aparecida: Ideias & Letras.

VINHA, Valéria. (2003), "Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social". *Econômica*, v. 3, n. 2, pp. 207-230.

WELLEN, Henrique. (2008), "Contribuição à crítica da 'economia solidária'". *Katálysis*, v. 11, n. 1, pp. 105-115.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 15/09/2017 / Aprovado em 05/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.229
10.20336/rbs.229

A sociologia clínica no Brasil

Christiane Girard Ferreira Nunes*
Pedro Henrique Isaac Silva**

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir a respeito da sociologia clínica no Brasil, trazendo inicialmente uma análise da história de sua construção no âmbito internacional, evidenciando o seu desenvolvimento no contexto da sociologia francesa, onde a sociologia clínica encontrou maior ressonância e construiu um campo mais estruturado. No âmbito de suas contribuições teóricas e metodológicas para a sociologia em geral, a sociologia clínica se propõe a realizar três reflexões primordiais: a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos; a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais; a abordagem clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica. Partindo das principais questões que norteiam o campo, como a noção da intervenção, e de como ele se construiu internacionalmente, analisamos o modo como a sociologia clínica se desenvolveu no Brasil, bem como os limites e desafios para o seu desenvolvimento; questões essas que não limitam nem desafiam apenas a abordagem sociológica clínica, mas que perpassam as ciências sociais de maneira mais ampla.
Palavras-chave: sociologia clínica; subjetividade; implicação; intervenção; sujeito.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília e vice-diretora do Instituto de Ciências Sociais da UnB. Pós-Doutorado no Laboratório Sociologie, Philosophie et Politique de Nanterre (França). Membro fundador e correspondente internacional da Rede Internacional de Sociologia Clínica. Coordenadora do GT de Sociologia Clínica do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 2017 em Brasília

** Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e mestre em Psicossociologia e Sociologia Clínica pela Universidade Paris VII. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Brasília. Correspondente internacional da Rede Internacional de Sociologia Clínica e coordenador do GT de Sociologia Clínica do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 2017 em Brasília.

ABSTRACT

CLINICAL SOCIOLOGY IN BRAZIL

This article proposes to reflect on clinical sociology in Brazil, initially it brings an analysis of its history in international scope, showing its development in context of French sociology, where clinical sociology has found greater resonance and has built a more structured field. In the scope of its theoretical and methodological contributions to sociology in general, clinical sociology proposes to carry out three primordial reflections: the analysis of articulations between social and psychic determinisms; the question of the subject in human and social sciences; the clinical approach as a necessary condition for development of a critical sociology. Based on the main questions that guide the field,among them the concept of intervention, and how it was built internationally, we analyze the way clinical sociology has developed in Brazil, as well as its limits and challenges. These questions do not limit and challenge only the clinical sociological approach, but they permeate the social sciences more broadly.
Keywords: clinical sociology; subjectivity; implication; intervention; subject

---

Refletir a respeito da sociologia clínica no Brasil passa necessariamente pela análise da história de construção da sociologia clínica no âmbito internacional, evidenciando o seu desenvolvimento no contexto da sociologia francesa, onde a sociologia clínica encontrou maior ressonância e construiu um campo mais estruturado. Por outro lado, passa também pela reflexão a respeito de suas principais contribuições teóricas e metodológicas para a sociologia em geral. Somente, então, embasados das principais questões que norteiam o campo e de como ele se construiu internacionalmente, poderemos compreender o modo como a sociologia clínica se desenvolveu no Brasil, bem como os limites e desafios para o seu desenvolvimento; questões essas que não limitam nem desafiam apenas a abordagem sociológica clínica, mas que perpassam as ciências sociais de maneira mais ampla.

O programa da sociologia clínica remete à origem etimológica da palavra clínica, do grego *klinè*, que significa "estar ao lado do leito para ajudar uma pessoa que sofre". Ou seja, o sociólogo clínico se propõe a "estar perto do vivido" dos indivíduos, grupos, organizações, instituições e outras formações sociais. Não se trata de ação terapêutica, mesmo que ocorram efeitos terapêuticos, tal como ocorre em outras intervenções no social.

Para tanto, a Sociologia Clínica se propõe a realizar uma análise do social tendo como marco de referência três reflexões primordiais: a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos; a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais; a abordagem clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica. A tentativa de compreensão dos fenômenos humanos por meio da articulação entre as dimensões psíquicas e sociais não é algo original. Encontramos uma série de precedentes nos campos da psicologia, da psicologia social, da sociologia, da antropologia e mesmo da economia.

Não é nosso interesse aqui discutir cada uma dessas abordagens, em que elas se diferenciam, quais são seus potenciais e seus limites, mas destacar que as questões levantadas pela sociologia clínica encontram eco em outros campos de análise do comportamento humano e dos fenômenos sociais. Além disso, cabe salientar que mesmo o desenvolvimento da sociologia clínica não seria possível sem que outros intelectuais tivessem buscado responder às mesmas questões que a sociologia clínica se coloca.

As origens da sociologia clínica no contexto internacional

Como um ramo da sociologia, a sociologia clínica deve suas questões fundamentais aos "pais fundadores da sociologia", Marx, Durkheim, Weber e Simmel. Outro autor fundamental, sem o qual a sociologia clínica não existiria, é Sigmund Freud. Os estudos de Freud a respeito da psique humana e suas análises clínicas e teóricas acerca do inconsciente constituíram-se como um marco para as ciências do comportamento humano e, sobretudo, para os intelectuais que influenciaram a sociologia clínica nos últimos anos. Entre estes autores, destacamos a importância de Georges Bataille (1897-1962), Roger Caillois (1913-1978), Georges Gurvitch (1894-1965), Wilhelm Reich (1897-1957), Max Horkheimer (1895-1973), Theodor W. Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-1980), Jacques Lacan (1901-1981), Georges Devereux (1908-1985), Carl Rogers (1902-1987), Jacob Levy Moreno (1889-1974), Cornelius Castoriadis (1922-1997), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Mais do que precursores, no sentido de terem percorrido o mesmo caminho anteriormente, estes autores foram inspiradores de diversos pesquisadores contemporâneos que, a partir dos anos 1970, começaram a construir este campo que chamamos de sociologia clínica.

Sua filiação epistemológica se enraíza, em parte, (1) no espaço da sociologia dita compreensiva, partindo da máxima weberiana: "compreender a ação a partir do sentido que os atores atribuem a ela"; (2) de certo modo, na Escola de Chicago, especialmente nos estudos que tratam de histórias e trajetórias de vida dos camponeses, poloneses, a partir de entrevistas e cartas de imigrantes; (3) nas diversas vertentes sociológicas em que as emoções e paixões são objetos de análise; e, (4) também, na Escola de Frankfurt, especialmente a partir de suas reflexões a respeito da formação da personalidade autoritária.

A sociologia clínica, enquanto ramo da sociologia, se constrói a partir do desenvolvimento de sua irmã mais velha oriunda do campo da psicologia, a psicossociologia[1]. Após a Segunda Guerra Mundial, no contexto do Plano Marshall, a psicossociologia começa a se formar a partir da articulação entre psicólogos sociais franceses e estadunidenses que se contrapunham à psicologia social hegemônica, de base positivista e experimental. A vertente estadunidense que defende uma abordagem clínica contra a perspectiva experimental da psicologia social encontra em Carl Rogers e J. L. Moreno dois importantes porta-vozes. Rogers destaca-se pelo desenvolvimento do método clínico da orientação não-diretiva e Moreno pela criação do psicodrama como método terapêutico. Nesse contexto, o psicoterapeuta francês Max Pagès (1926-) se encontra com Rogers em 1950 e toma contato com esses novos métodos. A abordagem rogeriana impressiona Pagès, que relata três razões para seu grande interesse:

> 1. Uma maneira de integrar duas posições contrárias entre uma exigência científica muito rigorosa, de conceptualização, de verificação, de medida e de engajamento na subjetividade que não é somente uma dimensão da análise, mas o motor mesmo da terapia; 2. A descompartimentação entre diversas práticas profissionais – psicoterapia, conselho, psicopedagogia, trabalho social, educação, saúde mental, orientação – que são apenas variantes conjunturais e situacionais da relação de ajuda, enquanto que na França essas práticas correspondem a ofícios e funções diferenciadas e compartimentadas; 3. A empatia, a congruência, a abertura, a disponibilidade para si mesmo, a valorização

1 A psicossociologia é um ramo da psicologia que também se propõe a articular as dimensões sociais e psíquicas do comportamento humano e também o faz tendo como base a perspectiva psicanalítica. Suas ferramentas de análise são bastante próximas às da sociologia clínica e sua visão a respeito do ser humano encontra muita ressonância na sociologia clínica.

> das emoções, a capacidade de reconhecer os sentimentos, uma busca permanente de autenticidade, enquanto elementos que definem uma postura clínica (PAGÈS, 1996, p. 136 apud GAULEJAC, 2012a, p. 60)

Pagès realiza seu pós-doutorado com Rogers e, em 1959, funda a *Association de Recherche et d'Intervention Psychosociologiques* (ARIP), que reúne e articula vários pesquisadores do campo da psicossociologia, dentre eles Eugène Enriquez, André Levy, Jean Claude Rouchy, Guy Palmade, Gilles Amado e Jacqueline Barus-Michel. A psicossociologia desenvolve-se de maneira bastante promissora na França nos anos 1960-70, especialmente fora da academia. Vários são os psicossociólogos que atuam nas organizações tratando de conflitos e desordens psicossociais do ambiente de trabalho, em organizações não-governamentais, em grupos de apoio etc.

Na academia, a psicossociologia encontra dificuldades para conquistar uma posição de reconhecimento. A sociologia a rejeita a partir de dois argumentos principais: de um lado, a psicossociologia é criticada por excesso de psicologismo, de outro, ela é acusada de servir, em suas intervenções, aos interesses do patronato. Na psicologia, a psicossociologia fica à margem dos conflitos centrais do campo, entre cognitivistas, experimentalistas e psicanalistas, e na psicologia social não encontra espaço, tendo em vista o domínio da abordagem experimental e cientificista. Esse contexto é particularmente importante para a compreensão dos motivos que levaram a psicossociologia francesa a se desenvolver mais fora da Universidade do que no ambiente acadêmico.

O desenvolvimento da sociologia clínica, propriamente dita, se dá a partir do envolvimento de sociólogos com este grupo de psicossociólogos que fazem parte da ARIP. Em 1988, em Genebra, sob iniciativa de Robert Sévigny, Gilles Houle, Eugène Enriquez e Vincent de Gaulejac, alguns intelectuais constituem um grupo de trabalho dentro da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (CR19) e, em 1992, é criado um comitê de pesquisa permanente de sociologia clínica na Associação Internacional de Sociologia (RC46). Neste mesmo ano, na Universidade de Paris VII, o *Laboratoire de Changement Social* (LCS), criado em 1969 por Max Pagès, realiza o primeiro colóquio de sociologia clínica, que resulta na primeira obra coletiva de sociologia clínica. O título deste livro, *Sociologies Cliniques*, mostra que a diversidade do campo naquele momento abria espaço para uma série de perspectivas diferenciadas tendo como objeto a mesma preocupação.

Este colóquio também gera a articulação entre pesquisadores de diversos países, não apenas de língua francesa, e na posterior criação do *Institute International de Sociologie Clinique* (IISC), com sede em Paris. A rede de pesquisadores passa a contar, então, com representantes de diversos países, dentre os quais destacamos Jacques Rhéaume, do Canadá, Michel Legrand, Marcel Bol de Balle e Francis Loïq, da Bélgica, Klimis Navridis, da Grécia, Michelina Tosi e Massimo Corsali, da Itália, Igor Massalkov, da Rússia, Elvia Taracecna, do México, Ana Maria Araújo, do Uruguai, Francisca Marquez e Dariela Sharim, do Chile, Norma Takeuti, Teresa Carreteiro e José Newton Araújo, do Brasil, além dos franceses Pierre Roche, Frédéric Blondel, Jean-Philippe Bouilloud, Gilles Herreros, Florence Giust-Desprairies e Christophe Niewiandomski.

Mais recentemente, novos intelectuais se integraram à rede, ampliando o número de países e de universidades com grupos atuantes na sociologia clínica. Na última década, o IISC enfrentou uma séria crise financeira, o que lhe obrigou a encerrar suas atividades no ano de 2014. Em abril de 2015, em Paris, é realizado o Colóquio fundador da Rede Internacional de Sociologia Clínica (RISC), que contou com a presença de representantes da Argélia, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Grécia, Itália, México, Noruega, Rússia, Turquia, Uruguai e França. Em 2016, a rede tem participação importante no XX Congresso da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), que ocorre em Montreal, Canadá. Vários trabalhos utilizando a abordagem da sociologia clínica foram apresentados em sessões com diferentes temáticas, como organização do trabalho, epistemologia da ciência, globalização e questão social.

Mesmo tendo cada campo uma rede própria de pesquisadores, com coleções e revistas específicas e realizando eventos em separado, a psicossociologia e a sociologia clínica continuam compartilhando um projeto investigativo comum, qual seja articular de maneira inovadora aspectos individuais, grupais e societais dos fenômenos estudados, a partir da inserção, em sua análise, dos processos inconscientes (ENRIQUEZ, 1993). Grande parte dos pesquisadores participa de ambas as redes e se veem tanto como psicossociólogos quanto como sociólogos clínicos. Na Universidade de Paris VII, grande centro formador de sociólogos clínicos e de psicossociólogos, os programas de mestrado e de doutorado se intitulam de "Psicossociologia e Sociologia Clínica" e estão ligados a um único laboratório, o *Laboratoire de Changement Social*.

Em todo caso, é mister reafirmar a especificidade da abordagem da sociologia clínica que, por mais próxima que se encontre da psicossociologia, se propõe a realizar uma abordagem propriamente sociológica dos fenômenos psiquicossociais. Segundo Gaulejac,

> A sociologia clínica não se opõe à psicossociologia. Ao contrário, ela tenta prolongar no campo sociológico os diferentes elementos do projeto "psicossociológico", como ele foi levado, particularmente, pelos fundadores da ARIP. (...) Mas o termo psicossociologia sempre me trouxe problemas, porque se trata menos de trabalhar sobre as relações entre dois campos disciplinares do que sobre as relações entre "o social" – que tem dimensões emocionais, subjetivas, afetivas e inconscientes – e "o psíquico" – que é formado pela cultura, pela língua, pelo simbólico e pela sociedade –, introduzindo um questionamento mais fenomenológico sobre "o sujeito" e a historicidade, ou seja, sobre as capacidades e as resistências que conduzem os indivíduos e os grupos a produzirem sua história, a querer mudar o mundo e a mudar a si mesmos. (...) Nessa perspectiva, o termo sociologia clínica permite seguir a reflexão acerca de três pontos: a análise das articulações entre os determinismos sociais e os determinismos psíquicos; a questão do sujeito nas ciências humanas e sociais; a abordagem clínica como condição necessária ao desenvolvimento de uma sociologia crítica. (GAULEJAC, [s.d], p.157-159 apud FUGIER, 2014, p. 23).

Questões teóricas e metodológicas

O projeto da sociologia clínica se inscreve em uma corrente bastante profícua das ciências sociais, que aborda os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva compreensiva, buscando apreender a maneira com que os indivíduos os vivenciam, os assimilam, contribuem para produzi-los, articulando as contradições entre objetividade e subjetividade, racionalidade e irracionalidade, estrutura e ação, determinismo e capacidade de criação. Seu método procura acessar o conhecimento a partir da escuta do sujeito, considerando as dimensões afetiva e existencial da fala, estando atento ao que está em jogo inconscientemente, procurando desvelar suas dimensões imaginária, pulsional e simbólica.

Podemos afirmar, sem medo de parecer presunçosos, que os temas trabalhados pela sociologia clínica podem ser todos aqueles da sociologia. Isso se

dá porque aquilo que caracteriza nosso campo é o método. Apesar de vários sociólogos clínicos privilegiarem a análise do trabalho, que é central na sociologia desde suas origens, vários outros se debruçam sobre temas diversos, como a questão urbana, as organizações econômicas, as culturas de classe, a juventude, a educação, a religião etc.

No campo das relações de trabalho e da análise organizacional, podemos perceber que a reorganização do mundo nos decênios de 1970-80, principalmente a partir da hegemonização de um modelo econômico financista e neoliberal, propicia o aparecimento de formas de gestão que socializam de maneira nova, superexploram os trabalhadores, colonizam sua subjetividade e buscam a construção de sujeitos eficientes e performáticos (FOURCADE, 2014; GAULEJAC, 2007). Um dos sintomas produzidos pelo mal-estar no trabalho é o isolamento que ele provoca, a desfiliação (CASTEL, 2001), ou seja, a diminuição dos laços frente a uma sociedade "ameaçadora", ameaça esta que se configura justamente por aquilo que ela revela: uma impossibilidade de plena adaptação às novas exigências. As exigências contemporâneas de excelência, de fazer mais com menos, de cooperar e de ser competitivo, ao mesmo tempo, são injunções paradoxais que conduzem a fragilidades e adoecem o sujeito.

Os temas que privilegiamos se destinam a compreender o que provoca ruptura e repetição nas trajetórias sociais, a observar políticas sociais como fatores de integração ou o que lhes fazem obstáculos. Buscamos analisar os processos de socialização e investigar os sentimentos que surgem e ressurgem, criando um espaço de reflexividade no processo de intervenção entre pesquisador e os indivíduos participantes das pesquisas. Levamos em conta o vivido emocional para analisar os impactos na formação social das organizações, dos grupos, das instituições bem como para compreender o peso do social na construção dos sentimentos e das diferentes figuras do sujeito.

Há, assim, um programa que nos é exigido pela contemporaneidade: refletir sobre os obstáculos a ser sujeito, ou seja, como os processos de socialização atuais nos tornam "indivíduos", mas não necessariamente "sujeitos". Compreender o que é ser sujeito exige: 1) uma reflexão sócio-histórica, partindo da hipótese de que o sujeito se constrói frente às contradições com as quais é confrontado; 2) uma reflexão clínica a partir da história de vida para ilustrar a hipótese segundo a qual o indivíduo é o produto de uma história

da qual ele procura se tornar sujeito; e 3) uma reflexão de sociologia crítica sobre as armadilhas da ideologia da realização de si.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem clínica pressupõe a proximidade e a implicação do sociólogo em relação ao objeto de pesquisa e às pessoas investigadas. Vincent de Gaulejac defende uma abordagem que vá "ao mais perto do vivido dos atores" (GAULEJAC, 2012, p. 15). Para Jacques Rhéaume, "uma clínica do social é intervir com as pessoas, com os grupos sociais tendo o objetivo de ser útil, utilizando conhecimentos comprovados" (RHÉAUME, 2012, p. 78).

Por um lado, a sociologia clínica se propõe a intervir em determinada situação de modo a trazer melhorias significativas na qualidade de vida dos atores implicados. Existe aí um compromisso político que busca a mudança, a transformação. No entanto, nem sempre tal transformação é possível, uma vez que as condições objetivas em dada situação podem não mudar a partir da intervenção do sociólogo clínico. Mesmo assim, a abordagem da sociologia clínica vai buscar transformar a maneira com que os sujeitos se relacionam com as condições objetivas e/ou com o peso de suas histórias pessoais. Se a realidade ou o passado causam sofrimento ao sujeito, a maneira com que o sujeito lida com a realidade e com o passado pode diminuir seu sofrimento, amainar suas angústias, acalmar suas ansiedades, uma vez que propiciará ao sujeito conhecer os mecanismos objetivos e subjetivos que agem sobre seu sofrimento e, com isso, permitirá a ele o desenvolvimento de meios de geri-los.

Por outro lado, isso não seria possível sem um trabalho de coconstrução, ou seja, sem um trabalho de perceber no pesquisado um sujeito produtor de sentidos e de conhecimento capaz de compreender as dinâmicas psíquicas e sociais que o envolvem. A pesquisa em sociologia clínica não é uma pesquisa construída somente pelo pesquisador em seu escritório ou laboratório, mas é uma pesquisa que se desenvolve em um trabalho intersubjetivo levado a cabo no relacionamento entre pesquisador e pesquisado na prática de coleta e de análise dos dados. O envolvimento do sujeito-pesquisado com a pesquisa deve ser real, ele deve estar a par, na medida do possível, das hipóteses levantadas pelo pesquisador e deve, além disso, ser chamado a contribuir formulando suas próprias hipóteses. E será no vai-e-vem da pesquisa, nos encontros entre pesquisador e pesquisados que serão construídas, verificadas e testadas as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa.

A abordagem da sociologia clínica exige do pesquisador uma reflexão constante a respeito das questões subjacentes às escolhas que são realizadas no transcorrer de uma pesquisa, desde a definição do objeto, passando pela seleção dos instrumentos de coleta e análise dos dados e chegando às interpretações e conclusões do pesquisador a respeito dos resultados. Uma pesquisa em ciências humanas, especialmente, mas não só, sempre traz consigo algum significado para o pesquisador. Este significado irá necessariamente influenciar as escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa.

Um dos grandes diferenciais da sociologia clínica frente a outras abordagens sociológicas é levar realmente a sério a máxima: "não há ciência neutra". Este é um chavão repetido por vários dos intelectuais das ciências sociais, mas cujas consequências realmente são pouco exploradas. O sociólogo clínico realmente deve se colocar em questão para poder fazer uma "boa sociologia". Retomando o questionamento de Jean-Philippe Bouilloud: "Em que medida o pesquisador em ciências sociais, enquanto autor, fala de si mesmo?" (BOUILLOUD, 2009, p. 88), eis uma questão que nós cientistas sociais devemos nos colocar, caso contrário de nada valerá o esforço de objetivação de nosso objeto de pesquisa.

O etnopsicanalista Georges Devereux defende que o esforço de objetivação levado a cabo pela maioria dos pesquisadores das ciências humanas e sociais busca antes esconder as preconcepções acerca do objeto de pesquisa do que propriamente objetivá-las (DEVEREUX, 2012). O que deveríamos fazer, todavia, diz-nos Devereux, é explicitar os nossos interesses e desejos – conscientes e inconscientes – na pesquisa e tentar compreender de que maneira eles se encontram nas escolhas teóricas e metodológicas que fazemos. Devereux afirma que as perturbações decorrentes da nossa implicação com o objeto de pesquisa são "negligenciadas" ou "escondidas" por nós, pesquisadores, que, defensivamente, "buscamos maquiá-las sob a forma de metodologias ou teorias pseudo-objetivas" (DEVEREUX, 2012, p. 16). Tal postura faz com que possíveis erros de interpretação acerca da realidade não sejam controláveis, uma vez que nossa implicação permanece escondida. Segundo Devereux, portanto, a única via para alcançar a objetividade da análise é buscando compreender a própria implicação do pesquisador.

Para tanto, Devereux utiliza o conceito psicanalítico de contratransferência, que remete ao "conjunto de reações inconscientes do analista ao anali-

sado, e mais particularmente, à transferência[2] deste" (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 102). A contratransferência é, no método psicanalítico, fator fundamental para a compreensão do outro, uma vez que tal compreensão passa pela compreensão de si na relação com o outro. Nesse sentido, o psicanalista não pode furtar-se a conhecer o próprio inconsciente e a maneira como ele age na sua percepção sobre o mundo, caso contrário pode projetar em sua análise aquilo que se encontra escondido em seu inconsciente. Segundo Freud,

> Nenhum psicanalista avança além do quanto permitem seus próprios complexos e resistências internas, e, em consequência, requeremos que ele deva iniciar sua atividade por uma autoanálise e levá-la, de modo contínuo, cada vez mais profundamente, enquanto esteja realizando suas observações sobre seus pacientes. Qualquer um que falhe em produzir resultados numa autoanálise desse tipo deve desistir, imediatamente, de qualquer ideia de tornar-se capaz de tratar pacientes pela análise. (FREUD, [1910] 1996, p. 150).

Trazendo tais proposições para o domínio da sociologia, verificamos que mais importante do que a "vigilância epistemológica" defendida por Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004), no sentido de nos despirmos de nossas prenoções e de desconfiar da interpretação do sujeito acerca da própria vida, devemos primeiramente tentar compreender nossa relação com aquilo que queremos pesquisar e, para isso, é mister trazer à tona aquilo que se encontra escondido, o que nos angustia em relação à realidade analisada. A angústia, segundo Devereux, é elemento central para compreensão da realidade social, uma vez que pode tanto levar a erros quanto gerar *insights* importantes. Essa angústia ocorre quando o pesquisador sente-se emocionalmente implicado por seu objeto de estudo, quando ocorre algum tipo de identificação entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado e quando valores e crenças caros ao pesquisador encontram-se em risco quan-

2 A transferência, na psicanálise, designa o processo pelo qual os desejos inconscientes são projetados ou atualizados sobre determinados objetos. Na relação terapêutica, a transferência é um elemento fundamental, tendo em vista que a partir da transferência e do método da associação livre é que o analista vai conseguir elencar os elementos que fazem parte do inconsciente do sujeito analisado. A contratransferência, nesse sentido, seria o processo inconsciente que a transferência provoca no analista e o trabalho analítico se daria na relação entre estes inconscientes que se comunicam pelo deslocamento recíproco de afetividades.

do confrontados com a realidade estudada. A partir da análise de diversas pesquisas, Devereux mostra que, quando os dados são ansiógenos, ou seja, fonte de angústia, comumente os pesquisadores acabam por deformá-los ou escondê-los. O maior perigo é que esse procedimento não ocorre de maneira intencional e consciente, mas se dá a partir de uma postura defensiva não percebida pelo pesquisador. Por isso, Devereux defende que a compreensão, pelo pesquisador, de suas próprias angústias, de seus mecanismos de defesa e de seus objetivos inconscientes seja condição *sine qua non* para a objetividade nas ciências do comportamento.

Jacqueline Barus-Michel (2012) nos lembra que a implicação não apenas faz parte do processo de construção do conhecimento como é necessária para a melhor compreensão do fenômeno e do sujeito pesquisado, pois nos permite o acesso ao explícito, ao subentendido e ao subjacente, o que contribui para a compreensão da experiência em sua profundidade e complexidade.

> A implicação clínica permite um reconhecimento em profundidade e em complexidade da experiência: trata-se de deixá-la ressoar, prová-la suficientemente para então ouvir o explícito, o subentendido e o subjacente e não perdê-los, contaminados que estaremos pela força do discurso ou das emoções. (BARUS-MICHEL, 2012, p. 221)

Barus-Michel defende que a implicação é fonte da sensibilidade necessária para que o pesquisador compreenda a duplicidade da linguagem, dos comportamentos e dos discursos dos sujeitos. No entanto, para que a implicação gere os efeitos positivos pretendidos, é necessário que o pesquisador faça o exercício de compreensão da própria implicação, que ele consiga interpretar as razões da ressonância daquilo em seu íntimo ao longo da pesquisa. Tal postura compreende um vai-e-vem entre a aproximação e o distanciamento com o objeto de pesquisa, um desejo de fusão, ou seja, de se lançar inequivocamente dentro daquilo que pesquisamos, e a necessidade de se afastar e de "respirar ar fresco", de modo a dar clareza àquilo que observamos e sentimos.

O desenvolvimento da sociologia clínica no Brasil

No Brasil, a sociologia clínica se desenvolveu a partir dos laços construídos entre pesquisadores brasileiros e franceses, que se deveram aos intercâmbios doutorais e pós-doutorais iniciados nos anos 1980 e fortalecidos ao longo das últimas duas décadas. É a partir das redes de relações acadêmicas, tornadas mais estreitas por conta de relações pessoais, que se constituem diversos grupos de psicossociólogos e sociólogos clínicos no Brasil. Nosso campo se desenvolveu em cidades diversas de maneira descentralizada, com os grupos geograficamente espalhados mantendo relações com a rede internacional de modo mais ou menos autônomo. Os primeiros grupos de pesquisadores nesse campo desenvolveram-se em Belo Horizonte, com Celio Garcia, Marília Mata Machado e José Newton Garcia de Araújo, da Universidade Federal de Minas Gerais; no Rio de Janeiro sob a liderança de Teresa Carreteiro, da Universidade Federal Fluminense; em Natal, com Norma Takeuti, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e, em São Paulo, com Maria Ester de Freitas.

Esse conjunto de intelectuais produz uma série de pesquisas e publicações fundantes do campo da psicossociologia e da sociologia clínica no Brasil. A primeira obra coletiva da psicossociologia clínica e da sociologia clínica editada no Brasil foi o livro "Psicossociologia – Análise social e intervenção", organizado por Marília Mata Machado, Eliana Castro e José Newton Araújo, em 1994, fruto do Acordo de Cooperação Internacional CAPES-COFECUB, firmado entre universidades francesas (Paris VII, Paris X e Paris XIII) e brasileiras (UFMG, UFF e FUNREI), entre 1991 e 1995. Destacamos também o livro "Cenários sociais e abordagem clínica", organizado por José Newton Araújo e Teresa Carreteiro em 2001, que conta com uma série artigos de autores brasileiros e estrangeiros, entre eles, os já consagrados Robert Sévigny, Vincent de Gaulejac, Eugène Enriquez, Max Pagès, Jacqueline Barus-Michel e André Levy, o que demonstra a importância da articulação internacional de pesquisadores para a formação do campo da sociologia clínica no Brasil.

Em 2004, Norma Takeuti publica, na revista Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN –, um importante dossiê sobre a Sociologia Clínica, com artigos de pesquisadores brasileiros e também dos autores francófonos que vêm contribuindo para a formação do campo no Brasil. No âmbito da sociologia, essa publicação ainda tem a

importância de ser a primeira obra coletiva que destaca, em seu título e nos artigos apresentados, a sociologia clínica enquanto abordagem propriamente sociológica.

Mais recentemente, novos pesquisadores têm dado vida à psicossociologia e à sociologia clínica, como Fernando Gastal de Castro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Massa, na Fundação Dom Cabral, Valéria Quiroga Vinhas, da FINEP, Admardo Gomes Júnior, Fernanda Tarrabal Lopes e Ludmila Guimarães, do CEFET-MG, entre outros pesquisadores espalhados pelo Brasil. Nos últimos anos, o grupo de pesquisa "Diálogos em Sociologia Clínica", liderado pela professora Christiane Girard Ferreira Nunes do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, tem aglutinado pesquisadores de várias áreas e diferentes instituições, como Sérgio Barroca, na Universidade Federal de Goiás, Christiane Girard Ferreira Nunes, Paulo Sérgio Bareicha e Maria Inês Gandolfo, na Universidade de Brasília, Pedro Henrique Isaac, no Instituto Federal de Brasília, Maria Aparecida Penso e Maria Eveline Cascardo Ramos, na Universidade Católica de Brasília. O grupo "Diálogos em Sociologia Clínica" tem uma importância particular para a sociologia, pois, diferentemente de outros grupos e pesquisadores no Brasil que, em sua maioria, estão situados em departamentos de psicologia ou de administração, nasce no departamento de sociologia, formando estudantes e desenvolvendo pesquisas na área de sociologia, sem abrir mão do diálogo necessário com outras áreas de conhecimento e, especialmente, com setores fora da academia.

Pesquisadores e profissionais não necessariamente ligados institucionalmente a instituições de ensino e pesquisa têm atuado no campo da sociologia clínica, contribuindo para o desenvolvimento de suas ferramentas teóricas e metodológicas nos processos de intervenção e para a reflexão a respeito dos potenciais e limites da abordagem clínica nas ciências sociais. Cabe destacar também as centenas de estudantes de graduação e pós-graduação formados nas universidades e que participam dos grupos de pesquisa e de programas de intercâmbio, como o doutorado-sanduíche, demonstrando como esse campo possui uma rede de pesquisadores pulsante e atuante tanto nacional quanto internacionalmente.

Esses pesquisadores vêm organizando diversos eventos, desenvolvendo uma série de pesquisas e publicando várias obras que têm contribuído para o fortalecimento da sociologia clínica no Brasil. Foram realizados, nos

últimos anos, quatro colóquios internacionais de sociologia clínica e psicossociologia no Brasil, sendo os últimos dois em Brasília. Pesquisadores brasileiros têm participado de eventos internacionais, como os encontros da Associação Internacional de Sociologia (ISA) e da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), apresentando trabalhos nos GTs de Sociologia Clínica. Recentemente, a professora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB) passou a integrar o comitê de pesquisa (RC46) da Associação Internacional de Sociologia (ISA).

Desafios da sociologia clínica no Brasil: a problemática da intervenção

Um desafio colocado à sociologia clínica atualmente está estritamente ligado ao fato de que encontramos, de maneira recorrente, mais psicólogos do que sociólogos trabalhando com a sociologia clínica. Quando pertencentes a universidades, esses pesquisadores normalmente se encontram ligados aos departamentos de Psicologia, ou a outros departamentos, como Administração e Pedagogia, por exemplo. Há uma crescente oferta de disciplinas que se interessam pela abordagem da sociologia clínica nas áreas do Direito, da Arquitetura e em outras áreas interdisciplinares, mas percebemos um certo silêncio que persiste no campo da Sociologia. Tal situação marca nossas trocas intelectuais e nos obriga a pontuar certas questões que nos parece útil de encarar, questões essas que se colocam no cerne da imbricação do sujeito social e existencial do pesquisador.

Nossa hipótese principal para esta falta de diálogo se concentra em torno da questão da legitimidade da intervenção. Trata-se de um debate antigo na sociologia, mas que se encontra ainda presente sem aparente resolução. Verificamos que a dificuldade de pensar teórica e metodologicamente a intervenção não está resolvida e é partilhada por sociólogos clínicos e sociólogos em geral. Pensar a intervenção, a implicação e, a partir daí, a proposição de hipóteses de explicação e de ação prática continua a ser visto como algo paradoxal no campo sociológico, sendo suas dificuldades sentidas em diferentes correntes sociológicas.

A prática de intervenção nos leva a duas questões sobre as quais devemos refletir seriamente. A primeira se refere ao reconhecimento de nossa implicação a fim de controlar nossas projeções. Isso é o que se demanda dos soci-

ólogos desde que se ensina sociologia nas universidades. A segunda questão se refere à relação intersubjetiva necessária à construção do conhecimento. A intervenção se constrói a partir de uma relação de alteridade, da confrontação do sujeito com o real e da validação das hipóteses pelos sujeitos pesquisados. O "objeto que fala" não é um problema para a análise na sociologia clínica, mas a própria possibilidade de se encontrar as respostas.

Ao reconhecer nossa implicação com o objeto e com o outro, o que necessariamente ocorre no processo de intervenção, fazemos um exercício reflexivo sobre nós mesmos. A intervenção pode nos levar a lidar com algo sobre o qual eventualmente queremos manter o silêncio ou com aquilo que nós nem mesmos estamos conscientes e que, de alguma maneira, acaba emergindo. O processo de intervenção também deve conduzir em direção ao rompimento da fragmentação do sujeito, no sentido de permitir a reconstrução do fio condutor que dá coerência a uma história contraditória e às injunções paradoxais da realidade.

Se, como dizia Durkheim, o que era exigido da sociologia era explicar as transformações sociais e ser útil através de um conhecimento que pudesse ser utilizado, em um momento posterior, por aqueles que detêm o poder de decisão, a intervenção em sociologia clínica nos mostra que a explicação e a atuação no social ocorrem com uma temporalidade diferente. Deve-se intervir propondo, com prudência, hipóteses de leitura que só podem ser feitas no quadro desta implicação particular que descrevemos. Nesse sentido, uma vez que a análise partilhada é avaliada como justa, a experiência pode ser amplificada e submetida para uma possível institucionalização. Por isso dizemos que, no quadro da sociologia clínica, a mudança e o efeito terapêutico não são visados, mesmo que sejam constantemente alcançados.

No entanto, essas ainda são questões não suficientemente refletidas e debatidas no campo da sociologia, o que, a nosso ver, constitui uma barreira para a aceitação da abordagem clínica dos fenômenos sociais dentro do quadro de análise sociológico. Por outro lado, é aí que reside a grande contribuição que a sociologia clínica pode trazer para as ciências sociais: refletir sobre a implicação do pesquisador, sobre a dimensão da alteridade no processo de pesquisa e sobre a intervenção enquanto prática científica é refletir sobre que sociologia fazemos.

Considerações finais

"O indivíduo é o produto de uma história da qual ele procura se tornar sujeito", lembra-nos Vincent de Gaulejac (2012b, p. 275). Frente aos sujeitos pesquisados, é a isso que se agarra a sociologia clínica. Nossa preocupação é tornar visível e analisável as histórias das quais eles são produto e produtores, partilhar e coconstruir essa análise com os atores, a fim de que possamos juntos determinar as ações produzidas pelo vivido (tanto em sua dimensão existencial quanto em sua dimensão social) e refletir a partir dos espaços de liberdade possível.

O singular, e não apenas o comum, o normal, o coletivo, é privilegiado na análise da sociologia clínica. Se há a reprodução social devido ao *habitus* incorporado, uma mesma socialização, por exemplo, em uma mesma família ou em uma mesma organização, produz frequentemente trajetórias sociais singulares. As lógicas (sociais e existenciais) que presidem essas trajetórias sociais diferentes devem ser consideradas e compreendidas, uma vez que entre o social e o existencial não há diferenças essenciais, mas níveis diferentes de análise.

Seu método privilegia a compreensão das dinâmicas existenciais e coletivas e a implicação do sujeito com seu objeto é reconhecida, sendo, por esse motivo, passível de controle. A sociologia clínica se funda sobre uma epistemologia de pesquisa do sentido, considerando a dinâmica social de intersubjetividade. Nesse sentido, buscamos incessantemente produzir uma leitura que leve em conta a articulação entre a estrutura e o ator, o indivíduo e a sociedade, sujeito social e sujeito existencial. O campo psicanalítico é utilizado para pensar o existencial, mas a referência ao termo clínico não significa uma pretensão terapêutica. Ele é utilizado no seu sentido original, de se aproximar desse "objeto que fala" para compreender as transformações sociais incluindo a análise das formas regressivas e/ou emancipatórias de nossas sociedades atuais.

Nosso principal desafio e anseio é debater com a comunidade de pesquisadores, tendo o espírito aberto, que valorize a interdisciplinaridade, exigida para a compreensão da complexidade do real, o que vai propiciar, a partir do confronto de ideias, métodos e teorias, o desenvolvimento da sociologia enquanto ciência do mundo social. Nosso esforço em convidar nossos colegas a debaterem se faz necessário para responder às seguintes questões: Qual sociologia nós fazemos? Para quem nós fazemos? Como nós fazemos?

Realizar essas trocas com nossos colegas no Brasil é a condição para reforçar nossa presença internacional e desenvolver uma sociologia que ultrapasse as fronteiras nacionais e epistemológicas existentes. Nesse sentido, avaliamos que a participação no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia é uma excelente oportunidade para consolidar nosso campo, dialogar com nossos pares e contribuir para a reflexão sobre qual sociologia temos feito e qual sociologia podemos fazer no Brasil.

Referências

BARUS-MICHEL, Jacqueline. (2012), Implication, significations et engagement. In. : GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). *La sociologie clinique*: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès. pp. 193-200.

BOUILLOUD, Jean-Philippe. (2009), *Devenir sociologue:* Histoires de vie et choix théoriques. 1. ed. Toulouse: Érès.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. (2007), *Ofício de sociólogo:* metodologia da pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

CASTEL, Robert. (2001), *As metamorfoses da questão social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes.

DEVEREUX, Georges. (2012), *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. 1. ed. Aubier: Flammarion.

ENRIQUEZ, Eugène. (1993), L'approche clinique: Genèse et développement en France et en Europe de l'Ouest. In: GAULEJAC, Vincent de; ROY, Shirley (org.). *Sociologies cliniques*. Paris: Desclée de Brouwer. pp. 19-35.

FOURCADE, Jean-Michel. (2014), *Personalidades-limite*: hipersensíveis, à flor da pele, em carne viva... todos borderlines? 1. ed. Curitiba: Juruá.

FREUD, Sigmund. (1996 [1910]), As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XI. ed. *standard* brasileira. Rio de Janeiro: Imago. pp. 144-156.

FUGIER, Pascal. (2014), *Racines historiques et institutionnalisation de la sociologie clinique*. 1. ed. Paris: Université Paris 7.

GAULEJAC, Vincent de. (2007), *A gestão como doença socia*l. 1. ed. Aparecida-SP: Ideias e letras.

GAULEJAC, Vincent de. (2012a), Aux sources de la sociologie clinique. In: GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (org.). *La sociologie clinique*: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès. pp. 25-56.

GAULEJAC, Vincent de. (2012b), *L'historie en héritage, Roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Payot. pp. 275-283.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. (2001), *Vocabulário de psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

RHÉAUME, Jacques. (2012), L'enjeu d'une épistémologie pluraliste. In.: GAULEJAC, Vincent de; HANIQUE, Fabienne; ROCHE, Pierre (orgs.). *La sociologie clinique*: Enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Érès. pp. 57-74

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 20/09/2017 / Aprovado em 08/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.230
10.20336/rbs.230

Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana

Iracema Brandão Guimarães*
Lúcia Maria Machado Bógus**
Inaiá Maria Moreira de Carvalho***

Resumo

Este trabalho avalia a trajetória do Grupo de Trabalho sobre as questões urbanas da Sociedade Brasileira de Sociologia, discutindo a sua contribuição para o avanço científico da disciplina, os avanços do próprio Grupo e sua inserção no debate acadêmico nacional e internacional. Levando em conta a trajetória dos estudos urbanos no Brasil, a referida avaliação está baseada principalmente na análise dos estudos apresentados nos congressos da SBS e na observação direta das autoras, enquanto coordenadoras do Grupo. Essa análise permitiu identificar o leque de temas e os grandes eixos teórico-metodológicos, em que se inserem os referidos estudos, seus avanços e limitações, fundamentando algumas considerações e sugestões no sentido de uma maior contribuição do Grupo para o desenvolvimento da Sociologia Urbana do nosso país.
Palavras-chave: Estudos Urbanos; Sociologia Urbana; Sociedade Brasileira de Sociologia.

* Doutora em Sociologia. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora atual do grupo de trabalho.
** Doutora em Arquitetura. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora atual do grupo de trabalho.
*** Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFBA. Ex-coordenadora do grupo de trabalho.

ABSTRACT

BETWEEN URBAN STUDIES AND URBAN SOCIOLOGY

This work evaluates the trajectory of the GT on urban issues of Brazilian Society of Sociology, discussing its contribution to the scientific advancement of the discipline, the advances of the group itself and its insertion in national and international academic debate. Taking into account the trajectory of urban studies in Brazil, the evaluation is based primarily on the analysis of studies presented in congresses of SBS and direct observation of the authors, while they were the Group's coordinators. This analysis allowed identifying the range of topics and the main methodological--theoretical axes, where the studies, its advances and limitations are inserted, grounding some considerations and suggestions towards a greater contribution to the development of Urban Sociology of our country.
Keywords: Urban Studies; Urban Sociology; Brazilian Society of Sociology.

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar a trajetória do Grupo de Trabalho sobre as questões urbanas da Sociedade Brasileira de Sociologia, considerando sua contribuição para a Sociologia enquanto disciplina científica, seus avanços e debilidades e sua inserção no debate acadêmico nacional e internacional sobre as referidas questões, de modo a contribuir para uma agenda de pesquisa e o fortalecimento do grupo e de sua área de investigação.

Para o atendimento desses objetivos, foram efetuadas algumas considerações sobre a trajetória dos estudos urbanos no Brasil, consultas aos Anais dos diversos Congressos[1] e outros registros da SBS, além de observações diretas das próprias autoras enquanto coordenadoras do GT em diferentes momentos de suas discussões.

Ao longo do processo de sua elaboração, foram enfrentadas algumas questões teóricas e epistemológicas: a primeira delas refere-se à própria definição do campo em estudo, pois, como já assinalava Castells (1979, p. 23), desde os anos 70, na França, um florescimento da chamada "sociologia urbana" se traduzia em muitos projetos de estudo (e menos em investigações

1 Os Anais da Sociedade Brasileira de Sociologia constituíram a principal fonte de consulta. Entretanto, cabem as observações: muitos dos autores não entregam os trabalhos; existe grande variação do número de trabalhos selecionados, o que afeta a comparação; e o material não está completo, sendo, portanto limitado.

acabadas), o que o estimulava a refletir e interrogar-se sobre a pertinência científica desta tendência intelectual, em comparação com o seu relativo alcance em outros países. Para dar conta desta difícil tarefa, o autor em questão busca identificar o que englobavam os trabalhos sociológicos: a) a ótica demográfica, na qual os clássicos iniciam com a identificação de tamanho e concentração da população; b) investigações sobre desorganização social e aculturação, perspectiva predominante da Escola de Chicago, desdobrada em novos estilos; e c) a tradição dos estudos de comunidade, cidades pequenas, ou unidades urbanas, com suas variações: os ingleses focalizavam os problemas sociais em um quadro espacial; os americanos exploravam a unidade espacial como tal.

Através desta "breve visão panorâmica em que procuramos mostrar a dispersão teórica dos estudos urbanos em diferentes ramos do saber" (CASTELLS, 1979, p. 25), o autor acrescentava que essa dispersão produzia a impressão errada de objetos diferenciados: existiria uma escassez de investigações originais publicadas *versus* uma profusão de compilações sobre a vida urbana, o que colocava uma questão prévia (de pressupostos): "saber se a cidade possui uma entidade propriamente sociológica, ou se é um objeto real a reconstituir a partir de outros conhecimentos". Propondo-se a organizar a reflexão, o autor se debruça sobre dois eixos:

1. A cidade como variável independente, citando o texto que é visto como fundamento da vertente urbana da Escola de Chicago: "considera-se como objeto de estudo tudo aquilo que sucede num contexto urbano" (PARK apud CASTELLS, 1979, p. 28) e avaliando que os trabalhos da referida escola não abrangem "tudo", mas a desorganização social e a resistência à integração (à sociedade americana);

2. A cidade como variável dependente, argumentando que tomar a cidade como produto do complexo ecológico, conceito de Park, é o mesmo que analisá-la como produto da dinâmica social, de uma formação histórico-geográfica: "a cidade é produto da história, reflexo da sociedade, ação do homem sobre o espaço para construir a sua morada".

Por fim, tentando uma saída "à procura do objeto perdido", o autor elenca algumas conclusões: a) para continuar a falar de "comportamentos urbanos", ou de "atitudes urbanas", defende que as características fundamentais de uma cultura (urbana) precisariam ser interpretadas como consequências diretas do processo de industrialização e do capitalismo; b) se tudo se

transforma em urbano, seria necessário distinguir níveis de análise e codificar, para cada nível, o espaço, explicitando a passagem dos processos sociais para o "sistema ecológico" (p. 48); c) sugere as condições para definição deste objeto: "haveria uma especificidade urbana, se houvesse coincidência entre unidade espacial e unidade social – ao nível do sistema social" (p. 50).

Consideramos que muitas dessas questões enfrentadas pelo autor naquele período continuam presentes na atualidade, trazendo aos debates do Grupo de Trabalho alguns desafios instigantes, tanto ao retomar velhas questões quanto ao identificar novos fenômenos, revisitando teorias e se apropriando de novas realidades.

Na expectativa de apreender essa dinâmica, o presente artigo foi organizado em três partes: I. Algumas considerações sobre a trajetória dos estudos urbanos no Brasil; II. Um levantamento dos trabalhos apresentados especialmente nos últimos dez anos de atividades da SBS; e III. Comentários finais.

Algumas considerações sobre a trajetória dos Estudos Urbanos no Brasil

Ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, a transformação de uma sociedade de base rural e agroexportadora em uma sociedade urbano-industrial considerada moderna, assim como a conformação, a dinâmica e a diversidade da sua rede urbana têm recebido uma atenção e um tratamento privilegiado por parte da comunidade dos cientistas sociais. Demógrafos, economistas, sociólogos, geógrafos e antropólogos têm acompanhado continuadamente esse processo, analisando as características básicas das cidades que compõem a referida rede, sua diferenciação interna, seus grandes problemas e suas contradições.

Pode-se considerar que as políticas higienistas induziram uma produção bibliográfica considerada como o fundamento dos estudos urbanos no Brasil. Valladares e Medeiros (2003, p. 10) citam o período classificado como a gênese, ou a primeira descoberta da favela carioca, abrangendo o início do século XX até a década de 40, com os primeiros estudos que adotaram um recorte racionalista/ higienista/ sanitário; eles apresentavam uma visão moralista com propostas de caráter político-administrativo, assistencialista e educativa (p. 12), supunham uma visão "científica" dos problemas sociais decorrentes da pobreza, associando a crescente ocupação das cidades ao agravamento do

quadro de saúde da população, expressavam as preocupações dos governos brasileiros com a realização de reformas urbanas sob a influência das reformas parisienses do Barão de Haussmann. Identifica-se o estudo pioneiro do engenheiro Backheuser (1906), seguido de outros realizados por jornalistas-observadores, urbanistas, médicos e assistentes sociais. Dois outros aspectos são destacados pelas autoras: a disponibilidade de dados do Censo Demográfico de 1950, que possibilitou uma ampliação do foco e da quantidade de publicações sobre os temas, e "o olhar das ciências sociais", refletindo a presença de acadêmicos americanos, também, no final dos anos 50, preocupados com a integração e a organização social dos migrantes de origem rural nas grandes cidades. Um destaque é dado à pesquisa considerada pioneira (LEBRET; RIOS, 1964) por inaugurar o trabalho de campo prolongado e sistemático nas favelas cariocas, seguindo-se vários estudos orientados pelos paradigmas da marginalidade social e da teoria da dependência.

Foi a partir dos anos 1960, porém, que a constituição de uma rede dinâmica e integrada de cidades[2] e de uma sociedade urbana-industrial considerada pobre, complexa e bastante desigual, na periferia de uma economia mundial crescentemente internacionalizada, que a produção acadêmica sobre a rede urbana brasileira tornou-se bem mais ampla e diversificada, com uma contribuição bastante significativa da sociologia.

Estudos elaborados sobre essa produção[3] deixam patente como nos anos 1960 e 1970, com uma abordagem conhecida como de caráter histórico-estrutural, ela enfatizou basicamente a discussão de processos macroestruturais e das especificidades da industrialização e da urbanização em países dependentes, como o Brasil. Reportou-se ao que era considerado como o caráter "inchado", "caótico", ou até "sociopático" dessa urbanização e, inspirada em considerações teóricas da CEPAL e do marxismo estruturalista,

2 Lefebvre (1968, p. 16) se refere a redes de cidades, no processo europeu de transição para a industrialização: "Entretanto, lá onde preexistir uma rede de cidades antigas – divisão de trabalho – a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades". Mas, no Brasil, entre outros autores, Santos (1996, p. 99) se refere ao período pós 64, no qual se conjugam as exigências de inserção em uma nova ordem econômica mundial, através da integração dos transportes e das comunicações modernizados, como condição material para a difusão, além das regiões centrais mais desenvolvidas, de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas, mostrando que pequeno número de grupos econômicos com posição dominante no mercado exerce papel de controle do território, via produção e consumo.

3 Ver, entre outros, Machado da Silva, 2008; Frehse, Leite, 2008; Moya, 2011; Barreira, 2016; Veras, 2000; Conceição, 2017.

principalmente, aprofundou a análise de questões como a intensidade, os determinantes e os impactos das migrações rural-urbanas sobre as cidades: as condições de ocupação, integração e moradia das classes subalternas e a "marginalidade"; a expansão das favelas e periferias, a precariedade habitacional e a carência de infraestrutura e de serviços de consumo coletivo que atingia a classe trabalhadora, associando uma espoliação urbana, conforme definimos a seguir, à sua exploração tradicional, assim como a contradição observada entre a riqueza de algumas metrópoles e a pobreza de sua população.

Merece destaque a forma pela qual a produção sociológica do Brasil problematizou a expansão das periferias urbanas e metropolitanas. O processo de periferização das cidades tornou-se objeto privilegiado de estudo a partir dos anos 1970. Ao longo das décadas seguintes, as periferias continuaram sua expansão desordenada como parte, segundo Kowarick (1979), do processo por ele denominado "espoliação urbana", base do modelo de expansão fundado na superexploração da força de trabalho, na autoconstrução da habitação, na irregularidade da terra e na precariedade de condições de vida de grande parte da população trabalhadora.

A partir da década de 80, desenvolvem-se projetos integrados com orientações metodológicas em comum e apoios financeiro-institucionais amplos. Criado no final dos anos 1980, o Urbandata se constituiu como um banco de dados que buscou contribuir para o acompanhamento, registro e sistematização dos trabalhos e pesquisas sobre o urbano brasileiro. Inicialmente sediado no Iuperj/ UFRJ, Rio de Janeiro, em 1997 foi reorganizado como projeto integrado, disponibilizando 394 referências sobre as favelas do Rio de Janeiro, etapa concluída em 2001, prosseguindo nos anos seguintes e avançando para além de um simples levantamento, para constituir-se em uma verdadeira pesquisa que mobilizou inúmeras pessoas e fontes de consulta sobre os trabalhos desenvolvidos nessa área temática, abrangendo um total de 668 referências sobre as desigualdades socioeconômicas, a pobreza e a moradia em favelas (VALLADARES; MEDEIROS, 2003, p. 15). [4]

4 Segundo as informações disponíveis, a partir de outubro de 2013, o acervo Urbandata-Brasil encontra-se sediado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e disponibiliza várias bases de dados: bibliográficos (Base URB), de instituições e de pesquisadores – que devem estar disponíveis para consulta pública e gratuita.

Neste mesmo período, desenvolve-se no IPPUR/UFRJ um programa de pesquisas inicialmente orientado para a análise das transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como temática central a reflexão sistemática sobre os desafios representados pelo modelo de política urbana implementado a partir de 1988 com o Movimento Nacional da Reforma Urbana. Focalizando as transformações econômicas do final da década e avaliando os impactos metropolitanos no Rio de Janeiro e em outras metrópoles (IPPUR/UFRJ), esse programa destacava o estudo dos processos socioespaciais e sua importância para a compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, vindo a desembocar no Observatório das Metrópoles, uma rede nacional de pesquisa que hoje congrega cerca de 15 núcleos e que vem estudando as principais metrópoles brasileiras com uma vasta produção sobre as suas transformações.

No ano 2000, cria-se em São Paulo um núcleo de pesquisas que investiga temáticas relacionadas às desigualdades socioeconômicas e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas, com pesquisas voltadas para conhecer os mecanismos por meio dos quais os cidadãos podem sair da situação de pobreza, através da ação do Estado, da inserção no mercado de trabalho e das redes de relacionamento e associativas. Entre suas linhas mais recentes de pesquisa, destaca-se o estudo de fatores que afetam a trajetória recente das desigualdades no Brasil, com vistas a obter contribuições teóricas para o conhecimento científico e para formulações de políticas públicas (Centro de Estudos da Metrópole /CEM/CEBRAP/ USP).

No período citado, as principais influências teóricas sobre os pesquisadores brasileiros giravam em torno dos trabalhos de Castells, ao considerar, por exemplo, a segregação residencial como "a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia" (CASTELLS, 2009 (1972), p. 210). Nessa direção, Oliveira (2003) corrobora essas análises ressaltando que a precariedade das periferias e o descaso do Estado em formular políticas urbanas e implantar infraestruturas de saneamento e transporte público resultaram da presença de um grande contingente de mão de obra, de fluxos migratórios intensos e da ausência de sindicatos fortes e de movimentos operários.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a amplitude da pesquisa refletia-se também na emergência dos denominados movimentos sociais urbanos, contando com a expansão de universidades e centros de pesquisa, conforme os exemplos já vistos. Refletia-se também sobre as lutas pela redemocratização do país, multiplicando-se os estudos sobre o caráter e os impactos das ações coletivas e das referidas mobilizações, agora, com um certo questionamento do marco teórico até então norteador da pesquisa urbana, o marxismo estruturalista, que teria contribuído para reduzir as práticas sociais e a ação coletiva a determinações macroestruturais e a condições objetivas e materiais de existência. A incorporação do debate francês e do pensamento de autores como Castells, Touraine, e Melluci permitiu introduzir novas dimensões, como a cultural e simbólica, nas análises das práticas sociais e das ações coletivas, além de Lefebvre com a sua teoria da produção do espaço na cidade contemporânea.

A partir dos anos 1990 e, principalmente, na fase mais contemporânea, surgem outras questões, e algumas são ressignificadas ou adquirem uma nova relevância[5]. Avançaram os estudos sobre os impactos da globalização, da financeirização, da reestruturação produtiva e das novas tecnologias sobre as estruturas social e urbana, tanto mostrando uma nova direção do capitalismo quanto ressaltando as transformações que passaram a reproduzir, de forma ampliada, a precariedade, a instabilidade e a diferenciação do território e das condições de vida nas cidades. Multiplicaram-se os debates sobre as cidades latino-americanas como cidades neoliberais/ financeirizadas, mostrando-se que o território urbano pode constituir ativos bancários, conduzindo à privatização dos antigos serviços públicos e ao surgimento de novos serviços quase sempre privados. No Brasil, regiões e cidades foram profundamente impactadas desde o início dos anos 2000 por esses e novos processos, impulsionando os grandes projetos de investimento, novas rela-

5 Sobre as redes de cidades, autores se referem posteriormente à introdução do fator político. Estudos sobre redes de cidades mostraram a potencialidade desta prática como mecanismos de promoção do desenvolvimento social, político, urbano e econômico de seus integrantes, citando-se a primeira rede de cidades, criada em 1913, na Bélgica (em Ghent) para contatos municipais, seguindo-se em 1951 o Conselho das Municipalidades e Regiões Européias com a participação de 50 prefeitos, voltados para superação de dificuldades do pós-guerra. A organização das cidades em redes internacionais se intensifica a partir dos anos de 1980, com a criação da Metropolis – associação mundial das cidades com mais de um milhão de habitantes – e nos anos 1990 com a criação, na Europa, da Rede Eurocidades, e, na América do Sul, com a criação da rede Mercocidades, a partir de modelos regionais (LAISNER, 2009, p. 5).

ções fundiárias e imobiliárias e permitindo a introdução de outros conceitos, tais como requalificação, renovação, ou revitalização urbana. A noção de "gentrificação", também bastante utilizada, permite compreender e explicar a produção de espaço na cidade contemporânea, tanto no que se refere à implantação de grandes projetos urbanos quanto na continuidade do modelo de cidade desigual, o que contribui para incentivar a ação especulativa dos agentes imobiliários, provocando a expulsão de antigos moradores mais pobres e a substituição ou reconversão de antigas atividades econômicas. A "gentrificação" torna-se, dessa forma, mais uma estratégia do capital para transformação das cidades.

Dialogando com a produção francesa e norte-americana, o debate nacional sobre as questões urbanas incorporou ainda noções como as de underclass, exclusão social, desfiliação, cidades globais, polarização urbana ou governança. Reconhecendo a relevância e a heterogeneidade do território, diversos estudos passaram a contemplar a dimensão intraurbana dos fenômenos abordados, com a utilização de metodologias socioespaciais para a análise de dados e a produção de indicadores. Multiplicaram-se, também, os estudos sobre a segregação socioespacial, seus mecanismos e atores, problematizando seus impactos sobre os moradores e comunidades afetadas por esse fenômeno, bem como a autossegregação das elites, a fragmentação do tecido urbano ou a persistência do padrão centro-periferia. Autores como Manuel Castells, Jordi Borja, Saskia Sassen ou David Harvey, com suas reflexões sobre a globalização e cidades globais, tornaram-se referências básicas para essas discussões.

Paralelamente, sob influência da Antropologia, ou de correntes teóricas da própria Sociologia como o interacionismo simbólico e a fenomenologia, vêm se desenvolvendo outras linhas de estudos, mais culturalistas e comportamentais e que dialogam com a formulação, citada inicialmente, de se pensar a cidade como variável independente (CASTELLS, 1979, p. 23), ao analisá-la sob a perspectiva das interações, das formas de sociabilidade e de consumo. São abordadas questões como os marcos locais ou os usos de lugares específicos pelos moradores - como shoppings, aeroportos, praças, ruas, praias ou bares –, às vezes conceituados como equipamentos urbanos ou artefatos urbanos. Merecem ainda destaque os trabalhos que focalizam as redes sociais e suas funções para explicar diferentes fenômenos, especialmente, a dinâmica interna das vizinhanças, a exemplo das reações de moradores a projetos urba-

nos em contextos que geram significados e sentidos no cotidiano de moradores de uma favela em Brasília, mostrando o sentido dado ao ato de ocupação em favelas ou invasões através da formação de redes de solidariedade que possibilitam garantir o lugar de moradia (NUNES, 2006, p. 46).

Nesta direção, Marques e Torres (2004) tratam de uma questão que consideram fundamental para as políticas públicas: os espaços onde residem as populações mais pobres não são homogêneos, mas, pelo contrário, apresentam múltiplas lógicas de acordo com o tipo de risco considerado (podendo haver ou não sobreposição de vulnerabilidades), o que sugere existir a possibilidade de organizar a oferta dos serviços públicos segundo as características desses diversos locais, mesmo no caso de políticas universais, gerando iniciativas estatais mais eficazes e distributivas. Supõe-se que, nos diferentes locais de pobreza, se configuram diferentes "estruturas de oportunidades", proporcionadas – além do mercado – pela comunidade e pelo Estado. Tais oportunidades poderiam condicionar as possibilidades das famílias aí residentes de saída da pobreza.

Como se vê, a amplitude e a diversidade de temas e abordagens teórico-metodológicas podem ser consideradas como as principais características dos estudos urbanos na sua fase mais recente, o que se reflete nos debates do grupo de trabalho direcionados a estes temas da Sociedade Brasileira de Sociologia.

A Trajetória do Grupo de Trabalho

A análise precedente talvez permita compreender o interesse que vem despertando o Grupo de Trabalho orientado para a discussão das questões urbanas, um dos mais antigos e demandados na sequência dos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Denominado como Sociologia Urbana e Movimentos Sociais, já no Congresso de 1989, esse grupo contou com expressiva participação da comunidade acadêmica. Em 2003, com o título de *Cidades: Transformações, Governança Pública e Participação da Sociedade*, ele reuniu a apresentação de 22 trabalhos. Em 2005, esse número chegou a 29 trabalhos que abordaram temas relacionados à pobreza, à desigualdade urbana, à segregação, ao planejamento e às políticas habitacionais. Nos anos seguintes, esses números foram mais variáveis em função dos critérios adotados pela organização de cada Congresso.

Como ocorre na área de conhecimento em questão, os trabalhos abordam uma enorme diversidade de temas. Entre aqueles apresentados nos dez últimos anos, abrangendo seis Congressos, por exemplo, uma classificação aproximada levou aos seguintes resultados:

Tabela 1 - Trabalhos apresentados pelo GT nos Congressos da SBS. 2007-2017

Temas básicos	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**Total***
Modo de vida, sociabilidades, práticas culturais	17	11	1	8	9	5	51 31.0
Políticas públicas e urbanas	2	5	10	3	5	6	31 18.9
Segregação socioespacial	1	4	3	5	6	8	27 16.4
Reforma urbana	1	3	-	3	6	5	18 10.9
Habitação	4	4	-	2	4	4	18 10.9
Ação coletiva, movimentos sociais/ participação popular	11 **	2	2	2	1	1	19 11.6
	36	29	16	23	31	29	164

Fonte: Anais do Congresso da SBS
*Excluídos os casos de trabalhos não enviados e não incluídos nos Anais. .
** Nos anos seguintes, a redução se deve à criação de um GT sobre Movimentos Sociais passou a incorporar essa produção.

Entre os congressos de 2007 e 2009, a marca básica dos estudos apresentados na primeira categoria foi a sua diversidade, abordando, geralmente, questões/localidades bastante específicas, como a participação feminina nas periferias, práticas de trabalho, sociabilidade e mobilidade urbana, ou a sociabilidade nas práticas boemias dos bares de Fortaleza. Também se discutiu a revitalização do centro histórico de Aracaju, as condições de sociabilidade, esporte e lazer em João Pessoa ou a complexidade do contraditório bairro do Morumbi, onde se concentram uma população de média e de alta renda, pólos de luxo e modernas torres empresariais ao lado de uma grande favela; ou ainda os usos da cultura em Niterói e outras cidades.

Nessa categoria, também podem ser incluídos estudos como aquele apresentado sobre o Programa Escola Aberta, desenvolvido em Recife e que procura atrair jovens de escolas públicas para atividades culturais, esportivas e de lazer, fomentando uma "cultura de paz", ou aquele sobre as transformações dos teatros em São Paulo, ou, ainda, um outro sobre o trabalho político do professor na metrópole, levantando uma questão relevante sobre a identidade da área e do grupo. Ao que parece, tanto a área quanto este primeiro

conjunto adquiriram uma enorme amplitude, abrangendo estudos sobre os mais diversos fenômenos e processos que ocorrem no espaço das cidades.

Um segundo conjunto articula a reforma urbana com a produção do espaço, com o Estatuto das Cidades e com os novos padrões de gestão, discutindo, por exemplo, os investimentos e a destinação dos royalties do petróleo na Baixada Santista e também a problemática das redes urbanas em um subconjunto de trabalhos. Discutindo os impactos da segregação, sua incidência em grandes centros e sua relação com a moradia e o mercado de trabalho, destacaram-se estudos sobre segregação e território, segregação residencial e desigualdades no mercado de trabalho e uma segregação institucional. Os estudos sobre políticas públicas são variados, analisando desde políticas de patrimônio, aos planos diretores, planejamento estratégico e investimentos públicos no espaço urbano, entre outros. Os textos sobre habitação abordam geralmente a questão da habitação popular, discutindo a verticalização dos assentamentos de baixa renda, as vilas, as políticas de habitação de interesse social, a sociabilidade nos espaços populares, a requalificação dos centros antigos da cidade etc. A grande maioria deles é composta de estudos de caso.

Uma temática frequente se reporta a ações coletivas, movimentos sociais e participação, relacionada com estudos sobre as formas de associação, a ação coletiva nas favelas, o Fórum Social Mundial, as redes sociais e vários estudos sobre a participação popular nos novos processos e espaços instituídos a partir do movimento pela reforma urbana e pelo Estatuto da Cidade, como a elaboração dos Planos Diretores.

Prosseguindo, nos Congressos seguintes, observa-se uma continuidade da dispersão dos objetos de análise, ao mesmo tempo em que a variedade metodológica parece fragmentada em estudos empíricos identificados com o formato de estudos de caso, ainda que contribuam para o conhecimento de aspectos instigantes da vida urbana em uma diversidade de cidades brasileiras e estrangeiras. No ano de 2011, o XV Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Curitiba e o Grupo de Trabalho aqui focalizado recebeu o título "Segregação Social, Políticas Públicas, e Direitos Humanos", contando com a apresentação de dezesseis trabalhos, entre os quais se destacam as discussões sobre a dualidade entre ricos e pobres, morro e asfalto ou modernidade e atraso, refletindo uma bibliografia que problematiza esta dualidade, tanto na relação entre centro e periferia, como na estruturação das cidades brasileiras, especialmente, o caso emblemático do Rio de Janeiro como "ci-

dade partida". Tomando a divisão espacial da cidade, demonstrou-se como tais divisões são apropriadas e legitimadas pelos meios de comunicação e puderam influenciar, por exemplo, os resultados das eleições municipais de 2008. Sob esta perspectiva da dualidade, também foram abordados problemas presentes em favelas, bairros sitiados e áreas residenciais da população de baixa renda.

Com base em outros referenciais sobre o poder e o controle social na modernidade, vários trabalhos abordaram as políticas públicas na área de segurança, discutindo os efeitos de uma dupla segregação através de processos considerados socialmente dramáticos, que podem se desenvolver e se consolidar através das instituições, diferentemente conceituadas por Michel Foucault ou Erving Goffman, como os presídios, hospitais, e outras formas de reclusão, relacionadas à supressão dos direitos humanos. Nesse contexto, a eclosão da violência tende a ser considerada em relação ao aumento da concentração populacional, tornando mais visível a segregação socioespacial através da emergência do fenômeno em várias cidades, discutindo direitos humanos e políticas públicas e destacando as experiências de pacificação e policiamento com seus diferentes resultados. Foram contemplados ainda alguns desdobramentos dos movimentos sociais, com foco na participação popular e na dicotomização da cidadania resultante das desigualdades sociais.

No ano de 2013, o XVI Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Salvador e o Grupo de Trabalho aqui focalizado recebeu o título "Cidades", tendo sido selecionados cerca de 50 trabalhos, distribuídos em sessões concomitantes. As questões variadas que foram reunidas no primeiro conjunto de trabalhos focalizaram desde modos de vida, sociabilidades e práticas culturais aos usos da cidade e suas representações. Na cidade de Bogotá, discutiu-se o modo como vem ocorrendo uma apropriação e ressignificacão de práticas culturais como a Capoeira, cuja popularização na Colômbia pode ser uma expressão de alternativas para aqueles que a consideram uma prática social capaz de gerar maneiras de relacionamento e sociabilidades. Também se procurou mostrar o crescente interesse por práticas culturais que contestam o imaginário cultural da nação a partir de suas bordas e margens, através de tendências musicais que oferecem novas imagens e representações do Brasil urbano do século XXI, focalizando narrativas sobre estilos musiciais como o rap ou a poesia relacionada à metáfora da selva de concreto.

Estudos sobre o centro das cidades continuaram frequentes por serem, em muitos casos, as principais regiões de comércio e de circulação, o que contrasta com a presença de pessoas em situação de rua, revelando uma pobreza não segregada em bairros ou periferias, mas que se encontra visível nos espaços centrais de uma cidade. Em outro caso, a construção de significados sociais sobre a vida de rua na cidade de João Pessoa, Paraíba, permitiu considerá-la não apenas como suportes de deslocamentos, mas também como espaços de sociabilidade urbana e de construção de identidades locais, ou, ainda, abordando-a como locais na cidade que funcionam como pontos de consumo de substâncias psicoativas ilícitas, explorando seus contextos e modalidades de uso através de significados atribuídos por aqueles que integram redes de amigos usuários em uma cidade do Vale do São Francisco, em Pernambuco. O estudo da mobilidade urbana também foi contemplado através da atividade profissional dos taxistas, cujas características permitem acumular associações e variados sentimentos com partes da cidade, garantindo-lhes um vasto sistema de referências sobre a mesma.

Abordando políticas públicas diversas, outro conjunto de trabalhos mostrou, por exemplo, aspectos das intervenções em Centros Antigos, como: i) o bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, ontem e hoje um espaço da sociabilidade pública que continua com vida própria; ii) o caso de Salvador em que se privilegiou a observação das políticas culturais destinadas a providenciar um meio criativo para atração e retenção de um conhecimento intensivo sobre as cidades em suas dimensões simbólicas; iii) a cidade de Penedo, município ao sul de Alagoas, tombado em 1995, através do desenvolvimento do programa Monumenta, ao mostrar as relações entre turismo e Patrimônio Cultural.

Discutindo os impactos da segregação socioespacial, alguns trabalhos abordaram os impactos do processo de acumulação capitalista nas cidades, marcado pela presença importante da imigração internacional para São Paulo, especialmente de bolivianos, paraguaios e peruanos, que vão sendo submetidos aos processos de segregação entre moradia e local de trabalho. Em outros casos, focalizando a cidade de Salvador, buscou-se compreender as relações existentes entre o local de moradia e as possibilidades e oportunidades de acesso de jovens residentes na periferia da cidade; discutiu-se, também, o crescimento da autossegregação das camadas de média e alta renda em condomínios fechados, a emergência e a evolução desse padrão de moradia e a segregação nos usos dos espaços públicos; ou ainda, buscou-se

acompanhar a dinâmica das metrópoles brasileiras tendo como referência uma tipologia da integração socioespacial desenvolvida nacionalmente.

Focalizando a reforma urbana, com a produção do espaço e seus novos padrões de gestão, mostrou-se o intenso incremento imobiliário impulsionado por um contexto econômico favorável em São Paulo. Os trabalhos evidenciaram os investimentos governamentais e privados que vão transformando bairros outrora "esquecidos" em focos de grandes empreendimentos residenciais e comerciais, como também os assentamentos de baixa renda situados com frequência em áreas antes desprezadas que se tornam alvos de renovados interesses, promovendo o reassentamento involuntário de moradores e o acirramento de conflitos locais. Através de nuanças sociais, econômicas e jurídicas, discutiu-se ainda a locação de quitinetes na favela do Rio das Pedras no Rio de Janeiro e, por outro lado, os processos sociais desencadeados pela construção de grandes projetos urbanos na cidade de Belém, Pará, onde áreas antes estruturadas por relações sociais que ligam, através do trabalho, as trocas culturais entre a cidade e seu entorno evidenciam agora os sistemas agroflorestais, incorporando à vida urbana a biodiversidade da floresta e de rios.

No ano de 2015, o XVII Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Porto Alegre, onde o Grupo de Trabalho também recebeu o título "Cidades", tendo sido selecionados 31 trabalhos distribuídos em 6 sessões. Os trabalhos sobre modos de vida, sociabilidades, práticas culturais e usos da cidade – como os espaços populares – foram predominantes, reportando-se a estudos de caso com poucas condições de generalização. São frequentes os estudos sobre práticas culturais, especialmente, quando relativas a novos comportamentos, identidades e gostos de grupos, como o consumo entre jovens da periferia em Belém do Pará enquanto frequentadores de festas de aparelhagem ou equipamentos musicais eletrônicos. Eles abordaram o modo como agentes e grupos vivenciam espaços urbanos estabelecidos segundo lógicas que convergem ou destoam em relação a padrões sonoros socialmente instituídos, ou, sob outro prisma, abordam as questões relacionadas à mobilidade urbana, focalizando as formas de sociabilidade percebidas entre passageiros de ônibus e a incidência da violência na cidade de São Luís/Maranhão.

Os estudos sobre políticas públicas, intervenções, patrimônio/ requalificação dos centros antigos da cidade, plano diretor, planejamento estratégico e investimentos públicos no espaço urbano mereceram destaque. Os traba-

lhos aí incluídos priorizaram as análises dos centros de diferentes cidades, como o caso de Niterói, seu longo processo de degradação com perda de empregos públicos e serviços qualificados, evidenciando como as administrações municipais realizam intervenções pontuais em detrimento de diretrizes articuladas no Plano Diretor, o que permite à iniciativa privada a recuperação das áreas centrais. Foram analisadas, também, as contradições presentes na definição de Centros Históricos como Patrimônio da Humanidade e sua transição para os usos mercadológicos, considerando-se o caso de São Luís do Maranhão. Ainda, sob o prisma das cidades concebidas como cenários potenciais de um novo ciclo capitalista, demonstrou-se a influência da concorrência, a lógica do planejamento estratégico e sua aplicação ao caso da cidade de Salvador. Foram ainda abordadas as políticas públicas de segurança, apontando a intensificação dos modelos de policiamento dirigidos às favelas no período dos Megaeventos, com o objetivo de mostrar as transformações vivenciadas pelos moradores através do que se denominou de "gestão da paz".

Discutindo os impactos da segregação, sua incidência em grandes centros, sua relação com lógicas excludentes sobre a moradia e o trabalho, diversos trabalhos foram reunidos. Nesse período, a realização dos Eventos Esportivos Internacionais nas metrópoles-sedes mostrou uma tendência a agravar os problemas de segregação, seja em relação a esta lógica excludente, em sua busca da elitização e seletividade de frequentadores de locais específicos das cidades, seja através de um retrocesso socioambiental, com consequências sobre as populações moradoras de favelas, no caso do Rio de Janeiro, onde comunidades de baixa renda, contiguas a bairros de classe média, provocam resistências destas populações.

Reunindo trabalhos que abordaram as reformas urbanas e sua relação com a produção do espaço, com os novos padrões de gestão e suas consequências sociais, o outro conjunto de trabalhos privilegiou a questão da gestão democrática, o instrumento da participação popular do Estatuto da Cidade e sua articulação com as políticas neoliberais, mostrando os agentes ligados a setores empresariais no Rio Grande do Sul. Também foram analisados os alcances e limites da gestão participativa e do planejamento territorial em Áreas de Proteção Ambiental entre Campinas e São Paulo, possibilitando a emergência de novos atores, assim como o alcance e os limites da gestão participativa, identificando o interesse de reposicionar um debate sobre o

programa de reciclagem utilizado em Curitiba e suas inovações tecnológicas. Além disso, mereceu atenção o problema dos moradores da Tríplice Fronteira Amazônica, decorrente das diferenças nacionais de gestão do território, com base na classificação de cidades "gêmeas ou pares", o que supõe a troca de serviços como potencial rede de cidades.

A questão da habitação popular e da verticalização dos assentamentos esteve presente no agrupamento seguinte, incluindo-se um estudo sobre tal processo decorrente da expansão imobiliária, o que coloca a cidade São Luís-Maranhão diante de um futuro entre a verticalização e a periferização. Refletindo o interesse pelos novos programas de habitação popular, discutiu-se também os condomínios do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como parte do "programa de urbanização de assentamentos precários" e sua eficácia enquanto política para as favelas, considerando-se a experiência do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.

No ano de 2017, o XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia teve lugar em Brasília, de 26 a 29 de julho, e o Grupo de Trabalho passou a chamar-se "Cidades no século XXI", selecionando 30 trabalhos seguindo o limite estabelecido pela organização do congresso. Prosseguiu o interesse em analisar grupos específicos e usos da cidade, como os jovens nas periferias e o uso de categorias interpretativas a partir de discursos fomentados por projetos sociais, como protagonismo juvenil, empoderamento e outros; também foi abordada a relação de grupos indígenas e a cidade, através do acesso à moradia. Outros textos abordaram os centros das cidades, apontando, por exemplo, o esvaziamento demográfico e econômico do centro de São Paulo, a busca de possíveis soluções e seus paralelos com outras grandes cidades, analisando aspectos da política da cultura, a relação entre Estado e mercado e os dispositivos institucionais aplicados ao caso do centro de Recife no século XXI.

Reunindo um conjunto de trabalhos sobre processos de segregação urbana, retomou-se o debate sobre a localização dos grupos ou classes sociais nas cidades e as questões relacionadas ao chamado efeito-território ou efeito vizinhança. Foi destacado como processos de localização e apropriação diferenciada do espaço urbano interferem no acesso às oportunidades, ampliando situações de desigualdade e agravando quadros de vulnerabilidade social nas cidades. Na esteira desse debate, as discussões em torno dos processos de gentrificação ressaltaram a importância do conceito para a compreensão

das diferentes formas de manifestação do fenômeno na arena de disputas pelo direito à cidade. Nesse contexto, destacaram-se, também, as propostas para a produção da imagem de "uma cidade integrada", com o exemplo da intervenção nas favelas da zona sul do Rio de Janeiro, com vistas à gentrificação do território aliando a ressignificação simbólica do espaço à valorização imobiliária. Fenômenos semelhantes podem ser detectados em outras cidades no Brasil e no mundo, em processos de renovação urbana que ampliam os riscos de substituição populacional em nome da melhoria da qualidade de vida em algumas cidades.

O debate sobre as cidades na era neoliberal sob o domínio do capital financeiro reuniu um outro conjunto de apresentações, focalizando de que modo essa relação determina o futuro das cidades ou discutindo grandes projetos urbanos e a fragmentação do território. Mereceu destaque o estudo das novas regulações sob a influência do planejamento estratégico, permitindo mostrar a sua aplicação à esfera da cultura na cidade de Salvador, diante da sua gradativa transformação em local atrativo aos investimentos. Mereceu destaque, ainda, o estudo sobre a utilização de espaços nas favelas cariocas como pontos turísticos, transformando uma contrapaisagem em bem de consumo inserido no ordenamento da cidade. Além disso, mostrou-se também a migração e circulação da força de trabalho na era da globalização considerada como migração de dependência no caso dos migrantes haitianos.

Comentários finais

Como já foi mencionado, o grupo de trabalho sobre as questões urbanas é um dos mais tradicionais, demandados e consolidados da Sociedade Brasileira de Sociologia. Os textos nele apresentados envolvem um amplo leque de temas (acompanhando a trajetória dos estudos urbanos no país) que podem ser reagrupados em dois grandes eixos. O primeiro se reporta a fenômenos de caráter microssocial e especificidades locais, dialogando mais diretamente com a Antropologia, a Ciência Política e as correntes sociológicas ligadas à fenomenologia, valorizando as experiências cotidianas, o consumo cultural e as subjetividades e representações que se desenvolvem em determinados centros, em sua diversidade e complexidade. O segundo privilegia a análise dos processos macroestruturais e as mudanças que ocorrem

na rede urbana, aproximando-se da Economia, da Geografia, da Demografia e do Planejamento Urbano.

Com essas orientações, a amplitude e a diversidade de fenômenos estudados deixam patente a preocupação do Grupo de Trabalho com as questões sociais, com o direito à cidade e com a valorização das ações coletivas, acumulando um grande volume de material empírico sobre as características e mudanças que marcam a dinâmica urbana brasileira. Além disso, também pode ser ressaltada a sua contribuição para a formação de novos pesquisadores, uma vez que, como ocorre com os demais grupos de trabalho da SBS, a grande maioria dos estudos nele apresentados se reporta a dissertações e teses de mestrado e de doutorado dos seus autores.

Em que pese a relevância dessa contribuição, ela termina sendo associada a algumas questões destacadas por Frehse e Leite (2008) em relação ao campo dos estudos urbanos no Brasil, mostrando que há um acúmulo de estudos que por vezes passam ao largo de vasta literatura existente e privilegiam mais o conhecimento empírico sobre o contexto urbano do que a teoria, reduzindo as possibilidades de generalização teórica dos conceitos acumulados, o aprofundamento do conhecimento e um maior avanço teórico-metodológico na área em discussão. Por isso, os autores ressaltam dois desafios: a necessidade de que as pesquisas realizem avaliações prévias de problemas conceituais presentes nas investigações anteriores, o que permitiria a revisão conceitual de alguns temas tradicionais e a proposta de categorias analíticas para novos temas; e a incorporação da riqueza de dados acumulada pelos numerosos e metodologicamente diversificados estudos empíricos existentes ao desenvolvimento de concepções próprias sobre as diferenças que marcam o desenvolvimento urbano brasileiro (mesmo nesses tempos de globalização). Isto significaria levar em conta os países onde se encontram as cidades/metrópoles que constituem os contextos de referência para a produção de conceitos como os de "cidade pós-moderna" ou "cidade global".

Nas análises comentadas, ressalta-se uma espécie de dilema que acompanhou toda a nossa reflexão, atualizando de certo modo as preocupações de Castells (1979) ao refletir e interrogar-se sobre a pertinência científica da Sociologia como tendência intelectual, a exemplo da grande divisão entre os estudos macro e microsociológicos, considerando-se que o estudo pontual de localidades específicas na cidade (praça, shopping, praia ou aero-

porto) traz o risco de fornecer uma visão fragmentada da realidade social. Esta pode ser a principal contribuição da sociologia do ponto de vista de seu objeto científico, especificando níveis de análise e situando-os em relação à sociedade como um todo.

Algumas considerações finais podem ser ainda elencadas. Primeiramente, caberia indagar se alguns tipos de estudos deveriam ser priorizados em uma sociedade brasileira de Sociologia, até que ponto a diversidade presente nos trabalhos aqui contemplados deveria ser mantida, ou se seria interessante orientar e estimular questões e temáticas mais específicas. Em segundo lugar, levando em conta a diversidade de orientações já demonstrada, caberia também interrogar até que ponto é possível definir uma agenda mais consensual, capaz de contemplar interesses tanto de pesquisas quanto de intervenções e busca de soluções. No debate sobre a questão urbana, tal como foi ressaltado desde a agenda 21, a prioridade concedida ao bem-estar da população, por exemplo, conduz a indagar-se até que ponto é interessante incentivar agendas públicas e transpor questões de maior interesse de um debate público para um grupo de pesquisa, ou se seria viável fazê-lo.

Por fim, cabe refletir sobre o interesse em atrair para as discussões do GT professores/pesquisadores mais experientes, sem abstrair da relevante função que o mesmo vem desempenhando, ao acolher predominantemente trabalhos de pós-graduandos, como deve acontecer em geral na Sociedade Brasileira de Sociologia.

Referências

BARREIRA, Irlys. (2016), Atores, processos e estruturas: refletindo sobre a problemática urbana no Brasil. In: *40º Encontro Anual da ANPOCS*, 2016, Caxambu. Anais... pp. 1-25

CASTELLS, Manuel. (2009 [1972]), *A Questão Urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra .

CASTELLS, Manuel. (1979), O que é Sociologia Urbana. In: *Problemas de investigação em sociologia urbana.* 2. ed. Lisboa: Ed.Presença; São Paulo: Ed. Martins Fontes. pp. 23-82

CEM/CEPID/ CEBRAP. Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em: http://cebrap.org.br/nucleos/cem/. Acesso em 4 de setembro 2017.

CONCEIÇÃO, Wellington S. (2017), *Empiria, teoria e favelas*: fazendo a cidade e o legado de Luiz Antonio Machado da Silva para a Sociologia Urbana.

DILEMAS: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 10, n. 2, pp. 379-387.

FREHSE, Fraya; LEITE, Rogério P. (2008), Espaço Urbano no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Sociologia. São Paulo: ANPOCS. pp. 203-237.

KOWARICK, Lucio. (1979), *A espoliação urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAISNER, Regina. (2009), A temática das redes: aspectos teóricos e práticos do novo papel das cidades na contemporaneidade. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Grupo de Trabalho: Questão Urbana, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Online.

LEBRET, Louis J.; RIOS, José Arthur. (1964), As favelas na paisagem da Guanabara. *Comentário. Favelas. Arquitetura*, n. 8, pp. 15-29.

LEFEBVRE, Henri (2011 [1968]), *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora. pp. 3-26.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), Meio Século de Sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria Josephina (org.). *Cidades*: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 21-42.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (2004), *São Paulo*: segregação, pobreza e desigualdades sociais. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC.

MOYA, Maria Encarnación. (2011), Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudanças nos olhares sobre a cidade e o Social. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (org.). *São Paulo, Novos Recursos e Atores*. 1. ed. São Paulo: CEM; Ed. 34.

NUNES, Brasilmar Ferreira. (2006), O sentido urbano de ocupações espontâneas do território: uma periferia de Brasília. In: NUNES, B. F. (org.). *Sociologia de Capitais Brasileiras*: participação e planejamento urbano. Brasília: Liber Livro. pp. 35-63.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index. Acesso em 8 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, F. (2003 [1972]), *A economia brasileira*: Crítica à razão dualista. Cadernos CEBRAP, n. 2.

SANTOS, Milton. (1996), *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA/ SBS. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/2017/home.php. Acesso em 30 de agosto de 2017.

URBANDATA. Disponível em: http://observatoriodasmetropoles.net/index.php.option=com_content&view=article&id=47&Itemid=144&lang=pt#. Acesso em 20 de agosto de 2017.

VALLADARES, Lícia; MEDEIROS, Lídia. (2003), Introdução. In: _____. "Pensando as Favelas do Rio de Janeiro (1906- 2000). Uma bibliografia analítica". 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 9-25.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. (2000), *Trocando Olhares*. Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade. São Paulo: Educ Editora da PUC-SP; Studio Nobel Ltda.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 22/09/2017 / Aprovado em 12/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.231
10.20336/rbs.231

Sociologia da Literatura: tradições e tendências contemporâneas

Paulo Cesar Alves (UFBA)*
Andréa Borges Leão (UFC)**
Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP)***

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo traçar um rápido panorama histórico dos principais vetores teórico-metodológicos desenvolvidos no que é usualmente chamado de "sociologia da literatura". Em primeiro lugar, chama atenção para a crescente produção bibliográfica sobre essa temática. Identifica três grandes tendências nesses estudos: a "estética sociológica", a "crítica literária" e a "pesquisa histórica". Por último, analisa as reviravoltas teóricas ocorridas nos fins do Século XX (as "novas sociologias") e suas implicações para a constituição de uma área de pesquisa sobre literatura. Nessa perspectiva, o principal interesse é compreender as diferentes práticas envolvidas nos distintos trajetos que enfeixam o fenômeno "literário". A maior inserção dos trabalhos sobre literatura nos cursos de sociologia tem contribuído para que essa área de pesquisa se torne mais autônoma, uma autonomia resultante das interseções entre diferentes áreas das ciências humanas e sociais.
Palavras-chave: Sociologia da Literatura; "novas sociologias"; mundo da literatura.

* Professor titular em Sociologia da Universidade Federal da Bahia (1999). Foi professor visitante nas Universidades de St. Andrews (Escócia), Buenos Aires, La Republica (Uruguai) e de algumas universidades brasileiras. Tem experiência na área da sociologia e antropologia da saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: narrativa de doença; itinerário terapêuticos; literatura, arte e medicina.
** Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do CNPq.
*** Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade e membro do comitê executivo do Research Committee 37 (Sociology of Arts) da International Sociological Association (ISA).

ABSTRACT

SOCIOLOGY OF LITERATURE: TRADITION AND CONTEMPORARY TRENDS.

The paper aims to present a brief historical overview of the main theoretical and methodological axis that compose what is usually called Sociology of Literature. It is divided into three sections. The first draws attention to the growing number of published works on the subject. The second identifies three main trends in the field: "aesthetic sociology", "literary criticism" and "historical research". The final section analyses the theoretical upheavals of the late 20th century (the "new sociologies") and their contributions for the development of a field of research on literature. From the perspective of these new theories the main goal of the sociology of literature is to understand the different practices involved in the trajectories that circumscribe the literary phenomenon. The greater presence of works on literature in sociology syllabus has contributed to the growing autonomy of this field of research, an autonomy which results from intersections between different areas of the social and human sciences.
Keywords: sociology of literature; "new sociologies"; world of literature.

Introdução. Panorama sócio-histórico

O presente artigo tem como objetivo traçar um rápido panorama histórico da "Sociologia da Literatura". Pretendemos desenvolver um "olhar de sobrevoo" que tem como alvo a produção sociológica sobre "questões literárias", ou seja, uma tentativa de ver, de forma ampla, alguns dos vetores teórico-metodológicos desenvolvidos no que é usualmente chamado de "sociologia da literatura". Tal olhar pode nos permitir elaborar uma perspectiva analítica para compreender a contribuição brasileira na área de estudo. Assim, propomos no presente artigo estabelecer um plano de análise – um "corte" – que nos permita apreender certos aspectos da crescente e heterogênea produção brasileira sobre as controvertidas relações entre "literatura e sociedade"[1].

A primeira observação a ser levada em devida consideração diz respeito à complexidade da produção bibliográfica designada geralmente como "sociologia da literatura". Embora exista uma história propriamente sociológi-

1 Conforme observam Botelho e Hoelz (2016), "afirmar que as relações entre literatura e sociedade são o tema da sociologia da literatura, mais do que uma definição convencional, provavelmente dicionarizada, pode reiterar uma falsa aparência de estabilidade onde antes existe controvérsia, e, pelo que tudo indica, sem qualquer consenso significativo à vista".

ca dessa produção[2], a grande parte dos trabalhos realizados nessa área tem sido gestada muito mais pelas disciplinas "humanistas" (história, estética ou crítica) do que propriamente pelas ciências sociais. A institucionalização da sociologia da literatura nos departamentos/cursos de sociologia no Brasil é fenômeno recente. Há exceções significativas, é claro. A contribuição de Roger Bastide[3], Antonio Candido (1945, 1965), Machado Neto (1973), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Sérgio Miceli (1977, 1979), só para citar alguns dos grandes "pioneiros" na área, são exemplos fundamentais.

No Brasil, a grande referência na sociologia da literatura é Antonio Candido. Sua obra oferece um instrumental analítico capaz de elucidar o problema das homologias estruturais entre criação literária, sociedade e cultura. A fortuna sociológica do autor indica um programa de pesquisa inovador. Em *Literatura e Sociedade*, de 1965, são desenhados os contornos da literatura enquanto sistema simbólico de comunicação. Para o sociólogo, os componentes estruturantes de uma obra situam-se nos diversos momentos da sua produção, quer dizer, no trabalho do autor socialmente posicionado, no texto que incorpora significados e pontos de vista coletivos e no público de leitores que, ao mesmo tempo em que contribui com a construção de significados, sofre os efeitos da recepção. Dialogando com a problemática dos reflexos, a literatura, na obra de Antonio Candido, torna-se prática social que envolve uma série de mediadores. Assim, as dicotomias tradicionais entre fatores externos e internos se desfazem e, nas palavras de Candido (2006, p. 6), "sabemos que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno".

Ora, se uma obra não se realiza inteiramente no funcionamento autônomo da linguagem ou no projeto e intenção de seu autor, mas nos mecanismos de funcionamento da cultura, o método de estudo da forma literária no

2 Cabem mencionar, por exemplo, as contribuições de J. M. Guyaus ("A arte do ponto de vista sociológico", 1887), Charles Lalo ("L' art et la vie sociale", 1921), Levin Schücking ("The Sociology of Literary Taste", 1923), Q. D. Leavis ("Fiction and the Reading Public", 1932), Lionel Trilling ("The Liberal Imagination", 1950), Malcolm Cowley ("The Literary Situation", 1954), Richard Hoggart ("The uses of literacy", 1957), Robert Escarpit ("Sociologie de la lettérature", 1958), Lucien Goldmann ("Pour une sociologie du roman", 1964), Lewis Coser ("Men of ideas", 1965).

3 No período em que esteve no Brasil (1938 a 1954), Roger Bastide publicou uma série de artigos relacionados à literatura. Toda a sua produção bibliográfica na área está disponível na coletânea organizada por Gloria Carneiro do Amaral (2010).

romance de José de Alencar e Machado de Assis, apresentado por Roberto Schwarz (1990), é mais uma via promissora de interpretação. Tão pertinente como o modelo do sistema literário, e igualmente afastando-se do enfoque da obra como suporte de reflexo da realidade, o modelo de Schwarz encontra os pontos de vistas sobre a dinâmica da sociedade brasileira nas regras de composição da narrativa romanesca. Com ele, a sociologia da literatura encontra a sociologia da cultura e nos damos conta de que, como hoje afirma Gisele Sapiro (2014, p. 51), os significados de uma obra residem nos espaços de possíveis nacionais e internacionais, cujos contornos são traçados pelo conjunto da produção simbólica do passado e do presente onde se situam as suas publicações. E ainda mais, com Roberto Schwarz, a sociologia da literatura estabelece elos com o pensamento social no Brasil. Se não, vejamos.

Um ponto importante nos grandes debates enfrentados pelos intérpretes da formação social brasileira diz respeito às trocas e aos empréstimos entre o país e a Europa. Logo no início do século XIX, após a abertura dos portos, intensificam-se as várias direções e sentidos da circulação transnacional de indivíduos e produtos culturais, acrescentando ao debate a ideia comum da penúria e do atraso da vida intelectual brasileira. A imediata consequência é o argumento sobre o caráter periférico e dependente da recepção cultural no Brasil. O horizonte aberto por Schwarz no estudo sobre o funcionamento do mundo das ideias – marcas de distinção liberal em convívio com a ordem escravocrata – cria a expectativa de uma sociologia comparada da literatura ao problematizar os contatos transnacionais da ficção nacional. Se a vida ideológica no primeiro momento de modernização da sociedade brasileira foi regida pela lógica do favor e alicerçada num modo de apropriação que em nada interferia na ordem social escravocrata, devia-se ao fato de termos sido "ávidos consumidores de teoria", nas palavras do autor (SHCWARZ, 2009, p. 67). A lógica de desencaixe nos usos imediatos e irrefletidos de tudo o que vinha de fora, sem dúvida, revelava uma situação de dependência e pacto colonial em relação à Europa. Mas, por outro ângulo, revela certa simultaneidade entre a produção europeia – impressos, livros e modelos estéticos ingleses e franceses – e a sua recepção por intelectuais e escritores brasileiros. Ora, a experiência da transmissão simultânea põe em cheque o consumo atrasado como um dos mecanismos de funcionamento da cultura no Brasil. Se, na perspectiva de Schwarz, as ideias importadas estavam fora de centro em relação a seus usos nos países de origem, não significa que

os circuitos transnacionais de circulação e apropriação ensejassem apenas a imitação e cópia servil. Embora não tenha sido do seu interesse tratar do protocolo da circulação da cultura, com todas as assimetrias e inadequações nas modalidades de diálogo das literaturas periféricas com as de países capitalistas centrais, e, muito menos, fazer da dependência nacional uma interdependência global, seus ensaios trazem observações atualíssimas e de grande rendimento para a sociologia da literatura e da cultura.

É a partir da última década do século XX que surge dos departamentos/cursos de ciências sociais, particularmente em sociologia, uma crescente sistematização de grupos e linhas de pesquisas nessa área. Esse fenômeno pode ser constatado pela maior regularidade na produção bibliográfica[4], nas monografias, dissertações, teses; o crescimento de números de artigos e números temáticos sobre questões literárias publicados em revistas sociológicas ou de ciências sociais[5]; a maior oferta (e procura) de disciplinas sobre questões relacionadas às interseções entre literatura e ciências sociais. O interesse pela sociologia da literatura tem atraído pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais.

O CNPq e a CAPES oficializaram recentemente, nos seus sistemas classificatórios, a Sociologia da Literatura como uma subárea específica. Uma simples busca no portal do CNPq revela existir atualmente um número significativo de pesquisadores/professores (doutores brasileiros) interessados no assunto. De acordo com o censo realizado por essa instituição em 2010, 6.463 desses pesquisadores apresentaram como palavra-chave nas suas produções intelectuais a expressão "literatura e ciências sociais"; 1.230 recorreram ao termo "ficção e ciências sociais"; 12.550 a "política e literatura"; 3.321 a "sociologia da literatura"; 2.901 a "antropologia da literatura". Desnecessário dizer, essas expressões são bastante genéricas e não nos informam muitas coisas. É interessante observar, contudo, que a visibilidade

4 Como exemplos, cabem destacar as coletâneas organizadas por Rogério Ferreira & Terezinha Pereira ("Literatura & Política", 2012), Márcia Abreu & Nelson Schapochnik ("Cultura letrada no Brasil", 2005) e Heidrun K. Olinto & Karl E. Schollhammer ("Literatura e cultura", 2003), os trabalhos de Sergio Miceli & Heloisa Pontes ("Cultura e Sociedade", 2014), Ricardo Rizzo ("Sobre rochedos movediços", 2012), Maria de Lourdes Eleutério ("Vidas de romance", 2005), André Botelho ("Aprendizado do Brasil", 2002), Maria Cristina Machado ("Lima Barreto. Um pensador social na Primeira República", 2002), Lilia Shwarcz ("A longa viagem da biblioteca dos reis", 2002; "Lima Barreto, triste visionário", 2017), entre tantos outros.

5 Podem-se destacar, como exemplos, dois números temáticos dedicados à literatura realizados pela Revista de Ciências Sociais, em 2007 e 2013.

dessa produção ainda engatinha nos congressos e encontros nacionais da área, como a ANPOCS e SBS. Os primeiros agrupamentos específicos de pesquisadores interessados na temática literatura e sociedade surgem com o Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada (ANPOCS de 2014), com o Seminário Temático (ANPOCS de 2016) e com o Grupo de Trabalho (SBS de 2017). Até então, os trabalhos de "sociologia da literatura" estavam espalhados em diversos outros grupos.

Vários fatores explicam a demora da institucionalização dessa disciplina nos departamentos/cursos de ciências sociais. Um deles, por exemplo, diz respeito ao fato de que os grandes formadores - os "clássicos" - da sociologia concederam um lugar marginal às questões estéticas. Comte, Marx, Durkheim, Tarde Simmel e Weber[6] muito pouco falaram sobre a literatura. Esse fator deve ter contribuído para que as discussões sobre literatura e sociedade fossem alocadas nas disciplinas "humanistas". Nesse sentido, no processo de constituição de uma área temática sobre literatura nos departamentos e cursos de ciências sociais, nossos pesquisadores absorvem de forma significativa a vasta contribuição dos estudos humanísticos[7]. Mas, cabe enfatizar, também fornecem importantes subsídios a esses estudos. Os intercâmbios entre eles são de tal monta que fica difícil enquadrar a "sociologia da literatura" em uma única disciplina.

Perspectivas teórico-metodológicas

Olhando de sobrevoo, é possível identificar três grandes tendências teóricas produzidas pelas disciplinas humanistas, tendências estas que muitas vezes se entrecruzam. Notem que o desenho aqui apresentado dessas tendências não envolve um gesto classificador, antes, configura-se como uma cartografia cujo objetivo é o de orientar o leitor por certas linhas teóricas em torno das quais orbitam, de forma singular e diferenciada, os autores que mencionaremos.

6 Embora Weber tenha expressado mais de uma vez seu interesse em produzir uma sociologia da arte (Cf. Marianne Weber, 1994, 1995), seu único trabalho sobre manifestações artísticas, publicado postumamente graças aos esforços de Marianne Weber e Theodor Kroyer, é o ensaio *Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música* (1995).

7 De uma maneira geral, as principais referências bibliográficas dos nossos cientistas sociais, além de Bourdieu e Foucault, são Bakhtin, Benjamim, Adorno, Lukács, Raymond Williams e Edward Said.

Em primeiro lugar, temos as correntes da "estética sociológica", que tendem a desidealizar a obra literária, creditando-a a fatores sociais. Fundamentam-se, em última instância, na delimitação das condições sociais, culturais e materiais presentes na obra literária. Ao acrescentar o elemento "sociedade" ou "cultura" na relação obra-artista, a "estética sociológica" considera a literatura como a evidência de aspectos do mundo social[8]. Nessa perspectiva, é importante destacar a imensa contribuição dos estudos marxistas que, usualmente, estão às voltas com a compreensão histórica da literatura, com a produção literária e com suas "implicações políticas" (a partir de dentro das formas artísticas) para identificar e analisar lutas e contradições políticas.

A segunda, mantendo um estreito diálogo com a "estética sociológica", refere-se aos trabalhos fundamentados pela "crítica literária". O leque de estudos dessa tendência é amplo, diversificado e tem, ao longo do tempo, ampliado de forma significativa seu objeto de análise[9]. A princípio, essa perspectiva se interessa por analisar "qualidades estéticas", "mudanças estilísticas". Propõe principalmente delimitar o que constitui uma "grande" obra, usualmente atribuindo a ela um "mistério", uma "aura", uma "sagrada singularidade". Nessa perspectiva, a análise da "obra literária" é realizada por elementos formais da arte: técnicas, gêneros, relações sintagmáticas, conteúdo da linguagem e influências estéticas. Contudo, a "crítica literária" também privilegia uma discussão sobre a inscrição simbólica de elementos sociais na literatura, ou seja, toma o texto literário como plano em que se inscrevem aspectos sociais singulares, posto que constituídos dentro de uma determinada "forma". Nesse sentido, analisa as obras para compreender questões que as excedem, mas que nelas adquirem um perfil específico, ele próprio de caráter social. A análise da obra, nesses casos, tem, como objeto último de compreensão, aspectos so-

8 Os grandes clássicos dessa corrente são, por exemplo, Geoges Plekhanov, Georges Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Arnold Hauser, Luicien Goldmann, Pierre Francastel. Na contribuição brasileira, destacam-se, entre outros, Antônio Candido, Carlos Nelson Coutinho, Octavio Ianni, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré, Roberto Schwarz.

9 Pode-se agrupar nessa vertente alguns dos grandes clássicos da crítica, como os formalistas russos, Ortega y Gasset, René Wellek, Erich Auerbach, Ian Watt, Michel Zéraffa, Mikhail Bakhtin, Roman Jakobson, Roland Barthes, Leo Spitzer, Paul de Man. No Brasil, contribuem nessa linha Otto Maria Carpeaux, Wilson Martins, José Guilherme Merquior, Álvaro Lins, Fernando Coutinho, Massaud Moisés, Flávio Kothe, Flora Sussekind, Alfred Bosi, Luiz Costa Lima.

ciais que somente por meio dela se podem acessar. Tal perspectiva abriga uma pluralidade metodológica de grande amplitude, que vai desde uma perspectiva materialista, tal como propõe Raymond Williams por meio do conceito de estrutura de sentimentos, até uma perspectiva genealógica que engata o texto literário a outras formas textuais com vistas à delimitação de um problema mais amplo que ajuda a compreender a especificidade de um determinado tempo histórico, como se vê em Michel Foucault. Estudos mais recentes se dedicam ainda ao esmiuçamento da obra literária como intérprete social, escandindo seus elementos constitutivos com o intuito de discutir, a um só tempo, um determinado problema de caráter sociológico e os limites do conhecimento cercado por barreiras disciplinares. Numa aproximação com a sociologia do conhecimento, a sociologia da literatura empreendida dessa forma, de alguma maneira, faz ecoarem as disputas da sociologia como disciplina em emergência no século XIX, a qual encontrava na literatura, tal como aponta Wolf Lepenies (1996), a analista social mais fortemente estruturada de seu tempo, ainda que dotada de uma legitimidade decrescente em face do conhecimento de caráter científico.

Por outro lado, temos os "estudos históricos", os quais procuram superar a centralidade do "texto" (pressupostos nas duas vertentes anteriores) e voltam-se predominantemente para compreender formas de expressão de uma época, percursos intelectuais, status e identidade do artista, constituição de público, instituições sociais e culturais que viabilizam a criação da obra. Sem pretensões de criar uma "teoria da arte", a história social amplia as investigações sobre questões relacionadas à literatura na sociedade. Investiga, através de métodos históricos, relações de inclusão do "mundo literário" nos contextos socioculturais (ver HEINICH, 2008)[10].

Considerando que os modelos de elaboração das homologias entre literatura e sociedade são muito mais concorrentes do que propriamente autônomos, o diálogo com os historiadores nos leva ao enfrentamento de problemáticas relevantes. Não resta dúvida que a contribuição oferecida pela história cultural, notadamente a francesa, para a sociologia da litera-

10 Exemplos: Peter Burke, Christophe Charle, Michael Pollak, Roger Chartier, Robert Darton, Pau Bénichou. A contribuição brasileira nessa área é bastante significativa: Marlyse Meyer, Marisa Midore Deaecto, Marcia Abreu, Regina Zilberman, Sidney Chalhoub, Maurício Silva, Eliana de Freitas Dutra. A lista é imensa.

tura torna os objetos mais interessantes e vastos. A articulação indissociável entre a materialidade do texto – as formas dos suportes impressos ou digitais em que são dados a ler – e a textualidade das obras – os projetos e intervenções editoriais, os usos e as apropriações que delas fazem críticos e leitores – enriquece a apreensão dos significados da literatura. Para Roger Chartier (1990), a história cultural tem como propósito identificar os modos como, em diferentes espaços e temporalidades, as realidades sociais são construídas, pensadas e lidas. O caminho escolhido é o estudo das lutas de representação estruturantes na cultura escrita. Ou melhor, a pertinência operatória do conceito de representação oferecido por Pierre Bourdieu (1979) – esquemas mentais de classificação, apreensão e julgamento do mundo social, geradores de conflitos e concorrências – ganha força na reconstrução histórica dos mundos da literatura, sobretudo por mostrar a fragilidade da ideia de mentalidades universais e homogêneas. Assim, Chartier, na esteira de Bourdieu, toma as representações como matrizes dos discursos e práticas estruturantes do mundo social. Textos, livros e autores não poderiam se constituir, para o historiador da cultura, em entidades abstratas e universais, o que remete à problemática dos modos de produção, circulação e apropriação da obra literária, que liga justamente a criação estética na escrita ao livro como materialidade. Ora, o processo por meio do qual a significação de uma obra é construída porta uma historicidade e depende do pacto estabelecido entre os agentes responsáveis pela sua interpretação: autores, editores, livreiros, críticos e leitores. Para esta vertente, a escrita e a leitura estão inscritas nos modos de interiorização da objetividade, uma vez que, citando novamente o autor, "os textos encontram-se presos na rede contraditória das utilizações que o constituem historicamente" (CHARTIER, 1990, p. 59). A perspectiva da história cultural permite igualmente a articulação entre literatura e edição, criação e publicação, abrindo um vasto campo de pesquisa com o estudo dos arquivos editoriais e literários.

O fluxo de crescimento de grupos e linhas de pesquisas sobre literatura nos cursos de ciências sociais – como já mencionado, fenômeno que se desenvolve a partir dos fins do século XX – ocorre em um momento bastante significativo na história da teoria social contemporânea. As décadas de 1970-80 presenciam a emersão ou criação de uma plêiade de novas perspectivas teórico-metodológicas no campo das ciências sociais, época que

inaugura profundas reviravoltas na teoria social[11], momento em que se expressa, de forma mais visível, uma ânsia de examinar com novos olhos os cânones aceitos pelas teorias sociais produzidas nos meados do século XX, particularmente aquelas construídas após a Segunda Guerra, chamada por Picó (2003) de "idade de ouro da sociologia". É a partir dos anos 70 que as obras de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, por exemplo, passam a ter profundos impactos nos diversos campos das ciências sociais, de um modo geral, e nos estudos da cultura, de um modo particular, uma geração que estreita o diálogo entre a sociologia, a filosofia, a história, a psicologia e a linguística. Pierre Bourdieu (1990), por exemplo, elabora a teoria dos campos de produção literária, cuja lógica de organização orienta-se pela conquista de valores específicos e por lutas de autonomia dos escritores com relação à tutela do Estado e às injunções do mercado. É nesses espaços de posições relativamente autônomas que as escolhas estéticas são feitas e as obras são criadas em processos de formalização que objetivam as experiências individuais e coletivas dos escritores. Inicia-se um movimento mais sistemático para superar uma série de pares de conceitos clássicos (como subjetivo e objetivo, agente e estrutura, coletivo e individual, macrossociologia e microssociologia); expandem-se novos campos de pesquisas que ultrapassam as tradicionais fronteiras disciplinares. Trata-se de uma época em que Paul Feyerabend argumentava em seu livro "Contra o Método" (publicado em 1975) que todos os paradigmas científicos são equivalentes do ponto de vista lógico, não havendo uma maneira lógica de optar entre eles. É um momento em que se aposentam grandes clássicos da teoria social pós-

11 A chamada "crise da sociologia" dos anos 1970 e 1980 é fenômeno complexo, pois abarcou diferentes aspectos do universo intelectual, social e político do mundo ocidental. O processo de transformação da teoria social nas décadas de 1970 e 1980 é resultado de vários fluxos de ações que se agregam a partir das décadas após a Segunda Guerra. A partir de então, ampliam-se quantitativa e geograficamente instituições de ensino e pesquisa (fora do eixo Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha), ampliação esta estimulada pela expansão econômica mundial, pela guerra fria, pela afirmação política de povos não europeus. Há uma maior popularização da sociologia (os estudos de "opinião pública" contribuirão para esse fenômeno); um crescimento das fontes de financiamento (tanto estatal quanto de fundações); as "revoluções culturais", plasmadas pelas transformações materiais, de estilo de vida, de liberdades pessoais, de uma educação mais permissiva e democrática (as "revoltas estudantis" dos anos 60 são exemplos expressivos). Esses fenômenos contribuíram para a diversificação de temáticas e interesses na área da sociologia. É na década de 1970 que começa haver maior crítica ao "sociologismo" e seu fechamento às novas indagações filosóficas. É também o momento do declínio e das reformulações de teorias dominantes até então, como o funcionalismo, o estruturalismo, a semiótica, assim como as concepções nomotéticas das ciências e suas "metrificações metodológicas" (ver ALVES, 2010).

-guerra (como Parsons, Merton, Coser, Lazarsfeld) e uma nova geração passa a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional.

É a partir das décadas de 1970-80 que surgem as "novas sociologias", termo designado por Philippe Corcuff (2001) para agrupar correntes teórico-metodológicas como as sociologias de base fenomenológica e pragmatista, o interacionismo simbólico (Goffman, Blumer), a etnometodologia e a sociologia cognitiva (Garfinkel, Harvey Sacks, Aaron Cicourel), o neofuncionalismo (Alexander, Colomy), os "neomarxismos" (Elster, Laclau, Williams, Jameson). Algumas delas eram existentes antes desse período, mas somente nos fins do século XX passam a ser mais conhecidas internacionalmente.

No presente artigo, utilizamos o termo "novas sociologias" para nos referirmos exclusivamente a algumas das vertentes teóricas que ocupam um lugar cada vez mais importante no cenário acadêmico internacional, como as "teorias sociais associativas" (Bruno Latour, Michel Callon), a teoria da ação criativa (Hans Joas), o perspectivismo (Viveiros de Castro), as abordagens antropológicas de Tim Ingold e Marilyn Strathern e as concepções sociológicas de base fenomenológica (a exemplo da "sociologia existencial", a etnometodologia e a análise conversacional). Mais especificamente, aquelas teorias influenciadas por Heidegger, Merleau-Ponty, Sartre, Gadamer, Alfred Schutz, Paul Ricouer, Willem James, John Dewey, Gabriel Tarde e Deleuze. Embora tenham pontos de vistas distintos, essas "novas sociologias" partilham de pressupostos que se diferenciam marcadamente da produção dominante dos "anos dourados" da sociologia. Nesse sentido, terminam por ampliar e ressignificar as complexas relações entre literatura e sociedade. E, com isso, abrem novas agendas de pesquisas.

É importante enfatizar que as "novas sociologias" não eliminam as tradições herdadas das disciplinas "humanísticas". Convivem com elas, embora, nalgumas vezes, de forma conflitante. Mas, principalmente, apresentam resultados que, por sua vez, são também capturados pelas disciplinas humanísticas. A última sessão do presente artigo procurará discutir brevemente alguns dos principais pressupostos teórico-metodológicos dessas "novas sociologias" e sua contribuição para a constituição da "sociologia da literatura". Nessa rápida análise, perguntamos também que agendas de pesquisas elas propõem.

Desdobramentos, desafios e novas agendas

Como já tem sido amplamente observado, as três últimas décadas do século XX marcam um importante ponto de inflexão para a teoria social (ver CORCUFF, 2001; ERICKSON; MURPHY, 2015; PICÓ, 2012; RITZER, 1991). Uma característica marcante desse movimento intelectual reside no diálogo crítico que mantém com a tradição sociológica dominante após Segunda Guerra, "os anos dourados da sociologia", conforme expressa Picó (2003). Nesse movimento, cabe destacar o surgimento de um conjunto de teóricos e pesquisadores que procuram reformular questões de ordem ontológica ("o ser do social") e epistemológica ("como conhecer esse ser"), conjunto esse que defende o pluralismo, a multidisciplinaridade e heterogeneidade no entendimento dos fenômenos sociais e, com isso, abre espaço para revitalização do imaginário sociológico, absorvendo ("capturando") e reinstitucionalizando ("reterritorializando") conhecimentos provenientes de outras áreas de saber. Corcuff (2001) denomina esse movimento de "novas sociologias". As discussões levantadas por esses novos teóricos são potencialmente relevantes no processo de constituição da "sociologia da literatura" e contribuem para o processo de autonomização da "sociologia da literatura" com relação ao seu próprio objeto de estudo.

Dentre as "novas sociologias", destacamos aquelas influenciadas pela fenomenologia/existencialismo, pelo pragmatismo ou por pensadores como Gabriel Tarde e Deleuze. Essas correntes das "novas sociologias" têm progressivamente se espalhado no mundo acadêmico. Não são prerrogativas exclusivas de pesquisadores alocados nos cursos de ciências sociais. Elas assumem diferentes configurações conceituais e desenvolvem problemáticas distintas entre si, o que torna tarefa difícil resumi-las. Mas, embora tenham diferentes abordagens para conceber o "fenômeno social", comungam entre si um conjunto de pressupostos. Brevemente, procuramos nessa sessão identificar alguns desses pressupostos.

Em primeiro lugar, é importante indagar em que pontos essas "novas sociologias" se insurgem contra algumas premissas ontológicas e epistemológicas subjacentes nos "anos dourados da sociologia" (as décadas entre 1940 e 1970, aproximadamente). Para isso, é necessário resumir alguns pressupostos da teoria social produzida nesses anos.

O principal ponto de inflexão entre as "novas sociologias" e a tradição sociológica dos "anos dourados" está na concepção substancialista do "social".

Uma premissa fundamental dessa tradição está na ideia de que o conhecimento científico deve apreender regularidades (estruturas, sistemas de relações) independentes das vontades ou consciências individuais. A ciência é essencialmente um empreendimento analítico e abstrato. Whitehead (2006) observa que, nessa concepção de ciência, os elementos de um todo (um conjunto de interações), do qual são isolados através de uma análise, não podem ser igualados às ocorrências concretas. Assim, os conceitos científicos são elaborados para selecionar certos traços da realidade, certas composições, que são privilegiados para estruturar nossas percepções e conhecimento do mundo. Toda teoria também tem que ser precisa, no sentido em que é inseparável da verificação. Nessa perspectiva, pressupõe-se que o conceito para ter base sólida, científica, é necessário que seja "operacionalizado", submetido a operações lógicas (de prova) relativas aos objetos da experiência. "Dessa forma, o operacionismo fornece não apenas um critério de significação, mas um meio de descobrir ou de enunciar qual o significado de um conceito particular: basta que especifiquemos as operações que governam sua aplicação" (KAPLAN, 1975, p. 43). Em síntese, a sociologia deve se situar distante de qualquer noção derivada imediatamente da percepção, da experiência, da prática. A partir de casos particulares, empíricos, a sociologia, para explicá-los, deve se mover para o âmbito da completa abstração a partir de qualquer caso particular de que se está falando.

Como observa Bruno Latour (2007), para essa perspectiva analítica, o termo "social" designa um status estabilizado de acontecimentos, um conjunto de laços que, mais tarde, pode ser mobilizado para explicar outros fenômenos. É uma força específica que explica a durabilidade das relações humanas. Ou seja, o social é feito de algo (força, poder ou capacidade) com um certo nível de perdurabilidade. Em síntese, preocupado em reduzir a explicação sociológica à busca de regularidades dos fenômenos humanos, às caracterizações de forças específicas, a sociologia da "idade do ouro" perdeu do seu campo de vista justamente uma condição essencial do mundo humano: as ações concretas dos agentes, suas experiências e prática.

Assim, como bem observa Hannah Arendt, "quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará" (2000, p. 263). Em outras palavras, quanto mais nos afastamos do que está perto de nós, mais terminamos por nos alienar do nosso ambiente imediato e terreno. Ao centrar

a reflexão sociológica na busca de regularidades objetivas (estruturas, leis, sistemas de relações etc.), corremos o risco de perder de vista a pluralidade humana, as distinções, as diferenças e as alteridades que marcam os atores e suas relações com o mundo. Uma preocupação central dessas "novas sociologias" é justamente a de não "perder o mundo".

As "novas sociologias" partem do ponto de que é da propriedade humana a faculdade de agir, de iniciar processos novos e sem precedentes (embora necessariamente assentados em "contextos" pré-existentes), cujo resultado é incerto e imprevisível. Fundamentam-se no princípio de que as ações humanas são "trajetos", lidam com construções passadas (o mundo social se constrói a partir das condições diretamente dadas e herdadas do passado), construções que são atualizadas nas práticas e nas interações da vida cotidiana dos atores (as formas sociais passadas são apropriadas, reproduzidas e transformadas enquanto outras são inventadas) e são aberturas de campos de possibilidades no futuro (a herança passada e o trabalho cotidiano sempre abrem perspectivas para o futuro). Portanto, as ações humanas remetem aos processos de objetivação (os indivíduos e os grupos se servem de palavras, objetos, coisas, regras, instituições etc., legados pelas gerações anteriores, transformando-os e criando novas formas) e se inscrevem em mundos subjetivos e interiorizados (construídos de formas de sensibilidade, de percepção, de conhecimento, de prática). As ações carregam em si um potencial de violar limites e transpor fronteiras. Portanto, há sempre um componente de imprevisibilidade e incerteza nas ações. Isso não significa admitir que o dinamismo humano é um processo "cego", algo que pode ser reduzido às meras acumulações de resultados aleatórios que se sedimentam ao longo da história. Nunca há despreendimento da ação no todo social e material. É justamente na integração, nos laços que unem as diferentes atividades humanas, que a ação humana é realizada. Nesse sentido, uma tarefa central das "novas sociologias" é justamente a de compreender os processos associativos – práticas – que os atores constroem para viabilizar seus mundos. Como argumenta Latour (2012, p. 71-74), "quando dizemos que algo é 'social' ou 'tem dimensão social', mobilizamos um acervo de características que, por assim dizer, marcham juntas independentemente de o acervo ser composto de tipos de entidades diversas (...) Para que as ciências sociais recuperem a energia inicial, cumpre *não* fundir todas as funções que assumem as ações numa função única de caráter social – 'sociedade', 'cultura',

'estrutura', 'campos', 'indivíduos' ou qualquer outro nome que se lhe dê. A ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento". O social é, portanto, um agregado, vínculos de associação que podem ser reagrupados de várias maneiras, e não mais um objeto particular, "algo social" que executa a ação. Nesse sentido, a principal tarefa da sociologia é explicar as performances desenvolvidas por diferentes atores[12] na constituição de modos de existência. Assim, privilegiando as práticas de convivência, essas teorias des-substancializam as estruturas e sistemas sociais.

Além do mais, as "novas sociologias" diminuem o nível de consenso em torno das linhas de demarcação entre as ciências, sem que com isso tenha se eliminado a disciplinarização. As "novas sociologias" propõem fundamentalmente passagens de trocas com disciplinas vizinhas, além de estabelecer reconciliações e novas alianças entre posições até então tidas como antinômicas entre ciências da natureza, ciências humanas e filosofia.

Tendo em vista o breve resumo das posições ontológicas sobre o "social" assumidas por essas "novas sociologias", cabe perguntar em que elas contribuem para o entendimento da "sociologia da literatura". A sua contribuição é significativa[13]. Destacaremos apenas algumas delas, principalmente aquelas que dizem respeito à autonomia da "sociologia da literatura".

Em primeiro lugar, ao priorizar as práticas de convivência (ações humanas), elas investem contra o "fetichismo" de conceitos tradicionalmente estabelecidos nos estudos sobre literatura, tais como "arte" e "o social", como se existisse, de um lado, a "obra literária" e, por outro, a "sociedade" (estruturas, sistemas, padrões), cada uma delas guardando suas próprias especificidades. Não reduzem o estudo da literatura às "obras literárias", à procura de realidades estéticas objetivas que estão inscritas nos textos e tampouco aos contextos em que essas obras são valorizadas. Subvertem hierarquias e não estão mais fascinadas pela "arte". A obra não mais está restrita a uma

12 A expressão "ator", em vez de ser fonte de um ato, refere-se a "o algo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção (...) Empregar a palavra 'ator' significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator (...) nunca está sozinho ao atuar" (LATOUR, 2012, p. 75).

13 No caso brasileiro, pode-se destacar, por exemplo, a pesquisa realizada por Machado Neto, "Estrutura social da república das letras", publicada em 1973. Um dos principais responsáveis por introduzir uma sociologia de base fenomenológica no Brasil, Machado Neto analisa a vida intelectual brasileira entre 1870-1930 através de diferentes planos explicativos, como meios de subsistência do literato, níveis de educação formal, condições políticas, público, salões, "coteries" literárias, protecionismos, perseguições e vigências intelectuais.

opinião preconcebida, particularmente pelo mundo erudito, pelos especialistas de arte. Heinich argumenta que "enredado nas hierarquias implícitas desse mundo erudito, o sociólogo, para que é natural a necessidade de interessar-se pela 'obra', corre o risco de não ver o que, nessa injunção, apenas reflete um paradigma do qual ele faz, inconscientemente, a base de sua postura epistemológica, em vez de estudá-lo, da mesma maneira que qualquer valor investido e veiculado pelos atores – fossem seus próprios pares na universidade" (2008, p. 128-29). Em síntese, ajudam a transgredir as fronteiras hierárquicas tradicionalmente estabelecidas nos estudos sobre literatura[14].

A criação literária não é individual, mas coletiva. Além da obra em si, público, recepção, objetos, mediações, profissões, práticas culturais, comercialização, editoração e instituições são outras tantas dimensões que compõem o "acontecer" da literatura, sendo um mundo composto por uma massa de escritos, falas, acontecimentos, espaços e atividades acumuladas que delineiam um conjunto extraordinário de atores para formar, manter ou dissolver grupos e se constituindo em associações ou amalgamas que, na perspectiva sociológica, devem ser objeto de pesquisa empírica, examinado pelas problemáticas e métodos particulares dessa disciplina. Daí decorre a pertinência da "sociologia da literatura" pelo diálogo com outras instâncias temáticas da sociologia (do intelectual, das organizações, das profissões, do trabalho e outras). Em segundo lugar, as "novas sociologias" investem contra a "sociologia crítica". Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Bruno Latour são exemplos dessa postura. Desaprovam uma "sociologia crítica" que se fundamenta no pressuposto de que a sociologia tem a tarefa de "substituir" um objeto de estudo por um aparato "crítico", crítica tida como necessária para "desmascarar" os obstáculos da verdade.

Preocupadas em pôr em evidência as lógicas subjacentes que conferem sua coerência às práticas tal como vividas pelos atores, as "novas sociologias" voltam-se para examinar as formas concretas pelas quais diferentes atores e grupos criam o "mundo da literatura". O hegemonismo da obra literária tende a limitar os pesquisadores em escolhas exclusivas. As "novas sociologias" investem a favor da pluralidade das oposições, das perspectivas de se conceber o mundo literário, agora não mais encapsulado em nome de

14 Exemplos interessantes dessa postura são as pesquisas realizadas por Clovis Carvalho Britto (UFS), Alessandra El Far (Unifesp), Silvia Borelli (PUS-SP), Paulo Marcondes Soares (UFPE), Ariane Ewald (UERJ), Lilia Schwarcz (USP), Leopoldo Waizbort (USP).

sistemas de valores, da "ciência", das "crenças" dos atores. Nesse sentido, não estão preocupadas em se confrontarem com o passado, em "arrancar seu objeto do peso da tradição estética que exerceu, durante muito tempo, o monopólio sobre ela" (HEINICH, 2008, p. 145). Pelo contrário, dialogam, dentro do seu ponto de vista, com a história da literatura, com a estética, capturando-as e desafiando seus achados[15].

Conclusões

Ao apresentar um olhar de sobrevoo sobre a produção teórico-metodológica da "sociologia da literatura", observamos três grandes fontes nesses estudos: a crítica literária, a "estética sociológica" e as pesquisas históricas. As pesquisas realizadas nos cursos/departamentos de sociologias têm absorvido, em grande medida, essas fontes de estudos. Todas elas foram desenvolvidas principalmente pelas disciplinas humanísticas.

As duas primeiras traçam diferentes planos de entendimento sobre a literatura, mas comungam de uma mesma premissa: o fetichismo da obra, do texto literário. Privilegiam principalmente as obras selecionadas pela história da literatura. Em uma, há maior preocupação com "qualidades estéticas" e "análises estilísticas"; em outra, mesmo com a intenção de desidealizar e secularizar a obra - os fatos literários são "reduzidos" às condições extraliterárias - a literatura é tomada como algo que evidencia determinados aspectos do mundo social. Nessas duas primeiras vertentes, outras dimensões da experiência estética são excluídas da investigação, como o processo criador, o contexto, as modalidades de recepção. As pesquisas históricas, por sua vez, voltam-se para compreender formas de expressão de uma época, percursos intelectuais, status e identidade do artista, constituição de público, instituições sociais e culturais que viabilizam a criação da obra. São estudos fundamentados em documentos do passado.

Com a recente entrada de questões literárias nos cursos/departamentos de sociologia, a produção de pesquisas sobre o "mundo da literatura" multiplica e diversifica-se. Parte cada vez maior da produção acadêmica realizada nesses cursos não mais privilegia as obras selecionadas pela história da lite-

15 Exemplos são os trabalhos de Hans Ulrich Gumbrecht ("Atmosfera, ambiência, *stimmung*", 2011), Franco Moretti ("Atlas of the european novel 1800-1900", 1998), Wolgang Iser ("O ato da leitura", 1976; "O fictício e o imaginário", 1991).

ratura e tampouco atribuem questões normativas ou de valor ao seu objeto de estudo.

As aqui chamadas de "novas sociologias" fornecem importantes recursos teórico-metodológicos para o entendimento do fenômeno literário. Isso se deve fundamentalmente as colocações de ordem ontológica e epistemológica sobre o "social" que elas levantam. De acordo com suas perspectivas teórico-metodológicas, preocupam-se principalmente com questões associadas ao conjunto de interações – redes de associações – entre autores, instituições e agentes (humanos ou não) que constituem, configuram o "mundo da literatura". Com isso, a obra literária deixa de ser o ponto de partida ou de chegada para a pesquisa sociológica. O interesse é compreender as diferentes práticas envolvidas na constituição da literatura. São teorias que se preocupam com a sabedoria prática ("frônese") nos distintos trajetos que enfeixam o fenômeno "literário" e não mais exclusivamente com o componente "interno", centradas no discurso, no texto, da literatura ou tampouco com a abordagem "externa", centrada nos contextos. Nesse sentido, a construção da literatura enquanto prática requer entendimentos sobre o escritor, a recepção, o público, o mercado, a impressão, as diferentes instituições que viabilizam, conservam, promulgam ou comercializam o produto literário. Assim, o entendimento sobre a constituição do "mundo da literatura" requer um diálogo com outros campos de saber, inclusive dentro da própria sociologia.

A maior inserção dos trabalhos sobre literatura nos cursos de sociologia tem contribuído, sem dúvida, para que essa área de pesquisa se torne mais autônoma, conquistando suas próprias reflexões teórico-metodológicas e, assim, emancipando-se da tutela dos estudos humanísticos. Mas é muito importante levar em consideração que essa autonomia é resultado não de uma disciplinarização específica da "sociologia da literatura", mas fundamentalmente das diferentes interseções constantemente construídas pelos pesquisadores em ciências sociais. Se os trabalhos realizados nesses cursos absorvem, em diferentes graus, os estudos humanistas, por outro lado, também apresentam resultados que, por sua vez, são capturados por essas disciplinas. Daí advém a dificuldade de estabelecer uma identidade específica da "sociologia da literatura". Como observam Botelho e Hoelz (2016), não é prerrogativa de nenhuma disciplina em particular. Situa-se na interface de diferentes disciplinas e de áreas dentro da própria sociologia.

Referências

ALVES, Paulo C. (2010), A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 1, pp. 15-31.

AMARAL, Gloria Carneiro. (2010), *Navette Literária França-Brasil. A crítica de Roger Bastide,* 2 vol. 1. ed. São Paulo: EDUSP.

ARENDT, Hanna. (2000), *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BOTELHO, André. (2002), *Aprendizado do Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. (2016), Sociologia da literatura: da reflexão à reflexividade. **Tempo social**, v. 28, n. 3, pp. 263-287. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000300263&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2017. http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.106017.

BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. 1. ed. Paris: Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

CANDIDO, Antônio. (2006 [1965]), *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CHARTIER, Roger. (1990), *A história cultural, Entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel.

CORCUFF, Philippe. (2001), *As novas sociologias*. Construções da realidade social. 1. ed. Bauru: EDUSC.

ERICKSON, Paul A.; MURPHY. Liam. D. (2015), *História da teoria antropológica*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

HEINICH, Natalie. (2008), *A sociologia da arte*. 1. ed. Bauru, SP: Edusc.

KAPLAN, Abraham. (1975), *A conduta na pesquisa.* 1. ed. São Paulo: Edusp.

LATOUR, Bruno. (2007), *Reassembling the social. An introduction to actor-network theory*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press.

LATOUR, Bruno. (2012), *Reagregando o social*. 1. ed. Salvador: UFBA; Bauru, SP: Edusc.

LEPENIES, Wolf. (1996), As três culturas. 1. ed. São Paulo: EDUSP.

MACHADO NETO, Antônio L. (1973), *Estrutura social da república das letras*. 1. ed. São Paulo: Grijalbo-EDUSP.

MICELI, Sérgio. (1977), *Poder, sexo e letras na República*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva.

MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. 1. ed. São Paulo: Difel.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1976), Escravos e mobilidade vertical em dois romances brasileiros do século XIX. *Cadernos CERU*, v. 9, pp. 39-58.

PICÓ, Josep. (2012), *Los años dorados de la sociologia (1945-1975)*. 1. ed. Madri: Alianza Editorial.

RITZER, Georg. (ed.). (1991), *Frontiers of social theory*. 1. ed. New York: Columbia University Press.

SAPIRO, Gisèle. (2014), *La Sociologie de la Littérature.* 1. ed. Paris: La Découverte.

SCHWARZ, Roberto. (1990), *Um Mestre na Periferia do Capitalismo. Machado de Assis*. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades.

SCHWARZ, Roberto. (2009). *As ideias fora do lugar.* Cultura e Política. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.

WEBER, Marianne. (1995), *Max Weber: a biography*. 3. ed. London/New Brunswick: Transaction Publishers.

WEBER, Marianne. (1994), "Prefácio à segunda edição". In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume I. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WEBER, Max. (1995), *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. 1. ed. São Paulo: Edusp.

WHITEHEAD, Alfred North. (2006), *A ciência e o mundo moderno*. 1. ed. São Paulo: Paulus.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 22/09/2017 / Aprovado em 12/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.232
10.20336/rbs.232

Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas

Edson Miagusko*
Fabiana A. A. Jardim**
Mariana Côrtes***

RESUMO

Apresentamos um balanço do debate acadêmico sobre governo das populações nas periferias. Nacionalmente, argumentamos com base nas apostas analíticas e políticas: a promessa de integração das populações marginais pela mediação dos direitos sociais dos 1980; o *desmanche* neoliberal e o fim da *hipótese superadora* dos 1990; nos 2000, a compreensão de que a governamentalidade neoliberal opera pela multiplicação de regimes de governos. Internacionalmente, exploramos três eixos teórico-conceituais: a teoria da marginalidade; o conceito de governamentalidade e as antropologias do Estado. Destacamos, nos avanços, a atenção à complexidade de configurações históricas e a superação de fronteiras disciplinares rígidas, o que permite recompor perspectivas menos particulares e a constituição de novas ferramentas de análise para pensar a experiência brasileira.
Palavras-chave: Estado; governamentalidade; margens.

* Sociólogo e professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. É coordenador do Observatório Fluminense e pesquisador do Distúrbio/UERJ (Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências)

** Socióloga, professora do Departamento de Filosofia e Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP. Com Osvaldo López-Ruiz, divide a coordenação do Grupo de Pesquisadores sobre Governo, Ética e Subjetividade (GES) – USP e é pesquisadora do Coletivo de Pesquisadores sobre Educação e Relações de Poder (CoPERP).

*** Professora do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU. Coordena o grupo de pesquisa Travessias – Grupo de Pesquisas Urbanas e é pesquisadora do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É autora dos livros *O bandido que virou pregador* e *Diabo e Fluoxetina: Pentecostalismo e Psiquiatria na gestão da diferença*.

ABSTRACT

GOVERNMENT, ADMINISTRATION OF POPULATIONS AND SUBJECTIVITIES: ASSESSMENT AND ANALYTICAL PERSPECTIVES

We present a provisory state of art on the academic debate about the government of populations within *peripheries*. For Brazilian context, we take from political and analytical "bets": the promise of integrating marginal populations through social rights during 1980's; the neoliberal "dismantlement" and the end of an "overcoming hypothesis" during the 1990's; in the 2000's, the understanding of neoliberalism as operating through the pluralization of government regimes. Internationally, we explore three theoretical and conceptual axes: theories of marginality; the concept of governmentality; and anthropologies of the State. Among the advances of this fieldwork, we call attention to different historical constellations and overcoming of rigid disciplinary frontiers, which allow us to recompose less particular perspectives and to create new analytical tools to understand Brazilian experience.
Keywords: State; governmentality; margins.

Pobres, populações marginais, favelados, excluídos, periféricos, subalternos... Várias são as denominações já mobilizadas para circunscrever a condição de sujeitos cuja experiência de cidadania "desvia" tão fortemente de certa cultura política do ocidente moderno que define os contornos do exercício de direitos civis, políticos e sociais, deixando de fora um imenso conjunto de práticas e experiências que, não obstante, desenvolvem-se às margens do Estado – mesmo quando produzidas por sua presença ou quando tomam a prática estatal como referência.

O objetivo deste artigo é esboçar um balanço da produção acadêmica em torno de um problema clássico para a sociologia: trata-se de examinar como têm operado teórica e analiticamente os estudos que procuram pensar as configurações mais recentes da chamada questão social (CASTEL, 1998), isto é, dos problemas, teóricos e práticos, colocados pela existência de parcelas da população que não parecem se integrar às atividades e condutas esperadas de um cidadão, normativamente definido pelo Estado e pelo senso comum.

Desde os movimentos iniciais para a produção deste balanço da produção em torno do tema, nos foi possível localizar alguns momentos importantes para o avanço desse desafio teórico-metodológico (além de político)

de tornar compreensíveis as especificidades das experiências de trabalho, política e cidadania em países como o nosso, compreendendo também a dinâmica societária capaz de, ao mesmo tempo, estruturar desigualdades tão profundas e mantê-las relativamente estáveis ao longo do tempo. Tendo como foco a produção da sociologia nacional, o artigo segue os passos destes diferentes momentos, que ganham especificidade de acordo com os problemas que as ciências sociais intentavam enfrentar; em seguida, fazemos uma breve incursão sobre o debate internacional, preocupados menos em apresentar um panorama exaustivo do que em sugerir nexos que nos ligam a um contexto mais geral, do ponto de vista político e epistêmico; finalmente, encerramos estas reflexões apontando os avanços e desafios que, a nosso ver, apresentam-se a este campo de investigações.

Anos 1980 e a vertigem democrática

Esforços no sentido de compreender as relações sociais acima referidas podem ser localizados nos anos 1970 e 1980, em trabalhos desenvolvidos a partir de uma perspectiva marxista e também em investigações com forte caráter etnográfico[1]. Tratava-se, a um só tempo, de compreender as subjetividades forjadas no cotidiano de inseguranças e desigualdades e, ainda, reconhecer em quais condições foi possível que essa experiência desse corpo a novas personagens políticas (SADER, 1998; PAOLI; SADER; TELLES, 1983). Tratava-se, portanto, de contribuir para o processo de transição democrática após o fim de mais de duas décadas de ditadura civil militar, bem como para a superação de iniquidades sociais, apostando na constituição de novas relações políticas e sociais, menos violentas e mais democráticas.

Comentando texto de Chico de Oliveira, em 1982, Telles (2010) aponta que se produzia um tensionamento nos debates ocorridos à época, condensando num mesmo diagrama o Estado, o urbano e o trabalho. O autor lançava um questionamento, apontando que a ausência de teorização sobre as relações entre Estado e urbano no Brasil continha seu lado frágil, mas que, paradoxalmente, em termos analíticos era profícuo: a ausência de uma teoria robusta fazia com que as reflexões pudessem se dar nas condições concretas,

1 Ver, por exemplo, Zaluar (1982); Kowarick (1975; 1978); Perlman (1981[1977]); Durham (1973).

sem a importação acrítica de teorizações. Deste modo, Oliveira propunha *um programa de pesquisa sobre as relações entre Estado e sociedade civil e sobre o antagonismo entre os dois blocos para além da produção social da riqueza, ou seja, para além do antagonismo reduzido a como direcionar e utilizar o aparelho de Estado*. Mais do que teórica, naquele momento a preocupação do autor era política.

Do mesmo modo, a reflexão sobre os movimentos sociais partia de aposta semelhante e se articulava no interior de um diagrama cujas linhas de força se estruturavam em torno de experiências comuns de moradia e trabalho, que organizavam um campo de conflitos políticos com maior nitidez. Assim, a marca dos anos 1980, e parte dos 1990, no debate sobre periferias é o *boom* dos estudos sobre movimentos sociais, na Sociologia e em áreas afins (BRANT, 1980; SINGER, 1980; JACOBI, 1987; PAOLI, 1987).

Naquele momento, a categoria explicativa fundava-se na visão da democracia inscrita nos costumes de um povo, saindo do registro das instituições políticas como medida democrática e passando para o plano de uma "cultura política", associando democracia e sociabilidade (DAGNINO, 1994; 2002). Desse modo, não apenas a história dos movimentos sociais era reinterpretada e vista sob novos ângulos, como os conceitos seriam redefinidos, de acordo com o novo contexto político.

Tal mudança fazia-se necessária, uma vez que as categorias analíticas utilizadas anteriormente ressaltavam mais a incompletude da experiência política dos movimentos sociais do que o modo como esses sujeitos constituíam efetivamente suas experiências e práticas, numa sociedade marcada pela forte presença do Estado, que subsumia as manifestações do que entendemos como sociedade civil. A produção acadêmica estava inscrita, deste modo, num contexto em que as lutas pela redemocratização do país tinham papel destacado e a influenciavam: o país passava por uma transição, e a produção acadêmica refletia as apostas na dimensão civilizadora da publicização dos conflitos, reivindicada por estes novos agentes.

A própria percepção dos agentes se confundia com estas apostas: não mais figuravam esses sujeitos pela sua insuficiência, como na chave anterior, mas a partir de suas próprias experiências (PAOLI; SADER; TELLES, 1983). Aqui haveria uma primeira tentativa de figuração desses sujeitos, das periferias e dos trabalhadores, não como falta, mas como presença efetiva na vida do país, em duplo sentido: em primeiro lugar, fugindo aos dualismos

anteriores da teoria da marginalidade, que a Crítica da Razão Dualista já havia procurado enfrentar (OLIVEIRA, 2003); em segundo, a partir da história e do aparecimento público desses sujeitos (SADER, 1998).

No caso dos trabalhadores, apareciam estudos que buscavam compreender sua ação a partir de seu estatuto político e não na chave puramente econômica, que os definia como motores do conflito. Nessa interpretação, as greves operárias do início dos anos 1980, na região do chamado ABC Paulista[2], seriam compreendidas não somente como reação à intensa exploração permitida pelo regime autoritário, mas como o "resgate da dignidade" perdida no trabalho e nos sucessivos autoritarismos do chão de fábrica (ABRAMO, 1999). Se, em termos econômicos, a década de 1980 foi vista como uma "década perdida", do ponto de vista desses sujeitos, os anos 1980 coincidiram com a articulação das principais organizações sindicais e populares que estruturariam o campo de conflitos a partir de baixo nas décadas seguintes.

Essa aposta política tem seu ápice na Constituição de 1988. Denominada Constituição Cidadã, sua construção está na confluência da profusão de conflitos que envolveram esses sujeitos que entravam em cena e de uma inédita participação popular, que também vai ter seu ocaso no momento mesmo que a década de 1990 se inicia.

Avassalada pela grave crise econômica e social que teve lugar no país, atingida pelos processos de mundialização do capital, limitada pela reestruturação do trabalho e destituição dos direitos sociais, os anos 1990 coincidem com o universo posterior à promulgação da Carta Constitucional. Experimentaríamos, então, um "deslizamento semântico" (ARANTES, 2000) em que a gramática de direitos dos anos 1980 encontraria as transformações dos 1990 e o que aparecia com sinais invertidos se aproximaria discursivamente numa "confluência perversa" entre a desresponsabilização do Estado e o "protagonismo da sociedade civil" (DAGNINO, 2002).

Anos 1990 e o desmanche neoliberal

Como afirma Bhabha (2000), não devemos estar condenados a contar uma história apenas de um único ponto de vista: a alteração de contexto nos

2 Trata-se de um conjunto de cidades localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, sendo composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e, ainda, Diadema.

obriga à reelaboração. Assim, a história dos movimentos sociais, contada no contexto dos anos 1980, a partir do fio condutor da ampliação da participação popular nos mecanismos de gestão das políticas públicas do Estado, da pedagogia e da inserção popular em canais políticos antes proibidos ao povo, talvez nos exija, a partir do contexto da década seguinte, elaborar outra forma de contá-la. Se as categorias que estruturavam o mundo se esvaziam de sentidos, significa não apenas que outro mundo se articula, mas que a história do mundo anterior, de suas apostas, também deve ser refeita.

Oliveira (1998) afirma que, no Brasil, os sucessivos esforços dos dominados em alcançarem patamares mínimos de cidadania e democracia equivaleriam ao trabalho de Sísifo, pois seriam objeto de reação e destruição pelos dominantes. Nesse sentido, a experiência democrática seria uma exceção na história da República brasileira, pois os dominantes buscariam constantemente repor os códigos violentos de sociabilidade privada contra os esforços dos dominados em publicizar o conflito (OLIVEIRA, 2003). A imagem mitológica de Sísifo descreveria, então, os esforços dos "de baixo", condenados ao eterno recomeço quando se trata de colocar o conflito político em outro patamar (FERNANDES, 2006).

Esse "ódio à democracia" (RANCIÈRE, 2015) dos dominantes encontra, porém, a recalcitrante resistência dos dominados. Como vimos na seção anterior, o período que vai de 1964 até 1990 pode ser considerado como uma época de forte inventividade política. A ditadura militar eleva a média da expansão capitalista dos cinquenta anos anteriores, mas não torna possível a hegemonia: o crescimento deslocou as forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista dirigido por forças internas, a burguesia nacional, subsidiada pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano que se ocupava na indústria. Celso Furtado caracterizaria este tempo como um período de internalização das decisões, não apenas pelo crescimento econômico na forma de dominação burguesa, mas porque a tutela sobre o proletariado industrial estruturava a produção de um consenso violento, que afirmava o espaço nacional como centro dos conflitos e das decisões.

Enquanto alguns estão convencidos de que, no caso brasileiro, a formalidade foi posta em xeque na virada dos anos 1990, com as políticas de desregulamentação do trabalho e o encolhimento das políticas universalizantes do estado, outros sustentam que o fenômeno é anterior e remonta ao momento de crise do estado providência durante os anos 1970. Para Machado

da Silva (2006), todas as variáveis do capitalismo contemporâneo continuavam a operar, o que torna pouco explicativo inserir as transformações da década de 1990 a partir de uma leitura de caos ou desintegração. As relações sociais eram cada vez mais tópicas e imprevisíveis e, na medida em que aprofundavam a heterogeneidade da experiência social, dificultavam a formação de uma ação coletiva que tivesse afinidades entre os sujeitos, tornando o conflito social disperso e descentrado. A isso, ele definiu como uma profunda "fragmentação social".

Em sentido parecido, ao retomar as provocações de Oliveira (1982), Telles (2010) aponta que o problema urbano não podia mais ser compreendido nos marcos analíticos anteriores. Até aquele momento, a cidade como questão era definida a partir de um conjunto de temas e problemas que se cruzavam e circulavam entre espaços acadêmicos e de debate político articulados em torno de noções comuns e pares conceituais, como produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, Estado e contradições urbanas. Para Telles, tais polaridades se alteraram de modo a tornar inteligível o debate, do ponto de vista analítico e político.

Dessa forma, a questão do estado e a produção de suas margens (DAS; POOLE, 2004) se colocaria sob novo viés. Não se tratava mais de tomá-la a partir da ação coletiva de sujeitos que se organizaram no período da transição da ditadura civil militar para o período de consolidação democrática, pois as instituições políticas entravam em funcionamento pleno, ainda que não coincidissem com conquistas políticas e sociais capazes de incorporar parte substantiva da população.

Anos 2000: o desafio ao pensamento (e à ação)

O debate sobre a questão das periferias nas ciências sociais brasileiras conhece, portanto, um ponto de inflexão a partir de meados dos anos 2000. Como vimos, o contexto da transição democrática havia sido marcado por importantes movimentos sociais de luta por ampliação dos direitos e por melhoria das condições urbanas. Contudo, a crença de que as promessas não realizadas da modernidade se fariam valer na sociedade brasileira e de que a maioria da população alcançaria o universo de uma cidadania ampliada não se realizou: a hipótese da superação se esvaziou na década seguinte (TEL-

LES, 2010), com importantes efeitos sobre a vida dos sujeitos nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Se as análises da década de 1990 se concentravam no caráter destruidor do neoliberalismo e na percepção generalizada e contundente de "terra arrasada" que ele havia produzido, em meados dos anos 2000, começa a se delinear a suspeita de que um novo regime de governo das populações às margens estava se insinuando e de que a inventividade desses novos poderes não seria devidamente traduzida por meio de uma análise orientada em nomear o que se desmanchava.

Na apresentação ao livro *A era da indeterminação*, publicado em 2007, Cibele Rizek e Maria Célia Paoli começam a traçar uma mudança de perspectiva:

> A questão, portanto, inverteu-se: em vez de inquirirmos o que a palavra "desmanche" exprime diretamente, acabamos por perguntar: qual mundo se define através de sua operação, o que se constitui para além de suas ruínas? (RIZEK; PAOLI, 2007, p. 9).

Na busca por novas categorias heurísticas capazes de dar conta das novas modalidades de governo dos indivíduos nas periferias, a gramática dos direitos que havia orientado grande parte da produção das ciências sociais brasileira durante os anos 1970/1980 não parecia mais adequada, pois o horizonte de igualdade não se encontrava mais na pauta. É na esteira dessa perplexidade que Vera Telles (2010) se interroga se fazia sentido continuar falando em direitos, cidadania, espaço público e democracia, ou se seria necessário enfrentar o desafio de compreender uma nova racionalidade governamental, cuja lógica não operava mais com a construção de uma ordem mais justa, mas com a gestão das consequências da nova desordem.

Nesse contexto de deslocamento dramático da questão social, uma série de novos estudos sobre as periferias das cidades brasileiras começa a ser produzida a partir dos anos 2000, de cunho fortemente etnográfico, buscando investigar as complexas redes de relações que se delineiam entre o que passou a ser cada vez mais compreendido, a partir da inspiração do trabalho de Veena Das e Deborah Poole (2004), como a relação entre o Estado e suas margens. Com o colapso da concepção universal de cidadania, começamos a assistir no Brasil à maior visibilidade de uma forma de atuação do Estado que o faz funcionar como agência de produção perpétua de regimes de governo.

Quando a promessa da integração dos cidadãos em um projeto de cidadania ampliada se desmancha e as estratégias governamentais do Estado passam a se basear em uma "variação situacional de um repertório de regimes de governo" que produzem "recortes populacionais tão mais precisos quanto possível" (FELTRAN, 2014, p. 497), o campo para a criação de novas formas de governo se abre e outras agências passam a assumir as tarefas de condução das condutas dos habitantes das periferias, como o "mundo do crime" e as igrejas evangélicas. Assim, o desmantelamento do universalismo levou à criação de uma espécie de multiplicação governamental nas periferias cuja gestão passa a ser partilhada por distintos regimes normativos.

Em artigo recente, Feltran (2014) busca condensar em uma análise macrossociológica as pistas apontadas por vários estudos empíricos sobre as periferias, que, por meio de suas investigações etnográficas, estão apresentando ao debate acadêmico as múltiplas, complexas e difíceis redes de relações que se formam na relação entre o Estado e suas margens; e, além disso, explicitam as formas como as margens criam seus próprios modos de agenciamento das dores, sofrimentos e dramas dos moradores das periferias.

Nos trabalhos empíricos, a relação entre o Estado e suas margens deixa de ser vista a partir da dicotomia moderno/arcaico que dominou grande parte das ciências sociais brasileiras (e também da América Latina), que via no projeto desenvolvimentista a possibilidade de superar o renitente atraso presente nas "margens" a partir da fabricação de um futuro civilizado orquestrado por um Estado-demiurgo[3]. Nessa nova perspectiva, pode-se pensar,como diz Luiz A. Machado da Silva, em uma "coprodução entre estado e 'margem", na qual "a normatividade institucionalizada (a lei) seria apenas um marcador, não uma barreira, de modo que os 'ilegalismos'" não são desvios, mas parte integrante da lei que, para existir, depende deles" (MACHADO DA SILVA, 2015a, p. 11).

A intervenção do Estado (seja por meio de administrações federais, estaduais e/ou municipais) nas populações que habitam as margens não é, contudo, a única démarche governamental que hoje atua na modulação da conduta dos moradores dos bairros periféricos. Como argumenta Feltran (2014), dois outros regimes normativos atuam hoje nas periferias: a religião e o crime.

3 Ver, por exemplo, Rui (2014); Birman, Leite, Machado, Sá Carneiro (2015); Fernandes (2013).

A expansão das igrejas evangélicas, principalmente as denominações pentecostais e neopentecostais, nas periferias, chamou particularmente a atenção das ciências sociais brasileiras na década de 1990. Em 1996, Prandi argumentava que o fortalecimento de movimentos religiosos como o neopentecostalismo, que se voltavam para a remagificação do religioso, a democratização do êxtase e a exacerbação do emocional, seriam sinais contundentes do atraso brasileiro, próprio de um país que não levou o processo de secularização às suas últimas consequências. Contudo, a partir dos anos 2000, foi ficando cada vez mais claro que, longe de ser sintoma do nosso persistente atraso, o pentecostalismo criou uma modalidade específica – e extremamente racional – de governamentalidade dos indivíduos habitantes das periferias, que impressiona por sua capacidade inventiva de formular modos de condução da conduta capazes de responder ao sofrimento dos que estão na permanente "corda bamba" de "sobreviver na adversidade" (HIRATA, 2010) das bordas. Nesses termos, o pentecostalismo pode ser pensado hoje como um novo "regime normativo" (FELTRAN, 2014) de mediação dos conflitos entre os moradores da periferia, ou, nos termos de Carly Machado (2014), como um "dispositivo" para "lidar com o sofrimento em contextos de pobreza e desigualdade" (p. 161)[4].

Em uma articulação tensa com a atuação do Estado e a presença das igrejas pentecostais, encontra-se a intervenção do "mundo do crime" no cotidiano dos moradores das periferias. Se a exacerbação da criminalidade violenta torna-se objeto de interesse das ciências sociais brasileiras desde a década de 1980 (ZALUAR, 1985), a partir dos anos 2000, os estudos empíricos se voltam para fenômenos novos: o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e a intervenção das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a radicalização da política de encarceramento em massa dos anos 1990 estimulou a criação do PCC dentro das próprias cadeias (BIONDI, 2010; DIAS, 2011), como uma nova modalidade de governamentalidade dos indivíduos diretamente envolvidos nas atividades criminosas. Ao propor formas de mediação dos conflitos interpessoais por meio dos "debates" que avaliavam a conjuntura específica de cada ofensa ao código ético coletivamente compartilhado do "mundo do crime",

4 Vários estudos apontam para o modo de operação das igrejas evangélicas nas periferias, enfocando, entre outras coisas, sua relação tensa com o "mundo do crime" (ALMEIDA, 2004; 2009; MAFRA, 2011; MACHADO, 2014; TEIXEIRA, 2015; VITAL, 2015; CÔRTES, 2007; 2017).

o PCC produziu uma espécie de justiça emergente capaz de romper com o ciclo interminável de vinganças privadas que levaram inúmeros jovens das periferias à morte durante a década de 1990 (Feltran, 2010). O surgimento do PCC na configuração societária das periferias de São Paulo trouxe como novidade a percepção pelas ciências sociais brasileiras de que não era possível mais pensar a ascensão do mundo do crime como subproduto da ausência do Estado. Ao contrário, mais uma vez, é nos pontos de fricção entre o Estado e suas margens que se produz um novo modo de governo dos indivíduos, que surpreende por sua capacidade de inventar uma mediação simbólica minimamente possível em um mundo onde a violência física é sempre o contraponto da impotência da palavra. Em contrapartida, no Rio de Janeiro, onde não surgiu nenhum tipo de modalidade análoga de codificação moral do crime no âmbito das facções criminais nas favelas e periferias, os trabalhos acadêmicos se voltaram para a análise do processo de forte militarização urbana na cidade e a implementação do programa das UPPs nas comunidades (Machado DA SILVA, 2015b); Leite, 2015; Miagusko, 2016). Para Leite (2015), é possível observar hoje no Rio de Janeiro "a produção de diferentes regimes territoriais" para gerir as "comunidades violentas": a lógica da guerra e a lógica do mercado. Enquanto a maioria das favelas continua submetida à "metáfora da guerra", nas favelas pacificadas, agencia-se uma nova modalidade de administração: a expectativa de que o território "pacificado" poderá ser capturado pelo mercado ao se transformar em um espaço de negócios por meio do fomento do empreendedorismo de seus moradores por agências estatais e empresas privadas, interessadas no mais novo nicho de mercado urbano, a favela-mercadoria. A guerra e o mercado não são estratégias entrevistas apenas para o contexto específico do Rio de Janeiro. Para São Paulo e várias das grandes e médias cidades brasileiras, a guerra e o mercado, a "militarização" e "monetarização", para usar os termos de Feltran, são as duas tendências que se combinam em uma estratégia única: "Crédito popular aos funcionais, repressão aos "desviantes": há simultaneamente negócios a expandir e uma zona de guerra, uma divisa social a monetarizar e uma fronteira urbana a defender" (FELTRAN, 2015, p. 4).

Nas margens do Estado: percursos do debate internacional

Procuramos agora esboçar três possíveis cursos no debate internacional que desaguam na configuração mais recente deste campo de estudos, que entre nós parece ter articulado uma tradição de questões e problemas da sociologia latino-americana a questões e métodos da antropologia política – mais especificamente, uma antropologia do Estado. Assim, importa explicitar que nosso objetivo não é realizar um exaustivo estado da arte de tal discussão internacionalmente, e sim puxar alguns de seus fios que mais claramente são mobilizados na constituição da trama analítica que busca pensar a sociedade brasileira.

Um primeiro curso se desenha a partir da trajetória da noção de *marginalidade* no pensamento social latino-americano, de início fortemente marcada por uma perspectiva marxiana. À primeira impressão, pode parecer estranho remeter uma das trajetórias possíveis para a formação deste campo de estudos ao pensamento latino-americano do pós II Guerra Mundial (NUN, 1978; DELFINO, 2012). No entanto, as contribuições teóricas dos estudos sobre a marginalidade, no quadro das teorias de modernização e de dependência, representaram uma contribuição original para a interpretação das resilientes desigualdades nos países então qualificados como subdesenvolvidos. No mesmo sentido, representaram um esforço de compreensão de uma nova face da questão social no continente: mais do que a pobreza, a concentração de pessoas, muitas vezes constituindo habitação por meio de invasões e configurando um problema político importante na medida em que suas ações evidenciavam uma demanda de participação na riqueza e nas promessas da modernidade (QUIJANO, 1978, p. 18).

Na leitura daqueles que se preocupavam com a situação do continente latino-americano, principalmente com a pobreza que se acumulava no entorno das cidades desde os anos 1930 e, mais acentuadamente, nos anos do pós II Guerra Mundial, a noção de marginalidade vinha nomear aspectos da sociabilidade, condições de moradia e vínculos com o mercado de trabalho que caracterizavam a vida cotidiana das populações pobres, de modo a sublinhar o desencontro entre as disposições subjetivas necessárias à vida urbana e ao trabalho industrial e a cultura destas populações. Neste primeiro momento, nos anos 1950, os estudos se voltavam mais para aspectos socioculturais, o que de algum modo significava menos uma ruptura com

o diagnóstico das teorias de modernização sobre o peso do setor atrasado como fator de estagnação econômica do que seu deslocamento: o "atraso" passava da estrutura produtiva para a economia das disposições subjetivas, obstáculo a ser superado por meio de investimentos em educação e esforços de modernização das estruturas sociais[5].

Nos anos 60 e 70, com os sucessivos golpes de Estado e ditaduras militares que se instalaram na região, coordenando um novo ciclo de crescimento econômico articulado ao aprofundamento das desigualdades e da pobreza urbana, emerge um novo olhar para a questão. A marginalidade, agora adjetivada de "social", será pensada a partir de uma perspectiva histórico-estrutural: deslocava-se o problema para o nível mais geral das relações entre países desiguais e seus efeitos sobre as possibilidades de integração de grandes contingentes populacionais nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não somente no espaço urbano, mas inclusive em áreas rurais, também afetadas pelos processos de transformação (QUIJANO, 1978, p. 22-23).

A partir da ampliação da visibilidade da pobreza nas cidades, buscam-se explicações e saídas políticas para essa nova formulação da questão social. As explicações, ao abstraírem das manifestações particulares em cada contexto nacional, vão progressivamente demonstrando que não existia incompatibilidade entre os setores "atrasados" e modernos; antes, formas de acumulação capitalista, de relações sociais e de estruturas subjetivas de uns e outros se combinavam, por vezes recriando formas arcaicas para gerar excedentes e lucros para setores modernos (MARTINS, 1994; OLIVEIRA, 2003), de modo que o subdesenvolvimento não era sintoma de fracasso dos países periféricos, mas efeito necessário da divisão do trabalho internacional.

Já o segundo curso pode ser traçado com referência ao "efeito Foucault", isto é, aos desdobramentos da circulação da noção de governamentalidade, forjada por Michel Foucault em seus cursos no Collège de France, especialmente naqueles dados no final da década de 1970 (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Trata-se de ferramenta analítica, desenvolvida no trabalho empreendido por Foucault para se desembaraçar das aporias às quais sua noção de poder havia lhe levado. Havia nesse esforço uma dimensão estratégica, que se ligava à delimitação da vida como um novo domínio para o exercício do poder, como aparece ao final do primeiro volume de sua História da Sexuali-

5 Ver, a este respeito, a crítica de Oliven (2010, p. 44).

dade, *A vontade de saber* (FOUCAULT, 1999b), e na última aula do curso de 1976, *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999a). É no intuito de constituir uma genealogia do dispositivo biopolítico, portanto, que Foucault enfrentará o desafio metodológico de testar a grade de análise que ele desenvolvera para pensar a microfísica para analisar o Estado. Desse modo, alterava-se de partida a maneira pela qual o Estado seria pensado – não como instituição, não como instância de dominação, mas como configuração contingente da articulação de diferentes regimes de governo presentes num dado momento histórico. Na formulação provocativa de Foucault, o Estado não seria mais do que "um efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas" (FOUCAULT, 2008b, p. 79).

Apesar dos cursos de 1978 e 1979 terem aparecido de forma completa apenas em 2004, a aula sobre governamentalidade foi editada logo nos anos subsequentes ao menos em inglês, italiano e português (GORDON; JARDIM, 2013). No mundo anglófono, as pistas apontadas nessa aula foram ainda exploradas na publicação editada por Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller, que reapresentava a aula de 1978 em conjunto com diversos trabalhos produzidos por pesquisadores que se associaram a Foucault, em especial nos seminários que desenvolvia no Collège de France concomitantes a seus cursos até os anos 1980. Desse modo, além de apresentar as ideias de Michel Foucault, o livro registrava quão profícuos podiam ser os caminhos abertos, que permitiam o reexame da história do Estado Social, dos mecanismos de seguridade e da gestão dos pobres. Em outras palavras, a noção de governamentalidade permitia revisitar a história a partir do presente, no intuito de reformular os termos dos impasses teóricos e políticos que se desenhavam a partir do final dos anos 1970, com a eleição de governos neoliberais na Inglaterra e França.

Em outros contextos, e aqui tomaremos como exemplo um pesquisador indiano, as contribuições foucaultianas seriam apropriadas em sentido um pouco diverso e, inclusive, comportando uma dimensão crítica. No caso de Partha Chaterjee, não somente a ideia de governo, mas também a de crítica-[6]foram mobilizadas no intuito de desembaraçar o pensamento de categorias políticas modernas que, ao serem "importadas" dos países onde haviam sido

6 É interessante registrar que ambas – governo e crítica – conectam-se nas reflexões de Foucault (2000; 2006).

desenvolvidas, produziam efeitos de desqualificação e paralisia. Quando reivindica uma modernidade particularizada, a "nossa modernidade", referindo-se à experiência indiana, propõe que abraçar a modernidade em sua dimensão iluminista significa menos a adesão irrestrita a valores e práticas da cultura política ocidental do que a assunção do compromisso com certo desejo de liberação, capaz de constituir uma nova subjetividade (CHATERJEE, 2004).

Ainda mais interessante para os fins deste balanço é o deslocamento que Chaterjee proporá em relação a uma série de narrativas políticas, com pretensão de universalidade e, no entanto, ancoradas nas trajetórias históricas de países que integram a Europa (ela mesma uma comunidade imaginada) e dos Estados Unidos da América. Quando incorporadas aos projetos de modernização locais, tais narrativas produzem margens muito largas, propiciando a imensos contingentes da população uma experiência política que se define menos por seu pertencimento enquanto membros de uma comunidade do que pela condição de serem "governados". "Governado" seria a situação da maior parte da população global, experienciada por todos aqueles que "não participaram de maneira direta na história da evolução institucional da democracia capitalista moderna" (CHATERJEE, 2008, p. 57). A evolução a que ele se refere é aquela que constituiu uma série de pertencimentos abertos à filiação mediante uma subjetivação: nação – cidadão – revolucionário – burocrata – trabalhador – intelectual. Já a governamentalidade produziria outros sujeitos, menos livres para aderir ou não às práticas que os circunscrevem; as figuras dos governados são adscrições fechadas, menos fáceis de definir porque inumeráveis são os cortes possíveis no conjunto da população: étnicas – raciais – gênero – orientação sexual – deficiências - doenças. E assim como Foucault anotara, entre as aulas dos dias 21 de fevereiro e 7 de março de 1979, que a "política não é nada mais, nada menos que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento" (FOUCAULT, 2008b, p. 535), Charterjee afirmará que a "democracia hoje, insisto, não é o governo do, pelo e para o povo. Ao invés disso, ela deve ser vista como a política dos governados" (2004, p. 4).

Nesse sentido, Chaterjee leva adiante as implicações do pensamento foucaultiano, propondo um descentramento da Europa para abrir caminho para o alargamento das categorias do pensamento político, desfazendo-se de aná-

lises que tomam o histórico como normativo – muitas vezes a partir de uma história saturada de esquecimentos[7].

O terceiro curso de estudos ao qual nos referimos é aquele que estrutura o campo mais recente de uma antropologia do Estado. Embora estes estudos estejam conectados a algumas das linhagens de problemas já referidos, tratamos deles com destaque não apenas porque se inscrevem num outro tempo – enquanto os cursos anteriores se localizam em torno dos anos 1970 e 1980, tais estudos se estabelecem a partir dos anos 1990 e, especialmente, nos primeiros anos do século XXI – mas também porque têm na etnografia sua estratégia privilegiada (DAS; POOLE, 2004; WACQUANT, 2012; HILGERS, 2010; FASSIN et al., 2013). Diferenciam-se, desse modo, do ponto de vista teórico e metodológico das duas perspectivas já abordadas.

Os trabalhos de Löic Wacquant, inspirados em sua apropriação da noção de campo burocrático desenvolvida por Pierre Bourdieu, são aqueles que mais se preocupam em pensar as mudanças envolvidas na passagem do Estado Providência a um Estado que progressivamente se desembaraça das demandas da questão social, produzindo (ao invés de enfrentar) um novo regime de "marginalidade avançada" (WACQUANT, 2001). Ou seja, trata-se de um olhar centrado sobre as experiências de países "centrais", ainda que suas contribuições ultrapassem tais fronteiras ao deslindar práticas e deslocamentos valorativos que alteram radicalmente as formas de tratamento (e produção) da precariedade de parcelas da população. Poderíamos falar aqui em uma vertente que constitui uma "antropologia do neoliberalismo".

Já os trabalhos de Fassin (2011) e Fassin et al. (2013) poderiam ser pensados como o esforço de constituir uma outra teoria do Estado, não a partir de seus aspectos abstratos, mas, ao contrário, de sua dimensão concreta e operativa, tal como posto em funcionamento no cotidiano. Aqui, a contribuição está na quebra do caráter monolítico e homogêneo do Estado, quando pensado como instituição: evidenciam-se as racionalidades contraditórias presentes no Estado e seus efeitos para as parcelas de cidadãos cujas dimensões da vida se encontram nas intersecções de distintas práticas setoriais, obrigando os indivíduos a transitarem entre lógicas diversas, nas quais seu *status* nunca é plenamente estável. Sugerimos que tais estudos constituem a

7 Vale também referir às críticas à noção de *biopolítica*, a partir da ideia de *tanatopolítica* (DAS; POOLE, 2004; Preciado, 2008) ou necropolítica (MBEMBE, 2016).

vertente de uma "antropologia da moral do Estado" que também se propõe a partir do contexto europeu – em especial do contexto francês.

Finalmente, os trabalhos reunidos por Das e Poole (2004) se inscrevem em um outro lugar de enunciação e procuram recusar a perspectiva de que as mudanças introduzidas no Estado a partir dos anos 1970 (e não apenas pelas reformas neoliberais) teriam resultado no "enfraquecimento" ou na "retirada" do Estado de determinados espaços. Buscam, assim, sugerir que o poder do Estado sempre se exerce a partir da distribuição diferencial de sua presença e ausência/força e fraqueza, e nunca por meio de uma soberania onipresente. Sua legitimidade estaria sempre em jogo em suas práticas, e uma das contribuições centrais dessa "antropologia nas margens do Estado" consiste, assim, em conferir visibilidade às lógicas e valores que permitem que esse jogo seja decidido em uma ou outra direção.

Temos assim, do ponto de vista internacional, um conjunto de percursos possíveis quando se trata de compreender a "questão social", constituindo uma espécie de caleidoscópio que permite ver um largo espectro de práticas de entendimento e tratamento de populações marginais, desfiliadas ou desclassificadas ou, ainda, pensadas como aquém da política e da cidadania. Em comum, as pesquisas aqui referidas buscaram escapar dos limites de certa cultura política ocidental, seja porque ela se tornara uma armadilha para o desejo de emancipação (no caso de países centrais), seja porque ela sempre constituíra uma armadilha na medida em que só permitia pensar a si mesmo como ocupante de um lugar de subordinação, falha ou incompletude com relação à modernidade como norma. Suas contribuições também recobrem o campo epistemológico e de metodologias no campo da história, da sociologia e da ciência política.

Considerações finais

O debate acadêmico hoje a respeito do governo dos indivíduos que vivem nas periferias é extremamente profícuo e difícil de sintetizar em um texto que pretende fazer um balanço da produção teórica sobre o tema. Os três eixos apontados acima – a teoria da marginalidade; o conceito de governamentalidade; a proposta de uma antropologia do Estado – apontam os percursos pelos quais a condição de margem vem sendo pensada, seja da perspectiva dos países que ocupam posições subalternas diante da história autocentrada

da modernidade; seja das populações que habitam as margens das grandes e médias cidades, tanto dos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento quanto dos próprios países centrais, que estão sendo obrigados cada vez mais a conviver cotidianamente com "o perigo à espreita" das margens de suas próprias urbes. O processo de imposição do neoliberalismo no capitalismo central – que recoloca a questão social em outros termos, uma vez que não se propõe mais a resolvê-la, mas a geri-la indefinidamente, segundo um regime permanente da urgência –, se cruza, por um caminho insuspeitado, com a crítica ao eurocentrismo empreendida pelas teorias pós-coloniais, uma vez que a denúncia do engodo da noção universalista, democrática e abstrata de progresso coincide com a constatação cínica a que o Ocidente chega quando ele próprio abandona qualquer ardor civilizacional ou pretensão emancipatória do seu projeto, ao impor, sem culpa nem pejo, a experiência neodarwinista de um "salve-se quem puder" neoliberal.

No Brasil, como vimos, o deslocamento da questão social, dialoga, segundo seu contexto próprio, com a conjuntura internacional. Nos anos 80, tem-se a promessa de construção democrática de mediação pública dos conflitos sociais por meio do diagrama dos direitos. Nos anos 90, afirma-se a noção de "desmanche" neoliberal e constata-se a indeterminação das categorias analíticas. E a partir dos anos 2000, insinua-se a perspectiva de que a "governamentalidade" neoliberal não opera simplesmente pelo enxugamento do Estado social ou pelo vazio deixado pelo "desmanche", mas, ao contrário, funciona por meio de uma multiplicação de regimes de governos, que combinam, de forma tensa, as intervenções governamentais (que recortam, de forma seletiva, as populações vulneráveis) com as agências que surgem, de forma criativa, nas e de dentro das margens: o dispositivo do "mundo do crime", o dispositivo do "pentecostalismo", dentre outros. Na produção acadêmica sobre as periferias nas ciências sociais brasileiras, observa-se hoje a interlocução de perspectivas teóricas e abordagens empíricas que raramente se viam combinadas. Afinal, tornou-se impossível investigar o "mundo do crime" sem considerar o proselitismo aguerrido das igrejas pentecostais, do mesmo modo que não se pode falar dos movimentos de luta por moradia urbana sem considerar as mudanças no mundo do trabalho, ou ainda, pensar nos espaços-experiência como a "cracolândia" sem decifrar a complexa teia que se arma entre intervenções governamentais, criminalidade violenta, comunidades terapêuticas, pregação evangélica, mercado informal.

Assim, o debate sobre as periferias traz uma importante contribuição para a sociologia brasileira ao implodir as fronteiras disciplinares que circunscrevem certos temas e propor um diálogo aberto, criativo, inusitado entre questões que hoje se articulam de forma tensa: políticas públicas setorizadas, mercado de trabalho, religião, saúde, segurança pública, violência, crime, drogas, movimentos de luta pela moradia urbana, entre outros. Ao focar as relações, redes, tramas, conflitos, tensões entre essas distintas dimensões da vida urbana, a produção heurística sobre as periferias evita assim substancializações artificiais e análises autorreferentes, propondo uma reflexão ascendente que parte das margens para compreender o Estado, do micro para decifrar o macro, das bordas para investigar o centro.

Contudo, a mesma razão que possibilita a inovação do debate também leva à sua fraqueza. A tentativa de articulação entre temas tão variados pode conduzir a uma fragmentação da discussão, o que torna por vezes difícil conectar as investigações empíricas, de cunho etnográfico, com análises teóricas macrossociológicas. Costurar empiria e teoria, micro e macro, borda e centro, torna-se então o desafio central hoje enfrentado pela pesquisa sobre as periferias nas ciências sociais brasileiras contemporâneas.

Referências

ABRAMO, Laís. (1999), *O resgate da dignidade:* greve metalúrgica e subjetividade operária. 1. ed. Campinas: Ed. UNICAMP.

ALMEIDA, Ronaldo de. (2004), *Religião na Metrópole Paulista*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, pp. 15-27.

ALMEIDA, Ronaldo de. (2009), *A igreja Universal e seus demônios*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome.

ARANTES, Paulo E. (2000). "Esquerda e direita no espelho das ONGs". *Cadernos Abong*, n. 27, pp.3-27.

BHABHA, Homi K. (2000), *O local da cultura.*1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BIONDI, Karina. (2010), *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de. (eds.). (2015), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. São Paulo: FGV.

BRANT, Vinícius C. (1980), "Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo". In: BRANT, Vinícius C.; SINGER, Paul. *São Paulo*: *o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP. pp.9-28.

CARDOSO, Fernando H. (1971), "Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade". In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Edições Cebrap. pp. 99-130.

CASTEL, Robert. (1998), *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

CHATERJEE, Partha. (2004), *Colonialismo, modernidade e política.* 1. ed. Salvador: EDUFBA/CEAO.

CHATERJEE, Partha. (2008), *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos.* 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

CÔRTES, Mariana. (2007), *O bandido que virou pregador*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

CÔRTES, Mariana. (2017), *Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença*. 1. ed. Curitiba: Appris.

DAGNINO, Evelina (org.). (2002), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra.

DAGNINO, Evelina. (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Sociedade e política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense. pp. 103-115.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (2004), *Anthropology in the margins of the State*. 1. ed. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey.

DELFINO, Andrea. (2012), "La noción de marginalidade em la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad". *Universitas Humanística*, n. 74, pp. 18-34.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2011), "Estado e PCC tecendo as tramas do poder arbitrário nas prisões". Tempo Social (USP. Impresso), v. 23, pp. 213-233.

DURHAM, Eunice. (1973), *A caminho da cidade:* a vida rural e a migração para São Paulo. 1. ed. SãoPaulo: Editora Perspectiva.

FASSIN, Didier et al. (2013), *Juger, Réprimer, Accompagner:* essai sur la morale de l'État. 1. ed. Paris: Éditions du Seuil.

FASSIN, Didier. (2011), *La force de l'ordre:* une anthropologie de la police des quartiers. 1. ed. Paris: Editions du Seuil.

FELTRAN, Gabriel. (2010). "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão *do homicí*dio nas periferias de São Paulo". *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 23, n. 58, pp. 59-73.

FELTRAN, Gabriel. (2014), "Valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo". *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 27, n. 72, pp. 495-512.

FELTRAN, Gabriel. (2015), "Conflito urbano e gramáticas de mediação". *Revista Margem Esquerda*: Cidades em conflito; Conflitos nas cidades, pp. 13-16.

FERNANDES, Adriana. (2013), *Escuta ocupação: Arte do contornamento, viração e precariedade*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. (2006), *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo.

FOUCAULT, Michel. (1999a), *Em defesa da sociedade* (Curso no Collège de France, 1975-1976). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (1999b), *História da Sexualidade, vol. 1*. A vontade de saber. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (2000) "O que é a crítica? (Crítica e *Aufklärung*). *Cadernos da F.F.C.*, v. 9, n. 1, pp. 169-189.

FOUCAULT, Michel. (2006). "'*Omnes et Singulatim':* uma crítica da razão política". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV.* Estratégia, Poder, Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. pp.355-385.

FOUCAULT, Michel. (2008a), *Segurança, Territó*rio, População (Curso no Collège de France, 1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (2008b), *Nascimento da biopolítica*. (Curso no Collège de France, 1978-1979). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

GORDON, Colin; JARDIM, Fabiana A. A. (2013), "Breve genealogia dos estudos da governamentalidade: o efeito Foucault e seus desdobramentos. Uma entrevista com Colin Gordon". *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 4, pp. 1067-1087.

HILGERS, Mathieu. (2010), Three anthropological approaches to neoliberalism. *International Social Science Journal*, v. 61, issue 202, pp. 351-363.

HIRATA, Daniel. (2010), *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

JACOBI, Pedro. (1987), "Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80". *Revista BIB*, n. 23, pp. 18-34.

KOWARICK, Lucio (org.). (1978), *Cidade: usos e abusos*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

KOWARICK, Lúcio. (1975), *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEITE, Márcia. (2015), De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contextos de "pacificação". In: BIRMAN, Patrícia.; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly.; SÁ CARNEIRO, Sandra. (org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 377-401.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2006), "Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)". *Caderno CRH,* v. 15, n. 37, pp. 81-109.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2015a), Apresentação. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly.;SÁ CARNEIRO, Sandra. (eds.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 7-13.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2015b)."A experiência da UPPs: Uma tomada de posição". *Dilemas:* Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, pp. 7 -24.

MACHADO, Carly Barbosa. (2014), Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-) bandido: Testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias". *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, pp. 153-180.

MAFRA, Clara. (2011), "O problema da formação do "cintur*ão pentecostal" em uma metrópole da Amé*rica do Sul". *Revista Interseções*, v. 13, n. 1, pp. 136-153.

MARTINS, José de Souza. (1994), *O poder do atraso:* Ensaios de sociologia da história lenta. 1 ed. São Paulo: Hucitec.

MBEMBE, Achille. (2016), "Necropolítica". *Arte & Ensaio*, n. 32, pp. 123-151.

MIAGUSKO, Edson. (2016), Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 31, pp. 1-15.

NUN, José. (1978), Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades. pp. 73-141.

OLIVEIRA, Francisco de. (1982), O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Francisco de. (1998), "Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?". In: *Seminário Cidadania, pobreza e exclusão social*, 1998, Petrópolis. Anais... *Mimeo*.

OLIVEIRA, Francisco de. (2003), *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

OLIVEN, Ruben G. (2010), Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais. In: OLIVEN, Ruben G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelsteinm. pp. 34-51.

PAOLI, M. C. (1978). A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado. In: HOGAN, D. et al. *Cidade usos e abusos.* São Paulo: Brasiliense.

PAOLI, Maria Célia. (1987) "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira." In: LOPES, José Leite (coord.). *Cultura e identidade operária.* Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da S. (1983), "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, n. 6, pp. 129-149.

PERLMAN, Janice. (1977), *O mito da marginalidade:* favelas e políticas no Rio de Janeiro. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra.

PRECIADO, Paul B. (2008), *Testo Yonqui*. 1. ed. Madrid: Espasa.

QUIJANO, Aníbal. (1978), "Notas sobre o conceito de marginalidade social". In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades. pp. 11-71.

RANCIÈRE, Jacques. (2015).*O ódioà democracia*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo.

RIZEK, Cibele; PAOLI, Maria Célia. (2007), "Depois do desmanche". In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. 1 ed. São Paulo: Boitempo. pp. 7-11.

RUI, Taniele (2014). "Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais". *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 1, pp. 91-104.

SADER, Eder. (1998), *Quando novos personagens entraram em cena.* 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SINGER, Paul. (1980), "Movimentos de bairro". In: BRANT, Vinícius C.; SINGER, Paul (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP. pp. 97-101.

TEIXEIRA, César. (2015), "Saindo do crime": igrejas pentecostais, ONGs e os significados da "ressocialização". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly.;SÁ CARNEIRO, Sandra (eds.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 121-139.

TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade entre as fronteiras do legal e do ilegal*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm.

VITAL, Christina. (2015), *Oração de traficante: Uma etnografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond.

WACQUANT, Loïc. (2001), *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan/Fase.

WACQUANT, Loïc. (2012), Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 66, pp. 505-518.

ZALUAR, Alba. (1982), As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: ALMEIDA, Maria Suely et al. (org.). *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense.

ZALUAR, Alba. (1985), *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 30/09/2017 / Aprovado em 15/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.233
10.20336/rbs.233

Sociologia da Arte: notas sobre a construção de uma disciplina

Maria Lucia Bueno[*]
Sabrina Parracho Sant'Anna[**]
Ligia Dabul[***]

RESUMO

Este artigo busca situar a Sociologia da Arte em face à evolução da produção internacional e de sua repercussão para a formação da área no Brasil. A partir dos debates dos anos 1960, realizados na França e nos Estados Unidos, destacamos alguns desenvolvimentos teórico-metodológicos no cenário internacional. Assim também, procuramos entender o particular desenvolvimento da área no Brasil e seu crescimento a partir da consolidação do próprio mercado de arte no país e, sobretudo, de políticas públicas que direcionaram a produção artística e, eventualmente, fizeram surgir novos objetos de pesquisa.
Palavras-chave: Sociologia da arte; artes visuais; formação de um campo de pesquisa

* Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua nos Programas de Pós- Graduação em Artes, Cultura e Linguagens e Ciências Sociais. Doutora em Ciências Sociais pela IFCH-UNICAMP, realizou estágios pós-doutorais na EHESS, Université Paris VIII e na New School for Social Research. É autora, entre outros, de *Artes Plásticas no século XX. Modernidade e Globalização* e *Sociologia das Artes Visuais no Brasil.*

** Possui mestrado (2004) e doutorado (2008) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora associada da UFRRJ e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. É autora de *Construindo a Memória do Futuro: uma análise da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*.

*** Lígia Dabul é professora da Universidade Federal Fluminense, onde coordena o Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte (Nectar) e participa dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Estudos Contemporâneos das Artes. É Doutora em Sociologia pela UFC e fez seu pós-doutorado no Departamento de Antropologia na Universidade de Manchester. É pesquisadora do CNPq e autora de *Um percurso da pintura.* É poeta.

ABSTRACT

SOCIOLOGY OF ART: NOTES ON THE CONSTRUCTION OF A DISCIPLINE

This article seeks to situate the Sociology of Art in the light of changing international production and its consequences for the formation of the area in Brazil. From the debates of the 1960s, held in France and the United States, we highlight some theoretical-methodological developments in the international scene. We also sought to understand the particular development of the area in Brazil and its growth, based on the consolidation of the country's own art market and, above all, on public policies that directed artistic production and eventually brought new research objects.
Keywords: Sociology of art; visual arts; formation of a research field

---

Se a arte tem sido um tema relevante para as ciências sociais desde os primórdios, presente em textos de autores clássicos como Georg Simmel e Marx Weber, a sociologia da arte, enquanto campo de pesquisas com uma metodologia própria, despontou apenas nos anos 1960 (MOULIN, 1985; MENGER, 1987; HEINICH, 2008). Até meados da década, as reflexões em torno das relações arte e sociedade se desenvolviam no interior de uma dimensão estritamente conceitual, fundamentada basicamente na estética filosófica e no marxismo, se configurando mais como "um polo de constituição de uma ciência das obras, do que um terreno de pesquisas empíricas e cumulativas" (MENGER, 1987).

A finalidade desta reflexão é abordar alguns aspectos da evolução histórica da sociologia da arte a partir de dois pontos de vista: 1) inicialmente, numa perspectiva internacional, vamos traçar um breve panorama da formação histórica de um domínio específico de pesquisas sobre as artes no interior das ciências sociais, a partir da segunda metade do século XX; 2) a seguir, com um olhar sobre o cenário brasileiro, vamos analisar mudanças mais recentes nas políticas para as artes no país e seu possível desdobramento em eixos de análise que têm se fortalecido na Sociologia da Arte brasileira. A nossa ênfase será sobre as artes visuais, em razão da centralidade que ocuparam historicamente nesse processo.

Histórico da formação de uma sociologia da pesquisa em artes.

Transformações no contexto da arte

Desde o século XIX, com o desenvolvimento da economia monetária e da cultura urbana, identificamos um movimento crescente de expansão e autonomização da esfera da cultura, que passou a abrigar e a valorizar as artes e outras produções culturais consideradas como criativas (WILLIAMS, 1984).

Nos anos 1950 e 1960, a expansão da sociedade de consumo e da indústria cultural, o crescimento do público e a intensificação do processo de mundialização, num aprofundamento da tendência identificada por Raymond Williams (WILLIAMS, 1984), resultaram em grandes transformações no mundo da arte[1], criando demandas de mapeamentos e pesquisas sobre o universo artístico que pudessem, entre outros, fundamentar a implantação de políticas, investimentos e projetos para o setor, possibilitando também a formação de novas análises e abordagens estéticas. De acordo com Raymonde Moulin, foi "a partir dos anos 60 que, nos países ocidentais, se desenvolve uma ação pública em favor dos artistas, ao mesmo tempo que as escolhas artísticas em âmbito nacional ou federal são orientadas para formas avançadas de arte contemporânea" (MOULIN, 1992b, p. 63).

Nos Estados Unidos, os anos 50 registram um crescimento reduzido do mundo das artes plásticas, comparado ao do mercado de arte contemporânea e ao incremento dos investimentos públicos e privados nas instituições artísticas na década seguinte. Em 1950, havia 150 galerias em Nova York e um mesmo número espalhado pelo resto do país. Dez anos depois, havia 300 galerias, apenas na cidade de Nova York, e 620 museus de arte em funcionamento nos Estados Unidos. A frequência aumentava, sendo que, em 1970, o MoMA (Museum of Modern Art) era o segundo espaço mais visitado na cidade, só suplantado pelo Empire State Building. Mas o custo dos museus, em virtude principalmente dos cuidados dispensados com a manutenção do acervo, era altíssimo. A venda de ingressos e catálogos cobria apenas

1 Mencionamos particularmente: a expansão e a mundialização do mundo da arte e suas novas conexões com a indústria cultural; a crise e as reformulações das instituições artísticas; as constantes redefinições dos conceitos de arte e artista; e a crescente importância adquirida pelo público e pelos processos de mediação, entre outros problemas.

5,1% da receita total das instituições. Os 94% restantes vinham do mecenato público e privado. Ao contrário da indústria cultural, a expansão do público dos museus, instituições sem fins lucrativos, implicou uma demanda de subsídios cada vez mais alta (BUENO, 2001).

A partir da metade dos anos 60, os governos federal e estadual, as corporações e as fundações desenvolveram uma política de suporte às artes em geral, sendo que podemos avaliar seu efeito citando alguns números das quantias espetaculares investidas. O National Endowment for the Arts, criado em 1965, aumentou o investimento de 1,8 milhão de dólares, em 1966, para 131 milhões, em 1983. As aplicações das corporações cresceram de 22 milhões, no final dos anos 1960, para 436 milhões, em 1981. O suporte do governo para todos os Estados foi de 2,7 milhões, em 1966, para 349 milhões, em 1982, enquanto o suporte das fundações foi de 38 milhões, em 1966, para 349 milhões, em 1982. Os museus recebiam a maior parte dos fundos. As corporações destinavam 41% dos investimentos para as artes visuais, a maioria ficava nos museus e uma parcela com projetos individuais (CRANE, 1987).

Foi quando surgiu uma geração de autores, que apoiada sobre outras aproximações teóricas, iniciou uma nova tradição que se distingue pela valorização da pesquisa (HEINICH, 2008). Entre os primeiros trabalhos dessa vertente da sociologia da arte, estão as investigações desenvolvidas por Pierre Bourdieu[2] e por Raymonde Moulin[3], realizadas respectivamente em torno do público dos museus europeus e do mercado de pintura na França.

Investigações e estudos pioneiros

As primeiras investigações priorizaram o contexto e a rede de relações sociais que fornecem conformação ao mundo da arte, tomando como objetos o mercado de pintura, o público dos museus, as carreiras de artistas e as mudanças no sistema da arte. As metodologias utilizadas pelos diferentes autores foram extraídas da história da arte, dos estudos estatísticos recentes, assim como de outros domínios da sociologia, particularmente da sociologia da educação e do trabalho.

2 Pierre Bourdieu; Alain Darbel e Dominique Schnapper [1966, tradução em português 2003]. *O amor pela arte; Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp/Zouz, 2003.
3 Raymonde Moulin (1967, 2. edição 1989). *Le marché de la peinture em France*. Paris: Minuit.

Uma das primeiras publicações, *Canvases and careers: Institutional change in the French painting world* (WHITE; WHITE, 1965), surgiu em 1965, com um estudo sobre a decadência do regime acadêmico e o aparecimento de um novo sistema da arte, na França do século XIX, a partir do impressionismo. Resultado da parceria entre uma historiadora da arte e um sociólogo, a obra, que se tornou uma referência bibliográfica no campo da sociologia da arte, assinalou o caráter multidisciplinar da proposta, revelando a relação estreita dos sociólogos com os trabalhos da história social da arte na elaboração das ferramentas teóricas, uma parceria, com suas consequências metodológicas, que está explicitada na apresentação do livro:

> *As obras e as carreiras dos indivíduos modificam as instituições próprias do mundo da arte ao mesmo tempo em que são modificadas por elas.*
> *Nossas pesquisas sobre esse processo têm uma dupla finalidade. Para os sociólogos elas podem demonstrar os efeitos das mudanças sociais e dos contratos institucionais. Para os historiadores da arte elas podem completar e talvez enriquecer o estudo das evoluções dos estilos e do conteúdo da pintura.* (WHITE; WHITE, 1965, p. 6)

A investigação de Pierre Bourdieu e Alain Darbel (BOURDIEU; DARBEL, 1966), que respondia a uma demanda institucional dos museus europeus, foi a primeira a introduzir as técnicas das pesquisas estatísticas norte-americanas, elaboradas por Paul Lazarsfeld no período entre guerras, no domínio da sociologia da arte (HEINICH, 2008). Desenvolvida entre 1964 e 1965, envolveu uma grande equipe, que analisou o público dos museus de cinco países (França, Espanha, Grécia, Itália, Holanda e Polônia), recorrendo, entre outros recursos, à aplicação de questionários. As conclusões, que apontam o protagonismo da instituição museológica na construção social do gosto e nos modos de apropriação da cultura artística, já delineavam alguns dos principais conceitos, como os de distinção e *habitus*[4], que posteriormente seriam aprofundados e transformados nos fundamentos das abordagens sobre a cultura e arte do sociólogo.

4 O conceito foi extraído da obra do historiador da arte alemão Erwin Panofsky, Archicteture gothique et pensée scolastique, publicada em francês 1967, pela Ed. de Minuit, com tradução e posfácio de Pierre Bourdieu.

> *De fato, ao designarem e consagrarem certas obras ou determinados lugares (tanto o museu quanto a igreja) como dignos de serem frequentados, é que as instâncias investidas de poder delegado de impor um arbitrário cultural (...) podem determinar a frequência no termo no qual essas obras aparecerão como intrinsecamente ou, ainda melhor, naturalmente dignas de serem admiradas ou saboreadas. Na medida em que ela produz uma cultura (*habitus) *- que não é senão a interiorização do arbitrário cultural - a educação familiar ou escolar tem como efeito, pela inculcação do arbitrário, dissimular cada vez mais o arbitrário da inculcação.* (BOURDIEU; DARBEL, 2003 [1966], p. 164)

Mais a frente, contrapondo-se à perspectiva kantiana de "gosto inato" e "belo sem conceito", apresenta sua visão sociológica de gosto, um mecanismo de distinção social ancorado na interiorização de um *habitus,* que será desenvolvida nos anos seguintes em textos como "A anatomia do gosto" (com Monique Saint-Martin) (1976) e "A Distinção" (1979):

> *...o sociólogo estabelece que agrada aquilo de que se tem o conceito ou, de modo mais exato, somente aquilo de que se tem o conceito pode agradar; por conseguinte, o prazer estético, em sua forma erudita, pressupõe a aprendizagem e, neste caso particular, a aprendizagem pela familiaridade e pelo exercício, de modo que, produto artificial da arte e do artifício, este prazer que se vive ou pretende ser vivenciado como natural é, na realidade, prazer culto.* (BOURDIEU; DARBEL, 2003 [1966], p. 165).

Em *Le Marché de la peinture en France* (MOULIN, 1989 [1967]), Raymonde Moulin realizou uma etnografia das galerias de arte e da rede complexa de atores (marchands, colecionadores, críticos de arte, o Estado e os próprios pintores) envolvidos no processo de comercialização da arte, que identificou como um universo segmentado (arte moderna, arte contemporânea, arte antiga, pintura de gênero etc.), no qual cada divisão apresenta uma história e uma dinâmica própria. Dedicando um destaque especial ao mercado de arte moderna e contemporânea, recorreu a entrevistas e ao exercício de observação do meio, para investigar processo de construção dos valores artísticos, que a seu ver ocorreria na interseção entre a dimensão simbólica e a econômica. Para Moulin, o desafio do sociólogo da arte seria o de construir uma reflexão científica neste terreno insólito, operando entre dois universos tão

díspares, contrapondo elementos objetivos (preço) e subjetivos (julgamento estético) (MOULIN, 1989 [1967]).

> Quando os julgamentos de valores são constitutivos da realidade em questão, a sociologia seria irrisória se fizesse uma abstração deles. Toda sociologia da arte pressupõe o julgamento dos especialistas. (...). A dificuldade surge no que concerne à sociologia da arte contemporânea, uma vez que existe uma pluralidade de escolas artísticas concorrentes obedecendo normas diferentes. O conflito das formas de arte, que constitui a própria essência da realidade, exclui o consensus dos especialistas. (...) Entre duas ideologias artísticas concorrentes eu não poderia tomar partido sem emitir um julgamento subjetivo. (MOULIN, 1989 [1967], pp. 17-18)

Os trabalhos de Bourdieu, Darbel e Raymonde Moulin priorizaram as pesquisas empíricas e os mapeamentos para compreender as transformações no mundo artístico, na Europa e na França, na segunda metade do século XX. Na mesma linha, destacamos outra investigação pioneira na área, realizada por Paul DiMaggio, Michael Useem e Paula Brown, *Audience Studies in Performing Arts and Museums: A Critical Review* (DIMAGGIO; USEEEM; BROWN, 1978) , em torno do público dos museus e das artes performáticas nos Estados Unidos, nos anos 1960 e 1970. Entre os elos de ligação que identificamos entre esses primeiros estudos, está a relação que estabeleceram com as demandas de novas políticas culturais que se colocavam com a ampliação do mundo da arte, sendo que as pesquisas de Bourdieu e Di Maggio receberam suporte de organismos como o Serviço de Estudos e Pesquisas do Ministério de Questões Culturais Francês e o National Endowment for the Arts.

Consolidação teórica e metodológica: entre a história social da arte e a sociologia da cultura.

No decorrer dos anos 1970, despontaram duas correntes teóricas, criadas respectivamente por Pierre Bourdieu e Howard Becker, que embasaram as novas investigações que se desenvolveram a partir da década de 1980, assim como os debates que promoveram as primeiras disputas internas no interior do campo da disciplina, para utilizar uma noção forjada por Pierre Bourdieu, assinalando a constituição da sociologia da arte enquanto uma esfera autônoma.

Escrevendo a partir de contextos sociais e culturais diversos, em países e continentes diferentes, Becker[5] e Bourdieu[6] construíram teorias gerais da arte, aplicáveis a diferentes domínios, amparados em tradições sociológicas distintas. Mas ambos se debruçaram sobre o sistema da arte e sua organização, tentando decifrar, entre outros, o papel dos agentes e das instituições, o conjunto de regras que viabilizava suas operações, a questão da reputação das obras e dos autores, as dinâmicas da produção, da circulação e do consumo, assim como o motor e os impactos das mudanças.

Dessas teorias, despontaram duas noções fundamentais, a de campo (BOURDIEU, 1974; 2002), forjada por Pierre Bourdieu, e a de mundo da arte (BECKER, 1976; 1982), cunhada por Howard Becker, que se tornaram ferramentas importantes e passaram a nortear boa parte das investigações e reflexões desenvolvidas na área da sociologia da arte, desde então. Embora ambas analisem a dinâmica dos círculos artísticos e destaquem a questão da mudança, partem de pressupostos diversos. Para Bourdieu, o campo é o espaço da anomia, da diferença, que se transforma (revoluções parciais) e se reproduz a partir dos conflitos, das lutas simbólicas, pelo controle dos mecanismos internos de legitimação e consagração. Trata-se de uma esfera restrita, uma sociedade dentro da sociedade, que opera com relativa autonomia, fundada em regras próprias, cujo acesso é franqueado apenas aos que dominam o *habitus*. Os trabalhos dos pesquisadores da história social, como Michael Baxandall e Erwin Panofsky, foram matrizes importantes na construção das teorias da arte e da cultura do sociólogo. Inclusive a introdução de boa parte desses autores na França deve ser creditada a Pierre Bourdieu, que organizou alguns números de sua revista *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*[7] em torno de traduções desses historiadores.

Para Becker, a esfera do mundo da arte é muito mais ampla, sendo que os seus limites com o resto da sociedade não estão bem delimitados, variando

5 Howard Becker constrói o seu conceito de mundo da arte fundamentado nas concepções do interacionismo simbólico (Escola de Chicago), em autores como George Mead e, particularmente, Hebert Blummer, centradas principalmente sobre a dinâmica das relações interindividuais e suas dimensões materiais e coletivas (MENGER, 1987).

6 Pierre Bourdieu respalda sua análise, de base puramente sociológica (antifilosófica), principalmente em referências desenvolvidas por três autores da sociologia clássica: Emile Durkheim (o conceito de classificação que recobre a ordem social e produz representações coletivas), Max Weber (os mecanismos de dominação, a produção da legitimidade simbólica, a relação entre ideias e comportamento econômico) e Karl Marx (os conceitos de classe, desigualdade e conflito) (BOURDIEU, 1974; ORTIZ, 2003).

7 Revista criada por Pierre Bourdieu em 1975.

de um mundo da arte para o outro, em função da história, do contexto e das especificidades de cada dimensão artística. A base de funcionamento desse espaço é a cooperação, centrada sobre a dinâmica das relações interindividuais e suas dimensões materiais e cognitivas. Salvo exceções, a identidade social dos que tomam parte na produção e no consumo artístico não é especificada, a não ser pela natureza do engajamento na rede de cooperação e de sua contribuição à ação coletiva que faz a obra de arte (MENGER, 1987, p. 7). A permanência e o desenvolvimento dos processos cooperativos do mundo da arte se respaldam no compartilhamento de determinadas convenções. A ideia de convenção foi extraída da história social da arte, respectivamente dos estudos de Ernst Gombrich e Michael Baxandall. Becker também menciona os trabalhos de Raymonde Moulin sobre o mercado de pintura e o de Harrison e Cynthia White, entre as principais fontes de inspiração da sua teoria.

As concepções de campo e mundo da arte vão se contrapor e, em algumas ocasiões, se mesclar nos trabalhos de outras gerações de investigadores, subsidiando novas leituras ou alimentando disputas no interior dos debates acadêmicos. Embora as abordagens partam de referenciais sociológicos distintos, o que as afasta, apresentam também proximidades em muitos outros aspectos. Essas convergências geralmente não são valorizadas pelos acólitos de cada um dos sociólogos, que costumam salientar as oposições. Porém, os principais estudos que se seguiram, que possibilitaram que a nova tradição da sociologia da arte se consolidasse, trabalham em indiferença a esse confronto, incorporando ora o conceito de campo, ora o conceito de mundo da arte, em função de demandas teóricas e metodológicas específicas, colocadas por suas reflexões[8], revelando que a esfera da sociologia da arte é constituída tanto pelas disputas quanto pela cooperação [9].

8 Apontamos, em particular, Raymonde Moulin, Nathalie Heinich, Vera Zolberg, Diana Crane, para mencionar a geração imediatamente subsequente, que conviveu com ambos os autores.

9 No entanto, existe uma grande diferença entre as duas noções que merece ser assinalada. A ideia de campo, como trabalhada nas reflexões de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1974; 1992), desponta para examinar realidades históricas específicas, ou seja, o impacto das transformações da economia de mercado no século XIX, na França, sobre o aparato do Antigo Regime, mais especificamente na organização e regulamentação de determinadas formações culturais (não apenas as artes, mas também a ciência, a religião, a política, a moda, entre outros). Dessa forma, podemos apontar que o conceito de campo está associado a problemas decorrentes das transformações da modernidade. A concepção desenvolvida por Howard Becker é muito mais ampla, podendo ser utilizada para descrever diferentes configurações de mundo da arte, surgidas em contextos sociais e culturais específicos e em períodos históricos distintos.

Como esta reflexão trata do estado da arte da disciplina, enfatizando a construção e a disseminação de uma tradição, vamos ressaltar também alguns elementos de ligação entre os dois sociólogos. Destacamos, particularmente, alguns pressupostos teóricos e metodológicos compartilhados nas abordagens sobre arte desenvolvidas pelos dois cientistas, tais como: a valorização das pesquisas empíricas e a ligação com as investigações pioneiras, a distância com relação a tradição filosófica, a estreita conexão com a sociologia da cultura e a história social da arte.

O desenvolvimento de uma tradição (publicações e eventos)

Na década de 1980 e na primeira metade dos anos 1990, temos uma consolidação teórica e metodológica dos trabalhos em sociologia da arte, que se refletiu na publicação de novos estudos, respaldados nos precedentes, e na institucionalização da disciplina em eventos, periódicos e associações científicas. A maior parte das pesquisas se projetou a partir da França e dos Estados Unidos, que no domínio das artes visuais, até meados dos anos 1990, concentravam alguns dos mais importantes espaços museológicos e de mercado. Enquanto a França foi beneficiada por uma política de suporte e expansão da arte contemporânea, implementada pelo governo socialista, nos Estados Unidos, assistimos a uma retirada do Estado do financiamento das artes, com um incremento da privatização do setor (ZOLBERG, 1996), que, no final da década de 1990, foi se revelando como uma tendência globalizada (WU, 2007). Esse movimento teve impactos sobre a evolução do campo da sociologia da arte até 1995, com os franceses assumindo o protagonismo, beneficiados pelo apoio público, não apenas para pesquisas e publicações, mas também para criar periódicos[10] e eventos[11]. Enquanto isso, os acadêmicos norte-americanos da área

10 A revista Sociologie de l'Art foi criada em 1986, começou como uma publicação anual vinculada ao comité de recherche 18 (Sociologie de l'art), da AISLF (Associação Internacional de Sociologias de Língua Francesa), com um comitê científico internacional que reunia, além dos franceses, belgas, canadenses e suíços, também outros europeus e norte-americanos, como Vera Zolberg. Em 2003, a edição da revista, que se tornou trienal e continua ativa até hoje, foi transferida para o Grupo OPUS e para a editora Harmattan, em Paris.

11 Em junho de 1985, Raymonde Moulin organiza o primeiro em Marselha, reunindo 42 conferencistas, entre os quais, sociólogos de várias procedências (incluindo Howard Becker e Vera Zolberg) e historiadores sociais da arte. Os anais do evento (MOULIN, 1985) se tornaram referências, tendo sido publicados em várias edições.

produziram suas pesquisas contando apenas com a própria iniciativa e recursos pessoais [12].

Apesar desse quadro, a consolidação de uma tradição na área das artes visuais, em interlocução com os aportes teóricos criados por Howard Becker e Pierre Bourdieu, ocorreu nas duas últimas décadas do século XX, com reflexões construídas dos dois lados do Atlântico, tendo como objetos principais a organização e a dinâmica dos universos da arte moderna e contemporânea. Destaco como casos exemplares, em razão da recepção na época e da perenidade enquanto referências bibliográficas nas reflexões das gerações mais recentes, obra de quatro mulheres sociólogas e de um pesquisador latino-americano.

Diana Crane e Raymonde Moulin, numa perspectiva sócio-histórica, vão efetuar levantamentos detalhados sobre as transformações do mundo da arte na segunda metade do século XX, respectivamente a partir de Nova York e da França, considerando as interações entre artistas, instituições e o mercado. Em *The transformation of the avant-garde. The New York Art World, 1940-1985* (CRANE, 1987), Crane vai enfocar a construção social dos estilos, observando a estreita ligação da ideia de vanguarda com o conceito de alta cultura e com as concepções intelectuais da classe média alta nova-iorquina, apontando como a compreensão das transformações estéticas não pode ser dissociada das dinâmicas que movem o mundo da arte. A pesquisa, iniciada em 1974, e a escrita, finalizada em 1986, reuniram uma vasta documentação incluindo entrevistas, biografias de artistas, registros em jornais sobre inaugurações das mostras de arte, textos de críticos especializados, catálogos de exposições em galerias e museus e listas preços de vendas das grandes casas de leilão, para construir uma descrição completa da ascensão e declínio de cada movimento estilístico.

Em L'Artiste, l' institution et le marché (MOULIN, 1992a), Moulin vai traçar um panorama minucioso do processo de construção do valor da "arte contemporânea internacional" na França, examinando o processo de "in-

12 Vera Zolberg (1996; 2005; 2015) menciona as dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas em sociologia da arte no meio acadêmico norte-americano, apontando principalmente dois fatores: a baixa reputação da disciplina nos departamentos de sociologia e falta de subsídios para realizar investigações. Esta questão também é abordada por Wu (2007). Levantamentos que realizamos anteriormente, arrolando as principais investigações em sociologia da arte, entre os anos 1960, 1970 e início dos anos 2000, evidenciam as diferenças entre o sistema de financiamento das enquetes em sociologia da arte na França e nos Estados Unidos.

terdependência estreita entre o mercado, onde se efetuam as transações, e o campo cultural, onde se operam a homologação e a hierarquização dos valores artísticos" (MOULIN, 1992a, p. 7). A análise, que abarca também uma ampla documentação e bibliografia, coloca o artista no centro dessa trama, considerando as implicações de sua formação, de sua profissionalização, além de suas escolhas ideológicas e estilísticas.

Em 1990, Vera Zolberg publicou *Para uma sociologia das artes*, uma reflexão crítica sobre o estado da arte da disciplina até então, que se converteu num novo marco teórico da área. Zolberg, que já era reconhecida pelos artigos sobre os museus norte-americanos, difundidos em periódicos científicos na França e nos Estados Unidos, organizou, em 1997, uma outra obra inovadora, *Outsider art. Contesting bounderies in contemporary culture* (ZOLBERG, 1997). Nathalie Heinich distingue-se não apenas como a socióloga da arte com maior número de produções na década de 1990 (cerca de 8 livros e inúmeros artigos), rivalizando com Pierre Bourdieu, mas também como autora de pesquisa originais, muitas delas traduzidas para o inglês. Mencionamos especialmente três: *La Gloire de Van Gogh. Essai d'anthropologie de l' admiration* (HEINICH, 1991), *Du peintre à L' artiste. Artisans et académiciens à l' âge classique* (1993) e *Le triple jeu de l'art contemporain: sociologie des arts plastiques* (1998). Nos anos 2000, concentrada mais em torno do universo da arte contemporânea, continua mantendo uma produção intelectual intensa, da qual destacamos *Le paradigme de L'Art Contemporain. Structures d'une révolution artistique* (HEINICH, 2014).

Outro marco teórico fundamental é o trabalho de Nestor García Canclini (CANCLINI, 1992-1997), que, em 1989, recorrendo ao repertório teórico e metodológico da sociologia da arte, criado na Europa e nos Estados Unidos, reinventa-o descortinando novas perspectivas - como o hibridismo cultural, as singularidades das vanguardas latino-americanas, o papel do Estado e da cultura popular, além dos descompassos entre modernidade e modernização -, que iluminam não apenas as contradições dos mundos da arte na América Latina, mas de todo circuito mundial.

Desde a virada do milênio, assistimos a uma expansão inédita da esfera do mundo da cultura e da arte em geral, e da arte contemporânea em particular. Um fenômeno associado, entre outros, à globalização, às novas tendências políticas e socioeconômicas, ao consumismo e à estetização do cotidiano, produziu um florescimento dos estudos e pesquisas relacionados

à cultura e às artes, nos Estados Unidos, na Europa, mas também na Ásia e, em menor escala, na América Latina. Vera Zolberg (ZOLBERG, 2015) observa que esse movimento, que trouxe um dinamismo para o campo da sociologia da arte, após um período de relativa exclusão, vem se refletindo em significativos redirecionamentos das abordagens desenvolvidas até então. A aparente dissolução das fronteiras entre cultura popular e cultura de elite, entre os limites tradicionais do mundo da arte, assim como a ampliação da população de artistas e o aprofundamento da segmentação da produção dos mesmos, vêm descortinando novas perspectivas, como as de artificação e de indústrias criativas (SHAPIRO; HEINICH, 2013; MORATO, 2003; 2017), colocando eventualmente em cheque algumas teorias mais polarizadas, como a de Pierre Bourdieu. Outras análises apontam para as consequências do processo de capitalização e privatização da cultura (WU, 2007), entre as quais, a crescente precariedade profissional das novas gerações de artistas (MENGER, 2009; 2010; MOUREAU; SAGOT-DUVAUROUX, 2011), apesar da enorme projeção midiática e econômica de uma pequena elite (QUEMIN, 2013), indicando que as desigualdades também estão atingindo gravemente os poucos nichos de resistência que permanecem ativos no mundo das artes.

Caminhos para Sociologia da Arte

No Brasil, dois movimentos parecem ordenar a difusão e expansão recente da Sociologia da Arte no país. De um lado, é claro, a tradução de autores da área vai se tornando mais intensa e amplia debates. Desde as décadas de 1960 e 1970, esforços nesse sentido podem ser mencionados. Em 1969, Luiz Costa Lima tornaria acessíveis os textos da Escola de Frankfurt e, sobretudo, de Adorno. Em 1977, depois da publicação de *Sociologia da Arte*, Gilberto Velho faria publicar, em *Arte e Sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte*, o clássico artigo de Howard Becker, "Mundos Artísticos e Tipos Sociais", antes mesmo da publicação de *Art Worlds*, em 1982. Também a partir da década de 1970, o alargamento da recepção de Pierre Bourdieu no Museu Nacional e a publicação das coletâneas *Economia das Trocas Simbólicas*, organizada por Sergio Miceli em 1974, e *Pierre Bourdieu,* por Renato Ortiz em 1983, davam novo fôlego às pesquisas. Esse movimento se intensifica nos anos 1990, com o aparecimento de novas traduções, entre as quais se destacam: *As Regras da Arte*, de Pierre Bourdieu, em 1996, *Culturas Híbridas*, de Nestor Garcia Canclini, e "Cultura de Nova York: as-

cendente ou descendente?", de Vera Zolberg, ambos em 1997. Convém também destacar a ampla bibliografia de História Social da Arte, traduzida pela EDUSP, no mesmo período. Simultaneamente, identificamos ainda a circulação das primeiras pesquisas sociológicas, contemplando as artes plásticas brasileiras, como *Arte, Privilégio e Distinção*, de José Carlos Durand, e *Imagens Negociadas*, de Sergio Miceli, editadas respectivamente em 1991 e 1996.

É, no entanto, a partir de meados dos anos 2000 que obras de referência passam a ser mais intensamente publicadas. *Para uma Sociologia das Artes*, de Vera Zolberg (2006), *O Mercado da Arte: mundialização e novas tecnologias,* de Raymonde Moulin (2007), *A Sociologia da Arte*, de Nathalie Heinich (2008), e *Ensaios Sobre Moda, Arte e Globalização Cultural*, de Diana Crane (2011), são algumas das obras que indicam o fortalecimento do debate contemporâneo na área e a consolidação de um público para as obras no país. Ainda nesse sentido, a organização do dossiê Sociologia da Arte Hoje, em Sociedade e Estado, por João Gabriel Teixeira, é também digna de nota. O número 2, do volume 20, do periódico, publicado em 2005, reuniu importantes nomes da produção sobre o tema, trazendo o debate para o país[13].

O investimento em traduções e publicações explicita o fortalecimento dos debates em torno de temas caros à Sociologia da Arte produzida em contexto internacional. Pesquisas em torno de processos de consagração, do mercado de arte, das diferenciações de gênero formaram uma agenda relevante para a área.

De outro lado, no entanto, o processo de tradução de obras é contemporâneo de – e talvez mesmo de algum modo se relacione a – um processo de implantação de políticas de cultura que crescem no âmbito tanto nacional, quanto local. Conforme Morató, com respeito ao contexto internacional:

> A partir dos anos sessenta, com a criação de ministérios da cultura em muitos países ou de poderosas agências de subsídio - como a Arts Council britânica e o National Encowement for the Arts Art nos Estados Unidos –, os fundos destinados à promoção artística e cultural foram crescendo regularmente. Juntamente com eles, a demanda por estudos sociológicos destinados a orientar a ação política e administrativa também cresceu, consolidando assim a reconceitualização empirista da sociologia da arte. (MORATÓ, 2017, p. 17).

13 Além de João Gabriel Teixeira, publicaram no dossiê Bruno Péquignot, Vera Zolberg, Arturo Morató, Maria Lucia Bueno e Alain Quemin.

Ainda que relação direta entre financiamentos à cultura e financiamentos à pesquisa não se estabeleça tão claramente no Brasil, a hipótese da consolidação dos financiamentos para a arte e sua relação com a produção sociológica vale reflexão mais detida. Como procuraremos discutir a seguir, a proliferação de equipamentos culturais bem como a difusão da arte pelos mais diferentes setores sociais levantam novos objetos, novos interesses de pesquisa e contribuem para a consolidação da Sociologia da Arte no Brasil. Ainda que o nexo causal não seja direto, as afinidades eletivas entre um e outro processo é evidente em diversos contextos nacionais (BUENO, 2001; MORATÓ, 2017) e, mais recentemente, também no Brasil.

Sociologia da Arte e políticas de cultura

No âmbito nacional, o MinC cresce em relevância entre as prioridades orçamentárias de *policy makers*. Entre 2003 e 2009, o orçamento da pasta cresceu 142%, ampliando a participação no PIB de 0,2 para quase 1%. Em 2000, o orçamento da pastava somava R$286.652.079,00, e chegava a apenas 0,028% do orçamento da LOA (Lei Orçamentária Anual). Em 2007, ano de fundação do GT de Sociologia da Arte nos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, o orçamento havia subido 242%, chegando a R$694.758.826,00, ou 0,44% da LOA. Dez anos depois, sob forte pressão de artistas e movimentos sociais, o orçamento previsto na LOA de 2017 é ainda crescente e corresponde a 0,07% do orçamento da União, totalizando R$2.543.180.314,00, um acréscimo de 366% em uma década. Ainda que no contexto de recessão o orçamento do MinC tenha sofrido forte contingenciamento em 2016 e o ministério tenha sido mesmo ameaçado de extinção, a resistência de artistas e movimentos organizados indica o lugar que setores da produção de cultura passaram a ocupar na sociedade brasileira nos últimos anos.

Nas últimas duas décadas, uma série de políticas públicas para a cultura impactou a produção no setor e chamou a atenção de sociólogos para o tema. Se a presença de Juca Ferreira[14] à frente do MinC – como secretário executivo e depois como ministro – chama a atenção para o quanto essas políticas foram informadas pelo debate nas Ciências Sociais, também a expansão do

14 Em suas notas biográficas, Juca Ferreira se apresenta como sendo formado em Ciências Sociais pela Sorbonne.

paradigma da arte para outras esferas da vida social mundo afora (MORATÓ, 2003)[15] contribui para a relevância do debate no Brasil.

De todo modo, determinadas políticas nacionais devem ser enfatizadas: a criação dos Pontos de Cultura em 2004 (1), a criação do Sistema Brasileiro de Museus em 2004 (2), e, por fim, a criação da Secretaria de Economia Criativa em 2011 (3) foram projetos de vulto com ampla repercussão na imprensa e nos meios especializados. Ainda que o caso da França e dos Estados Unidos não tenha paralelo no Brasil e que mapeamentos encomendados a grupos de pesquisa na área pouco tenham informado as agendas na Sociologia da Arte brasileira[16], a correlação entre políticas de cultura e análise social não é desprezível. Objeto de disputas e polêmicas, os principais projetos do MinC ordenaram políticas locais, a criação de novas instituições, a produção de arte e ocuparam também as discussões de cientistas sociais. Assim, a análise de agendas de pesquisa centrada nas políticas de cultura sugere o surgimento de novos caminhos de pesquisa: 1. museus e centros culturais; 2 cultura e diversidade; 3. economia criativa e mercado de arte.

Pontos de Cultura e a diversidade de atores sociais

A partir de 2004, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura passou a implantar os chamados *Pontos de Cultura*. Centralizados no *Programa Cultura Viva*, os pontos de cultura partiam do que se chamava, então, de um conceito antropológico de cultura. A partir de editais, buscavam descentralizar financiamentos do ministério e estabelecer contato direto com produtores de bens de cultura enraizados em suas próprias comunidades. De acordo com o MinC:

15 De acordo com Arturo Morató: "In addition to the many changes in the social organization of the arts, the cultural sphere has expanded beyond the original core of classical arts and the private market, the art paradigm has extended into other areas of everyday life, and the attention given to the arts by politicians and society as a whole has dramatically increased." (MORATÓ, 2003, p. 245).

16 Excetuem-se aqui projetos pontuais diretamente financiados por agências de financiamento, como o projeto Latitude, financiado desde 2011 pela Associação Brasileira de Arte Contemporânea e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, para levantamento de dados sobre a atuação internacional de galerias brasileiras, e as bolsas do programa Ciências sem fronteiras, financiadas pela CAPES para pesquisas em economia criativa.

> os Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade[17].

Ligando entidades e coletivos por redes que se amparavam na organização da sociedade civil, os pontos de cultura permitiram o fomento de produção de cultura nas periferias urbanas, fora dos principais eixos da, assim chamada, alta cultura. Num modelo de gestão que se pretendia um movimento de baixo para cima, o Ministério da Cultura identificou e promoveu uma série de novos projetos locais, articulados em rede, chegando a um total de 4.733 pontos de cultura em funcionamento em 2015[18]. Voltado para grupos minoritários e produção de arte fora do centro, o programa Cultura Viva chamou a atenção para novos protagonistas do mundo da arte no Brasil.

Assim também novos processos foram identificados por sociólogos da arte e proliferaram pesquisas sobre novos agentes de cultura, arte na periferia, coletivos e um sistema de arte nas margens. Não por acaso, teve intensa recepção no período o conceito de outsider art, tal como formulado por Vera Zolberg. A tradução de *Para uma Sociologia das Artes*, em 2006, e a publicação dos artigos "Success and failure of the sociology of culture? Bringing the arts back", em 2005, e "Incerteza estética como novo cânone: os obstáculos e as oportunidades para a teoria da arte", em 2009, são índices da intensa recepção de sua obra na última década. Assim também o artigo de Roberta Shapiro e Nathalie Heinich, "Quando há artificação?", publicado em 2013, respondia a algumas questões relevantes colocadas por novos enfoques de pesquisa e foi extensamente acessado no Scielo, chegando a 113 visualizações em um único mês.

A valorização de novas formas de arte e o diagnóstico de novos protagonistas no mundo da arte rendeu, de fato, profícuo debate na área e tem sido um dos novos caminhos para a área.. Museus e centros culturais

17 Disponível em: http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1. Consultado em: 24 jun. 2017.
18 Disponível em: http://pnc.culturadigital.br/metas/15-mil-pontos-de-cultura-em-funcionamento-compartilhados-entre-o-governo-federal-as-unidades-da-federacao-ufs-e-os-municipios-integrantes-do-sistema-nacional-de-cultura-snc/.

Focada na centralização das políticas para instituições museais, a criação do Sistema Brasileiro de Museus, também em 2004, separou a gestão dos museus do IPHAN e instituiu uma política específica para os espaços expositivos, chamando a atenção para os museus como uma política de Estado. O Sistema Brasileiro de Museus culminou na fundação do Instituto Brasileiro de Museus em 2009, centralizou a gestão das instituições e criou novos espaços expositivos. Visando a "construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer"[19], a criação do IBRAM chamou a atenção para a importância de lugares de memória no contexto contemporâneo.

A política de escopo nacional parecia corresponder a outros âmbitos de tomadas de decisão e engendrava um movimento de fortalecimento das políticas museais que, desde os anos 1990, ocupava boa parte das secretarias de cultura municipais. De fato, em fins do século XX, as cidades começam a adotar agendas de intervenção urbana centradas na preservação do patrimônio, mas também na criação de espaços expositivos, inseridas no debate da democratização da arte. Nesse sentido, cabe mencionar a criação de corredores culturais no Rio de Janeiro e as políticas de Fortaleza para a praia de Iracema.

Do ponto de vista do debate na Sociologia da Arte, é digno de nota o crescimento de pesquisas que tomaram os museus como objeto. De um lado, a recepção da ideia de musealização, de Andreas Huyssen, na Sociologia da Arte rende discussões também no Brasil. De outro, além da publicação de Memórias do Modernismo, em 1997, e Seduzidos pela Memória, em 2000, obras de referência sobre as instituições museais tiveram relevância para a área (SANT'ANNA, 2011). Do mesmo modo, a publicação de *Sobre as ruínas dos Museus,* de Douglas Crimp, em 2005, e a do artigo de Alain Quémin, *A arte contemporânea no decorrer de uma noite: um olhar sociológico sobre a nuit blanche 2003 e sua recepção pelo público*, em 2008, denotam o interesse pelo tema.

Mais afastadas da chave analítica do patrimônio e da memória coletiva, as pesquisas produzidas à luz desse debate se debruçaram sobre um fenômeno tido como eminentemente contemporâneo. Investigando as instituições museais como parte do sistema de arte, se perguntaram tanto sobre a explo-

19 Cf Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm.

são de memória e seus efeitos sobre as cidades[20], quanto sobre o crescente público que as frequenta[21].

Economia criativa, mercado e cidade

Ainda que tenha tido passagem meteórica pelo Ministério da Cultura (2011-2012), a gestão de Ana de Hollanda à frente da pasta teve ampla repercussão nos meios artísticos e deixou marcas. Já em janeiro de 2011, recém-empossada, Hollanda anunciava a criação da Secretaria de Economia Criativa. Colocando as discussões da UNCTAD (2008) na ordem do dia, o MinC alçou a economia criativa ao centro de seus debates e inseriu o problema no âmbito nacional.

De fato, desde 2008, a criatividade entrou na agenda de debates mundiais como produtora de um valor intangível com efeitos concretos no valor de mercado dos produtos. Assim também, as cidades criativas foram vistas como polos centralizadores da indústria cultural e espaços ideais para a proliferação de uma "classe criativa" (FLORIDA, 2011). Foi, contudo, no bojo da criação de uma Secretaria dentro do MinC e das polêmicas em torno dos direitos autorais e creative commons, que o debate tomou a imprensa e se tornou amplamente difundido.

Em 2012, fomentos à pesquisa, como a criação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa e de uma linha de financiamento à pesquisa no programa Ciência sem Fronteiras especificamente voltada aos estudos sobre o tema, foram índices de que pesquisa e políticas de cultura se relacionavam de mais a mais. Seminários e publicações sobre o assunto se tornaram cada vez mais frequentes, no Brasil e no mundo.

Ainda que as pesquisas sobre Economia Criativa tenham encontrado terreno mais fértil nos departamentos de economia, administração e planejamento urbano[22], o tema também vem sendo objeto de reflexão da Sociologia

20 A esse respeito, vale mencionar, a título de exemplo, artigos para o dossiê organizado por Kadma Marques em O público e o privado, "Políticas públicas, cidades e patrimônio" (2013), bem como as produções publicadas por Renata Bernardes Proença e Sabrina Parracho Sant'Anna em Um vermelho não é um Vermelho, Villas Bôas (org.), 2016.

21 São referências sobre o tema as pesquisas de Ligia Dabul sobre o público de museus e centros culturais. Ver: DABUL, Lígia. Museus de grandes novidades: centros culturais e seu público. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 257-278, 2008.

22 Vale notar que, nas publicações indexadas pelo Scielo, o maior número de ocorrências para "economia criativa" se dá nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas (66,67%). Apenas 9,68% das ocorrências estão em periódicos da Sociologia.

da Arte no país. No entanto, diferentemente do diagnóstico de Arturo Morató sobre o cenário internacional, ainda que a economia criativa tenha tido amplo debate na sociologia brasileira, renderam mais aqui pesquisas de um ponto de vista crítico do que pesquisas sobre a criatividade em si mesma.

Antoine Henion, Tia DeNora e a recepção de uma nova Sociologia da Música têm tido alguma repercussão, chamando também aqui a atenção para "às práticas criativas, seus contextos, seus processos e dinâmicas" (MORATÓ, 2017, p. 31). Contudo, têm, sobretudo, vicejado importantes pesquisas sobre galerias, mercado de arte e feiras de arte contemporânea. A recepção de *O Mercado da Arte: mundialização e novas tecnologias,* de Raymonde Moulin (2007), também se torna intensa no período. Do mesmo modo, numa outra chave, a importância da arte como protagonista no ordenamento da vida social e da cidade tem sido também objeto de importantes pesquisas sobre cidades, processos de ocupação urbana pela arte e processos de gentrificação.

Considerações finais

Os temas elencados neste artigo vêm se refletindo em produções relevantes na área e têm ordenado um debate de qualidade no Grupo de Trabalho de Sociologia da Arte na SBS[23]. Nas seis edições em que esteve inscrito como parte da programação do Congresso Brasileiro de Sociologia, o grupo foi capaz de agregar sociólogos com destacada produção acadêmica[24].

Porém, o mapeamento da produção de sociologia da arte no país, por se tratar de um fenômeno recente, ainda não foi devidamente investigado pelos pesquisadores. Por essa razão, preferimos circunscrever nossa abordagem aos aspectos já apontados no decorrer do texto, deixando a análise e a repercussão da produção para uma segunda etapa, quando, embasados num levantamento mais aprofundado, pudermos traçar um perfil consistente do campo de pesquisas da sociologia da arte no Brasil.

23 Fundado por Lígia Dabul e Rogério Medeiros, o Grupo de Trabalho completa uma década em 2017.

24 Em 2010, Lígia Dabul organizou, na Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, dossiê reunindo as comunicações proferidas nas sessões do último encontro. Em 2012, Maria Lucia Bueno organizou o livro *A Sociologia das Artes Visuais no Brasil*, lançado pela editora SENAC. Destacamos também o esforço de internacionalização do grupo, com o dossiê, em torno da sociologia da arte no Brasil, na revista Sociologie de L'art, em 2014, e com a coletânea *Art et Societé/Arte e vida Social* (2016), organizada por Glaucia Villas Bôas e Alain Quemin, em cooperação bilateral com financiamento Saint Hilaire/CAPES.

Referências

BECKER, Howard. (1976), "Art worlds and social types". *American Behavioral Scientist*, n. 19, pp.703-718.

BECKER, Howard. (1982) [tradução para o francês ampliada em 1987), *Les Mondes de L'Art*. 1. ed. Paris: Flammarion.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. (2003 [1966]), *L'Amour de L'Art*: les musées et leur publique. 1. ed. Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre. (1974), "O mercado de bens simbólicos". In: MICELI, Sergio. (org.). *A Economia das Trocas Simbólicas São Paulo*: Perspectiva. pp. 99-182.

BOURDIEU, Pierre. (2002), *A produção da crença*; contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 1. ed. São Paulo: Zouk.

BOURDIEU, Pierre. (1979 [tradução para o português 2007]), *A Distinção*: Crítica Social do Julgamento. 1. ed. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP.

BOURDIEU, Pierre. (1992 [tradução brasileira em 1996]), *As Regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (SAINT-MARTIN, Monique. (1976), "Anatomie du goût". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 5, pp. 5- 81.

BRASIL. *Orçamento Federal*. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais. Acesso em: 20 jun. 2017.

BUENO, Maria Lucia. (2001), *Artes Plásticas no século XX*. Modernidade e Globalização. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial; FAPESP.

CANCLINI, Nestor Garcia. (1997), *Culturas Híbridas*. 1. ed. São Paulo: EDUSP.

COSTA LIMA, Luiz. (org.). (1969), *Teoria da cultura de massa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga.

CRANE, Diana. (1987), *The transformation of the Avant-Garde*. The New York art world, 1940-1985. 1. ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press.

CRANE, Diana. (2011), *Ensaios em Moda, Arte e Globalização Cultural*. Maria Lucia Bueno (org.). 1. ed. São Paulo: Editora do Senac.

CRIMP, Douglas (2005), *Sobre as Ruínas do Museu*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

DABUL, Lígia. (2008), Museus de grandes novidades: centros culturais e seu público. *Horizontes Antropológicos* (UFRGS. Impresso), v. 14, pp. 257-278.

DiMAGGIO, Paul J.; USEEM, Michael; BROWN, Paula. (1978), *Audience Studies in Performing Arts and Museums*: A Critical Review. 1. ed. Washington, DC: National Endowment for the Arts.

FLORIDA, Richard. (2011), *A Ascensão da Classe Criativa*. 1. ed. São Paulo: LP&M Editores.

HEINICH, Nathalie. (1991), *La Gloire de Van Gogh. Essai d'anthropologie de l' admiration*. 1. ed. Paris, Minuit.

HEINICH, Nathalie. (1993), Du peintre à L' artiste. Artisans et académiciens à l' âge classique, 1. ed. Paris: Minuit.

HEINICH, Nathalie. (1998), *Le triple jeu de l'art contemporain*: sociologie des arts plastiques. 1. ed. Paris: Minuit.

HEINICH, Nathalie. (2008), *A Sociologia da Arte*. 1. ed. Bauru, São Paulo, Edusc.

HEINICH, Nathalie. (2014), *Le paradigme de L'Art Contemporain*. Structures d'une révolution artistique, 1. ed.Paris: Gallimard.

MARQUES, Kadma. (org.). (2013), Dossiê Políticas públicas, cidades e patrimônio. *O público e o privado* (UECE), ano 11, n. 22.

MENGER, Pierre-Michel. (2009), *Le travail créateur*. S' accomplir dans l' incertain. 1. ed. Paris: Seuil/Gallimard.

MENGER, Pierre-Michel. (1987), "Présentation". In: BECKER, *Howard. Les Mondes de L'Art*. Paris: Flammarion. pp. III -XV.

MENGER, Pierre-Michel. (2010), *Être artiste*. Oeuvrer dans l' incertitude. 1. ed. Bruxelas: Al Dante/AKA.

MORATÓ, Arturo. (2003), The Culture Society: A New Place for the Arts in the Twenty-First Century. J*ournal of Arts Management*, *Law and Society*, v. 32, n. 4, pp. 245-256.

MORATÓ, Arturo. (2017), *La nueva Sociología de las artes*. 1. ed. Barcelona: Editorial Gedisa.

MOULIN, Raymonde. (1989 [1967]), *Le Marché de la peinture en Franc*e. 2. ed. Paris: Minuit.

MOULIN, Raymonde. (1985), Introduction. In: MOULIN, Raymonde. (org.). *Sociologie de L'Art*. Marselha: Colloque International (Anais).

MOULIN, Raymonde. (1992b), "La commande publique". *Revue des Deux Mondes*, n. 11, pp. 63-70.

MOULIN, Raymonde. (1992a), *L'artiste, l'Institution et le Marché*. 1. ed. Paris: Flammarion.

MOULIN, Raymonde. (2007), *Mercado da Arte*: Mundialização e Novas Tecnologias. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk.

MOUREAU, Nathalie; SAGOT-DUVAUROUX, Dominique. (2011), "La formation/carrièrres artistique: le paradoxe des mondes de l'art" . Formation Emploi. *Revue Française de Sciences Sociales, La Documentation Française*, n. 116, pp. 35-49.

ORTIZ, Renato. (org.). (2003), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. 1. ed. São Paulo: Olho D'Água.

PROENÇA, Renata. (2016), Arte, natureza e cidade: o caso do Museu do Açude no Rio de Janeiro. In: VILLAS BÔAS, Glaucia. (org.). *Um vermelho não é um vermelho*. Rio de Janeiro: 7 letras. pp. 79-98.

QUEMIN, Alain. (2013), Les stars de L'art contemporain. *Notoriété et consécration artistiques dans les arts visuels*. 1. ed. Paris: CNRS Éditions.

SANT'ANNA, Sabrina Parracho. (2011), *Construindo a memória do futuro*: uma análise da fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

SANT'ANNA, Sabrina Parracho (2016.), Arte, museu e cidade: o caso do MAR na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: VILLAS BÔAS, Glaucia. (org.). *Um vermelho não é um vermelho*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras. pp. 29-56.

SHAPIRO, Roberta; HEINICH, Nathalie. (2013), Quando há artificação?. *Sociedade & Estado*, v. 28, n. 1, pp. 14-28.

TEIXEIRA, João Gabriel. (2005), Dossiê: Sociologia da Arte Hoje. *Sociedade & Estado*, v. 20, n. 2, pp. 297-424.

VELHO, Gilberto. (org.). (1977), *Arte e Sociedade*: Ensaios de Sociologia da Arte. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

VILLAS BÔAS, Glaucia; QUEMIN, Alain (org.). (2016), *Arte e Vida Social.* 1. ed. Marseille: OpenEdition Press.

WHITE, Harrison; WHITE, Cynthia. (1965), *Canvases and careers*: Institutional change in the French painting world. 1. ed. New York; Londres; Sidney: John Wiley and Sons.

WILLIAMS, Raymond. (1984), *The Long Revolution*. 2. ed. Middlesex; Victoria; Ontario; Auckland: Penguin. Coleção A Pelican Books, Sociology & Anthropology.

WU, Chin-Tao. (2007), *Privatização da cultura*. A intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. 1. ed. São Paulo: Boitempo; SESCSP.

ZOLBERG, Vera L. (2006 [1992]), *Para uma Sociologia das Artes*. 1. ed. São Paulo: Senac.

ZOLBERG, Vera L. (1996), "Paying for art. Temptations of privatization à l'Americaine". *International sociology*, v. 11, n. 4, pp. 395-408.

ZOLBERG, Vera L. (1997), "Cultura de Nova York: ascendente ou descendente?". *Cultura Vozes*, v. 91, n. 3, pp. 172-194.

ZOLBERG, Vera L. (2005), Success and failure of the sociology of culture? Bringing the arts back. *Sociedade & Estado*, v. 20, n. 2, pp. 337-350.

ZOLBERG, Vera L. (2009), Incerteza estética como novo cânone. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 31, n. 1, pp. 25-40.

ZOLBERG, Vera L. (2015), "A cultural sociology of the arts". *Current Sociology Review*, v. 63, n. 6, pp. 896-915.

Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 30/10/2017 / Aprovado em 28/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.234
10.20336/rbs.234

Saúde e Sociedade em debate: temas perenes e emergentes nos encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia

Marcia Grisotti*
Luiz Antonio de Castro Santos**

RESUMO:

Apesar da longa tradição da sociologia da saúde no Brasil, reconhecida enquanto uma subárea específica pelas agências nacionais e estaduais de fomento à pesquisa científica (tais como CNPq, Capes e FAPESP), a abrangência dos temas investigados e o escopo dos possíveis campos de aplicação apresentam-se como desafios importantes na análise da produção e configuração do conhecimento dessa área. A complexidade temática é um dos vários enigmas enfrentados pelo pesquisador. Com a finalidade de analisar a amplitude dessa produção, ressaltando principalmente as questões que dela emergem, nos deteremos no exame dos trabalhos apresentados em cinco edições do Grupo de Trabalho Saúde e Sociedade, realizados no âmbito dos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia.
Palavras-chave: Sociologia da Saúde; Sociedade Brasileira de Sociologia; Grupo de Trabalho Sociologia e Saúde

* Professora Associada, Departamento de Sociologia e Ciência Política/UFSC
** Professor Associado, Aposentado, Instituto de Medicina Social, UERJ, Docente do Mestrado Profissional em Saúde, Universidade Federal do Sul da Bahia

ABSTRACT

DEBATES ON HEALTH AND SOCIETY: PERENNIAL AND EMERGING SUBJECTS IN THE BRAZILIAN SOCIOLOGICAL SOCIETY'S MEETINGS

Despite the long tradition of Sociology of Health in Brazil, recognized as a legitimate and consolidated field by national scientific associations and state and federal research agencies (such as CNPq, CAPES and FAPESP), the broad scope of the topics investigated and their wide possibilities (as applied sociology) represent a challenge in the analysis of production and configuration of knowledge. The thematic complexity is one among the several puzzles faced by the researcher. With the purpose to analyze the breadth of production, with particular emphasis on emerging issues, this paper examines the papers presented to the regular sessions during the Congress of the Brazilian Sociological Association, in five consecutive sections on Sociology of Health.
Keywords: Sociology of Health; Brazilian Sociological Society; Working group on Sociology of Health

Introdução

A sociologia da saúde tem uma longa tradição no Brasil. Sua constituição pode ser identificada tanto nas primeiras manifestações e relatos históricos de estudiosos sobre a realidade brasileira (NUNES, 2014b; 2012), quanto na incorporação das ciências sociais em cursos de saúde em algumas universidades brasileiras, a partir da década de 1960 – no diálogo, nem sempre fácil, entre as ciências sociais, a medicina e a enfermagem, entre outros campos e, mais tarde, a saúde coletiva. Os cursos de Pós-Graduação e a orientação de dissertações e teses foram um estímulo às trocas entre campos de conhecimento, que se alimentavam de intercâmbios e os estimulavam, por seu turno (CASTRO SANTOS, 1993). A progressiva institucionalização dos temas sociológicos culminou na estruturação de um campo de conhecimento específico, reconhecido pelos órgãos de fomento à pesquisa nacional e pelos organizadores dos congressos nacionais de sociologia.

Além das dificuldades descritas por Nunes (2014a; 2014b) para a caracterização de uma *identidade* da Sociologia da Saúde (substituída por ele, em outros artigos, pelo termo *trajetória*), acrescentam-se as dificuldades na

delimitação dessa área em função da *abrangência* dos temas investigados e do *escopo* dos campos de aplicação, ambos importantes para avaliarmos a produção e configuração do conhecimento dessa área. O conceito elástico de saúde difundido pela Organização Mundial da Saúde (dependente de conjunturas econômicas, políticas e culturais e dos contextos propriamente relacionados ao campo), reiterado posteriormente em várias conferências internacionais, é um exemplo da ampliação do escopo do trabalho em saúde e da importância das ciências sociais para a compreensão da produção de conhecimentos e das práticas em saúde individual e coletiva.

Não pretendemos realizar, nesse artigo, uma revisão da literatura dessa produção, com a identificação de seus autores nacionais e as contribuições internacionais, clássicas e contemporâneas. Embora já realizado por alguns autores, é um trabalho a ser continuamente explorado em novas pesquisas. (Veja-se, adiante, a referência a Barros, 2016).

Com a finalidade de analisar a amplitude dessa produção, ressaltando principalmente as questões que dela emergem, nos deteremos no exame dos trabalhos apresentados em cinco edições do Grupo de Trabalho *Saúde e Sociedade*, realizados no âmbito dos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia[1]. Os temas tratados constituem nosso objetivo central. Não cabe, nesse artigo, avaliarmos a qualidade desses trabalhos, dada a natureza dos documentos que utilizamos como objeto de análise: não são artigos, analisados e revisados por pares, ou seja, publicados e difundidos publicamente.

Embora preliminares, os trabalhos apresentados nos inúmeros encontros do GT podem nos auxiliar na identificação dos temas de pesquisas permanentes (ou consolidados) e da emergência de outros; das relações entre a Sociologia da Saúde e a Sociologia (em geral); das questões controversas e dos possíveis nichos de pesquisas. Espera-se que o presente artigo fomente o debate e a prospecção de uma agenda de pesquisa para a área, assim como promova a visibilidade e inserção de sua robusta produção acadêmica nacional no âmbito do contexto internacional.

O artigo, portanto, trata da identificação dos temas, sujeitos e objetos de pesquisa nos trabalhos apresentados no GT *Saúde e Sociedade* da SBS, e da

1 Os trabalhos estão disponibilizados no site: http://www.sbsociologia.com.br/2017/index.php?formulario=congressos&metodo=0&id=3. Alguns focalizam a descrição e análise de dados empíricos, outros a revisão de literatura e ainda outros a pesquisa histórica, estando sempre relacionados a um tema específico.

análise de questões que emergiram da leitura de cada trabalho, priorizando o diálogo entre os artigos e, quando cabível ou indicado, focalizando de perto um ou outro artigo.

Temas, sujeitos e objetos de pesquisa

o site da SBS, a publicação dos trabalhos aparece pela primeira vez na edição de 2003, no congresso realizado em Campinas. Nesse evento, três temas gerais foram identificados na pauta da saúde[2]: a) Políticas; b) Representações sociais; c) Relatos de experiências.

Em relação às Políticas de Saúde, cinco trabalhos foram apresentados com os seguintes subtemas: atenção básica; programa Médicos de Família (em diálogo com a experiência cubana); participação do terceiro setor; conselho municipal de saúde; políticas de comunicação relacionadas ao consumo de drogas. De forma geral, os trabalhos centravam a análise na organização e funcionamento do sistema de saúde no Brasil e nos dilemas relacionados com as necessárias adequações às diretrizes do Sistema Único de Saúde, implementado poucos anos antes. O debate refletia o contexto do ainda incipiente processo de implantação do SUS e a busca por referências teóricas para compreender a relação Estado/Sociedade, especialmente quanto à experiência da municipalização e da descentralização do setor saúde e aos desafios para efetivar a participação e controle social nas políticas sociais, diante dos "resquícios de uma cultura autoritária".

A análise dos trabalhos sobre as políticas de saúde indica, desde logo, como são exemplares do caráter contextual da produção de conhecimento; ou seja, como o debate e a produção de conhecimento estão relacionados (nunca é demais repetir!) a seu contexto histórico – este, um grande legado da sociologia. Como veremos mais adiante, maneiras diferenciadas de interpretar as políticas de saúde foram elaboradas, acompanhando, de certa forma, as mudanças da conjuntura política e econômica do país.

Em relação ao tema Representações Sociais em Saúde, foram apresentados dois trabalhos teóricos (um que versa sobre a 'loucura' e outro sobre as idéias de saúde e estética entre jovens) e três trabalhos de pesquisa empírica,

2 A classificação dos temas foi feita pelos autores deste artigo. No site, os trabalhos estão disponibilizados individualmente.

com depoimentos e narrativas dos sujeitos envolvidos. A narrativa envolve mulheres que realizaram laqueadura, pacientes com câncer de colo de útero, médicos experientes e jovens colegas que realizam cirurgia para cateterismo cardíaco. A conclusão deste último trabalho merece destaque: enfatiza-se que a interpretação das imagens utilizadas para instrumentalizar a cirurgia

> parece estar ligada, sobretudo, à formação acadêmica e experiência do médico, à sua área de atuação, à sua posição social na hierarquia profissional (tanto entre os seus pares como internamente na instituição em que atua), e à própria instituição. Em outras palavras, o que esses médicos vêem é o que aprenderam a ver com base em compromissos, vínculos com determinadas tradições de pesquisa, adquiridos durante a formação acadêmica, na prática profissional junto à instituição em que atuam, em suas áreas de especialização, e enquanto integrantes de determinados mundos sociais[3] (p. 23).

O referencial teórico, que subsidiou a análise dos dados dessa pesquisa, se ampara na tradição da sociologia da saúde norte-americana, nucleada em torno de figuras clássicas como Elliot Freidson e Anselm Strauss. A dívida brasileira com essa linhagem inclui há décadas o debate sobre os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, com uma predominância da análise dos processos e redes sociotécnicas e dos estudos de laboratório, difundidos no Brasil através das pesquisas etnográficas de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) e seus colegas, assim como inclui a contribuição de Pierre Bourdieu (2004) para uma reflexão sobre o campo científico e o circuito de credibilidade conquistado pelos cientistas. Diferentes tradições teóricas se aproximam e se distanciam em relação aos temas, objetos e argumentos que produzem.

Em relação aos Relatos de experiências em saúde pública, nessa edição do GT, em 2003, um dos trabalhos descreve as atividades desenvolvidas com adolescentes em situação de pobreza e violência, utilizando o referencial de Milton Santos como base analítica para o estudo das características do território. Outro trabalho relata a experiência na formação de profissionais de saúde, utilizando a técnica de "problem-based learning", discutindo trabalhos recentes de Armando Antonio de Negri Filho, uma referência, na medicina preventiva, em temas de gestão e hospitais.

3 Rosana Horio Monteiro. Rituais de iniciação: Olhar, fazer, aprender. Um estudo etnográfico do cateterismo cardíaco.

Destaca-se, nessa edição de 2003, a influência das propostas de educação popular, tema fortemente influenciado pela difusão do termo 'medicina social' desenvolvido por autores latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990.

Ao fechar esta seção, ressaltamos o ponto de partida de análise, que foram os trabalhos apresentados no evento de Campinas, em 2003, o primeiro disponibilizado no site da SBS. O enquadramento dos trabalhos apresentados em temas gerais, nesse evento, foi relativamente fácil, o que não ocorreu com as demais edições do Grupo de Trabalho. Nestas, os temas eram muito mais abertos e diversificados. Por essa razão, a seguir, optamos em não classificar os temas, como fizemos nos trabalhos de Campinas. Da grande amplitude dos temas trabalhados, selecionamos no presente artigo alguns aspectos, dentre eles, mudanças nas estratégias de interpretação, questões emergentes e contribuições para o fortalecimento do campo da sociologia da saúde.

Temas emergentes, caminhos de interpretação. Comentários

Não apenas os temas mudaram ao longo das edições do GT, também as perspectivas e enfoques adotados na análise de temas similares mudaram. Por exemplo, em Campinas houve apresentação de um trabalho que versava sobre o papel das organizações sem fins lucrativos na gestão das políticas de saúde. O trabalho tenta mostrar a emergência das associações voluntárias (ou sem fins lucrativos) como uma decorrência das mudanças nas relações Estado/Sociedade, propiciadas pelo processo de descentralização do sistema de saúde e de transferência para outras instâncias de poder a gestão da política de saúde e de outras políticas sociais.

Em outro trabalho apresentado na edição de 2005, em Belo Horizonte, o mesmo tema é trabalhado sob outro prisma, em interação com fatores internacionais, como a crise do Welfare State, o questionamento do intervencionismo estatal (pelas correntes liberais, entre elas a Escola de Chicago), a introdução do mercado, via mecanismo de responsabilidade social das empresas, na gestão da assistência médica. Discute-se também a emergência dos movimentos sociais nos anos 1980, traduzindo a insatisfação popular perante a incapacidade do Estado em responder suas demandas por políticas públicas.

Comparando os dois trabalhos, percebe-se que o primeiro atribui o crescimento das associações voluntárias em saúde e de organizações do terceiro setor ao processo de mudanças do sistema de saúde brasileiro, a partir da implantação do SUS (ou seja, uma política de Estado), enquanto que o segundo trabalho, apresentado anos depois, analisa o crescimento das associações voluntárias como decorrência de uma incapacidade do Estado em prover a saúde.

Aqui cabe uma palavra de cautela. Deixemos um instante a análise das temáticas para um comentário sobre a interpretação. De um lado, a Constituição de 1988 e as leis orgânicas subsequentes que consolidaram o SUS representam justamente a maior intervenção estatal no setor saúde. Ou seja, no contexto brasileiro, a emergência do SUS se deu na contramão do movimento liberal e dos fatores internacionais acima mencionados. As duas explicações, aparentemente contraditórias, abrem espaço para explicações alternativas sobre o aumento de associações voluntárias no contexto brasileiro.

As políticas de saúde, sejam elas financiadas ou não pelo Estado, possuem limitações intrínsecas. Basta verificar como os processos de tomada de decisão em saúde são feitos, diante de inúmeros fatores limitantes: com base em escolhas, prioridades, grupos específicos etc. O caráter limitado das políticas e, consequentemente, dos serviços de saúde pode ter acelerado a busca de alternativas por parte daquelas pessoas ou grupos que não estão, ou não se sentem, contemplados pelas políticas de saúde. Isso pode explicar, por exemplo, o crescimento (em torno dos anos 2000) de estudos sobre o papel de associações de pacientes com doenças crônico-degenerativas e/ou raras na obtenção de recursos financeiros para fomentar pesquisas científicas – comumente não executadas pelas políticas oficiais – e auxiliar no tratamento de pacientes. No âmbito da instituição francesa École des Mines (Mines Paris Tech), uma década pelo menos de estudos sociológicos foi dedicada a esse tema, sob a liderança de Valolona Rabeharisoa e Michel Callon[4]. No contexto brasileiro, esse tema foi recuperado durante o GT realizado em 2007, em Recife, com um trabalho que discutiu, com base na teoria da dádiva, o papel das associações de voluntários de apoio a portadores de câncer na relação médico/paciente, ao ultrapassar a relação técnica do corpo mé-

4 Valolona Rabeharisoa e Michel Callon, L'engagement des associations des maladies dans la recherche. *Revue Internationale des Sciences Sociales,* v. 1, n. 171, 2002; para citar um dos artigos publicados.

dico e criar, assim, "um espaço mais favorável ao tratamento da doença"[5]. Em perspectiva sedutora, que a "área da saúde", todavia, não trouxe até hoje para si, apesar de constituir um texto clássico em outras áreas limítrofes, é o trabalho dos sociólogos argentinos, Oscar Oszlak e Guillermo O´Donnell (OSZLAK; O´DONNELL, 1976). Os autores se põem diante de um desafio teórico – entender como questões de interesse público manifesto se tornam políticas públicas (ou deixam de sê-lo). O rigor da análise e a relevância do tema para a América Latina respondem pela permanência do texto entre as leituras obrigatórias no campo, até nossos dias. Outro texto, um pouco mais recente, aborda aspectos da dádiva nas políticas de doação de sangue, atravessando campos ideológicos distantes, da Polônia e dos Estados Unidos, nos anos 80 (PILIAVIN, 1989).

Retomando as linhas mestras da análise textual, identificamos uma sensibilidade maior em relação ao papel do voluntariado e de organizações do terceiro setor. Houve um aprofundamento do debate, outras trilhas abertas. Como vimos anteriormente, o debate nas sessões do GT Campinas centrava-se na organização e funcionamento do sistema de saúde no Brasil e nos dilemas relacionados com as necessárias adequações ao Sistema Único de Saúde, implementado alguns anos antes, além de costurar possíveis comparações com o sistema médico de família em Cuba[6]. Nas edições subsequentes, outros (ou novos) dilemas foram apresentados em relação às políticas de saúde, entre eles:

Equidade. O esforço de equidade no acesso e utilização dos serviços de saúde no Brasil, através do SUS, tornou-se vulnerável diante da constatação do acesso privilegiado aos serviços de alguns segmentos populacionais, mediados pela cobertura de Planos de Saúde[7]. Sobre esse dilema, lembramos de um artigo publicado em 1989, que já antecipava e alertava para o caráter excludente da universilização do acesso ao sistema de saúde no Brasil, ao

5 Trabalho de Vilma Soares de Lima. Dádiva da saúde: voluntariado e relação médico/paciente, 2007.

6 Um trabalho apresentado em Campinas, em 2003, ressaltava o êxito da implantação, no município de Niterói, do modelo médico de família cubano. Em outra edição do GT, já em 2009, outro trabalho (MICHELOTTI, 2009) parecia lançar dúvidas diante da experiência de Niterói, pois, mesmo inspirada em Cuba, sua implementação não teria se dado nos moldes cubanos. Por certo, a realização de uma mesma política pública em países diferentes comporta, diríamos, não só impactos diferentes, mas exige, não raro, adaptações e revisões nas próprias diretrizes.

7 Trabalho de Murilo Fahel: Desigualdades em Saúde no Brasil. Uma análise do acesso aos serviços de saúde por estratos ocupacionais, 2007.

retirar da esfera do poder público os segmentos da população com maior capacidade de vocalização de demandas, perpetuando, assim, o circuito de má qualidade - expulsão de setores organizados - baixa capacidade reinvindicatória - má qualidade dos serviços (FAVERET ; OLIVEIRA, 1989);

1. Interesses corporativos. Esteve em foco, a incompatibilidade entre neocorporativismo e políticas universais, ou, como aliar os interesses corporativistas às propostas de caráter universalizante, sem que os primeiros se imponham pela sua maior capacidade de agregação e de pressão sobre o Estado [8]? Um trabalho analisou historicamente as reformas no setor saúde para evidenciar a corporativização dos conflitos setoriais no processo de implantação da Estratégia da Saúde da Família. (O dilema corporativismo-universalismo também foi analisado em outro trabalho, em que se destaca o papel corporativo no interior do Conselho Nacional de Saúde);
2. Acesso. As trajetórias de pacientes na busca pelos serviços mostram os limites do universalismo e do igualitarismo no SUS pela afinidade com certa ideologia individualista e pelo acesso às instituições da assistência à saúde ser realizado através de uma concepção médica de corpo[9]. "No limite, o suposto fundamental presente no SUS é que todos os indivíduos [...] obteriam acesso e assistência igualitários e universais. O que inevitavelmente institui uma diferença, uma vez que condições corporais diferenciadas implicam acessos distintos" (p. 5). O texto aponta uma importante contribuição para a prospecção de futuras agendas de pesquisas em sociologia da saúde capazes de analisar e equacionar os desafios envolvidos na adoção de políticas de saúde específicas no interior do sistema de saúde, definido pelo princípio da universalidade do acesso;
3. Grupos sociais, percepções e direitos. Embora não debatendo diretamente os limites do universalismo e igualitarismo nas políticas de saúde, outros trabalhos, apresentados em edições posteriores, reinvindicam a implementação de políticas de

8 Trabalho de Fernando Canto Michelotti: Arranjos neocorporativos e sustentação política de um projeto reformista: o caso da saúde da família, 2009
9 Trabalho de Diogo Neves Pereira: Limites do Universalismo e do Igualitarismo no sistema Único de Saúde, 2009.

saúde específicas, como é o caso dos textos sobre: 1) a importância da incorporação dos sistemas de crenças e terapias complementares na definição das especificidades das políticas de saúde indígena[10]; 2) a necessidade de programas específicos para casais sorodiscordantes para HIV[11] ; e 3) a necessidade de readequar o modelo de parto humanizado à vontade da mulher gestante, ou seja, de valorizar a singularidade do usuário[12].

Aliado a essas demandas por políticas de saúde específicas, encontra-se um conjunto de trabalhos que versam sobre as mudanças necessárias na formação e prática dos profissionais de saúde relativas à educação para o envelhecimento[13], o processo de morrer (através das unidades de cuidados paliativos)[14], o atendimento a corpos feridos por 'lesões autoprovocadas' (abuso de álcool/drogas ou medicação, suicídio).[15]

Poderíamos incluir também, nesse conjunto, os trabalhos sobre as especificidades no acesso e tratamento destinado à população LGBT, assim como os trabalhos sobre os processos de judicialização em saúde, que se avolumam nos tribunais, na busca pelos direitos à saúde por parte de grupos específicos.

4. Conselhos de Saúde. Em torno do debate sobre os Conselhos de Saude, três trabalhos foram apresentados ao Grupo de Trabalho, dois sobre conselhos municipais e um sobre o Conselho Nacional de Saúde. Em 2003, a análise focalizava a dinâmica de funcionamento e as dificuldades da participação e "controle" social[16]. Em 2005, apesar

10 Trabalho de Gláucia Buratto R. de Mello: Sistema de crenças e terapêuticas complementares: Um desafio para as políticas de saúde indígena, 2009.
11 Trabalho de Artur Perrusi: Casais sorodiscordantes no estado da Paraíba: reflexões a respeito da negociação de risco, 2009.
12 Trabalho de Ana Lydia Soares e Ruth Machado Barbosa: A Humanização em cheque, 2009.
13 Trabalho de Ângela Gomes e Simone Nenê Portela Dalbosco: Profissionais da saúde e a educação para o envelhecimento, 2009.
14 Trabalho de Raquel Aisengart Menezes: Profissionais de saúde e o processo do morrer: uma abordagem socioantropológica em torno do normal e do patológico, 2009.
15 Trabalho de Rosana Machin Barbosa: A questão moral e o atendimento a corpos feridos por "lesões autoprovocadas", 2007.
16 Na área de saúde, tanto em debates como em publicações, o conceito de 'controle social' sofreu uma inflexão, há muitos anos e hoje popularizada. "Controle", nesse caso, tornou-se sinônimo de "participação", controle social = participação social. A definição clássica, de origem durkheimiana, que se refere justamente ao fato de que os grupos sociais não

do reconhecimento de problemas e limites, o Conselho é analisado como um instrumento de democratização do poder e da sociedade, de fiscalização e de aprendizado sobre as finanças, a legislação e os processos administrativas da gestão pública. Isto ia ao encontro da vasta literatura produzida nesse período, na qual a experiência dos conselhos era vista enquanto um processo pedagógico, apesar dos limites apontados para o efetivo 'controle' social[17]. Em 2009, um trabalho aborda o Conselho como o espaço dos participantes da "nova comunidade política na área de saúde que se formara no final dos anos 90", porém relativiza sua capacidade de influir nos centros de decisão e execução da política – outros fóruns, a exemplo das comissões intergestoras, passaram a se constituir como o principal fórum decisório e de coordenação vertical do sistema de saúde[18].

1) Saúde da Família. O tema da família e, em especial, da Estratégia de Saúde da Família, como alvos de políticas públicas, é visto, de um lado, como tendendo a erodir alguns setores da saúde cristalizados na hierarquia do poder, fomentando novos conflitos corporativos que implicam, consequentemente, a ascensão (ou declínio) de algumas categorias profissionais no modelo de atenção à saúde[19] ; de outro lado, há uma crítica pela Estratégia não definir precisamente a que modelo de família se destina, como política de intervenção estatal na esfera privada/doméstica da vida, configurando-se como um mecanismo de controle da sociedade, comandado pelo saber médico[20].

"controlam", mas são controlados por normas e padrões comportamentais, deixou de vigorar no campo da saúde. No presente texto, empregamos a noção corrente em Saúde Coletiva.

17 Trabalho de Márcio Caniello e José Justino Filho: Eficiência e eficácia nos conselhos municipais de saúde da Paraíba: um estudo comparativo, 2005.

18 Trabalho de Marcelo Kunrath Silva, Soraya Vargas Côrtes, Janete Cardoso Réos e Márcio Barcelos: A Dinâmica das Relações Sociais no Conselho Nacional de Saúde, 2009.

19 Trabalho de Fernando Canto Michelotti: Arranjos neocorporativos e sustentação política de um projeto reformista: o caso da saúde da família, 2009

20 Trabalho de Daniela Resende Archanjo: A família como alvo de intervenções estatais e médicas: uma perspectiva histórica, 2009. Nesse caso, recupera-se a dimensão sociológica mais rigorosa, da noção de 'controle'.

Vários outros temas foram apresentados, com recortes mais diversificados. Ressalte-se, dentre eles, um trabalho que resgata os processos históricos que tornaram possível a constituição de uma cultura da imunização[21]; dois trabalhos (um histórico e outro empírico) sobre a anorexia nervosa[22]; um trabalho que relata a constituição da subjetividade entre os membros da equipe de transplante hepático de um hospital; aqui, analisam-se as interrelações entre os profissionais e as hierarquias de poder[23]; outro trabalho que trata os transplantados cardíacos e doadores, a partir do debate sobre modernidade tecnológica e riscos para a saúde[24]; e outro que, baseado na abordagem dos estudos sociais da ciência, investiga as controvérsias epidemiológicas em torno do consumo de tabaco[25].

Em alguns dos trabalhos analisados nas várias edições do Grupo de Trabalho, revela-se a preocupação em enquadrar ou associar (por vezes de forma arbitrária) os dados, ou o material empírico, ao referencial teórico adotado. Em outras instâncias, dá-se simplesmente o contrário: a escassa problematização teórica dos dados empíricos. Como contextualizar ou associar os objetos da pesquisa e os dados empíricos, obtidos pelas mais variadas técnicas, às escolhas teóricas e analíticas?

Esse é um dos dilemas clássicos da sociologia, nem sempre contemplados pelos trabalhos – até por limitações de espaço. Wright Mills, em 1982, já discutia sobre as armadilhas do empirismo abstrato e da grande teoria: os desafios de encontrarmos um cruzamento entre as experiências e observações individuais e as formulações teóricas abstratas; entre biografia e história; entre indivíduo e sociedade; entre dados empíricos de uma situação particular e suas possíveis generalizações. O equacionamento dessas armadilhas e ambivalências tem como desafio epistemológico o necessário dimensionamento da historicidade dos objetos de pesquisa, diante dos parâmetros e pa-

21 Trabalho de Gilberto Hochman: Uma Cultura da Imunização? (Vacinas, programas de saúde e cidadania), 2009.
22 Trabalho de Cidinalva Silva Câmara Neris : Pela Pátria, contra a lepra : o isolamento compulsório de doentes de lepra no Brasil, 2011 ; e Trabalho de Ana Paula Saccol : Representações sociais em saúde: a anorexia nervosa na atenção básica, 2011.
23 Trabalho de Sara Mara Maciel-Lima e José Miguel Rasia: O lugar da subjetividade nas relações de poderes-saberes: a experiência no Transplante Hepático, 2009.
24 Trabalho de Lore Fortes e Sarita Cesana: Modernidade, desenvolvimento tecnológico e riscos para a saúde: transplantados cardíacos e doadores, 2011.
25 Trabalho de Maiko Rafael Spiess e Maria Conceição da Costa: "É Proibido Fumar": Análise Sociológica de uma Controvérsia Epidemiológica, 2011.

radigmas da ciência – relativizados por sua própria historicidade (CANGUILHEM, 1994). Como sugerimos acima, esse desafio implica reconhecermos a persistência do dilema e seu caráter histórico.

A mirada epistemológica projeta as antigas questões das faces e interfaces dos campos do saber. Tais questões são abordadas nos vários encontros do GT e podem ser formuladas como uma indagação muito ampla: de que forma se estabelece o diálogo entre a sociologia da saúde e as áreas médicas ? Esta pergunta está vinculada tanto com as relações estabelecidas entre as ciências sociais e a pesquisa médica, quanto com aspectos mais epistemológicos relacionados com a interdisciplinariedade e com a transposição de conhecimentos entre áreas acadêmicas diferenciadas.

Em relação ao diálogo entre a sociologia da saúde e o campo da medicina, quatro trabalhos foram apresentados, um trata da relação acadêmica estabelecida entre essas duas áreas e outros três aplicam o conhecimento sociológico para compreender a própria prática médica. O primeiro[26] trata da inserção de cientistas sociais nas escolas médicas, a partir do relato de uma experiência: por parte do cientista social, foi preciso que rompesse a barreira de transformar os objetos da clínica em objetos exclusivamente sociais ; do lado do médico "exigiu-se a boa vontade de rever noções na abordagem do social". Outro trabalho, apresentado em 2009, trata das tensões que se expressam na hierarquia existente entre os membros da equipe de saúde de um hospital. O terceiro trabalho[27] analisa o discurso da biomedicina sobre o corpo adolescente e enfatiza as especificidades epistemológicas de cada campo (ciências humanas e ciências biomédicas) ao analisar os objetos que lhes são comuns - o corpo, a saúde, a doença. Partindo de estudo de Cynthia Sarti, esta pesquisa indica que o trabalho conjunto requer "abertura para a escuta, o reconhecimento do caráter relativo de cada campo do conhecimento e da complementariedade necessária para fundamentar o entendimento" (SARTI, 2003, p. 5).

26 Trabalho de Rosa M. Q. Nehmy, Joaquim A.C. Mota e Itamar T. S. Pin: Cências Sociais e Pesquisa Médica, 2005.
27 Trabalho de Regia Cristina Oliveira: Adolescência e corpo adolescente : discursos da biomedicina, 2009.

Um quarto trabalho[28], com excelente pesquisa etnográfica, analisa o aprendizado médico de forma bastante original, a partir de duas práticas formativas : as discussões de casos e o registro de informações médicas no prontuário; o material etnográfico é fruto de observação das discussões de casos, envolvendo estudantes de medicina de terceiro e quarto anos e preceptores no ambulatório de um hospital. O principal aspecto analisado diz respeito ao papel da subjetividade, considerada como fonte de incerteza, na interpretação dos exames com parâmetros e medidas, que tomam a forma de objetividade e certeza. A autora lembra que o uso de Guidelines produz o denominado "Consenso" e traz uma série de respostas padronizadas para aplicação à clínica; o artigo ressalta que, embora haja uma distância entre o que se preconiza nos consensos e a prática usual, os estudantes não deixam de se referir ao Consenso quando fazem certas escolhas como forma de legitimar uma decisão, de modo a fazê-la parecer não arbitrária, nem fruto de um julgamento pessoal. Desde logo, a riqueza da análise levanta questões importantes sobre a prática médica: se a cardiologia, objeto do estudo, propõe um conhecimento supostamente seguro, determinado e indubitável, parece-nos importante acentuar o grau de incerteza presente em outros campos, como o da parasitologia, por exemplo.

Outros temas – e comentário

Focalizemos contribuições expressivas sobre a transposição de conhecimentos entre áreas acadêmicas. Se retornarmos ao encontro de 2003, em Campinas, dois trabalhos são ilustrativos: um deles trata de uma experiência em saúde pública, a partir da introdução do modelo cubano dos médicos de família em um municípo brasileiro[29]. Entre outros aspectos, esse trabalho relatou a experiência bem-sucedida com a utilização de vermes *nematóides* para exterminar as larvas do *Aedes aegypti*. Em outra ocasião, textos de tal relevância deverão abarcar também as controvérsias existentes em outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, na ecologia humana, quanto à introdução de uma nova espécie no ambiente, às ações de controle biológico

28 Trabalho de Iara Maria de Almeida Souza: O corpo na apresentação de casos clínicos de cardiologia, 2005.
29 Trabalho de Isabelle C. V. Pereira: Cuba em Niterói: um estudo comparado do Programa Cubano Médico de Família e a experiência do município de Niterói – RJ, 2003.

e à necessária análise de longo prazo sobre o impacto ecológico.

Outro trabalho[30] nos traz relatos e representações sobre o câncer em usuárias de uma unidade básica de saúde, focalizando a experiência subjetiva das pacientes. Como se sabe, não se aplica aqui a explanação sobre a elevação dos níveis de mortalidade por doenças crônico-degenerativas, pois o tipo de câncer investigado, de colo de útero, é causado por um vírus. Aqui cabe um comentário sobre as bases de sustentação da teoria da transição epidemiológica.

As bases teóricas da 'transição epidemiológica' – as doenças crônico-degenerativas deslocando as doenças infecciosas como principais causas de mortalidade – foram questionadas e, de certa forma, superadas especialmente pela emergência da Aids. A drástica separação entre doenças crônicas e doenças infecciosas também passou a ser questionada, já que os germes (vírus, bactérias e parasitos) podem estar na raiz de muitas doenças cardíacas, de Alzheimer, da esquizofrenia e de muitas formas de câncer e outras doenças crônicas. Nessa linha, está a recente mudança a respeito da explicação etiológica das úlceras gástricas: de uma presumida condição inflamatória de natureza psicossomática, a ser tratada com antiácidos e dieta, para uma infecção bacteriana, a ser tratada com antibióticos (GRISOTTI, 2010).

A Sociologia da Saúde

As interações entre a sociologia da saúde e as ciências sociais, tomadas em suas contribuições consideradas clássicas, atraíram boa parte dos trabalhos apresentados. Não raro se reportaram a autores mais destacados e sua participação nos encontros abre um leque de possibilidades ainda pouco explorado, que deverá atrair trabalhos futuros no GT.

Vários autores têm trabalhado sobre a inserção das ciências sociais na área de saúde: desde o clássico (e desigual) livro de Gilberto Freyre – uma visão algo míope sobre a sociologia da medicina (FREYRE, 1967)[31] – até os trabalhos contemporâneos, entre eles, Everardo Duarte Nunes (2012; 2014a; 2014b), Maria Cecília Minayo (2013), Leny Trad (2012), Suely Deslandes

30 Trabalho de Joselito Santos: Câncer na visão de usuárias de unidades de saúde do município de Campina Grande-PB, 2003.

31 Sobre Gilberto "da medicina" e sua produção posterior aos anos 50 (em que se inclui a obra citada, publicada originalmente em Portugal), ver Castro Santos, 1990.

(2012), Marcia Grisotti e Fernando Ávila-Pires (2011), Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Faria (2010), autores que, a partir de uma perspectiva sociológica, antropológica e sócio-histórica, abordam, entre outros temas, o ensino, as profissões e as instituições em saúde. No meio do caminho, por assim dizer, situa-se uma obra de etnografia excepcional e inspiração interacionista sobre os doentes tuberculosos de Campos de Jordão: o livro de Oracy Nogueira, publicado em pequena tiragem em 1950 e reeditado décadas depois pelos esforços conjuntos de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Marcos Chor Maio e os editores da Editora Fiocruz: *Vozes de Campos de Jordão* (NOGUEIRA, 2009)[32]. Como obra de fôlego e bem recente, cumpre citar ainda o texto de Nelson Filice de Barros, *As ciências sociais na educação médica*[33], publicado pela Editora Hucitec em 2016. O autor focaliza três gerações de cientistas sociais no campo da saúde, sob a ótica da produção sobre o Sistema Único de Saúde no Brasil – desde autores que antecederam a gestação do SUS, ainda nos anos 60-70, até a geração atual, duas décadas após a institucionalização do programa nacional.

Note-se, ainda, a condução de outras linhas de pesquisa (que inauguram linhagens!), de modo a complementar os estudos citados e contribuir para o "leque de possibilidades de análise" do estado da arte. Há estudos, particularmente de Antropologia da Saúde, que privilegiam a pesquisa com grupos sociais diferenciados, praticantes de estratégias alternativas de tratamento médico dentro e fora do sistema oficial. Um número significativo da população vai encontrar, através de canais heterogêneos e até antagonistas (na medicina e na religião), formas alternativas de acesso e tratamento (GRISOTTI, 1998; LANGDON; FOLLER; MALUF, 2012).

As pesquisas que versam sobre as representações sociais em saúde representaram boa parte dos trabalhos apresentados nas várias edições do GT. Sob esta ou outras dominações (percepções, construção social, saberes, discursos etc.) e baseadas em diferentes métodos de coleta e análise de dados, as pesquisas objetivaram compreender o que as pessoas pensam sobre o processo saúde-doença, quais são as estratégias utilizadas nas diferentes condutas terapêuticas (populares, científicas, alternativas etc.), como se dá

32 Veja-se a excelente resenha de Paulo César Alves, em Cadernos de Saúde Pública, v. 26, n. 6, Rio de Janeiro, Junho 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000600020.
33 Barros, Nelson F. de. *As ciências sociais na educação médica*. São Paulo: Hucitec, 2016.

a relação médico-paciente, entre outras questões. Na análise de alguns trabalhos, encontramos as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para dimensionar a vivência subjetiva dos sujeitos (práticas) com os fatores estruturais envolvidos na construção da percepção individual. Observamos que há uma clara tendência em realizar estudos com sujeitos (em geral usuários de políticas públicas) ou populações, e menor ênfase em estudos com gestores, produtores de conhecimento, ou mesmo análises relacionais entre as diferentes categorias de sujeitos. Também observamos alguma dificuldade – por certo algo a ser superado em minicursos de caráter formativo, em futuros encontros da SBS – na análise das representações dos sujeitos, quando estão em jogo os cenários diferenciados da assistência médica (relacionada com casos clínicos, biomédicos, individuais) e da saúde pública (mais vinculada à epidemiologia e a estudos populacionais).

Como uma suposição ou premissa central nas apresentações do Grupo de Trabalho, mereceu destaque a sintonia quanto à interpretação como atividade socialmente compartilhada; as próprias representações sociais são vistas como parte de um discurso mais amplo, de construção social, que informa não apenas o pensar individual, mas o pensar, dizer e agir coletivos. Nesse sentido, a utilização das narrativas dos sujeitos como relatos 'que se bastam', como se indicassem um elo 'natural' entre pensamento, atos de fala e ação, não permitiria identificar as lacunas ou hiatos entre percepções e comportamentos. Em alguns trabalhos, contudo, evidenciou-se essa 'naturalização' das percepções e comportamentos dos indivíduos.

Naturalizar as representações passa a ser um obstáculo teórico. Como sugerem Radley e Billing (1996), as representações sociais em saúde são sustentadas dentro de um discurso social que forma não apenas o pensar individual, mas também influencia como as pessoas imaginam ou internalizam o que devem pensar e dizer. Falar sobre saúde-doença envolve várias estratégias e artifícios para legitimar a posição do orador que fala ou o orador que é ouvido pelo intérprete. Se a narrativa sugere que uma pessoa é 'fraca' ou 'doente', o discurso fragiliza o sujeito; se o sujeito assim se vê, ele nos permite ou nos leva a vê-lo como limitado pelos processos de saúde-doença. As narrativas verbais, coletadas como discursos, permitem que as interpretemos como atos de fala que "falam" mais do que simples relatos. Compreender o que 'é dito', o 'como está sendo dito' e em que condições se fala é instância fundamental do ato interpretativo.

As múltiplas participações ou colaborações por ocasião dos inúmeros encontros do GT Saúde e Sociedade indicam, de modo geral, uma compreensão do caráter social das narrativas sobre saúde-doença. Mais do que descrições físicas das atitudes de alguma pessoa, mais do que a necessária captação das percepções sobre o que as pessoas na sociedade fazem para evitar doenças, a análise sociológica da saúde-doença busca entender como os indivíduos se veem uns aos outros e, assim, busca articular ou construir a situação da pessoa no mundo. Para Claudine Herzlich (1991, p. 31-32), os limites da noção de representação social residem justamente na passagem do particular à generalidade do nível de análise:

> Ela parte de um material verbal constituído, seja através de respostas a um questionário, seja através do discurso emitido em entrevistas individuais. Isso coloca, de início, o problema da mediação da representação pela linguagem.

Considerações finais

O presente texto buscou refletir a amplitude da produção recente dessa área no contexto dos encontros e sessões sobre saúde e sociedade nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Os trabalhos apresentados permitem ressaltar principalmente o cruzamento e o diálogo entre os temas e as questões emergentes no campo. A partir da 'realidade dos textos' das várias edições do GT, pudemos trazer à discussão questões analíticas e teóricas de fundamental importância para o próprio campo da sociologia, não apenas para a 'sociologia da saúde'. Apesar de lacunas e imprecisões, julgamos ter obtido um bom rendimento analítico sobre o tema central proposto neste artigo.

Como resultado dessa análise, ressaltamos a importância da realização, mais frequente, de meta-análises da produção de conhecimento de uma área acadêmica - no caso da Sociologia da Saúde - capazes de contribuir para uma percepção da historicidade do campo, demarcar fronteiras (e diálogo) com outras áreas, como a saúde coletiva e a psicologia social. Nessa tentativa, identificamos como os temas foram mudando ao longo do tempo e, dessa forma, aumentando a *abrangência* e o *escopo* da Sociologia da Saúde, e como novos enfoques e estratégias metodólogicas foram incorporadas na

interpretação dos temas permanentes de pesquisas. Identificamos o estudo de temas similares, mas com interpretações diferentes, e o impacto das mudanças conjunturais e dos processos adaptativos da sociedade brasileira na emergência de novas questões e dilemas, como apontamos no caso dos trabalhos sobre políticas de saúde.

Referências

BARROS, Nelson F. de. (2016), *As ciências sociais na educação médica*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

BOURDIEU, Pierre. (2004), *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. 2. ed. São Paulo: Unesp.

CANGUILHEM, Georges. (1994), *A Vital Rationalist*. Selected writings from Georges Canguilhem. 1. ed. Cambridge: MIT Press.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. (1993), "A Pós-Graduação em Saúde Coletiva : impressões sobre a orientação de alunos". *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 34, pp. 1-17.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. (1990), "O espírito de aldeia: orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre". *Novos Estudos,* n. 27, pp. 45-66.

CASTRO SANTOS, Luiz A.; FARIA, Lina. (2010), *Saúde & História*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

DESLANDES, Suely. (2012), "Legitimidade, expansão e sustentabilidade das Ciências Sociais e Humanas em Saúde Coletiva". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 12, pp. 2367-2372.

FAVERET, Paulo; OLIVEIRA, Jorge P. A. (1989), "A Universalização Excludente: reflexões sobre as tendências do sistema de saúde". *Dados,* v. 33, n. 2, pp. 257-283.

FREYRE, Gilberto. (1967), *Sociologia da medicina*. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GRISOTTI, Márcia. (1998), "Políticas de saúde e sistemas médicos no Brasil". *Revista Katáysis*, n. 3, pp. 49-62.

GRISOTTI, Márcia. (2010), "Doenças infecciosas emergentes e a emergência das doenças: uma revisão conceitual e novas questões". *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 15, (Supl.1), pp. 1095-1104.

GRISOTTI, Márcia; AVILA-PIRES, Fernando D. (2011), "Worms, slugs and humans: the medical and popular construction of an emerging infectious disease". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, n. 3, pp. 877-891.

HERZLICH, Claudine. (1991), "A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença". Physis: *Revista de saúde coletiva,* v. 1, n. 1, pp. 31-42.

LANGDON, Esther Jean; FOLLER, Maj-Lis; MALUF, Sônia W. (2012), "Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais". *Anuário Antropológico*, n. 1, [Online] pp. 51-89, Disponível em: http://aa.revues.org/254.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. (1997), *A vida de laboratório*. A produção dos fatos científicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MILLS, Wright C. (1982), *A Imaginação Sociológica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

MINAYO, Maria Cecilia de S. (2013), "A produção de conhecimentos na interface entre as Ciências Sociais e humanas e a saúde coletiva". *Saúde e Sociedade*, v. 22, pp. 21-31.

NOGUEIRA, Oracy. (2009), *Vozes de Campos de Jordão*: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

NUNES, Everardo Duarte. (2014a), "A construção teórica na sociologia da saúde: uma reflexão sobre a sua trajetória". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, pp. 1007-1018.

NUNES, Everardo Duarte. (2014b), "A sociologia da saúde no Brasil – a construção de uma identidade". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, pp. 1041-1052.

NUNES, Everardo Duarte. (2012), "Legitimidade, expansão e sustentabilidade das Ciências Sociais e Humanas em Saúde Coletiva". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 12, pp. 2367-2372.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. (1976), "Estado y Politicas Estatales en America Latina (Hacia una estratégia de investigación)". Buenos Aires: Documento G. E. CEDES/CLACSO, n. 4. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/65426439/Oszlak-Oscar-y-O-Donnell-Guillermo-Estado-y--Politicas-Estatales-en-America-Latina?doc_id=65426439&download=true&order=437970131.

PILIAVIN, Jane Allyn. (1989), "The development of motives, self-identities, and values tied to blood donation: A Polish-American Comparison Study". In: EISENBERG, Nancy.; REYKOWSKI, Janusz.; STAUB, Ervin. (ed.). *Social and moral values*: Individual and societal perspectives. Madison: University of Wisconsin Press. pp. 253-275.

RADLEY, Alan.; Billing, Michael. (1996), "Accounts of health and illness: Dilemmas and representations". *Sociology of health and illness*, v. 18, n. 2, pp. 220-240.

RABEHARISOA, Valolona; CALLON, Michel. (2002), "L'engagement des associations des malades dans la recherche". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. 1, n. 171, pp. 65-73.

SARTI, Cyntia A. (2004), "O jovem na família: o outro necessário". In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (org.). *Juventude e sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 115-129.

TRAD, Leny. (2012), "Temas e enfoques contemporâneos nas Ciências Sociais e Humanas no Brasil: expressões e tendências refletidas no V Congresso da área". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, n. 12, pp. 2367-2372.

Diretrizes para submissão de artigos

Normas para submissão de artigos à Revista Brasileira de Sociologia

A Revista Brasileira de Sociologia – RBS publica artigos em Ciências Sociais, preferencialmente em Sociologia. Os textos devem refletir a produção acadêmica e cientifica acerca da realidade brasileira e mundial contemporâneas. As matérias veiculadas na Revista deverão incluir artigos de natureza acadêmica e didática, registrando eventuais reedição de textos clássicos, literatura comentada sobre assuntos variados, textos de metodologia e reflexão sobre conceitos ou autores, hoje imprescindíveis ao profissional do ensino médio e superior.

A Revista é quadrimestral e aceita proposta de Dossiês, mediante Editais Públicos.

Artigos com temáticas diversificadas na área da RBS podem ser submetidos a qualquer data e em caráter de fluxo contínuo, através do e-mail rbsfluxo@gmail.com, obedecendo as regras de submissão em vigor.

Considerando a desejada manutenção do alto padrão de qualidade e especialidade do periódico, todos os artigos a serem publicados são avaliados pelo sistema de pares (avaliação às cegas).

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à RBS.

Condições para submissão

Os artigos submetidos devem ser inéditos e devem assim permanecer durante a avaliação.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos não devem ultrapassar 50 mil caracteres com espaço, incluindo a bibliografia. O artigo deve ter resumo de 900 caracteres com espaço e 3 (três) palavras-chaves. Deve acompanhar, em arquivo separado, Nome completo do(s) autores(s), titulação, vinculo institucional, endereço.

Propostas de Dossiês devem ser enviadas com a apresentação da temática, sua relevância e abrangência para o campo dos estudos sociológicos. A proposta deve vir acompanhada dos dados dos proponentes: nome completo do(s) autores(s), titulação, vinculo institucional, endereço.

Os artigos submetidos devem conter resumo, titulo do artigo, e palavras-chaves em português e inglês. Caso tenham figuras (imagens e/ou gráficos), estas devem ser enviadas separadamente, numeradas na sequência em que aparecem e com indicação clara ao longo do texto dos locais em que devem ser incluídas. As figuras devem preferencialmente ser em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 12 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1417x1890 *pixels*).

As remissões bibliográficas no corpo do texto ou referências após citações a autores, devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (MILLS, 1960) ou (BENJAMIM, 1987,p. 205). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: SIMMEL, 1965a), (SIMMEL, 1965b) etc.

A RBS apoia os esforços relativos à visibilidade das mulheres na produção acadêmica. Assim, as referências bibliográficas ao final do artigo devem conter o prenome das autoras e dos autores, não apenas suas iniciais, como se segue:

Referências bibliográficas:

Livros:

LI, Peilin; SCALON, Celi; GORSHOKOV, Mikhail K.; SHARMA, Kumar (2013), Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective. 1. ed. Cingapura/ Londres/New Jersey: World Scientific.

Artigos:

TOLBERT, Pamela S. (1986), "Organizations and inequality: Sources of earnings differences between male and female faculty". American Sociological Review n. 59, pp. 227–235.

Coletâneas:

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne I.; DELEON, Peter. (2007), "Social construction and policy design". In: SABATIER, Paul A. (org.). Theories of the policy process. Cambridge, MA: Westview Press.

Teses Acadêmicas:

FORTUNA, Carlos. (1988), Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy. Tese de Doutorado. State University of New York – Binghamton.